UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ADRIANA FRANCO DE QUEIROZ

DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO:

OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE "TERRITÓRIOS DE TRABALHO" DE VENDEDORES AMBULANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE SALVADOR-BAHIA.

Salvador

2017

ADRIANA FRANCO DE QUEIROZ

DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO:

OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE "TERRITÓRIOS DE TRABALHO" DE VENDEDORES AMBULANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE SALVADOR-BAHIA.

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dra. Iracema Brandão Guimaraes.

Salvador

2017

Ficha Catalográfica

Q3 Queiroz, Adriana Franco de
Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia. – Salvador, 2017.
281 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Doutora em Ciências Sociais.
Orientação: Prof.ª Drª. Iracema Brandão Guimarães.

1. Espaço Público 2. Informalidade 3. Território de Trabalho 4. Trabalho Informal 5. Vendedor Ambulante I. Guimarães, Iracema Brandão – Orientadora
II. Título.

CDU 331.102.12

Bibliotecária Rosemary Magalhães CRB-5/835

ADRIANA FRANCO DE QUEIROZ

DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO: OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE "TERRITÓRIOS DE TRABALHO" DE VENDEDORES AMBULANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE SALVADOR-BAHIA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 21 de março de 2017, pela Comissão formada pelos professores:

Prof(a). Bruno José Rodrigues Durães (UFRB)
Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

Prof(a). Thaiz Silveria Braga (SEPLAN - BA)
Doutora em Administração Pela Universidade Federal da Bahia

Prof(a). Cecília Conceição Moreira Soares (UNEB)
Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Prof(a). Maria Graça Druck de Faria (FFCH - UFBA)
Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

Prof(a). Iracema Brandão Guimarães (FFCH - UFBA)
Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo

A

Celeste, minha querida mãe, que segurou as pontas financeiras até aqui.

Ícaro, filho amado, por suportar o isolamento comigo.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos às pessoas especiais que direta e indiretamente contribuíram com o processo de realização da pesquisa e de escrita da tese.

A Celeste, Ícaro, Benjamin, Mileno, Aninha, João, Janaína e a toda família pela paciência e tolerância com a minha ausência.

A banca examinadora, em especial, pela gentileza em aceitar participar com tempo mínimo para leitura e pela generosidade das contribuições.

A Iracema Brandão Guimarães, professor orientadora, pela sensibilidade, exigência e recomendações que nortearam a pesquisa para uma problemática inovadora sobre o espaço público.

A Graça Druck, professora que me inspirou despertando o interesse pela América Latina e pelo espaço de trabalho.

A Nildo Ouriques, professor da UFSC e presidente do IELA que me influenciou com sua visão crítica sobre a Teoria Marxista da Dependência.

A Zilmar Alverita, amiga e parceira de militância política, pelas valiosas contribuições teóricas através do nosso grupo de estudo e das inúmeras conversas.

A Márcia Mascarenhas, amiga de longa data e de todas as horas, pelas dicas metodológicas e pelo apoio moral sempre que o desanimo aparecia.

A Cleide Magali, professora da UNEB pelo acolhimento na Universidade do Estado e pela postura ética que me enche de esperança.

A Regina Vieira, coordenadora do Colegiado de CISO da UNEB, aos professores e alunos do curso pelo apoio e compreensão no momento de conclusão da tese.

Aos professores da UFBA, que contribuíram com o processo e aos funcionários do CRH, a Sr. Davi da Biblioteca que muitas vezes me emprestou livro em seu nome.

As amigas, Silvana Viana, Luizella, Soraya, Lícia, Olga, Neide, Taynar, Elisabeth, Ana Cláudia, Mônica, Pitucha, Ida, Adriana, Ivana, etc. pelo apoio.

Aos amigos, Cícero Muniz, Helder Bonfim, Milton Júlio/Israel, Guto Alvim, Fábio Lima, Francisco, Germano e Danilo que, em alguma medida, contribuíram com a pesquisa.

Por fim, aos vendedores (as) ambulantes pela confiança em me conceder entrevista, interrompendo suas atividades de trabalho, e de fornecer o número do celular, através dos quais tiramos dúvidas aprofundando as informações.

QUEIROZ, Adriana Franco de. Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia, 268f fl. 2017, Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa buscou compreender a situação de trabalho de vendedores ambulantes, a partir dos processos de ocupação de “territórios de trabalho” em espaços públicos na cidade de Salvador. Como a informalidade é um fenômeno tradicional nesta cidade de origem colonial, trata historicamente da formação do mercado de trabalho livre evidenciando que o comércio representava uma possibilidade de ascensão social, envolvendo diferentes categorias de trabalhadores. Escravos de ganho, libertos e trabalhadores livres conviviam nas ruas realizando atividades comerciais e outros serviços, que permitiam organizações de classe e conspirações. Diante das ambuiguidades e controvérsias dos conceitos e das teorias que refletem sobre a questão social dos trabalhadores desprotegidos, que se intensifica em contexto de crise e de avanço da precarização social do trabalho, apresenta os debates e noções sobre a informalidade. Uma amostra diversificada, de 28 (vinte e oito) ambulantes, foi selecionada para entrevista e acompanhamento por observações repetidas. A Avenida Sete de Setembro no Centro da cidade foi recortada como campo de investigação, por conta das dinâmicas urbanas relacionadas aos processos de transformações econômicas e políticas que tiveram impactos sobre o trabalho informal. Através do método dialético utilizando constatou-se que circunstâncias estruturais conduzem os indivíduos a uma suposta “escolha” pelo comércio ambulante, diante do desemprego e da superexploração do trabalho. Neste sentido, a questão social do trabalho informal está além da falta de proteção social, considerando que a ocupação do espaço público para o trabalho é uma luta individual que requer resistência, nunca garantida como direito. A intensa presença de vendedores ambulantes ocupando “territórios de trabalho” em áreas movimentadas acirra a concorrência e aumenta o controle com perseguições. Mas, como a atividade dos ambulantes é funcional para a acumulação do capital, pela dimensão da circulação, em algumas situações o Estado faz “vista grossa” e até incentiva. Em Salvador, as políticas de requalificação da cidade da atual gestão municipal, baseadas na ideia de reordenamento urbano, vêm provocando conflitos e tensões, demonstrando as contradições da regulamentação que em determinados espaços e tempo permite o trabalho informal e em outros coíbe radicalmente, com a expropriação dos “territórios de trabalho” negando aos trabalhadores o direito à cidade para o direito ao trabalho.

Palavras chaves: informalidade; espaço público; território de trabalho, trabalho informal, vendedor ambulante.

QUEIROZ, Adriana Franco de. Del derecho a la ciudad al derecho al trabajo: ocupación y expropiación de “territorios de trabajo” de vendedores ambulantes en espacios públicos de la ciudad de Salvador-Bahía. 279f il. 2017. Tesis (Doctorado). Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Bahía, Salvador 2017.

RESUMEN

Esta investigación cualitativa pretende comprender la situación de trabajo de los vendedores ambulantes a partir de los procesos de ocupación de “territorios de trabajo” en espacios públicos de la ciudad de Salvador. Como la informalidad es un fenómeno tradicional en esta ciudad de origen colonial, trata históricamente de la formación del mercado de trabajo libre poniendo en evidencia que el comercio representaba una posibilidad de ascenso social para diferentes categorías de trabajadores. Esclavos de alquiler, libertos y trabajadores libres convivían en las calles realizando actividades comerciales y otros servicios que permitían organizaciones de clase y conspiraciones. Frente a las ambigüedades y controversias de los conceptos y de las teorías que reflexionan sobre la cuestión social de los trabajadores desprotegidos, que se intensifica en contexto de crisis y de aumento de la precarización social del trabajo, presenta los debates y nociones sobre la informalidad. Se seleccionó una muestra diversificada, de 28 (veintiocho) ambulantes, para entrevista y seguimiento en observaciones repetidas. Como campo de investigación, se recortó la Avenida Sete de Setembro, en el centro de la ciudad, debido a que acoge dinámicas urbanas relacionadas con procesos de transformaciones económicas y políticas que han tenido impacto sobre el trabajo informal. A través del método dialéctico utilizado, se ha constatado que circunstancias estructurales llevan a los individuos a una supuesta “elección” del comercio ambulante, frente al desempleo y a la sobreexplotación del trabajo. En este sentido, la cuestión social del trabajo informal se encuentra al margen de la protección social, ya que la ocupación del espacio público para el trabajo es una lucha individual que requiere resistencia, nunca está garantizada como derecho. La presencia intensa de vendedores ambulantes ocupando “territorios de trabajo” en áreas muy movidas estimula la competencia y aumenta el control con persecuciones. Sin embargo, como la actividad de los ambulantes es útil para la acumulación de capital, por la enorme dimensión de la circulación, en algunas situaciones, el estado hace la vista gorda e incluso la incentiva. En Salvador, las políticas de recalificación de la ciudad de la actual gestión municipal, basadas en la idea de la reordenación urbana, vienen provocando conflictos y tensiones, demostrando las contradicciones de la reglamentación, que, en determinados espacios y tiempo, consiente el trabajo informal y en otros lo cohíbe radicalmente con la expropiación de los “territorios de trabajo”, negando a los trabajadores el derecho a la ciudad y por tanto el derecho al trabajo.

Palabras clave: informalidad; espacio público; territorio de trabajo; trabajo informal; vendedor ambulante.

QUEIROZ, Adriana Franco de. From the right to the city up to the right to work: street vendors' "job territories" occupation and expropriation in Salvador-Bahia. 268 f il. 2017. Thesis (Doctoring) Philosophy and Human Sciences Collegr, Bahia Federal University, Salvador, 2017.

ABSTRACT

This qualitative research aimed to understand the street vendors' job situation through the process of "work territories" occupation in public spaces in Salvador city. As informality is a traditional phenomenon in this city with colonial origin, it was decided to deal with the free job market formation, historically, in order to point out that this kind of trade used to represent the possibility of social rising, involving different categories of workers. In the past, gain slaves, freed ones and free workers lived together in the streets, doing business and other services, which allowed class organizations and conspiracies. Opposite the concepts and theories' ambiguities and controversies that reflect upon unprotected workers' social issues, which is intensified by crisis context and work social precarization, this research presents debates and notions about informality. A diversified sample of 28 (twenty-eight) street vendors was selected for being interviewed and accompanied by repeated observations. The *Sete de Setembro* Avenue, downtown city, was chosen as the investigation field, once it demonstrates urban dynamics related to its political and economic transformation process, which affected the informal jobs directly. Through the dialectic method, it was found out those structural circumstances lead individuals up to a supposed "choice" for the street, because of unemployment and job super exploration. In this sense, the informal job social issue is beyond the lack of social protection. It has to consider that the public space occupation to work is an individual struggle that requires resistance and law never guarantees it. The street vendors' intense presence occupying "job territories" in bustling areas stimulates competition and rises the control by harassment. Yet, once the street vendors' activity is functional to the city's capital accumulation, and for its circulation size; in some situations, the State "turns into a blind eye" and even incentives it. In Salvador, the city's requalification-policies from the current municipal management, based on the idea of urban reordering, are provoking conflicts and tensions among the street vendors, demonstrating the governance's contradictions: in some areas and for a certain time, they allow the informal job, and in others, radically prohibit it. Even with the "territories of work's" expropriation, they deny to the workers the right of working

Keywords: informality; public space; work territory, informal job; street vendor.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.

TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NA BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010 (em valores absolutos e relativos),..... 129

Tabela 1.

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA, COR OU RAÇA E GRAU DE ESCOLARIDADE NA BAHIA, 2000 E 2010,..... 134

Tabela 2.

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SELECIONADA (EM %) NA BAHIA, 2000 E 2010,..... 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária por sexo.....192

Tabela 2: Naturalidade por sexo.....195

Tabela 3: Estado civil por sexo.....196

Tabela 4: Nível de escolaridade.....198

Tabela 5: Autodenominação da profissão.....201

Tabela 6: Condição de propriedade da moradia.....204

Tabela 7: Localização da moradia.....206

Tabela 8: Quanto tempo atua como ambulante.....209

Tabela 9: Quanto a escolher trabalhar na rua.....210

Tabela 10: Motivos que levaram ao comércio ambulante.....211

Tabela 11: Sobre ter licença de trabalho.....213

Tabela 12: Sobre ter ponto fixo de trabalho.....214

Tabela 13: Forma como ocupou o espaço de trabalho.....215

Tabela 14: Tempo trabalha no local.....216

Tabela 15: Vantagens de trabalhar no lugar.....218

Tabela 16: Tipos de mercadorias comercializadas.....222

Tabela 17: Quanto ao pagamento da previdência social.....225

Tabela 18: Capital para aquisição das mercadorias.....226

Tabela 19: Nível de renda mensal estimada.....227

Tabela 20: Trabalho com carteira assinada.....228

Tabela 21: Sobre ter carteira de trabalho assinada.....229

LISTA DE SIGLAS

AECASA - Associação dos Empresários da Cidade Alta de Salvador
ASSIDIVAN - Associação Integrada dos Vendedores Ambulantes de Salvador
CAB - Centro Administrativo da Bahia
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIA - Centro Industrial de Aratu
COPEC - Pólo Petroquímico de Camaçari
DAM – Documento de arrecadação municipal
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística Estudos Socioeconômicos
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMLF - Fundação Mário Leal Ferreira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IELA - Instituto de Estudos Latino- Americanos
IPHAN - Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LIMPURB – Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional
LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
MEI – Micro Empreendedor Individual.
MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PDDU – Plano Diretor
PEA - População Economicamente Ativa
PM - Polícia Militar
PMS - Prefeitura Municipal de Salvador
PPGCS – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RMS - Região Metropolitana de Salvador
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEMOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública
SESP - Secretaria de Serviços Públicos
SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SUCOM - Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
TMD - Teoria Marxista da Dependência
TSM - Teoria do Sistema Mundo
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNIFACS – Universidade Salvador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....15
1.1. O ESTUDO E SEUS PRESSUPOSTOS..... 18
1.2. A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS..... 22
1.3. A METODOLOGIA DA PESQUISA..... 27
1.4. A ESTRUTURA DA TESE.....35

2. O MERCADO DE TRABALHO LIVRE EM SALVADOR.....42
2.1. SALVADOR: SEMPRE ESPAÇO MERCADO E GENTE A MERCAR.....42
2.2. A ESTRUTURA ESCRAVISTA DO MERCADO COLONIAL.....47
2.3. OS CANTOS DE TRABALHO NA CIDADE DE SALVADOR.....50
2.4. OS GANHADORES COMO TRABALHADORES QUASE LIVRES.....55
2.5. AS GANHADEIRAS EM CONTEXTO DE CONSPIRAÇÃO.....57
2.6. A GREVE DOS GANHADORES EM SALVADOR.....60
2.7. A ESTRUTURA SOCIAL DE SALVADOR DO SÉCULO XIX.....62
2.8. A ESTRUTURA SOCIAL DE SALVADOR SÉCULO XX.....66
2.9. ABOLIÇÃO E MERCADO DE TRABALHO LIVRE.....70

3. TRABALHO INFORMAL E NOÇÕES CORRELATAS.....74
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....74
3.2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: POPULAÇÃO EXCEDENTE, EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....76
3.3. DEBATE PRELIMINAR SOBRE A INFORMALIDADE.....83
3.3.1. A noção de setor informal 84
3.3.2. **A noção de informalidade**.....87
3.4. TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO E DA MARGINALIDADE.....89
3.5. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E O SUBDESENVOLVIMENTO NA AMÉRCIA LATINA.....92
3.6. QUESTÃO SOCIAL DA INFORMALIDADE.....103

4. A NOVA INFORMALIDADE E A CLASSE TRABALHADORA.....110
4.1. NOVOS DEBATES SOBRE A INFORMALIDADE.....112
4.2. A HETEROGENEIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.....120
4.3. DIMENSÃO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO.....127
4.4. DIVERSIDADE OCUPACIONAL NA BAHIA.....133
4.5. A OCUPACÃO NA REGÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.....136

5. A CIDADE DE SALVADOR E SEUS ESPAÇOS DE TRABALHO.....142
5.1. A NOÇÃO DE ESPAÇO URBANO.....142
5.2. DIMENSÕES DE ESPAÇO E TEMPO PARA O CAPITAL.....145
5.3. O ESPAÇO PÚBLICO COMO TERRITÓRIO DE TRABALHO.....147
5.4. A CIDADE DE SALVADOR E OS ESPAÇOS HISTÓRICOS.....152
5.4.1. A avenida sete e seus mercados.....155
5.4.2. Usos e abusos do centro da cidade.....159
5.4.3. **O controle dos espaços públicos**.....164
5.5. PROJETO AVENIDA SETE TERRITÓRIO EMPREENDEDOR.....169
5.5.1. As ruas.....170

5.5.2. As coberturas.....172
5.5.3. As calçadas.....174
5.6. A CIDADE E SEUS MODOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....177
5.7. A FORÇA DAS MERCADORIAS.....179

6**. DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO**.....184
6.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AMOSTRA PESQUISADA.....189
6.2. TRABALHO E MORADIA NO ESPAÇO URBANO.....202
6.3. ESPAÇO E TEMPO NO TERRITÓRIO DE TRABALHO.....208
6.4. A SITUAÇÃO DOS AMBULANTES NO CENTRO DA CIDADE.....217
6.5. O CAPITAL E AS MERCADORIAS EM CIRULAÇÃO.....221
6.6. O DIREITO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO UTOPIA DO TRABALHO.....230

7. CONCLUSÃO.....233

8. REFERÊNCIAS.....240

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Em Salvador, desde sempre, muitas pessoas realizam atividades econômicas informalmente, sejam essas desenvolvidas por conta própria (PRANDI, 1978) ou em empregos sem contrato. Atualmente uma quantidade enorme de pessoas sobrevive na cidade de ocupações irregulares, com trajetórias ocupacionais marcadas pelas mais diversas formas de "viração popular" (TELLES, 2010). As grandes cidades brasileiras têm registrado altos índices populacionais associados à gigantesca desigualdade social que se manifestam em vários aspectos da vida urbana, principalmente na concentração periférica e no intenso comércio ambulante realizado nos espaços públicos. As precárias condições de vida da população empobrecida, sem muitas oportunidades de trabalho, transforma muita gente em vendedores ambulantes, empregadas domésticas, biscateiros, carregadores, guardadores de carro, traficantes etc. No Brasil e nos países latino-americanos têm se consolidado uma "[...] estrutura urbana segmentada e segregada, onde a estratificação social tem uma clara expressão territorial" (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 82) com alto grau de proximidade espacial ou de concentração territorial de famílias pertencentes a um mesmo grupo social.

Para Florestan Fernandes (1981) o "capitalismo selvagem" no Brasil, apesar de tecnologicamente avançado na contemporaneidade, conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão social, com ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes. No país, o capitalismo se manifesta como uma organização social extremamente desigual, onde apenas as classes dominantes detêm os privilégios. Este autor defende que "[...] o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo" (FERNANDES, 1981, p. 35), deixando as classes e as relações de classes "[...] sem dimensões estruturais e dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classe" (ibidem). Como no Brasil, e na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, às contradições de classe são invisibilizadas e amortecidas.

Em 2016, o país sofreu os piores momentos da crise do capitalismo que começou em 2008, com impactos no mercado de trabalho de forma agudizada por conta das condições históricas e econômicas particulares de dependência, reproduzidas ao longo dos anos, através da dominação externa. No contexto nacional repercutem as mazelas do capitalismo global intensificadas pela reestruturação produtiva que introduziu o modelo de acumulação flexível através de novos mecanismos de contratação que remunera mal e burla os direitos trabalhistas. Esses fatores macro econômicos seguramente provocaram a expansão do fenômeno da informalidade no mundo, e no Brasil, particularmente, onde o fenômeno é histórico e tradicional (DURÃES, 2006; MATTOSO, 1978; REIS, 2000, SOARES, 1996). A flexibilização que se impôs no mercado de trabalho através das políticas neoliberais induziu o surgimento da "nova informalidade"(CACCIAMALI, 2010, FILGUERAS, et. al. 2004, MACHADO DA SILVA, 2002; NORONHA, 2003) enquanto relações produtivas informalizadas, através das terceirizações e outros contratos provisórios, em campos antes considerados de formalização trabalhista.

As metamorfoses da questão social (CASTEL, 2009) são fundamentais para compreender as mudanças estruturais que vêm alterando profundamente o mercado de trabalho mundial a partir da crise estrutural do capital (MESZÁROS, 2014). A particularidade do capitalismo periférico, como no caso do Brasil, que foi originário de um processo de colonização marcado por relações escravistas, o trabalho informal[1] nos espaços públicos, apesar de tradicional e funcional ao capital, nunca foi livre e isento de impedimentos. Em Salvador, o controle dessas atividades tem se intensificado muito com os processos de privatização dos espaços públicos através das políticas de requalificação de áreas de especulação comercial e imobiliária. Os projetos de requalificação de locais históricos e turísticos apostam na gentrificação[2] para tornar a cidade mais rentável para os negócios. A perspectiva empresarial das reformas urbanas obedece a uma lógica excludente que muda totalmente a

[1] . Apesar das controversas, utilizamos o termo trabalho informal para referir as atividades comerciais realizadas em diversos espaços públicos, para ampliar o raio de atuação, uma vez que "trabalho de rua" limita o campo de ação, considerando que camelódromos, estações, passarelas, praias e ônibus são espaços que não se enquadram na representação de rua.

[2]. Corresponde as reformas de áreas urbanas, transformadas e ressignificadas, em função da valorização acentuada e do enobrecimento da área, antes considerada degradada ou periférica, afastando os antigos moradores ou usuários.

dinâmica da cidade. Nessas reformas se investe muito capital[3] revelando as contradições da cidade, como mercadoria, como balcão de negócio para os políticos em parceria com as grandes empresas.

Deste modo, tais mudanças apontam como "[...] a questão social passa a deslocar-se da questão da proteção social, do seguro social, para uma questão de proteção civil, da ordem e de segurança pública" (IVO, 2010, p. 29) na medida em que o trabalho sem proteção torna-se comum, surgem novos campos de conflitos de representações. A questão social se transforma seguindo o fluxo das tensões dos conflitos urbanos que se intensificam com a negação dos direitos sociais aos indivíduos, inclusive o direito de uso dos espaços da cidade para o trabalho. No contexto de crises de confiança nos políticos e da legitimidade do Estado se tenciona ainda mais os confrontos nos espaços urbanos. Nesses processos ficam ainda mais evidentes as contradições do capitalismo que estimula o consumo expandindo os espaços de consumo de massa sem realizar a integração econômica da população. Neste sentido, a questão social ganha nova concepção, ampliando a violência urbana em consequência da falta de expectativa dos jovens, do crescimento da pobreza e da precarização do trabalho que avança em todos os campos de atuação em contraponto ao aumento da repressão policial nos casos de desobediência civil, no sentido de não cumprir as proibições municipais buscando estratégias de fugir da fiscalização antes que essa chegue ao espaço[4].

Alguns estudos (POCHAMAN, 2002; COSTA, 2010) apontam que mais de 50% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade na maioria dos países da América Latina. No Brasil, onde quase 60% da PEA[5] nacional estão fora do mercado formal, é perfeitamente compreensível que grande parte da mão-de-obra busque as ruas para desenvolver alguma atividade de ganho. O comércio ambulante é a alternativa que muitos encontram para sobreviver em um sistema onde salário associado aos direitos trabalhistas é privilégio de poucos. No

[3] O endividamento da Prefeitura para financiar as obras de requalificação da cidade quase não é questionado pela população, mas a comissão de auditoria da dívida pública de Salvador vem denunciando o crescimento da dívida municipal. Para Harvey (2005) os investimentos imobiliários e urbanísticos são realizados para utilizar o capital excedente.

[4] . Existe uma rede de solidariedade entre os ambulantes, quando a fiscalização chega a um local todos vão sendo avisados em cadeia pelo "correio nagô" como se fala na Bahia sobre a transmissão boca a boca de uma informação.

[5] . População Economicamente Ativa.

capitalismo dependente brasileiro a “superexploração do trabalho” (MARINI, 2013) se instalou como característica em função da existência de abundante mão de obra excedente. Nesse esquema, o prejuízo fica com a classe trabalhadora que tem que suportar os baixíssimos salários, enfrentar a falta de proteção social e a precarização do trabalho (DRUCK, 2011).

1.1. O ESTUDO E SEUS PRESSUPOSTOS

O ponto de partida do presente trabalho foi evidentemente o projeto[6] apresentado na seleção do doutorado que passou por muitas alterações no decorrer do curso após a revisão da literatura. Entretanto, manteve-se a essência do projeto cujo objetivo continua sendo: analisar as relações entre capital e trabalho através da atuação de vendedores ambulantes no espaço público, considerando as características e impactos da atividade na cidade. O interesse pelas correlações entre o trabalho e a cidade, nos levou a uma análise dialética socioespacial tomando a noção de espaço público[7] como categoria central, considerando-se que o lugar ocupado influencia o negócio desde a escolha das mercadorias até as tecnologias utilizadas. O espaço é um dos determinantes do sucesso do trabalho autônomo, mas outros condicionantes são decisivos para a realização da atividade, inclusive, as condições estruturais mais amplas referentes ao sistema de acumulação do capital e as especificidades locais que dizem respeitos à regulamentação.

Para compreender o trabalho “informal” através do espaço urbano empreendemos esforços em construir uma questão original, dada à exigência de se produzir uma novidade neste tipo de trabalho acadêmico. A tarefa foi árdua e levou muito tempo por se tratar de um campo bastante pesquisado e muito polêmico com intensos debates em diferentes períodos, marcados por controvérsias teóricas que apontam os limites conceituais de termos utilizados empiricamente. Como o universo do trabalho informal é muito amplo e diversificado, a construção do objeto de pesquisa demandou mais tempo, foram muitas idas e vindas, para construir uma

[6] . Intitulado de “Atividades de Ganho legais, ilegais e ilícitas de jovens e idosos nas ruas de Salvador”.
[7] . No capitulo 5 iremos tratar especificamente sobre esta categoria estabelecendo relações com outras noções correlatas.

problemática que fosse exequível, pertinente e relevante. Diante da significativa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos da cidade decidimos pesquisar especificamente esta categoria, considerando a constante luta e resistência desses trabalhadores para garantir a ocupação do espaço para a realização do trabalho.

Entretanto, o interesse pelo trabalho informal é anterior a esta pesquisa, tendo em vista que no mestrado investigamos as condições de vida de crianças e adolescentes em situações de trabalho. A permanência no trabalho, mesmo estando vinculados a uma política pública de combate ao trabalho infantil, indicava que os jovens trabalhadores não podiam se dar ao luxo de parar de trabalhar. As formas improvisadas e desprotegidas como desenvolviam o trabalho nos espaços públicos da cidade, perambulando pelas praias, bares e sinaleiras na tentativa de vender suas mercadorias revelavam os perigos a que estavam submetidos. A situação parecia uma fatalidade, muitos não conseguiam sair da condição de vulnerabilidade condicionada pela pobreza. Nessa pesquisa[8] procuramos compreender porque de tantas crianças e adolescentes continuarem realizando atividades de trabalho, mesmo recebendo benéfico público para complementação da renda familiar.

Analisando o trabalho de crianças e adolescentes oriundos de famílias chefiadas por mulheres, por conta do crescimento desse tipo de arranjo familiar e das dificuldades que enfrentam, mostramos as trajetórias as mães e avós que tinham o comando da família e que o trabalho também tinha começado na infância. Portanto, trabalhar na infância representava um *habitus*[9] de classe (BOURDIEU, 1997) para as famílias pesquisadas, por ocorrer à reprodução dessa prática de forma geracional. Esta constatação nos despertou o interesse em realizar um estudo específico sobre jovens e idosos quanto à inserção no mercado de trabalho que contraditoriamente exige experiência e qualificação de pessoas mais jovens. As contradições do mercado se apresentam até nas condições mais precárias dos empregos disponíveis para quem tem apenas o nível médio na formação educacional. As evidências empíricas, quanto à intensa presença de ambulantes nos

[8]. Mestrado em Ciências Sociais, com dissertação intitulada "O Trabalho infanto-juvenil em Salvador: um estudo de caso com crianças e adolescentes de Saramandaia" defendida em 2002 pelo PPGCS/UFBA.

[9]. A noção de *habitus* de Bourdieu foi fundamental para pensar a reprodução das práticas laborais na perspectiva geracional nas famílias de baixa renda.

espaços públicos, indicam que em Salvador tem aumentado muito nos últimos anos, a quantidade de pessoas realizando comércio ambulante nos mais diversos espaços da cidade na tentativa de conquistar uma renda que substitua a falta do salário.

Na intenção de dar continuidade a esse estudo, a proposta inicial do projeto de pesquisa do doutorado era analisar a situação de trabalho mais vulnerável em fases opostas no sentido geracional, de jovens e idosos, a partir das suas trajetórias ocupacionais. A preocupação com os jovens se mantinha, por causa das crianças e adolescentes que, às vezes, encontrava nas sinaleiras da cidade realizando a mesma atividade. Quanto aos idosos, algumas pesquisas (GUIMARÃES, 2013; PRANDI, 1980) apontam a elevada participação deles em atividades por conta própria, em Salvador. A preferência do mercado por mão-de-obra mais jovem leva os mais velhos a enfrentarem dificuldades de inserção no mercado formal, os induzindo à informalidade. A idade impõe limites para a permanência prolongada no setor formal, mas, por outro lado, representa uma vantagem em outros campos tendo em vista que a experiência profissional favorece as atividades autônomas. Para Guimarães (2013) o idoso tem significativa presença na composição do quadro dos trabalhadores por conta própria, sendo uma particularidade do mercado de trabalho brasileiro a reinserção do aposentado no mercado. O principal motivo para a continuidade do trabalho entre os idosos é a dificuldade financeira devido ao baixo valor das aposentadorias.

A proposta inicial da pesquisa era tratar o fenômeno na perspectiva histórica, estabelecendo algumas comparações entre esses atuais trabalhadores informais e os escravos de ganho do século XIX[10] para identificar semelhanças quanto às condições de trabalho. Tratamos da dimensão histórica do fenômeno, que seguramente não é recente, para demonstrar como se constituiu o mercado de trabalho livre com a participação da classe trabalhadora e procuramos reconhecer as condições históricas e as mudanças estruturais contemporâneas que reconfiguraram o mundo do trabalho dando maior amplitude ao conceito de informalidade. Abrimos mão da análise comparativa ressaltando a relevância das

[10]. Desisti desta perspectiva por reconhecer que já tinha sido muito bem investigada por Bruno Durães (2006) na sua dissertação de mestrado intitulada de Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos *cantos* do século XIX para os *encantos* e *desencantos* do século XXI. Referência completa na bibliografia.

categorias de trabalhadores “quase livres”[11] para o mercado de trabalho no país, pensando ser possível investigar os trabalhadores por conta própria (PRANDI, 1978), mas ao constatar a diversidade de situações que compõem essa ampla categoria optamos por focar nos vendedores ambulantes por se tratar de atividade econômica histórica que se realiza individualmente envolvendo capital, trabalho e mercadoria. Vale informar que entre os ambulantes existem os assalariados, geralmente, sem registro na carteira de trabalho, que atuam como funcionários contratados pelo dono do negócio.

A informalidade tradicional urbana como atividade comercial, geralmente se caracteriza como negócio individual ou familiar, realizada improvisadamente com parcos recursos investidos em capital, mercadoria e trabalho. Esses pequenos negócios são analisados de diferentes perspectivas, como parte da “economia popular”, da economia subterrânea, submersa ou solidária por integrar um vasto conjunto de atividades econômicas que não fazem parte da economia estatal nem empresarial (TIRIBA, 2000). Para esta autora, além da economia informal existe uma diversidade de ações que integram “[...] a “economia popular”, composta por soluções assistenciais, atividades ilegais e pequenos delitos, atividades individuais informais, microempresas e pequenas oficinas, negócios de caráter familiar, além das OEP’s - organizações econômicas populares (Ibidem 2000, p.195). Para Milton Santos (2012) o comércio ambulante faz parte do “circuito inferior da economia”, considerando a existência de um circuito superior onde circula maior volume de capital. O circuito inferior seria essencialmente constituído por “[...] formas de fabricação de “capital não intensivo”, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno” (SANTOS, 2012, p. 97). De fato, a economia agrega diversas dimensões de trocas econômicas e as transações comerciais exercidas nas ruas transitam nas fronteiras do legal, ilegal e ilícito (TELLES, 2010) se aproximando em algumas situações de atividades ilegais e dos pequenos delitos.

[11] . Expressão criada por imaginação própria para se referi aos trabalhadores que atuavam livremente nas ruas, apesar dos limites da liberdade.

1.2. A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

No recorte do objeto da pesquisa, através do processo de ocupação de espaços públicos para o trabalho de vendedores ambulantes, procuramos definir os caminhos e procedimentos que permitissem concretizar a investigação. Buscamos construir um objeto que relacionasse a atividade econômica dos vendedores ambulantes com o direito ao uso da cidade para o trabalho, principalmente diante ao controle dos espaços públicos, tendo em vista que as intervenções urbanas em curso pelo poder municipal alteram as práticas e os usos dos espaços. Reconhecendo as limitações ou delimitações espaço temporais para a realização do trabalho autônomo, procuramos observar como são realizadas tais atividades diante das determinações normativas que regulamentam os espaços da cidade. A ocupação dos territórios de trabalho pelos vendedores ambulantes evidencia como suas atividades estão permeadas por conflitos e contradições próprias do sistema de classes baseado na acumulação do capital.

Partindo de uma breve descrição da história do trabalho livre na cidade e de sua cartografia urbana destacamos a importância de alguns espaços públicos que se configuraram como efervescentes mercados informais. Durante a pesquisa alguns “cantos” de trabalho tradicionais dos ambulantes no centro da cidade e em determinados bairros, como a Barra e o Rio Vermelho, passaram por processos de requalificação expulsando parte dos trabalhadores. Presenciamos a implantação de uma nova política de ordenamento dos espaços públicos onde havia intensa presença de ambulantes, os quais foram reformados e reconfigurados para atender aos interesses das classes dominantes, através de atividades de esporte e lazer ou de turismo, reordenando o funcionamento do comércio informal, inclusive, com a construção de coberturas destinadas ao comércio popular.

Diante deste contexto, procuramos analisar os processos de ocupação e de expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes, considerando as relações entre capital e trabalho e suas contradições no espaço urbano. Entendemos ocupação como o uso do espaço utilizado para o trabalho e expropriação como a retirada do direito de uso do espaço ocupado. Denominamos de “território de trabalho” (QUEIROZ, 2015) o lugar especificamente ocupado pelo

vendedor ambulante no espaço público para desenvolver suas atividades. Acreditando na utopia de que o indivíduo deveria ter “direito á cidade” (LEFEBRVE, 2001) para ter acesso e permissão de uso do espaço urbano para o trabalho, percebemos os conflitos e contradições que envolvem o uso da cidade, nos tensos processos produzidos pelas relações entre capital e trabalho informal nos locais mais movimentados da cidade.

Para atingir o objetivo da pesquisa traçamos metas e percursos que por partes ajudam a esclarecer a questão. Os objetivos específicos visaram alcançar a essência da questão que está por trás do objeto de pesquisa. Para um estudo sobre a natureza do uso do espaço para o trabalho, de caráter multidisciplinar, se faz necessário relacionar os campos da Sociologia Urbana e da Sociologia do Trabalho. O desafio foi imenso, inclusive, fomos alertadas da ampla dimensão da pesquisa por perpassar duas áreas de conhecimento distintas dentro das Ciências Sociais. Começamos a pesquisa pela literatura histórica para resgatar a participação dos trabalhadores de rua na dinâmica da cidade e como esses eram concebidos e tratados enquanto profissionais.

Para atender à dimensão multidisciplinar[12] indicada, elaboramos objetivos específicos que pudessem esclarecer a questão, o que corresponde ao que apresentamos como discussão geral em cada capítulo. Neste sentido, cada capítulo da tese tenta responder ao idealizado como tarefa nesses objetivos específicos: 1. Identificar historicamente as normas de controle do trabalho de rua em contraponto com as resistências dos tradicionais trabalhadores; 2. Descrever as formulações teóricas que explicaram a ocorrência do fenômeno no debate preliminar através das categorias e conceitos utilizados. 3. Atualizar o debate sobre a “nova informalidade”, utilizando dados secundários, demonstrando a heterogeneidade da classe trabalhadora; 4. Descrever o campo de pesquisa, destacando as reformas de requalificação de espaços públicos ocupados pelos ambulantes, considerando a expropriação pelo poder público; 5. Analisar a situação dos vendedores ambulantes quanto às condições de trabalho, a ocupação do espaço público como território de

[12] . A análise do trabalho informal envolve diferentes áreas do conhecimento como história, economia, política, sociologia, antropologia, geografia etc.

trabalho, considerando o perfil socioeconômico, o tempo e a preferência pela atividade.

Após a revisão teórica, observamos empiricamente as principais atividades realizadas em áreas centrais e históricas da cidade, considerando ser o lugar onde as contradições aparecem mais visivelmente nos conflitos de classe produzidos entre os ambulantes e o poder público. As formas de controle desses espaços, através de perseguições e privilégios de alguns, demonstram os problemas da fiscalização e ineficácia da regulamentação. Por outro lado, a concorrência e a cooperação aparecem como contradições das relações entre os próprios ambulantes no comércio informal. As observações iniciais revelaram o clima de tensão e a situação de insegurança que os vendedores ambulantes estavam vivenciando no enfrentamento cotidiano de suas práticas. A resistência em permanecer na atividade aparecia então como um indicador da luta dos ambulantes para superar o controle e garantir a ocupação do espaço, diante da constante ameaça de expropriação dos espaços utilizados para o trabalho.

Diante do exposto, procuramos entender como os ambulantes conseguem ocupar “territórios de trabalho” em locais movimentados, haja vista a disputa por espaço nas grandes cidades hiper habitadas. Com o crescimento desordenado das mesmas, parte da população excluída dos processos de produção capitalista se impõe a luta pela sobrevivência nas ruas, principalmente, através de atividades comerciais. A ocorrência dessas atividades tem sido cada dia mais expressiva, apesar do controle repressivo dos espaços públicos, com fiscalização mais intensa e militarizada, para expulsar as pessoas de determinados locais. Para burlar a regulamentação que impede a ocupação fixa em determinados lugares, muitos vendedores ambulantes trabalham circulando com suas tecnologias sobre rodas. Essas tecnologias móveis na forma de carrinhos os mais diversos, envolvem desde bicicletas adaptadas para transportar coisas até as novíssimas bancas de frutas que estão aparecem como uma novidade do comércio ambulante nos bairros residenciais. Os vendedores de frutas estão produzindo carrinhos nos quais a banca circula montada com as frutas arrumadas com beleza e organização.

Tudo isso indica que em tempos de crise os espaços tendem a ser mais disputados pelos trabalhadores informais, principalmente no caso dos vendedores ambulantes. As mudanças recentes no mundo do trabalho têm produzido impactos urbanos na medida em que ampliam a quantidade de pessoas que buscam a sobrevivência nas ruas. A precarização do trabalho, que se manifesta por demissões, desemprego, rotatividade e instabilidade, evidentemente empurra para a informalidade provocando mudanças significativas na dinâmica da cidade Em Salvador, o contingente de ambulantes nos espaços urbanos é enorme superando a capacidade de fiscalização da Prefeitura, por sorte muitos conseguem burlar as determinações da política de regulamentação com o descumprimento das normas.

Ao longo da pesquisa constatamos que os trabalhadores podem adquirir temporariamente o direito de uso de um "território de trabalho" nos espaços públicos, quando conseguem ter a autorização municipal, que pode ser concedida diretamente ou através da compra do ponto ou por herança, nesse caso, quando um negócio estabelecido é transferido por parente. A ocupação do espaço público de forma permanente ou "provisória", em caso de festas populares, requer autorização e licenciamento com devido pagamento do tributo. Mas, o direito de uso do espaço para o trabalho é uma luta constante para os ambulantes diante da insegurança por falta de reconhecimento desse direito.

Em decorrência dessas questões, a preocupação com a dinâmica da cidade, principalmente, quanto à ocupação dos espaços, tem se ampliado, na medida em que a população urbana cresce, acirrando as disputa pelos lugares, diante da especulação imobiliária que ganha força e das gestões públicas que parecem atuar sempre em favor do grande capital. Salvador é a terceira maior cidade em população do país[13] e enfrenta sérios problemas sociais de diversas ordens e dimensões. É relevante saber como a cidade vem enfrentando essa questão social, que se manifesta nos espaços públicos através da constante presença de trabalhadores sem proteção social, desenvolvendo atividades comerciais que, em

[13] . Segundo Sinopse de Censo Demográfico de 2010, Salvador é a terceira cidade mais populosa do Brasil com 2.675.656 habitantes, posição alarmante para uma cidade que aparece nos dados oficiais como a capital do desemprego, por registrar a maior taxa de desemprego e o maior crescimento na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo Pesquisa Mensal do Emprego (PME) divulgada em 24/07/2013 pelo IBGE.

certa medida, atende aos interesses do capital e também do consumo das pessoas, viabilizando tais espaços. As relações de classe, de poder e controle dos espaços públicos demonstram que sempre houve um esforço de enfrentamento e de resistência dos trabalhadores "quase livres", que precisaram em alguns momentos se organizar em manifestações de classes para garantir o direito ao trabalho.

Identificar semelhanças entre a informalidade tradicional e histórica e a "nova informalidade" produzida pela reestruturação produtiva de acumulação flexível é considerar os "processos de informalidade" (CACCIAMALI, 2000) que deram amplitude à noção de informalidade. Para compreender os fatores econômicos e políticos que influenciam o crescimento da informalidade, é preciso considerar a dimensão da circulação como essencial para que se realize a produção e o consumo. Para além das determinações macro estruturais que produzem a população excedente disponível para o capital, defendemos a hipótese de que há aspectos subjetivos que conduzem a uma suposta "escolha", certamente forçada pela conjuntura que não oferece boas oportunidades de empego. A presença intensa de indivíduos realizando pequenas atividades comerciais nos espaços tem ocorrido em função do contexto de crise do emprego fordista, associado ao desemprego e a superexploração do trabalho.

Enfim, os impactos da crise sobre o trabalho dos ambulantes na cidade incidem sobre os processos de ocupação e expropriação dos espaços públicos, que revelam as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores "sem salário"[14]. As barreiras impostas pelo controle e pela fiscalização dos espaços públicos contraditoriamente vão de encontro ao discurso oficial de estimulo ao empreendedorismo[15], que vislumbra transformar esses trabalhadores em agentes de um mercado que precisa ser formalizado para gerar arrecadação. Os ambulantes em Salvador estão perdendo o direito de ocupação de determinados espaços de trabalho,

[14] . Expressão de autoria própria criada para especificar a condição dos vendedores por conta própria que não tem salário.

[15] . O empreendedorismo, para o SEBRAE, são habilidades para a ideação, construção, gerenciamento e desenvolvimento de projetos e negócios, tanto no ambiente social como profissional. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTema

principalmente, através das políticas de requalificação de áreas históricas e turísticas da cidade.

Buscamos uma metodologia de pesquisa que nos permitisse entender a situação dos vendedores ambulantes no centro da cidade, observando suas práticas e investigando suas trajetórias ocupacionais e percursos habitacionais. Percorremos as etapas da pesquisa priorizando a análise qualitativa dos dados na intenção de dar voz aos sujeitos da investigação, tentando decifrar os enigmas que envolvem essa questão social que seguramente está relacionada a outras questões políticas e econômicas. Só o entendimento da totalidade da questão permitirá compreender o crescimento ou intensificação da informalidade nos espaços públicos da cidade. A dialética como caminho metodológico nos permitiu perceber as contradições e conflitos tanto do sistema capitalista quanto das relações de classe e de poder nas dimensões globais e locais.

1.3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Na concepção geral, a sociologia é uma das ciências sociais que permite a utilização de diferentes métodos e perspectivas de investigação. Analisando a obra de Weber, Aron (2000) discute a metodologia proposta por ele e conclui que as ciências históricas e sociais, diferem das ciências da natureza e se distingue a partir de três características fundamentais: “[...] são compreensivas, históricas e se orientam para a cultura” (ARON; 2000; p. 723). Enquanto Marx concebe a lógica dialética, que contrapõe à lógica formal (presente nas ciências da natureza), formulando uma concepção do materialismo histórico. No que tange à dialética, apreendida através dos movimentos de forma e conteúdo, aparência e essência, o autor pressupõe que os problemas da humanidade residem na aparência e não na essência, do ponto de vista da forma como os cientistas os interpretam. Assim, sabe–se que a história é capturada pelo materialismo dialético na acepção de processos de contradição e superação. Como fonte de processos sociais, a história é reveladora, e não descritiva. Portanto, escolher o materialismo histórico dialético não significa eleger um método entre diversos, mas optar entre apreender a

realidade pelo despojamento das representações e tudo o mais que mistifica a própria consciência, ou apreendê-la no que ela tem de concretude (LEFEBVRE, 1968).

Em um plano mais específico, alguns autores (IANNI, apud. COSTA, 2005, p. 328) distinguem diferentes tendências na sociologia, apontando que sociologia técnica e a sociologia crítica se distinguem pela primeira se dedicar aos estudos que não têm preocupação com o desenvolvimento de uma formulação crítica em relação ao fenômeno estudado. Fazem parte desse campo as pesquisas direcionadas ao levantamento de tendências de consumo e moda ou de dados censitários. Em geral, a finalidade desses levantamentos é eminentemente pragmática, utilizando para isso instrumentos quantitativos de grande objetividade, com intenção prática que muitas vezes atende a solicitações institucionais, e não desenvolvem esforços explicativos que vão além dos limites das relações causais ou funcionais imediatas. Mas, existem diversas perspectivas teórico-metodológicas na Sociologia que desenvolvem estudos em campos variados revelando diferentes posições da vida social.

A Sociologia Crítica se preocupa com os processos que desencadeiam as questões sociais, seus significados e suas explicações mais amplas. Para essa perspectiva analítica, os dados de uma pesquisa não se referem apenas a uma situação imediata, trata-se de um processo histórico, estabelecido por relações políticas e econômicas passadas. Desse modo, busca-se compreender as causas do fenômeno investigado procurando entender a dinâmica do processo, a estrutura na qual se realiza e as contradições que enseja. Para desvendar a essência do fenômeno e conhecer a questão em sua totalidade, é necessário entender as contradições das situações e das relações sociais, contrapondo pontos que fazem parte do processo e que muitas vezes se põem em conflito. As perspectivas sociológicas se distinguem, tanto pelo aspecto teórico, quanto pelos procedimentos metodológicos, que geralmente se estebelecem a partir dos objetivos da pesquisa. A sociologia crítica se insere no campo dos estudos voltados ao desenvolvimento da ciência, buscando oferecer contribuições contundentes ao conhecimento sociológico.

Os estudos situados nesse campo visam o conhecimento, o desenvolvimento da própria ciência, a verificação de hipóteses e o entendimento crítico da vida social com base em uma perspectiva engajada, que exige do pesquisador uma postura pautada na ética e na coerência da construção do objeto e dos pressupostos analíticos de investigação. O estabelecimento desses princípios de análise, de técnicas e de procedimentos o pesquisador deve escolher em função dos objetivos da sua pesquisa, dos recursos materiais e humanos, sendo que toda pesquisa é um processo que, em alguns casos, pode se estender por longo tempo. A depender da dimensão da investigação, essa pode ser rápida ou demorada, mas, certamente, os objetos mais complexos demandam mais tempo de análise. O pesquisador desenvolve a elaboração de um conjunto de ideias que serve para organizar a realidade, observando e distinguindo os fatos que a compõem. Deste modo, cria uma metodologia própria que atenda às necessidades do objeto.

Uma metodologia coerente que seja executada com rigor é um dos procedimentos mais importantes na pesquisa sociológica. Portanto, é tarefa do cientista social a construção do seu objeto de estudo, com base em conceitos, instrumentos e técnicas de pesquisa guiadas por instruções fundamentais para prosseguir com o ato investigativo. Há, portanto, uma relação direta entre os conceitos e o modo de abordar a realidade na qual o pesquisador deverá utilizar indicadores que se constituem em elementos empiricamente perceptíveis que traduzem em categorias. Neste sentido, o papel da teoria é fundamental para a conceituação e escolha dos indicadores, é essa que permite recortar a realidade. “A teoria formula o problema sob a forma de conceitos que por sua vez se traduzem em indicadores que são empiricamente apreensíveis e que funcionam como seus “sintomas” [...]” (COSTA, 2005, p. 338).

Os procedimentos empíricos que possibilitam ao pesquisador obter os indicadores com os quais tecerá suas análises são indicados pela “pesquisa de campo”, que realiza utilizando técnicas diversas que favoreçam a investigação. A observação é a principal técnica que o pesquisador social realiza, instrumentalizado por teorias que permitam aprofundar o olhar, orientando o cientista social a observar atentamente o campo onde coleta e seleciona informações para depois organizar os dados da realidade. Porém, uma observação atenta é mais do que apenas “olhar” a

manifestação do objeto em campo, é discernir e selecionar os aspectos que são essenciais ao entendimento do problema investigado. Assim, existem diferentes técnicas de observação que podem ser utilizadas a depender da necessidade da pesquisa, como observação participante, à distância e repetida. Em todos esses tipos de observações, o que não pode faltar é o registro sistemático dos dados observados.

Procurando escapar das teorizações excessivas para construir uma análise das relações sociais e das formas de ação das pessoas na sociedade, nos colocamos em campo para realizar a tarefa de observar e entender as relações de produção, no nível da circulação, prosseguindo em busca de uma integração entre as pesquisas mais amplas e históricas e os estudos mais particulares que ressaltem as especificidades empíricas. Essa integração foi alcançada ao buscarmos compreender as evidências empíricas que aparecem na realização de formas de sobrevivência do comércio popular através da relação com a cidade.

O interesse de compreender a situação de trabalho dos vendedores ambulantes a partir da ocupação dos espaços púbicos para a realização da atividade na cidade de Salvador surgiu de observações empíricas realizadas antes da pesquisa. A inquietação causada pela intensa presença desses trabalhadores nos espaços da cidade nos mobilizou a desenvolver a pesquisa que passou pelas etapas já comentadas, contemplando a necessidade teórica de entendimento dos debates e das noções que, em alguma medida, explicam o fenômeno da informalidade. O amadurecimento necessário para a compreensão da questão levou tempo, por ser um campo marcado por controvérsias e ambuiguidades, resultando no aprofundamento da investigação a partir de leituras intercaladas com investidas a campo para observar na realidade as questões que apontavam os textos.

Dando sequência ao trabalho, a pesquisa foi realizada com base na convicção de que as evidências do trabalho de campo se tornam mais elucidativas através da perspectiva dialética e história. Apesar dos diversos enfoques sobre o que seja pesquisa qualitativa, é possível identificar algumas características em comum que esclarecem sobre esse procedimento e sobre a pertinência e adequação desta com os princípios teóricos e metodológicos adotados. A pesquisa qualitativa busca

investigar “o mundo lá fora”, dos contextos fechados de pesquisa, para “[...] entender, descrever e às vezes explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes” (GIBBS, 2009, p. 8). Assim os pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa balizaram o caminho para a escolha de uma amostra não probabilística, selecionada por conveniência, por representar bem a situação de ocupação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes no espaço público. Como a preocupação não era com o rigor estatístico, nem conseguimos identificar o universo dos ambulantes no centro da cidade, a amostra foi escolhida por critérios de localização e de legalidade, ou seja, selecionamos a amostra principalmente a partir da cobertura da Rua da Forca, priorizando aqueles que foram relocados para o novo espaço. Para diversificar a amostra inserimos também ambulantes itinerantes e fixos em outro ponto da avenida.

Os critérios de escolha da amostra dos 28 (vinte e oito) ambulantes levaram em conta aspectos de gênero, selecionado a mesma proporção de homens e mulheres, do tipo da atividade comercial e principalmente da forma de utilização do espaço público, no sentido de ser fixo ou itinerante. Para a distinção da categoria quando a forma de ocupação do espaço, lançamos mão das noções de “estabelecidos e *outsiders*” de Elias (2000), considerando os ambulantes com ponto fixo, licenciados pela Prefeitura como os “estabelecidos” e os que trabalham circulando por não ter autorização municipal como os “*outrsiders*”. Os vendedores ambulantes representam uma categoria muito diversificada nos seus modos de ser, os ambulantes acompanhados são adultos quase idosos, homens e mulheres com trajetórias ocupacionais com experiência em outras áreas, com semelhanças quanto suposta “opção” pelo comércio informal, que realizam há tempo considerável, em geral, com metamorfoses quanto as mercadorias e as formas de comercializá-la. O que comercializar é uma questão que, em alguma medida, define a forma de fazer, seja buscando conseguir uma licença para ser um ambulante “estabelecido”, com ponto fixo e reconhecido ou preferindo trabalhar na ilegalidade da itinerância sem autorização, como “outsiders” (ELIAS, 2000). Evidentemente que essa distinção não pode ser generalizada, ao contrário, precisa ser relativizada, porque às vezes, os outsiders vivenciam situações mais favoráveis ao negócio do que os estabelecidos.

Diante dos estudos existentes e da bibliografa relacionada, traçamos um panorama da realidade dos vendedores ambulantes da cidade para conseguir construir uma problemática que contribuísse com o conhecimento, agregando alguma novidade. Para isto, realizamos um longo trabalho de campo[16], fazendo visitas periódicas aos campos escolhidos como espaços da pesquisa, sendo a Avenida Sete de Setembro o eixo central, pelo fato de está acontecendo uma reforma urbana no local, onde fizemos observações repetidas do fenômeno. Mas, observamos a atuação dos ambulantes em espaços diversos e em momentos diferentes nas áreas selecionadas ao longo da referida avenida. Durante o trabalho de campo tomamos nota das situações observadas, das estruturas físicas dos espaços ocupados e das relações percebidas entre os sujeitos e os agentes de fiscalização. Além dos registros no caderno de campo, realizamos entrevistas gravadas, conversamos informalmente, visitamos instituições, a exemplo da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP, da Fundação Mário Leal e do SEBRAE onde procuramos adquirir documentos e informações sobre a regulação do trabalho informal e sobre as reformas urbanas realizadas pela Prefeitura em determinados locais da cidade.

Resgatando a perspectiva histórica de Salvador, como importante cidade colonial, alguns historiadores baianos (MATTOSO, 1978; MATTOS, 2011; REIS, 2000, SOARES, 1996,) destacam a presença significativa de "ganhadores e ganhadeiras" que realizavam nas ruas "atividades de ganho" servindo e alimentando a população. Esses estudos constituem importantes referenciais para a definição do ponto de partida analítico desta tese. A história registra a ocorrência do trabalho autônomo ou "quase livre" em todo o percurso de construção da sociedade brasileira, apesar do mercado de trabalho livre só ser formado oficialmente após a abolição. Mas, desde sempre as atividades comerciais realizadas nos espaços públicos – estações, ruas, praças, feiras, etc. – foram fundamentais para garantir a reprodução da força de trabalho. Os vendedores ambulantes abastecem desde

[16] . O trabalho de campo aconteceu em períodos diferentes, inicialmente realizamos observações preliminares para sentir o campo e a partir daí elaborar os instrumentos. Em 2012 e 2013, realizamos registros sobre o trabalho dos ambulantes na praia do Porto da Barra ainda sem muita base teórica, arriscando algumas entrevistas sem roteiro. Só após o exame de qualificação em 2014, iniciamos as entrevistas em campo que aconteceram à maioria neste ano, mas, em 2015 e 2016, aumentamos a quantidade de entrevistados. Durante o trabalho de análise dos dados e de escrita voltamos a campo para tirar dúvidas e observar a frequência dos ambulantes nos seus territórios de trabalho.

sempre a classe trabalhadora com o comércio de alimentos e de outras utilidades, principalmente em feiras livres e a domicílio. O reconhecimento do papel dos escravos de ganho e dos vendedores ambulantes na constituição da cidade de Salvador é salutar diante da enorme funcionalidade deles, como veremos mais na frente, para o sistema que se beneficia do trabalho desse enorme exército de reserva.

Ao correlacionar a história dos ganhadores com a dos vendedores ambulantes, na contemporaneidade, percebemos semelhantes contradições e conflitos que envolvem o comércio ambulante, na diversificada manifestação de suas práticas, dos produtos comercializados e das formas de controle da atividade. Atualmente, a realidade dos vendedores ambulantes pode ser mais complicada, considerando a imprescindibilidade desses trabalhadores na época em que certos produtos monopolizados pelos vendedores eram fundamentais para a sobrevivência das pessoas. Com o passar do tempo à atuação dos vendedores ambulantes foi deixando de ser imprescindível, principalmente, após a introdução dos eletrodomésticos de refrigeração que passaram a permitir certo estoque de alimentos. As lojas e os shoppings com suas inúmeras opções de compra também reduziram a importância dos vendedores de confecção. Apesar da redução da necessidade do serviço desses trabalhadores do comércio popular, defendemos que os vendedores ambulantes continuam sendo funcionais para o sistema e até para parte da população, na medida em que contribuem para a acumulação do capital no campo da circulação, enquanto “trabalhadores gratuitos” como argumenta Durães (2013).

Deste modo, os ambulantes se espalham pela cidade tornando muitos lugares viáveis para a circulação das pessoas. Nas praias, ruas, praças, passarelas, estações e até dentro dos ônibus, em alguma medida, viabilizam o uso dos espaços para os transeuntes, oferecendo água e alimentos que permitem uma passagem prolongada. A concentração de ambulantes geralmente acontece em locais próximo de empreendimentos comerciais, ou em espaços movimentados culturalmente. A comercialização de alimentos contribui diretamente para a reprodução da força de trabalho suprindo as necessidades de consumo dos trabalhadores a preços acessíveis. Na proximidade dos shoppings centers é comum à presença desses

ambulantes garantindo a alimentação dos assalariados que trabalham nesses estabelecimentos de consumo, onde os salários dos funcionários não permitem que se alimentem no mesmo ambiente. A passarela do Shopping Barra em Salvador é um exemplo emblemático disso, nos pontos de ônibus há a intensa presença de ambulantes de alimentos e bebidas. A concentração de gente em determinados horários em torno desses ambulantes revela como os consumidores aproveitam a saída do trabalho para tomar uma cerveja ou fazer um lanche enquanto aguardam a condução.

A intensa concentração populacional vem alterando a dinâmica urbana de Salvador, aumentando a segregação espacial e as desigualdades sociais. A concorrência entre os trabalhadores de todos dos campos, aparece também entre os ambulantes, impondo limites para a realização de atividades de trabalho nos espaços públicos de maior visibilidade. A população empobrecida que cresce nas periferias da cidade, sem encontrar emprego com salário digno, toma as ruas e demais espaços públicos comercializando mercadorias, que acreditam dar algum retorno financeiro. Para desenvolver as atividades comerciais os ambulantes geralmente buscam os locais mais movimentados da cidade, provavelmente já ocupados por outros vendedores. Os bairros centrais são os mais procurados, principalmente, o centro comercial, se tornando os espaços mais controlados e vigiados pelo poder público. Mas, os bairros populares também concentram quantidade significativa de vendedores ambulantes nas suas áreas comerciais. O desenvolvimento comercial nos bairros populares é um fenômeno relativamente recente que tem reduzido o fluxo de pessoas ao centro da cidade.

Durante a pesquisa de campo, observamos a situação das mulheres com mais atenção. Presenciamos cenas de trabalho feminino marcado pela extrema precariedade, mas realizado com criatividade e habilidade. A cena marcante de uma vendedora de lanche que arrastava um carrinho de bebê adaptado[17] para funcionar como suporte móvel para lanche vale a pena ser logo relatado. O filho ainda pequeno, que provavelmente era o dono do carrinho, andava ao lado, segurado por

[17] . A transformação de carrinhos de bebê em tecnologia adaptada para o trabalho tem sido muito comum na cidade, a estrutura leve e móvel desses carrinhos serve para transportar recipientes diversos, utilizados principalmente para comércio de balas, cigarros e salgadinhos.

uma das mãos, enquanto com a outra mão a mulher empurrava o equipamento e levava uma sacola plástica cheia de latinhas de alumínio para reciclagem. Aquela mãe conduzindo uma criança e o carrinho de bebê adaptado depois de uma "jornada" que provavelmente tinha começado muito cedo cortava o coração. Na estrutura do antigo carrinho transportava um isopor para bebida e em cima dele havia um vasilhame plástico retangular usado para transportar os salgados. Com habilidade, ao mesmo tempo, comercializava lanches, catava latas e cuidava do filho.

A criança provavelmente cansada do percurso e do desconforto daquela vida, caminhava sem reclamar ao lado da mãe, mulher madura que pelo perfil transparecia as dificuldades que enfrentava com aparente força e determinação. Ela desenvolvia um pequeno comércio individual associado à maternidade, certamente, sem a ajuda do pai da criança, como acontece com muitas mulheres que arcam sozinha com a criação dos filhos com muita privação. A falta de creches públicas é um problema social que obriga muitas trabalhadoras a levarem seus filhos para a lida nas ruas conciliando dois esforços de trabalho. As "mulheres chefes de família" que desenvolvem atividades comerciais investem potencial físico e financeiro na luta cotidiana pela sobrevivência. Dá conta de tarefas domésticas, maternas e de comércio é um desafio exaustivo para essas mulheres, guerreiras que aparecem na pesquisa com força e resistência por vencer tantas dificuldades em condições adversas.

1.4. A ESTRUTURA DA TESE

Iniciamos a tese com um capítulo sobre o mercado do trabalho livre em Salvador para identificar historicamente as normas de controle do trabalho nas ruas, ressaltando a relevância histórica dos vendedores ambulantes para a acumulação do capital, diante da imprescindibilidade desses trabalhadores no Brasil colonial. Os homens e mulheres quase livres, escravos e libertos para o trabalho nas ruas atuavam por conta própria fazendo escoar a produção industrial e artesanal, contribuindo diretamente com a circulação das mercadorias com seus pequenos

negócios. Essa parte da classe trabalhadora que se impõe longas jornadas, investindo todos os recursos que dispõem em capital e trabalho, merece reconhecimento e proteção. Mesmo primando pela criatividade e qualidade dos produtos esses trabalhadores não têm nenhuma garantia de que serão respeitados quando ao direito de desenvolver suas atividades nos espaços da cidade. Os "cantos de trabalho" (REIS, 2000) desde sempre foram controlados e fiscalizados pelo poder público, que, de alguma forma, tentava coibir as práticas de trabalho nas ruas fazendo vista grossa quando necessário.

É salutar reconhecer a presença e a participação da categoria dos vendedores ambulantes na estrutura social da cidade diante da invisibilidade e injustiça política que sofrem por falta de reconhecimento. Apesar de favorecer o capital, os trabalhadores informais do comércio sempre foram discriminados em diversos sentidos, principalmente em termos jurídicos, com direitos restritos a condição de classe sem salário e sem proteção social. A partir do contexto histórico marcado por imposições econômicas e políticas externas destacamos a importância da categoria responsável pela circulação das mercadorias importadas e pelo abastecimento da população com produtos alimentícios. O registro histórico das atividades desenvolvidas pelos ganhadores e ganhadeiras, inclusive com a mobilização de classe através de conspirações e greves, evidencia que o mercado de trabalho livre se constituiu antes da abolição, com a participação de diferentes categorias de trabalhadores quanto à condição de liberdade.

Neste segundo capítulo apresentamos o percurso histórico do segmento da classe trabalhadora "quase livre", considerada recentemente como autônoma ou por conta própria, por revelar contradições que ainda persistem no panorama do mercado de trabalho no Brasil. Em contexto de endurecimento do controle e de rígida política de arrecadação pública nas vésperas da abolição, os trabalhadores de ganho, compostos por escravos, libertos e livres, organizaram uma greve que teve ampla repercussão surtindo efeitos que reverteram à situação (REIS, 1993). A organização classista dos ganhadores gerou repressão policial que foi enfrentada com resistência e luta por parte dos trabalhadores. A desobediência civil foi possível de ser organizada porque os ganhadores tinham certa autonomia para estabelecer o tempo e o espaço de trabalho. A realidade dos tradicionais trabalhadores informais

após a escravidão não muda muito, esses continuam sem direitos, sendo até marginalizados por não integrarem a categoria dos trabalhadores assalariados que representa oficialmente o trabalho livre após a abolição. Os debates acadêmicos e as políticas desenvolvimentistas se cercam de noções como setor informal, marginalidade e informalidade para tratar do subdesenvolvimento que caracterizava a nossa realidade social.

No terceiro capítulo realizamos uma reflexão teórica, considerando seus nexos empíricos, sobre a noção de informalidade, apresentando o debate preliminar e as perspectivas que foram desenvolvidos quando a temática se tornou alvo de interesse do conhecimento nas Ciências Sociais. Esses debates foram marcados por ambiguidades e controvérsias, gerando muita polêmica e confronto ideológico, diante das diferentes interpretações e concepções sobre o fenômeno. Inicialmente entendida como marginalidade, no sentido da não integração aos moldes capitalistas de produção, era compreendida com condição pré-capitalista, como uma fase anterior e inferior ao capitalismo avançado da modernização almejada pelo modelo de assalariamento. Nesse primeiro momento os debates foram pautados pelas discussões sobre os processos de subdesenvolvimento atrelados ao desenvolvimento do capitalismo.

Enquanto atividade concebida como arcaica ou pré-capitalista, a informalidade era analisada como uma das características marcantes do subdesenvolvimento, sendo interpretada por diferentes perspectivas, a partir dos estudos da CEPAL e das teorias da dependência. Por muito tempo a informalidade foi tratada como condição provisória pelos pressupostos cepalinos que acreditavam na sua superação da com o desenvolvimento da modernidade via industrialização. Nas Ciências Sociais nesse período, a questão era estudada pela Sociologia Urbana através da Teoria da Marginalidade e de outros estudos inspirados na Escola de Chicago. As discussões preliminares estavam relacionadas com as análises econômicas sobre a situação dos países periféricos em relação ao desenvolvimento do capitalismo central, apontando para a condição de dependência e subordinação dos países subdesenvolvidos em relação aos países dominantes.

No quarto capítulo oferecemos um debate mais recente sobre a “nova informalidade” que mudou de conotação, ao passar de condição provisória e localizada para permanente e generalizada. Como não foi superada com a industrialização, como previam os estudos da CEPAL, a informalidade se afirma como permanente e com a reestruturação produtiva se generaliza no mundo. A “nova informalidade” aparece agora como resultante da globalização e das políticas neoliberais que ampliam as desigualdades, reduzindo postos de trabalho e direitos trabalhistas. A flexibilização do trabalho amplia a concorrência com a ocorrência do emprego mais desprotegido, fazendo aparecer contratos informais em espaços formalizados de trabalho, através das terceirizações e de outros contratos temporários. Algumas interpretações acadêmicas buscam estabelecer relações entre informalidade e empreendedorismo, na medida em que o aumento dos contratos temporários e incertos cria uma nova dimensão para a informalidade e essa é ressignificada para subsidiar o novo modelo de acumulação flexível. Desde modo, a informalidade passa de uma representação negativa de vulnerabilidade social para a idealização positiva de situação promissora como um bom negócio para um micro empreendedor individual. Essa nova cultura do trabalho baseada no empreendedorismo e na empregabilidade exige esforço demasiado dos indivíduos.

É neste contexto de crise do capitalismo global que reaparece a reflexão sobre o crescimento da informalidade, com a precarização do trabalho que produz a “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 2009). A precarização do trabalho avança em todo mundo passando a representar a nova preocupação quanto à metamorfose da questão social gerando muitas pesquisas e estudos para entender a situação dos novos condenados do sistema. Para resolver o paradoxo do momento, o discurso oficial[18] investe na difusão do empreendedorismo e da empregabilidade como melhor opção frente ao crescimento da informalidade. A ideia demonstra a perversidade do capitalismo, que por não garantir trabalho para todos, desenvolve concepções que colocam sobre os sujeitos a responsabilidade pela sobrevivência num sistema desigual de acumulação flexível. Deste modo, neste capítulo desenvolvemos uma reflexão crítica sobre essas noções localizando a complexa ambiguidade que envolve estes conceitos.

[18] No sentido institucional e midiático que difundem a ideia do empreendedorismo como saída para o desemprego.

O debate sobre a informalidade volta à cena acadêmica, depois de certo período de esquecimento, provocado pelas mudanças do capitalismo globalizado. Contraditoriamente o enfoque se volta para os aspectos jurídicos relacionados ao fenômeno propriamente dito, ao invés de investigar as causas do crescimento da informalidade em relação aos processos de precarização do trabalho no Brasil e no mundo. Agora são principalmente os países desenvolvidos que enfrentam mais diretamente os efeitos da precarização agravados com as recentes crises econômicas e as políticas de ajuste fiscal, com cortes de salários e redução dos direitos trabalhistas. No Brasil, a informalidade é histórica e atinge parte significativa da classe trabalhadora desde sempre. Desse modo, a "fragmentação do proletariado" (BIHR, 1998) ocorrida com as terceirizações e com os processos de informalização dos empregos assalariados é posterior à heterogeneidade da classe trabalhadora, que no país aparece dividida em, praticamente, metade de trabalhadores formais, assalariados com carteira assinada ou estatuários, e a outra metade de trabalhadores informais, com assalariados sem carteira assinada e por conta própria, como demonstram os dados secundários sobre a informalidade.

No quinto capítulo desenvolvemos uma reflexão sobre o espaço público urbano a partir da noção de direito à cidade de Lefebreve (1991) para analisar os processos de ocupação de "território de trabalho" pelos vendedores ambulantes na tentativa de estabelecer relações entre o trabalho informal e a cidade, como palco de manifestações socioeconômicas, políticas e culturais onde é possível se observar os impactos do capital. De fato, os processos de urbanização revelam como as forças produtivas comandadas pelo capital produzem o espaço na perspectiva dos interesses dominantes. Os projetos de requalificação de áreas urbanas consideradas degradadas em Salvador demonstram que as reformas dos espaços públicos urbanos não são feitas para melhorar as condições do uso desses espaços pelos trabalhadores, mas para atender as necessidades do capital, através de suntuosos investimentos que favorecem os empreendimentos imobiliários ou comerciais. Repensar a cidade revisitando Lefebvre foi interessante por destacar as dimensões do espaço no sentido do vivido, do percebido e do imaginado. Perceber as dimensões do vivido através das práticas espaciais e identificar as

representações do espaço iluminou a dimensão do espaço imaginado, como uma utopia do direito ao uso da cidade para o trabalho.

O centro histórico de Salvador foi o espaço principal de observação por ser um local historicamente utilizado pelos tradicionais trabalhadores do comércio ambulante. No centro da cidade os espaços são muito disputados e há lutas e resistências para preservar o direito de uso para o trabalho. Problematizamos o direito à cidade para o direito ao trabalho a partir dos processos de ocupação e expropriação de "territórios de trabalho" utilizados pelos ambulantes. O reordenamento público do centro da cidade para coibir os ambulantes nas calçadas e praças da histórica Avenida Sete de Setembro nos obrigou a investigar as reformas urbanas que foram realizadas com essa intenção. A requalificação das áreas observadas evidencia a lógica de produção das cidades para poucos, na medida em que tais empreendimentos são baseados na gentrificação e na expropriação dos espaços de trabalho dos ambulantes. A "cidade como mercadoria" (GORDILHO-SOUZA, 2014) vira balcão de negócios e os espaços públicos ficam sob o domínio da iniciativa privada enquanto deveria ser para todos.

Por fim, no sexto capítulo apresentamos os dados empíricos, coletados em campo, a partir da descrição do perfil socioeconômico dos ambulantes entrevistados e acompanhados. Os trabalhadores investigados dedicaram a vida ao trabalho para garantir a sobrevivência em condições mínimas, enfrentando a precariedade durante toda a trajetória ocupacional, mesmo quando mudam para posições de emprego formalizado. Diante do intenso desgaste na luta diária do comércio incerto e sem nenhuma proteção social muitos ambulantes realizam outros trabalhos em paralelo ou desistem do negócio. A trajetória ocupacional dos trabalhadores acompanhados revelam mudanças no tipo de trabalho, com oscilações entre empregos, desemprego e atividades comerciais por conta própria. A realidade da classe trabalhadora de nível educacional básico é pesada, com longas jornadas de trabalho, baixos salários ou rendimento insuficiente muita gente sofre para sobreviver nesta cidade desigual. Em muitos casos, a situação é extremamente precária, quando o negócio se restringe a uma pequena "guia" que produz pequeno movimento de capital para atender as necessidades básicas no "[...] modo de sobrevivência "da mão para a boca""(MÉSZAROS, 2014, p. 31). Por outro lado, em

alguns casos o comércio pode ser promissor, permitindo uma melhor condição na vida para os indivíduos que conseguem um rendimento superior ao salário mínimo.

Mas, a luta pela sobrevivência no comércio ambulante é uma saga na vida dos pequenos vendedores, requer condições viáveis de ocupação do espaço para o trabalho, disposição física, capacidade administrativa, capital e racionalidade na escolha de mercadorias que sejam vendáveis nos espaços ocupados. A mercadoria é parte importante da odisseia que exige do trabalhador muito mais do que muitos aguentam dar. Para sobreviver às crises e as barreiras do trabalho autônomo nos espaços públicos é preciso enfrentar inúmeras dificuldades, fazendo esforços hercúleos para resistir e não desistir diante dos impedimentos. Para além das dificuldades do cotidiano de trabalho, relacionada aos deslocamentos, manutenção do espaço e das mercadorias, pagamento das despesas etc. esses ainda enfrentam a tensão da fiscalização municipal, com perseguições quando a atividade é exercida sem autorização em local considerado indevido.

Enfim, os (as) trabalhadores (as) do comércio ambulante são integrantes da classe trabalhadora com funcionalidade para o capital. Além de contribuir diretamente para a circulação das mercadorias industrializadas, os vendedores de lanches e refeições alimentam a classe trabalhadora assalariada, reproduzindo a força de trabalho com o fornecimento de alimentos a preços acessíveis. No processo de produção e comercialização de lanches e refeições, esses (as), principalmente as mulheres negras no caso de Salvador, transformam mercadorias em produtos artesanais ou caseiros. A produção e venda desses alimentos cumpre um papel na sociedade capitalista, garantindo a reprodução da força de trabalho a baixos custos, favorecendo a superexploração do trabalho. A recente precarização e a histórica superexploração do trabalho dos assalariados brasileiros encontram o apoio substancial da “superpopulação excedente” (MARX, 1985) que enquanto exército de reserva disponível ao capital faz a circulação.

2. O MERCADO DE TRABALHO LIVRE EM SALVADOR.

2.1. SALVADOR: SEMPRE ESPAÇO MERCADO E GENTE A MERCAR

A história do mercado de trabalho livre[19] em Salvador é marcada por conflitos e contradições quanto à liberdade e aos direitos dos trabalhadores devido ao tipo de política econômica implantada na colônia, baseada no trabalho escravo, com intenso comércio humano nesta que foi a primeira capital do Brasil. A principal função do mercado de Salvador até o século XIX era o comércio internacional, conforme estabelecia o modelo agroexportador que foi implantado no país desde o século XVI. A colonização portuguesa não tinha intenção de povoamento, apenas de exploração voltada principalmente para a extração das riquezas naturais e de produtos primários para exportação. O esforço da coroa portuguesa em manter a colônia sob o seu domínio político foi enorme, mas o empreendimento colonial estava mesmo destinado ao enriquecimento de outros países dominantes, principalmente da Inglaterra que comandava o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A "cidade da baía" por sua geografia especial desempenhou perfeitamente o seu papel como importante praça de distribuição de mercadorias, realizando o escoamento de bens manufaturados destinados ao abastecimento interno. Salvador funcionava como entreposto das exportações, servindo ao mesmo tempo como mercado consumidor e distribuidor de produtos importados, assim como dos confeccionados e cultivados artesanalmente na região do Recôncavo baiano[20]. A cidade foi construída na ponta da península por razões políticas e econômicas, em lugar estratégico pela existência das águas calmas da Baía de Todos os Santos que servia de excelente porto para as embarcações. O local oferecia também um alto relevo à beira mar, uma muralha natural que favorecia a proteção de possíveis

[19] . Trabalho livre é aqui entendido como atividade laboral realizada por não escravos e não proprietários de terra, já que a estrutura colonial se dava em moldes oligárquicos com mão de obra escrava. No quadro estrutural dessas relações de poder e mando, o trabalho livre enfrentou problemas de ordem objetiva e subjetiva, com dificuldades concretas e de concepção por ser mal visto na época da escravidão.

[20] . O recôncavo foi responsável pela produção agrícola que atendia aos interesses comerciais da metrópole portuguesa. Nos engenhos da região se produzia a cana de açúcar que seria exportada pelos portos de Salvador. "[...] A rede urbana do recôncavo baiano já estava formada no primeiro quartel do século XVIII. Eram povoações onde se reunia a produção de açúcar, tabaco, farinha de mandioca e materiais de construção para ser enviada de saveiro a Salvador." (AZEVEDO, 2011)

ataques estrangeiros. Na parte alta foram construídas as igrejas, sedes do governo e as primeiras residências, enquanto o comércio se espalhou embaixo nas margens do cais. Essa rara formação em dois planos era ideal para garantir a segurança ao poder colonial. A dimensão mais elevada da escarpa possibilitou a construção da Cidade Alta como sede política, religiosa e residencial e a Cidade Baixa[21] como área comercial, concentrando lojas de diversos tipos, instituições bancárias, trapiches e espaços para construção e manutenção de embarcações.

A escolha do local para a construção da primeira cidade capital do Brasil foi acertada (FREITAG, 2002), pois a região dispunha de todas as condições necessárias para a efetivação do processo de exploração. A localização geográfica garantia proteção e facilitava a comercialização e o deslocamento das mercadorias no sentido marítimo e inter-regional. Salvador se "[...] constitui em um tipo autêntico de organização urbana, cuja principal razão de ser é a economia comercial especulativa" (SANTOS, 2012, p.191). A cidade fornece um bom exemplo de metrópole comercial, originada do sistema colonial para servir ao desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial funcionando como mercado fornecedor de matérias primas e consumidor das mercadorias industrializadas. Mesmo com essa dupla atribuição econômica, o mercado de trabalho urbano tinha limites de integração para os trabalhadores livres na medida em que o grosso da produção se realizava nos campos através do trabalho escravo.

O Recôncavo baiano, região do entorno rural da baía, garantia terras férteis que atendiam perfeitamente às necessidades da plantação da cana de açúcar, principal matéria-prima requerida para a exportação. A região fornecia também os produtos agropecuários que atendiam às necessidades de sobrevivência da população local. O fluxo de mercadorias em Salvador era constante e intenso por conta das transações comerciais entre a metrópole e a colônia. A influência econômica de Salvador se estendia para o interior, onde se desenvolvia a produção agrícola de dimensão industrial, na medida em que quase toda grande fazenda dispunha de uma usina para produção do açúcar. Dos engenhos o açúcar

[21]. Quanto a essa composição de Cidade Alta e Cidade Baixa, Milton Santos (2012) alerta que tais denominações persistem apesar de atualmente não fazer mais sentido, visto que essa divisão só corresponde à parte histórica, os novos bairros não podem ser classificados por tal critério.

descia para o porto de Salvador para ser embarcado para a Europa, de onde vinham às mercadorias industrializadas que nem sempre atendiam a demanda do mercado interno.

A ligação da cidade com seu entorno se estabelecia facilmente graças à conexão da larga baía com os rios que nela desaguam, oferecendo caminhos navegáveis que articulam uma extensa zona de terras férteis à capital portuária. A localização de Salvador foi escolhida criteriosamente em função das facilidades de navegação e da existência de terras propícias para a plantação de cana e produção do açúcar para exportação. Existiam outras funções políticas para Salvador, cuja vida econômica foi essencialmente comercial, apesar das tentativas de “modernização” com o estabelecimento de atividades industriais que nasceram sem prosperar, por volta da segunda metade do século XIX. Segundo Mattoso, “[...] o mercado de trocas, a nível internacional domina de longe todas as atividades comerciais e financeiras da Bahia.” (1978, p. 239) no período. O comércio era a principal tarefa quando tudo girava em torno dos interesses da coroa portuguesa que tinha a posse da terra como propriedade particular.

O mercado local tinha a obrigação de colocar no mercado externo a produção agrícola que se concentrava em poucas espécies, a grande lavoura era destinada ao cultivo da cana de açúcar, fumo, café, etc. Segundo Prado Jr, “[...] é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro”. (1986, p. 130). Com isto, a funcionalidade e a estrutura do mercado de Salvador foram prejudicadas pelas instabilidades, atribuídas às flutuações do mercado externo quanto aos preços dos produtos exportados e importados. As forças externas e a falta de políticas nacionalistas faziam com que predominasse a política internacional baseada no liberalismo econômico que avantajava as importações e não as exportações. A política internacional imposta pelo colonialismo explorava as terras da América Latina em benefício das metrópoles europeias. O colonialismo realizou um sistema de exploração das terras da região abrindo veias, que produziu “[...] a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra”, considerando que “[...] o desenvolvimento é uma viagem com mais náufragos do que navegantes” (GALEANO, 1987, p. 187)

O colonialismo destinado à acumulação do capital no período do capitalismo mercantil foi fundamental para a emergência do capitalismo industrial na Inglaterra. Os países dominantes sugaram das terras “descobertas” as riquezas minerais e as matérias-primas favorecendo amplamente o centro hegemônico. A exploração da terra, dos povos originários e dos africanos transportados para atuar como mão-de-obra escrava foi um negócio altamente lucrativo. Mas, o tráfico de escravos era moralmente abominável e contraditório para um sistema que instituía o trabalho assalariado. Escravizar pessoas raptadas da sua terra e do seu povo foi um comércio ilícito que enriqueceu a Europa com manchas de sangue. Esta história de exploração comprova que “[...] a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial”. (GALEANO, 1987, p. 14). Uma integração perversa que sacrificou muitas vidas na construção do desenvolvimento do capitalismo central, produzindo e reproduzindo desigualdades na periferia através do escravismo e da exploração da terra. Como o empreendimento colonial se restringia aos interesses centrais, o comércio era uma das poucas possibilidades de ascensão social para quem não tinha poder econômico.

Neste sentido, o mercado de Salvador ainda no século XIX se configurava como um mercado internacional que pulsava segundo as condições instáveis do mercado externo e sofria as influências negativas internas das oscilações climáticas, políticas ou financeiras, além das desfavoráveis questões relacionadas à saúde pública, considerando que as epidemias dizimavam parte da população, prejudicando a produção. Durante séculos a economia nacional esteve voltada exclusivamente a agroexportação, baseada no trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura. Atendendo aos interesses externos, o projeto econômico estabeleceu desde sempre a condição de dependência política imposta pela colonização que se estendeu por um longo período histórico, passando do Império às Repúblicas, com consequências sociais que perduram no tempo.

Segundo vários autores, o modelo econômico agroexportador representou um atraso para o desenvolvimento nacional, na medida em que não permitia a produção industrial, restringindo as transações comerciais aos negócios agrícolas para a exportação. O colonialismo no Brasil e nos demais países da América

Latina consolidou um esquema expropriador necessário ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais por propiciar extraordinária acumulação de capital. Esse processo produziu o desenvolvimento externo e o atraso interno. A região pagou caro o preço da colonização com o enriquecimento europeu e com a eterna dependência que produziu profundas desigualdades sociais.

Mas, apesar da situação de subordinação, para Mattoso o mercado de Salvador estava "[...] perfeitamente integrado no mercado internacional, nacional e regional, como grande centro redistribuidor de mercadorias." (MATTOSO, 1978, p. 245). O mercado da cidade era dinâmico, pelas intensas transações comerciais que aconteciam, mas era um frágil mercado local que enfrentava problemas diversos, inclusive, de abastecimento de certos produtos de necessidade básica. Um mercado com limites de autonomia, resultante dos mecanismos de dominação não poderia estar perfeitamente integrado como pensava a historiadora. Era um mercado com atribuições específicas voltadas primordialmente para o comércio internacional, desse modo não podia estar perfeitamente integrado, ao contrário, estava perifericamente inserido em condição extremamente subordinada e vulnerável, por conta das flutuações do mercado externo e das políticas econômicas, as quais não tinha nenhum controle.

Do ponto de vista interno, o mercado de Salvador foi inibido economicamente, impedindo o desenvolvimento industrial e atrasando a formação do mercado de trabalho livre. Como o trabalho escravo não favorecia o consumo, a venda das mercadorias inglesas ficava muito aquém do esperado, na medida em que o escravismo não movimentava dinheiro nas mãos dos trabalhadores escravizados e reduzia o salário dos poucos trabalhadores livres. A imposição das mercadorias importadas representou um obstáculo para a diversificação da produção de alimentos e de bens duráveis industrializados no país. Para expandir o consumo era necessário dinamizar o mercado interno, que só poderia acontecer se a população estivesse em crescimento e com acesso ao mínimo poder aquisitivo. Deste modo, o trabalho compulsório passou a ser um problema que por decisão externa foi combatido para atender os novos interesses econômicos, que não se beneficiavam com a estrutura social de tipo escravista.

Mas, só após um longo período de quase quatro séculos de extrema dependência política e desvantagem econômica, caracterizado por profundas desigualdades raciais e sociais, se inicia tardiamente em 1930[22] o capitalismo no Brasil. O projeto de desenvolvimento nacional, implantado através das políticas econômicas que ficaram conhecidas como “substituição das importações”, sendo conduzido por acordos internacionais que reforçaram as relações de dependência, consolida nos países da América Latina o “[...] desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1983). As relações de dependência política e econômica sempre favoreceram os países centrais, deixando sequelas irreparáveis na sociedade nacional. As desigualdades e injustiças sociais evidenciam o caráter específico do capitalismo dependente que produziu a questão social do enorme contingente de desempregados, desocupados e “desqualificados” que historicamente sobrevive de atividades comerciais ou de serviços por conta própria.

2.2. A ESTRUTURA ESCRAVISTA DO MERCADO COLONIAL

O mercado de trabalho de Salvador originado do sistema colonial escravista não permitia condições de igualdade entre os trabalhadores durante o longo período da escravidão[23], mesmo depois da abolição o problema continuou, com o assalariamento dos imigrantes brancos e o descaso com a mão de obra negra. O empreendimento colonial foi um negócio altamente lucrativo para os brancos europeus, que arbitrariamente se outorgaram o direito de escravizar, portanto os produtos coloniais e o modo de produzi-los tinham que atender aos interesses do capital. Por isso, PRADO JR (1986) identifica o “sentido da colonização” no organismo social direcionado à produção voltada para o mercado externo como um negócio que só seria lucrativo com o trabalho compulsório. Esse direcionamento foi responsável pelo ordenamento da sociedade colonial brasileira e pela permanência dos efeitos segredadores e racistas na sociedade contemporânea. A função da colônia era exclusivamente produzir excedente que se transformasse em fundo de acumulação para impulsionar a expansão capitalista dos centros metropolitanos.

[22]. Para Florestan Fernandes (1981) o desenvolvimento industrial no Brasil só começa de fato a partir de 1950.
[23] . A escravidão perdurou no Brasil até 1888, apesar do tráfico de escravo ter sido proibido em 1850.

Nesse contexto, a formação do mercado de trabalho acontece em condições adversas no país. A expropriação da terra foi a base do povoamento, expulsando os povos originários para estabelecer o latifúndio e a monocultura, sendo o trabalho escravo a marca basilar dessa exploração. A estrutura do mercado de trabalho brasileiro se constituiu e se consolidou pela superexploração da mão-de-obra, inicialmente através da dominação dialética entre o senhor e o escravo, numa relação antagônica que se mantinha na contradição. Na estrutura colonial “[...] de um lado, havia a massa de escravos que levava adiante o processo produtivo. De outro, os senhores proprietários de grandes extensões de terra” (KOWARICK, 1987, p. 28). Estas categorias eram nitidamente definidas e entrosadas na colonização deixando de fora dos processos produtivos os indivíduos que não se enquadravam em nenhuma dessas condições. Os homens livres sem propriedade e capital eram capatazes, indigentes ou vendedores ambulantes.

A escravidão deixou uma herança terrível no mercado de trabalho do país, na medida em que, produziu um enorme exército de reserva nacional que sofreu as consequências da violência cometida contra os negros africanos comercializados como escravo, gerando discriminações, perseguições e racismo. A contradição do capitalismo ao escravizar mão-de-obra indígena e negra ao mesmo tempo em que instituía o trabalho assalariado demonstrava como o direito ao trabalho assalariado seria um privilégio dos brancos europeus. O sistema instaura o trabalho assalariado, mas se utiliza da prerrogativa de escravizar os negros para incrementar a acumulação. O escravismo implantado na colônia deixa desde sempre um número significativo de indivíduos á margem dos processos produtivos por não se inserir no esquema ou não se submeter ao trabalho naquele sistema.

Os trabalhadores livres foram se avolumando com o tempo, sendo marginalizados numa sociedade que os concebiam e tratavam como “[...] desclassificados, inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupação mais ou menos incerta e aleatória ou sem ocupação alguma”. (KOWARICK, 1987. p. 29) A mentalidade colonial que desqualificava os trabalhadores livres, ainda hoje atinge os

jovens pobres e negros, principalmente os considerados como “nem nem”[24], ou que estão desempregados seja por falta de experiência ou qualificação para o mercado de trabalho[25].

O comércio agroexportador representou um problema para a integração dos trabalhadores livres, na medida em que a produção agrícola e extrativista limitava muito as possibilidades de ocupação. Como o trabalho compulsório era preferível na produção rural, sobravam poucas oportunidades de trabalho para a mão-de-obra livre, considerando que o reduzido setor industrial absorvia uma parcela muito limitada da população. O setor terciário era mais amplo, por incluir os serviços da administração pública, mas tinha limites de absorção, pois os escravos também atuavam nesse campo, prestando serviço para seus senhores. Aos trabalhadores livres restavam poucas possibilidades de trabalho na cidade, apesar dos contextos urbanos terem mais oportunidades de trabalho assalariado, em todas as áreas havia concorrência entre os trabalhadores em diferentes condições de liberdade. Escravos, livres e libertos disputavam as vagas de trabalho em situação bastante desfavorável para o trabalhador livre que tinha sua força de trabalho desvalorizada ao máximo, sendo evidentemente bem pior para os escravizados totalmente explorados. A única saída desses trabalhadores para fugir da exploração e da opressão era o comércio de rua.

Na sociedade brasileira a escravidão se estabeleceu pelo sistema de ganho e pelo regime patriarcal, isso, em alguma medida, amenizava a situação dos escravizados por lhes permitir circular livremente. Para Prado Jr o patriarcalismo “[...] abrandará o contato de senhores e escravos, dando àqueles, um quê de paternal e de protetor dos seus serviçais” (1986, p. 277). Essa visão otimista sobre a relação entre senhor e escravo, parece um exagero quando se sabe que houve muita exploração e maus tratos dos escravizados. Os trabalhadores livres eram negros libertos, brancos pobres, índios e mestiços que viviam em torno do esquema

[24]. Expressão utilizada para representar os jovens que nem estudam nem trabalham. Inclusive esses jovens estão em crescimento no país conforme indicam dados dos IBGE divulgados recentemente. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/geracao-que-nao-trabalha-nem-estuda-aumenta-em-2015.ghtml.

[25] Luiza Bairros aponta a persistência das desigualdades raciais na participação de brancos e negros na força de trabalho no texto “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950-1980”, publicado como parte da sua dissertação de mestrado em História (1987).

escravista. A demarcação racial é importante para ressaltar a situação desigual e hierarquizada que garantia privilégios aos brancos na estrutura social balizada pelas relações de mando. Por outro lado, os negros, índios e os ditos “filhos da terra” não tinham escolha, ocupavam tradicionalmente as funções que os brancos não tinham interesse. Até o comércio foi por muito tempo destinado aos estrangeiros brancos, principalmente aos portugueses, como mascates e caixeiros viajantes homens brancos vinham negociar nas “terras descobertas” numa aventura muitas vezes sem volta.

Seguramente a população branca tinha maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, os homens enquanto empregados e mestres de ofício e as mulheres como professoras e em outras profissões tradicionais. Para o povo negro sobravam as funções e profissões mais pesadas e simples, consideradas humildes na prestação de serviços, a exemplo das atividades domésticas, de carregadores de água ou de cadeira[26] e outros semelhantes com contratos temporários. A impossibilidade do povo negro se inserir nas atividades assalariadas os conduzia a funções de artesões, carregadores, prestadores de serviços e vendedores ambulantes. Apesar de não participar do assalariamento, a mão-de-obra negra movimentava a cidade de Salvador, porque “[...] as atividades econômicas urbanas empregavam tanto escravos como libertos, que se uniam nas ruas no desempenho das mais diversas ocupações” (REIS, 1987, p. 197). A ação integrada de trabalhadores cativos e livres nas ruas desencadeou a formação dos “cantos” de trabalho[27], locais destinados oficialmente para concentrá-los a espera de serviços. Esses espaços favoreciam as organizações e conspirações de classe despertando a preocupação das autoridades, com controle e fiscalização das atividades.

Como muitos autores já mostraram, existe uma imbricada relação entre classe e raça na estrutura social de Salvador resultante do processo de escravização de mão-de-obra africana. A escravidão negra, diferentemente da

[26]. “As cadeiras de arruar eram o meio de transporte mais comum em Salvador, já que a topografia irregular da cidade não permitia o uso generalizado de carruagens, e os cavalos eram caros. A vital comunicação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta era feita por meio dessas cadeiras – um serviço obviamente estafante para quem se ocupava” (REIS, 1987, p. 2000)

[27] . “Cantos” de trabalho, segundo Reis (2000), era a expressão utilizada na época para designar os espaços reconhecidos como locais de concentração dos ganhadores no aguardo da contratação de seus serviços.

fracassada tentativa de escravização indígena[28], foi muito lucrativa, gerando enorme excedente de capital. Alguns autores (WILLIAMS, 1975; KOWARICK, 1987) defendem que o tráfico negreiro, ao transformar a captura do povo negro em empreendimento comercial, tornou-se um poderoso fator de acumulação primitiva. O negócio cruel que enriqueceu os países europeus fez do Brasil um país extremamente desigual do ponto de vista racial, com sequelas que ainda hoje punem injustamente os afrodescendentes. A dificuldade de ascensão social e de reconhecimento do povo negro na Bahia é histórica, pois, mesmo com a abolição, os negros enfrentaram obstáculos para a inserção no mercado de trabalho. Além do intenso controle enfrentaram também a perseguição de algumas práticas culturais com repressão e punição, principalmente a capoeira e o candomblé, que foram alvos diretos dessas políticas abusivas.

Desse modo, a história do mercado de trabalho em Salvador tem origem na estrutura escravista que o torna heterógeno pela participação do trabalho escravo e do trabalho livre que cumpriam papéis e funções semelhantes. O escravismo dificultava a situação dos trabalhadores livres e postergou a formação do mercado de trabalho oficialmente livre para depois da abolição, quando as relações de produção passaram a ter baseadas no assalariamento. Como a formação desse mercado de trabalho ocorreu tardiamente, outras formas de sobrevivência foram realizadas pelos indivíduos, diversificando as formas de ocupações que caracterizam historicamente a estrutura produtiva da cidade.

> Assim, mesmo em épocas posteriores, quando o número de livres e libertos já era bastante superior ao de escravos, o assalariamento mostrou-se inviável, porque esse contingente de indivíduos pobres poderia usar sua liberdade para reproduzir-se autonomamente, ao invés de se transformar em mercadoria para a empresa colonial. (KOWARICK, 1987, p. 21)

A mão-de-obra livre não se submetia facilmente ao esquema imposto pelo colonialismo, até porque, o monopólio do escravo na realização de quase todas as ocupações tornou o trabalho no Brasil estigmatizado como maldição e castigo, sendo associado á marginalidade, inferioridade social e pobreza. O que salvava alguns negros era que "[...] as relações escravistas na cidade se caracterizavam

[28] . A escravidão dos nativos da terra não teve o sucesso esperado, porque esses conheciam o lugar e não se adaptaram fisicamente ao tipo de trabalho. A escravidão negra, segundo Williams (1975), era muito mais lucrativa para o investimento colonial até pela escassez de mão-de-obra livre para tender a demanda.

pelo sistema de "ganho"" (REIS, 1987, p. 198), que permitia os escravos[29], autorizados pelos senhores, atuarem como carregadores ou vendedores no comércio urbano. A relevância econômica das atividades de ganho e o número significativo de trabalhadores envolvidos nessas formas de trabalho levaram à institucionalização de formas de controle e fiscalização.

2.3. OS CANTOS DE TRABALHO NA CIDADE DE SALVADOR

> O sistema de ganho gerou os *cantos* de trabalhadores libertos e escravos. Os cantos eram instituições formadas por ganhadores que se organizavam, por etnia para ocupar locais específicos da cidade e aí atender ao chamado dos fregueses. Tinham o nome do lugar da cidade onde se reuniam seus ganhadores: canto da Calçada, canto do Portão de São Bento, canto da Mangueira, etc. (REIS, 1987, p. 202)

Os "cantos" de trabalho de Salvador abrigavam escravos, libertos e homens livres, funcionando como uma espécie de agência de trabalho em tempos de elevado desemprego. Nas vésperas da abolição "[...] embora raça e etnia ainda representassem um princípio organizacional fundamental na sociedade baiana como um todo, no mundo do trabalho urbano de rua" os cantos destinados aos trabalhadores de rua "[...] pareciam se encaminhar para uma organização mais orientada por princípios classistas" (REIS, 2000, p. 240.) O autor sinaliza que na origem do mercado de trabalho livre em Salvador havia relações de classe entre os trabalhadores, para além das questões étnicas e raciais mais ressaltadas nos estudos históricos. Apesar de não desenvolver a análise nesta perspectiva, a orientação de classe dos cantos de trabalho aparece no texto, o autor trata das organizações coletivas que envolviam interesses e demandas semelhantes, para diferentes categorias de trabalhadores.

Os espaços legitimados como "cantos" de trabalho eram coordenados por um dos ganhadores que assumia a liderança do grupo, incorporando o papel de

[29] . A diferença entre os ganhadores escravos e os demais é que esses eram obrigados a dar ao senhor, por dia ou por semana, uma quantia previamente acertada pela realização da atividade. A cota variava de uma ocupação para outra e dependia da idade, saúde e outros atributos individuais dos escravos. (Reis, 1987, p. 198).

“capitão do canto” ao ser escolhido pelos integrantes ou designado pela polícia. A exigência de liderança para o funcionamento do canto era uma forma de controle que estabelecia uma organização de classe para representá-los. Mas, o “capitão do canto” tinha outras representatividades, por possuir saberes que facilitavam as transações de trabalho, provavelmente por ter mais tempo na lida e no lugar. Em geral os comandantes dos cantos dominavam a língua e tinham conhecimento acerca da cidade e dos clientes. Os trabalhadores que chefiavam os “cantos” tinham que organizar o processo de trabalho, mediar os conflitos e cobrar dos demais ganhadores o cumprimento das normas. No período pré-abolição havia um rígido controle dos cantos de trabalho em Salvador, com tudo registrado na polícia, em um livro de matrícula que autorizava o trabalho, detalhando as localizações dos cantos, a composição dos mesmos, os tipos de ocupações e até as características físicas dos integrantes.

O livro de matrícula é um valioso documento histórico pelo raro registro sobre o trabalho nas ruas no século XIX. Instituído em 1887, a matrícula dos ganhadores era uma exigência do Regulamento Policial para o Serviço dos Trabalhadores do Bairro Comercial[30] de 1880, que definia as condições dos trabalhos de rua, a cobrança de tributos e o sistema de controle dos mesmos, funcionando como modelo normativo para coibir as insubordinações. A riqueza do documento está no detalhamento dos trabalhadores registrados constando “[...] nome, cor, condição, idade, estado civil, nacionalidade, características físicas, bem como local de trabalho, à época denominada de “canto”, e o local de residência da cada um” (MATTOS, 2011, p. 122). O registro identificava e localizava cada ganhador cadastrado, facilitando a vigilância dos supostos insubordinados, que descumprissem as determinações administrativas ou que tivessem envolvimento em articulações e movimentos políticos.

[30]. Esses documentos encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia, foram utilizados por João Reis e Wilson Mattos para analisar o processo de urbanização da cidade de Salvador, pela perspectiva da ocupação dos espaços urbanos pelos negros. Os dados apresentados aqui sobre esse documento histórico são reproduzidos destes autores, não os consultamos diretamente.

Segundo Reis (1987) foi após a rebelião do Malês de 1835[31] que as autoridades decidiram impor um rígido controle sobre os cantos, por entender que os negros ganhadores, principalmente os nagôs, tiveram participação decisiva nesse movimento. A distância de 45 anos da rebelião leva a crer que a proximidade da abolição tenha sido a razão da institucionalização dos trabalhos de rua com a criação do regulamento e do livro de matrícula dos ganhadores. Para o autor a "[...] identificação caracteriza com eloquência a visão dos poderes públicos de que os ganhadores eram potenciais criminosos, que pertenciam ao mundo das classes perigosas, o mundo das ruas" (REIS, 2000, p. 208). Essa concepção revela como os trabalhadores de rua atemorizavam as classes dominantes que exigiam duras medidas de regulação dos poderes públicos. Os ganhadores eram vistos como propensos a práticas insubordinadas e subversivas simplesmente por fazerem parte do "mundo da rua". A desconfiança dos trabalhadores de rua era um problema de polícia que tinha o papel de garantir o funcionamento da cidade. Mesmo com as medidas de controle, o processo de urbanização da cidade de Salvador teve formas insurgentes de ocupação do espaço urbano, contrariando a ordem normativa preconizada pelas elites dominantes.

Nesse período que corresponde à crise da escravidão, a urbanização das cidades brasileiras, em geral, envolveu tensos processos, marcados por conflitos de interesses. A época foi marcada por "[...] formas mais autônomas, mais ousadas e mais insubordinadas e desobedientes de ocupação do espaço da cidade por parte das populações negras" (MATTOS, 2011, p119). O clima de tensão às vésperas da abolição intensificou as insubordinações provocando a rigidez das regulamentações sobre os trabalhos de rua. O controle dos cantos não ocorreu sem resistência e luta dos ganhadores, os negros resistiram sistematicamente através das irmandades, terreiros e outros grupos que funcionavam como espaços de aglutinação, organizando estratégias de enfrentamento no cotidiano opressivo. Para Reis (2000) o trabalho de rua era realizado principalmente pelos negros escravos ou libertos que organizados coletivamente conseguiram manter, em alguma medida, a autonomia dos grupos de trabalho.

[31] A rebelião do malês foi um levante importante na Bahia do século XIX, quando escravos, de descendência mulçumana, se organizaram a partir do trabalho para a luta contra a opressão branca. Muitos dados apresentados neste capítulo foram retirados do clássico livro de João Reis sobre esse fato histórico.

Quando as autoridades decidiram impor maior controle nas ruas, instituindo a necessidade de licença de trabalho conferida pela Câmara Municipal, condicionada ao pagamento de dois mil réis pelo registro, mais três mil réis pela placa de identificação, que teria que ser usada no pescoço pelos ganhadores, houve forte resistência da classe. Neste sentido, "[...] os cantos tiveram o papel de assegurar uma organização solidária entre os trabalhadores africanos, impediram a competição individual exacerbada entre os ganhadores, mantiveram viva a tradição do trabalho coletivo." (REIS, 2000, p. 203). Portanto, a realização do trabalho coletivo favorecia a solidariedade de classe e os espaços de trabalho propiciavam as organizações coletivas. Como o sistema de ganho possibilitava a aquisição da liberdade para os escravos, que com muito esforço conseguiam acumular recursos com a renda das atividades, os cantos foram fundamentais para a organização do trabalho dos ganhadores que se articulavam melhor e de forma solidária[32] para comprar coletivamente a liberdade de alguns escravos.

2.4. OS GANHADORES COMO TRABALHADORES QUASE LIVRES

A partir do século XIX, os trabalhadores de rua de Salvador passaram a ter a necessidade de registro público para autorização e licenciamento da atividade. Nos "cantos" de trabalho aguardavam os contratos de trabalho, enquanto desenvolviam outras práticas espaciais, confeccionando produtos artesanalmente, fazendo consertos ou comercializando mercadorias. O tempo era utilizado de forma produtiva enquanto esperavam um serviço mais pesado, mas havia quem aproveitava para descansar entre um serviço e outro, repondo a força de trabalho para as atividades que exigiam muito esforço físico. O controle dos ganhadores e de seus cantos de trabalho tinha objetivo econômico por cobrar caro pela autorização e pelas multas em caso de infração do regulamento. Politicamente, o controle dos cantos tentava

[32] Os africanos procuravam comprar a alforria agindo coletivamente, para isso criaram instituições de crédito, que chamavam "juntas de alforria", onde se reuniam, mais uma vez de acordo com seu grupo étnico. "A junta consistia numa caixa de poupança para a qual contribuíam os membros escravos e os libertos". (REIS, 1987, p.204)

evitar as conspirações e demais movimentos coletivos insuflados pela presença dos trabalhadores “livres”.

A convivência com diferentes condições de trabalho gerava comparações e insatisfações, na medida em que, os cantos concentravam escravos, libertos e livres em atividades de ganho. Os autores (REIS, 2000; MATTOS, 2011) destacam a forte presença da população negra entre os ganhadores. Em 1887, dos 1.764 trabalhadores matriculados como “ganhadores”, distribuídos pelas 11(onze) freguesias urbanas que compunham a cidade de Salvador, 1.590 foram caracterizados como pretos, pardos, “fulas e mulatos” o que significa que [...] 90% desses trabalhadores, em terminologia contemporânea, podem ser considerados negros” (MATTOS, 2011, p. 122). A maior concentração de trabalhadores negros estava nas quatro freguesias centrais onde se localizava a moradia de 68% desses trabalhadores. Naquela época os ganhadores residiam nos bairros onde trabalhavam, buscando a proximidade das residências dos cantos de trabalho.

O registro dos ganhadores ao regulamentar o trabalho “livre” representava uma mobilização política contra as supostas relações de criminalidade desses trabalhadores. Na época a grande maioria dos ganhadores era formada por carregadores de mercadorias, de bagagens pessoais e, até de pessoas, nas emblemáticas cadeiras de arruar, pelas ruas da cidade. Conforme Reis:

> Não se pode negar o importante papel do trabalho no redimensionamento de antigas identidades africanas e na criação de novos laços de solidariedade. Ao se organizarem em cantos e juntas de alforria, e ao imprimirem ao trabalho aspectos de uma lógica cultural própria, os africanos compreenderam que podiam influenciar nas operações diárias do sistema. Mas, não há duvidas de que o ambiente e as relações de trabalho funcionaram como espaço de conspiração contra o governo dos brancos. O trabalho africano não se dissociava da vida. Não pode ser dissociado da revolta. (REIS, 1987, p.215)

A centralidade do trabalho na vida dos africanos era compulsória e necessária para a sobrevivência em contexto adverso e hostil, muitos africanos[33], inclusive, desenvolviam mais de uma atividade paralelamente. A repressão policial

[33] . João Reis utiliza o termo africano para se referir tanto aos escravos, quanto aos libertos, negros originários da África na condição de escravos.

contra certas práticas laborais e a vigilância dos cantos de trabalho aconteciam porque esses funcionavam como espaços de encontro, de trocas de saberes e informações, de organização social para articulação das lutas. O próprio sistema de ganho estimulava o movimento por direitos e liberdade, por propiciar o acesso direto ao dinheiro e por permitir a convivência nas ruas de diferentes categorias de trabalhadores. Os escravos que comercializavam tinham mais chance de acumular capital para adquirir a alforria, portanto a atividade possibilitava a ascensão social. A articulação entre os ganhadores era favorecida pela presença significativa das ganhadeiras que comercializavam comida, agregando gente ao redor dos seus tabuleiros e barracas onde ofereciam alimentos a preços acessíveis.

2.5. AS GANHADEIRAS EM CONTEXTO DE CONSPIRAÇÃO

As ganhadeiras foram alvo de muitas abordagens e perseguições da polícia, principalmente aquelas que vendiam alimentos, em ponto fixo, em barracas ou quitandas improvisadas. Como ao redor delas se concentravam muita gente, o movimento levantava suspeita quanto à possibilidade de conspiração. As ganhadeiras enfrentaram com coragem e resistência os embates com as autoridades policiais, em situações que atribuíam a elas a função política de servirem de "[...] elementos de integração entre a população considerada perigosa pela elite" **(**SOARES, 1996, p. 65**)**. A preocupação do poder público em vigiar as negras de ganho não foi um fato exclusivo da Bahia, aconteceu em outros estados[34]. A vigilância das ganhadeiras tinha duas razões principais: por representarem elemento de integração e comunicação entre os demais trabalhadores e por terem certo poder de monopolizar a negociação de determinados produtos. As ganhadeiras dominavam o comércio varejista controlando a distribuição de pescados e de alimentos vindos do interior.

[34] . Em Minas Gerais e São Paulo, e provavelmente em outros estados, também houve muitas ações de controle das ganhadeiras, diante do poder que em certo momento essas trabalhadoras conquistaram nos locais onde atuavam. Ver detalhes em Cecília Soares (1996, p. 65).

Através de "[...] um sistema de especulação de mercado e atravessamento, a que chamavam carambola ou cacheteria, controlavam a circulação de certos produtos básicos de alimentação na cidade". (SOARES, 1996, p. 61) Em Salvador, as ganhadeiras tinham o domínio sobre o comércio de peixe e de frutas que vinham do Recôncavo, por receberem toda a produção dos pescadores e pequenos agricultores para vender no varejo. O pequeno comércio de rua era uma atividade que beneficiava as escravizadas e nesse campo, as mulheres negras ocuparam lugar de destaque no mercado de trabalho urbano. Algumas ganhadeiras conquistaram poder e renda com a atividade de comércio de alimentos.

> As escravas ganhadeiras, como se chamavam, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato *informal* acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia-a-dia. Geralmente os senhores respeitavam as regas do jogo, embora a legislação fosse omissa sobre este assunto. (SOARES, 1996, p. 57).

Através do acordo com os senhores as escravas ocupavam as ruas da cidade comercializando, comida pronta, as tradicionais iguarias baianas, como mocotó, feijoada, fato, etc. Dessa tradição surgiu à figura da baiana de acarajé com importante representatividade na cultura afro baiana. A renda auferida era variável as condições de trabalho e as habilidades culinárias e comerciais das ganhadeiras. As libertas seguramente faturavam mais, por não terem de repassar a quantia ao senhor. Todas as atividades de ganho precisavam de autorização e de pagamento da licença de trabalho, mas no caso das escravas eram os senhores os responsáveis pelo registro.

A grande maioria das libertas também se dedicava ao pequeno comércio. Soares (1996) apresenta um quadro das ocupações das libertas na freguesia de Santana de 1849[35] composto por 198 negras em condição de liberdade, sendo que 97 delas declararam que mercadejam; 35 eram quitandeiras; 16 trabalhavam de "ganho", sem especificar em que, seguidas de outras atividades em menor número. Nesse universo, a grande maioria que corresponde a 164 ganhadeiras, está relacionada à atividade de comércio, ou seja, 71% das africanas ex-escravas

[35] . Os dados amostrais apresentados pela autora citada tem como fonte o Censo da Freguesia de Santana, em Salvador de 1849, APEBA, da Série Escravos, maço 2898.

negociavam nas ruas, porcentagem que sobre para 79% se incluirmos as que declararam apenas ser de “ganho”. Para a autora, as ganhadeiras eram bem integradas no comércio urbano, garantindo a sobrevivência de muita gente, inclusive em alguns casos a margem de lucro era bastante expressiva. Essas africanas tinham “faro para o negócio”, tendo em vista que a tarefa de “vendedeira” não era difícil para elas que traziam essa herança cultural, por serem “[...] provenientes da Costa Ocidental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantindo às mulheres papéis econômicos importantes.” (SOARES, 1996, p. 60)

Portanto, as mulheres negras assumiram papel de destaque naquele período, pelo bom desempenho na função comercial que requer conhecimento, qualidade dos produtos e preço acessível. O sucesso no ganho era relativo à competência culinária para atender as necessidades dos escravos e dos trabalhadores livres de baixa renda. Ainda hoje é muito forte a presença das mulheres negras no mercado de trabalho urbano no campo da produção e circulação de alimentos, com especial destaque para as baianas de acarajé que se tornaram patrimônio cultural[36] do país, por comercializar comida típica africana, como acarajé, abará, acaçá, cocadas etc. As baianas de acarajé em Salvador, além de famosas pela representatividade cultural, alimentam saudavelmente a população que faz uso cotidianamente das suas iguarias. A cidade em alguns lugares cheira a dendê, seduzindo pelo olfato o paladar para saborear o acarajé, massa de feijão frita no dendê. A comercialização de acarajé é responsável pelo sustento de muitas famílias, temática que merece outras pesquisas para tratar especificamente sobre o assunto.

Esse poder aumentou muito a fiscalização sobre essas trabalhadoras que em certa medida ocupavam todos os espaços da cidade. “[...] Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo”. (SOARES, 1996, p. 62). Espalhadas pela cidade e concentradas em pontos estratégicos, principalmente, em áreas de intensa

[36] . A baiana do acarajé foi reconhecida como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2005.

movimentação comercial as ganhadeiras eram figuras presentes na época e agora às baianas de acarajé ocupam o lugar delas nos espaços públicos da cidade.

Enquanto as medidas oficiais de regulação dos trabalhos de ruas datam do período pré-abolição, para inibir as rebeliões e outras insubordinações através das organizações pelo trabalho, o controle do comércio propriamente dito é anterior. A política de fiscalização do pequeno comércio remonta ao período colonial quando da criação das feiras livres. Durante a colonização havia uma norma portuguesa que concedia à exclusividade do comércio varejista as mulheres brancas. Evidentemente que essa determinação não poderia funcionar na Bahia onde a maior parte da população era de negros escravizados.[37] Entretanto, só no século XIX a regulação do trabalho de rua se baseia em legislação interna, que estabelece regras de conduta e tributos para a concessão da licença para mercadejar e de multas pesadas para os casos de infração.

2.6. A GREVE DOS GANHADORES EM SALVADOR

Apesar da regulamentação oficial do trabalho de rua, havia muito insubordinação e resistência dos trabalhadores. “[...] Em 1857 a maioria dos negros de Salvador, escravos ou não, trabalhava na rua, ou entre a casa e a rua. Eles eram responsáveis pela circulação de coisas e de pessoas pela cidade” (REIS, 1993, p. 8). Com tantos negros na lida das ruas, em uma cidade de população minoritariamente branca com apenas 30% de participação entre os habitantes, era normal que houvesse medo das rebeliões do povo negro. Apesar de a população escrava ser também minoritária nesse período, correspondendo a algo em torno de 30% a 40%, quando a essa se somavam os libertos e homens livres sem posses, resultavam em uma ampla maioria. Desse modo, como os brancos dominantes eram numericamente menor, para perpetuar a dominação, esses estabeleceram severas medidas de controle e fiscalização. Nos engenhos a tarefa ficava a cargo dos senhores com seus capatazes e feitores, nas cidades cabia ao Estado, através da

[37]. A população negra amedrontava a elite porque eram mais numerosos que os brancos. Apesar de ser difícil precisar a quantidade de negros e brancos na Bahia oitocentista, alguns dados permitem certa aproximação da proporção entre brancos e negros. Segundo REIS (1993) os brancos representavam uma minoria de apenas 30% da população, enquanto escravos, libertos e livres negros eram a ampla maioria.

polícia, garantir a ordem escravocrata vigiando e punindo os escravizados de formas cruéis em casos de desobediência ou rebeldia.

Mas, o controle dos escravizados não era tarefa simples, haja vista que esses sempre buscaram maneiras de fugir e de resistir à dominação imposta pelo modelo de opressão colonial. Um exemplo emblemático da resistência do povo negro foi a greve de 1857, deflagrada após o anúncio de medidas[38] mais severas de controle dos cantos que tinham o objetivo de disciplinar e subjugar o negro nas suas atividades de trabalho, atingindo os ganhadores de todos os tipos[39]. Os trabalhadores programaram a paralisação das atividades para a data em que a lei entraria em vigor. O movimento foi um sucesso porque houve total adesão deixando a cidade vazia. A "greve negra" (REIS, 1993) foi um fato histórico memorável por demonstrar a relevância da categoria dos carregadores na época. Ao cruzar os braços em protesto contra as medidas de cobrança de encargos e vigilância do trabalho, mostraram a importância de suas atividades para o funcionamento da cidade com um movimento de classe que resultou na conquista de alguns direitos.

Em protesto contra a nova regulamentação que retirava direitos e estabelecia um sistema de identificação[40] de caráter humilhante, a paralização ou motim coletivo em reação ao endurecimento das normas de controle do trabalho de rua representou uma luta absolutamente necessária dos trabalhadores contra a tentativa de construção de uma espécie de "[...] feitorização da escravidão urbana" (REIS, 1993). Mas, eles conseguiam burlar as regras na medida em que organizavam o tempo de trabalho, com autonomia para estipular a jornada, o ritmo e o volume de trabalho. O movimento grevista dos ganhadores foi inusitado, diante do dualismo que caracterizava o mercado de trabalho composto por categorias de trabalhadores livres e escravizadas, e inevitável dada a dimensão absurda da imposição de elevada cobrança monetária, associadas à restrição de liberdade.

---

[38]. Provocou um movimento de paralização das atividades dos ganhadores, a partir do dia 01 de julho daquele ano, quando ficou estabelecido entrar em vigor as determinações oficiais promulgadas três meses antes, para a cobrança de licença através de autorização da Câmara Municipal.

[39]. As medidas que desencadearam a greve de 1857 não incluíram as ganhadeiras, que ficaram isentas da regulamentação provavelmente por atender as necessidades alimentares da população.

[40] . Que consista em usar uma placa de metal no pescoço contendo o nome e o número de inscrição do ganhador em tamanho que permitisse a leitura pelos policiais. Por esse instrumento de identificação os ganhadores deveriam ainda pagar a quantia de três mil réis, além do valor de dois mil réis referente a licença. O custo geral da autorização pública ficava no total em cinco mil réis, uma quantia exorbitante na época.

A composição heterogênea dos ganhadores poderia inviabilizar a paralização, caso as medidas não atingissem a todos e esses não estabelecessem relações corporativas. Como já foi dito, a relevância dos cantos como espaços de articulação classista e de transações comerciais pode ser comparada com a dos atuais espaços públicos que funcionam como áreas de concentração de "territórios de trabalho"[41] diante da presença de diferentes trabalhadores desenvolvendo relações econômicas nesses locais. Os carregadores na época da greve eram imprescindíveis para que a cidade e seu mercado de dimensão internacional funcionassem, já que muitas atividades dependiam dos braços dos homens para se deslocar, não existiam máquinas e nem meios de transporte terrestre e a circulação das mercadorias se fazia diretamente pelos carregadores. Essa dependência os fez conscientes do papel que desempenhavam naquela sociedade, articulando-os em luta pela conquista de alguns direitos através da paralização das atividades. Para compreender o papel dos trabalhadores de rua na sociedade de classes com profundas marcas raciais, buscamos entender a estrutura social de Salvador através da hierarquia das ocupações e posições sociais no mercado de trabalho.

2.7. A ESTRUTURA SOCIAL DE SALVADOR NO SÉCULO XIX

A relação entre o escravismo e a estrutura social de Salvador explicita as antagônicas condições de posse e as relações de poder que determinavam as regras do jogo no sistema colonial, através da dialética do senhor e do escravo, conformando as relações sociais de mando e subordinação no campo do mercado de trabalho e na vida social como um todo. A estratificação social baiana construída por Mattoso (1978) é considerada o modelo mais completo da estrutura social de Salvador no século XIX. Lançando mão de vários critérios, "[...] entre os quais enfatiza à *la* Weber, o prestígio social, os níveis de renda e o poder político", (REIS, 1987, p.19) a historiadora distingue quatro categorias básicas na estrutura social:

[41] . Noção criada para tratar do espaço ocupado, que abordaremos mais adiante, como contribuição para pensar os cantos de trabalho na contemporaneidade, considerando dos processos de urbanização da cidade de Salvador que acirram as disputas pelos espaços públicos.

> No topo os senhores de engenho, grandes negociantes, altos funcionários do Estado e da igreja, e finalmente os oficiais militares acima da patente de sargento-mor. Esses tinham poder, riqueza e aspiravam aos títulos de nobreza. A segunda categoria era formada pelos funcionários intermediários do Estado e da igreja, os profissionais liberais, oficiais militares, comerciantes, mestres-artesões enriquecidos e um contingente razoável de baianos que viviam de rendas geradas pelo aluguel de casas e escravos, ou pela agiotagem, Um terceiro escalão era constituído de funcionários públicos menores, militares, profissionais liberais de reduzido prestigio social, quitandeiros, taverneiros, artesões e *vendedores ambulantes*. "Finalmente, na base da pirâmide social, estavam os escravos, mendigos e vagabundos – as "classes perigosas" baianas da época." (REIS, 1987, p. 18/19)

Para a autora, o funcionamento da estrutura mercantil e da hierarquia social de Salvador no século XIX se caracterizava principalmente pela participação dos "parceiros das trocas" que comandavam as transações comerciais na cidade. As trocas comerciais estavam em geral relacionadas ao modelo econômico agroexportador, que limitava as relações produtivas aos interesses externos. Os "parceiros das trocas" eram comerciantes de diferentes níveis que hierarquizavam a composição da estrutura social pela posição que ocupavam no mercado, porque tudo na cidade girava em torno do comércio. O colonialismo conduziu o país para condições de trabalho bastante precárias, principalmente, para os africanos comercializados como escravos e para os trabalhadores livres que competiam com a mão-de-obra escrava e posteriormente com os imigrantes brancos importados para assumir os postos de trabalho assalariado. Portanto, o comércio sempre foi um campo mais promissor tanto para brancos quanto para negros que almejavam uma condição de vida melhor.

Naquele contexto de limitada produção, de superexploração do trabalho e de falta de oportunidade para a mão-de-obra livre, os comerciantes tinham destaque na estrutura social. "[...] Entre os grupos sociais que formavam as categorias na hierarquia social, o grupo dos comerciantes, de todo tipo, é de longe o mais importante". (MATTOSO, 1978, p. 247). A figura do negociante é comum em todos esses grupos, com variação apenas quanto ao tamanho do negócio, se destacando as seguintes classes: os homens de negócio, os comerciantes, os vendedores ambulantes e os caixeiros-viajantes (mascates). Os "parceiros da troca" têm relações entre si e semelhanças quanto ao tipo de função social que desempenham e se distanciam pelo volume de negócios que desenvolvem. O papel dos

comerciantes foi fundamental, independentemente do tamanho do negócio que desenvolviam, para o funcionamento da engrenagem colonial.

Conforme já dito, no topo da pirâmide social estavam os homens dos grandes negócios do comércio de exportação e os abonados comerciantes do mercado de importação e distribuição de mercadorias no atacado. Esses seguramente eram brancos de origem estrangeira que tinham privilégios políticos e prestígio social, além das vantagens econômicas que permitiam a acumulação e ostentação de capital. Esses grandes negociantes eram responsáveis pelas principais transações comerciais que envolviam maior montante de capital, de mercadorias e recursos humanos. Abaixo desses apareciam na hierarquia socioeconômica os médios e pequenos negociantes, como os comerciantes donos de loja no varejo, os vendedores ambulantes e caixeiros-viajantes. Esses grupos distribuíam as mercadorias no varejo para diferentes escalas sociais, os comerciantes em espaços fixos e privados atendiam principalmente as camadas mais abastadas, enquanto os vendedores ambulantes em feiras, ruas e nos domicílios abasteciam os mais pobres. Os caixeiros-viajantes circulavam pelas vilas e fazendas atendendo ao público mais distante das cidades. Desse modo, o vendedor ambulante é uma categoria tradicional de trabalhador com imensa funcionalidade comercial para o capitalismo industrial, por colocar mercadorias em circulação, divulgando e estimulando o consumo de produtos industrializados.

Deste modo, o mercado era imprescindível para o entendimento da estrutura social de Salvador no século XIX. O perfil de quem desenvolvia as relações de troca obedecia a uma classificação dos indivíduos pela posse de meios de produção, capital e trabalho que dispunha. As funções e papéis que cada grupo desempenhava na sociedade baiana da época apontam a importância dos negociantes de todos os níveis para a dinamização do mercado e da cidade de Salvador. A distinção entre esses grupos se fazia pelo tamanho do negócio, pois, os grandes homens de negócio e comerciantes lidavam com maior volume de capital e mercadorias enquanto os vendedores ambulantes e os caixeiros viajantes trabalhavam com pequenos estoques de mercadoria e restrito capital.

> Havia primeiro, os comerciantes retalhistas estabelecidos em lojas disseminadas nas freguesias do centro da cidade: armazéns, tabernas, padarias, quitandas, lojas de secos e de molhados serviam uma população de ritmo crescente e ser dono de uma loja era já gozar de um prestígio social de certa importância. A esta primeira categoria de comerciantes retalhistas devemos ainda acrescentar um número infinito de feirantes e **vendedores ambulantes** de toda espécie que levam aos bairros residenciais e até a porta das casas dos fregueses, as iguarias comestíveis e os bens mais duráveis. Só a classe dos vendedores ambulantes dava para compor várias sequências representativas da beleza que havia em tudo, desde o homem do pão e a mulher do mingau que eram madrugadores, até a mulher do acarajé que era notívaga. (MATTOSO, 1978, p. 252)

Os vendedores ambulantes que comercializavam alimentos eram fundamentais para a sobrevivência da população por fornecer produtos frescos e nutritivos diariamente, num período em que não existia facilidade de acesso nem aparelhos de refrigeração. Além disto, a condição de precariedade da maioria da população que vivia a ameaça constante da indigência, não permitia a realização de estoques de alimentos. Neste sentido, a contribuição dos vendedores ambulantes era enorme para a reprodução da força de trabalho, garantindo alimentos a preços acessíveis à população de baixo poder aquisitivo. As práticas de pequeno comércio eram alternativas de sobrevivência para muitos, diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho assalariado em contexto de trabalho compulsório.

> Todas as atividades ambulantes retalhistas eram atividades modestas pelos diminutos capitais de que necessitavam, mas permitiam a manutenção e a sobrevivência de uma parte da população que vivia numa cidade onde, o mercado de trabalho oferecia poucas oportunidades. (MATTOSO, 1978, p. 253).

A escassa opção de empregos assalariados empurrava muita gente para o comércio ambulante, ainda mais numa cidade com intenso mercado comercial. A efervescência mercantil era favorável ao crescimento de certas categorias de trabalhadores em ocupações comerciais consideradas atrativas por serem mais dinâmicas e lucrativas. Quanto à origem, os vendedores ambulantes[42] e os mascates[43] eram geralmente estrangeiros que vendiam mercadorias

[42] . A expressão vendedor ambulante, considerada sinônimo de camelô, é palavra de origem dupla, do árabe HAMLAT que significa "tecido de lã", metaforicamente designando "material grosseiro e barato". Outros atribuem a origem da palavra ao francês CAMELOT, como "vendedor ambulante". Do latim AMBULARE significa andar, caminhar. Disponível em: http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/ambulante/.

[43] . A origem da palavra mascate vem de Mascate, cidade da Arábia de onde vieram comerciantes árabes para o Brasil no século XVII. Em: http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/ambulante/.

industrializadas, mas quem vendia alimento era predominantemente escravo ou negro liberto.

Os limites do mercado local eram resultantes da política econômica implantada, da estrutura dual que o caracterizava e do escravismo. A existência de trabalhadores livres, representados por brancos pobres, pretos e mulatos libertos em concorrência com escravos que também faziam trabalho remunerado, tornava o mercado altamente competitivo entre os trabalhadores. As poucas oportunidades de trabalho eram injustamente disputadas diante do prestígio político dos donos de escravos que negociavam a contratação dessa força de trabalho, fazendo frente à mão-de-obra livre. A estrutura social e os conflitos de classes na cidade da Bahia são importantes para entender as contribuições das classes subalternas na economia e na vida cultural.

Mas, a participação das classes citadas evidencia as contradições do sistema nas relações produtivas. As perversas situações de exploração e dominação impostas nesse campo levam diferentes tipos de trabalhadores a recorrerem ao comércio informal, como alternativa possível num sistema excludente que não permite a inserção de todos em postos de trabalho assalariado. As transações comerciais originárias do mercado que se consolidou na primeira cidade do Brasil, tinham estreita vinculação com a política internacional. Os grandes homens de negócios eram privilegiados economicamente e tinham influência política e social pela origem branca e europeia. Ao contrário desses, os pequenos negociantes, com exceção dos mascates estrangeiros, em geral eram pessoas de origem africana ou mestiça com pouco recurso e sem prestígio social. A composição da estrutura social demarcada pela origem racial é uma marca da Bahia que ultrapassa os séculos.

2.8. A ESTRUTURA SOCIAL DE SALVADOR SÉCULO XX

As classes sociais da Bahia em meados do século XX conforme Thales de Azevedo (1956, apud GUIMARÃES, 1987) refletem os grupos de prestígio como

característico da estratificação social baiana. Segundo Guimarães (1987) o autor trata magistralmente sobre a estrutura de classes, sugerindo três teses que nos parece interessante retomar:

> 1. A Bahia dos anos 50 não concluíra ainda sua passagem de uma sociedade de status para uma sociedade exclusiva ou predominante de classes sociais; 2. Essa sociedade de status estava dividida em dois grupos - ricos e pobres - correlacionados estreitamente com os grupos de cor - brancos e pretos, na perspectiva da associação entre brancos, ricos e elite de um lado e pretos, pobres e povo de outro; 3. A formação das classes sociais na Bahia ocorre, portanto, sobrepostas àqueles grupos de prestígio e dentro dos limites dados por eles. (GUIMARÃES, 1987, p. 07)

A correlação entre classe e raça ainda é necessária em Salvador por conta da história da cidade ter sido construída por relações de poder baseadas em distinções raciais, quando os brancos exploraram os índios e os negros no processo de dominação colonial. O "[...] status de nascimento e a cor limitam a distância social que se podem percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes". (AZEVEDO, 1956, apud. GUIMARÃES, 1987, p. 07). De fato a "[...] integração do negro na sociedade de classes" (FERNANDES, 1978) é mais difícil e foi sofrível para os escravizados e seus descendentes. Esses enfrentaram muitas barreiras no processo de integração à sociedade brasileira mesmo na fase pós-abolição, revelando as contradições da miscigenação com a ocorrência de preconceitos e discriminações que confirmavam "o mito da democracia racial", argumento que Florestan utiliza para questionar as formulações românticas de Gilberto Freyre[44] quanto a relações socioraciais na sociedade brasileira.

Para Guimarães (1987) os poucos estudos que existem sobre a história econômica da Bahia são unânimes em relação à estrutura de classes. Ainda nos anos de 1940 e 50 aparecia

> (...) no topo da economia agroexportadora, os banqueiros, os grandes comerciantes exportadores e importadores, seguido dos barões do açúcar, dos oligarcas latifundiários, dos grandes atacadistas e dos grandes industriais (do fumo, do cacau, da construção civil), por outro lado, controlando o poder do Estado, tinha-se além dos eventuais membros das classes proprietárias uma camada de altos funcionários, geralmente

[44] . Apesar de Freyre ser considerado um dos precursores do pensamento social brasileiro, sua obra original e polêmica foi alvo de muitas críticas, devido à defesa da mestiçagem, sendo assim lhe é atribuído à invenção do mito da democracia racial, a partir do livro Casa Grande e Senzala, um clássico da sociologia do Brasil.

> advogados, juristas, médicos e engenheiros, e de políticos profissionais, distribuídos os dois grupos, pelo executivo, judiciário e legislativo. Havia, portanto, uma classe dominante, exploradora, que vivia principalmente da renda de propriedades e de cargos públicos, e só secundariamente de lucros auferidos em empreendimentos capitalistas. (GUIMARÃES, 1987, p. 06).

Abaixo dessa camada dominante e privilegiada se situava uma pequena camada de pequenos e médios proprietários rurais, composta de comerciantes, profissionais liberais e principalmente funcionários públicos. Após essa reduzida classe média, existia uma ampla camada de camponeses, artesões e operários qualificados e empregados por conta própria. Por fim, havia a ultima camada formada por operários não qualificados, os diaristas, os biscateiros e os desempregados. A ampla terceira camada social, que se localiza abaixo da classe média, é composta por diferentes tipos de trabalhadores, agregando desde operários qualificados até camponeses, artesões e uma variedade enorme de trabalhadores por conta própria, entre esses os vendedores ambulantes com negócios mais lucrativos. Na última camada social se situam os diaristas, as empregadas domésticas e os assalariados sem registro em serviços de baixa remuneração, onde também se encontram os pequenos vendedores ambulantes.

Em meados do século XX, a camada social popular era composta primeiramente por camponeses, seguidos dos trabalhadores qualificados urbanos. Nesse período, de fato, a população nacional era predominantemente rural[45], mas houve uma alteração na situação populacional quanto ao local de moradia, ampliando significativamente a quantidade de habitantes urbanos. A expansão populacional nos centros urbanos se intensificou no país a partir da década de 1970 atingindo intensa concentração urbana na década de 1990. A inversão do perfil habitacional da população do país ocorreu em consequência do êxodo rural provocado pela industrialização como modelo de desenvolvimento, capitaneado pelo Estado.

---

[45] . Vale destacar que em 1960 a população brasileira era 45,1% urbana **e** 54.9% rural, ou seja, mais da metade da população vivia no campo. Na década seguinte vira o jogo, passando a ser 56.0% urbana e 44.0% rural. Em 1980 a proporção se amplia com 67.7% urbana e 32.3% rural. Na década de 1990 passamos para 75.5% urbana e 24.5% rural. Nos anos 2000 a expansão se amplia para 81.2% urbana e 18.8% rural. Em 2010 alcançamos a marca populacional intensamente urbana com 84.4%da população **em c**idades e apenas 15.6% no campo. Dados disponíveis em **http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00**.

O projeto desenvolvimentista resultou em grandes cidades desiguais, hiper habitadas nas regiões periféricas, com ocupações populares que se consolidaram através de autoconstruções realizadas individualmente ou em sistema de mutirão. Os bairros populares geralmente dispõem de estruturas públicas precárias ou quase inexistentes gerando dificuldades para os moradores que também não contam com eficiente sistema de transporte. Um país de dimensão territorial como o Brasil deveria manter a maior parte da população nas zonas rurais, mas a população brasileira se concentra nos grandes centros urbanos em condições lastimáveis para a maioria dos habitantes, enquanto longas extensões de terras se encontram inabitadas.

Isto se deve as relações de classe, cujo entendimento é imprescindível na contemporaneidade, na medida em que as classes populares e os pobres continuam sendo principalmente negros e afrodescendentes. As desigualdades sociais têm marcas raciais visíveis e inegáveis, que revelam a particularidade histórica dessa primeira cidade do país que recebeu levas abundantes de negros escravizados para a construção do projeto colonial. Reconhecemos a questão racial como um problema social que se reproduz ao longo do tempo, mas o objetivo desta pesquisa foi entender o trabalho informal pela perspectiva espacial, procurando apontar suas diversas dimensões culturais e inflexões que merecem ser investigados em outros estudos. Mas, relacionar classe e raça é importante para entender a dimensão econômica e politica de uma cidade construída com trabalho compulsório daqueles expropriados da sua terra, do seu povo e dos seus costumes. A violenta exploração do povo negro escravizado e dos indígenas nacionais é uma questão tão profunda que requer estudos específicos, por outro lado é um aspecto relevante da elevada presença do trabalho informal nos espaços urbanos.

Desse modo, conhecer a história da estrutura social brasileira, marcada, desde sempre, por antagonismos de classe, envolve tratar da propriedade da terra e a exploração de trabalhadores de diferentes etnias com variáveis condições de direito. As relações de produção que estabeleceram as forças produtivas no país revelam na sua dialética o complexo processo de formação do mercado de trabalho. O modelo predatório de exploração da colônia baseado no trabalho escravo deixou sequelas na cidade e no mercado de trabalho que ainda hoje atinge parte da

população. Os nativos indígenas, os escravizados africanos, os libertos e seus descendentes mestiços enfrentaram com resistência um brutal sistema de exploração da força de trabalho. A situação do povo brasileiro se expressa na existência do enorme exército de reserva que em parte se apresenta como trabalhadores avulsos nos espaços públicos. Geralmente em condições de precariedade esses trabalhadores representam aqueles que forçados pelas circunstâncias, por não encontrar trabalho digno, acabam nas ruas realizando atividades que podem ser mais lucrativas que os precarizados empregos assalariados disponíveis no mercado.

2.9. ABOLIÇÂO E O MERCADO DE TRABALHO LIVRE

Na condição de cidade-capital da colônia portuguesa com ampla função comercial, Salvador se desenvolve como metrópole[46]. Apesar dessa condição política, por não ter tradição industrial, à cidade passou por longos períodos de estagnação se mantendo predominantemente comercial por séculos. O desenvolvimento econômico da região dependia diretamente do mercado movimentado pelos comerciantes que colocavam mercadorias e capital em circulação abastecendo a população com produtos importados. O setor industrial no século XIX ainda era "[...] reduzido a poucas manufaturas têxtis e pequenas indústrias de transformação. Em Salvador existiam também manufaturas de fumo e fábricas de calçados, biscoitos e móveis" (MATTOSO 1992, p. 532). Como a indústria local era muito incipiente, até metade do século XX, absorvia um número muito reduzido de trabalhadores. O comércio sempre foi o campo de maior absorção de mão-de-obra na cidade.

Como se sabe "[...] a origem e o desenvolvimento dos trabalhadores urbanos guardou inequivocamente relação direta e consequente com as condições históricas em que se processou a transição para o capitalismo industrial nas mais distintas partes do mundo contemporâneo". (GUERRA, 2007, p. 17). A conformação do capitalismo nacional atrasou o processo de formação do mercado de trabalho livre,

[46] . A região metropolitana de Salvador só foi criada oficialmente em 1973, juntamente como outras regiões metropolitanas do país.

constituindo diferentes padrões de reprodução dos trabalhadores, especialmente nos meios urbanos. O modo de produção capitalista, consolidado a partir da grande indústria, assentou a base de uma nova estrutura social configurada por distintas classes sociais, embora o capitalismo desse marcas específicas à formação e ao desenvolvimento dos trabalhadores urbanos. Os países que desenvolveram a industrialização tardia se defrontaram, com "[...] a monopolização de parte importante da produção manufaturada, concentrada em poucas empresas de dimensão transnacionais" (GUERRA, 2007, p. 18). O padrão de industrialização local representou um rápido e concentrado bloco de investimentos voltados ao desencadeamento dos setores de bens de produção e de bens de consumo, expressando especificidades da condição de dependência tecnológica dos países hegemônicos nesse campo.

Em função dessas características "[...] o processo de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores urbanos deu-se de maneira relativamente rápida e concentrada no tempo, fruto das possibilidades de difusão" (GUERRA, 2007, p. 19) do padrão de industrialização adotado tardiamente. Sem tempo de realizar as adaptações necessárias a formação dos trabalhadores urbanos, movimentos de transição demográfica do campo para as cidades e de constituição do mercado de trabalho interno se deram de modo intensivo, produzindo especificidades no desenvolvimento do mercado de trabalho nacional. O intenso movimento histórico de migração da população para os centros industrializados, em países sem passado feudal com presença generalizada do trabalho escravo, representou uma importante mobilidade social da população que conseguiu se deslocar para as cidades.

No Brasil, a presença do escravo na realização de quase todas as atividades tornou o trabalho estigmatizado como maldição e castigo, associado à marginalidade e à inferioridade social da pobreza. Com a estigmatização do trabalho escravo "[...] a transição para o uso da mão-de-obra livre realizou-se dividida por categorias hierarquicamente distintas, com grandes levas de trabalhadores estrangeiros (brancos) considerados superiores aos brasileiros" (GUERRA, 2007, p. 21) enquanto negros e mestiços estavam submetidos a essa marginalização. Desse modo, a origem e a formação dos trabalhadores urbanos no Brasil estavam associadas à significativa hierarquização no interior do mercado de trabalho. Além disso, o

clientelismo e a patronagem reforçaram a hierarquia com o privilegiamento de alguns através de laços pessoais ou patronais na disputa por postos de trabalho.

No caso de Salvador, a complexidade do mercado de trabalho tem a ver com as características econômicas e políticas da colonização e com o atraso da industrialização. O mercado de trabalho se constituiu pelo perverso processo de exploração do trabalho escravo, produzindo um mercado hierarquizado racialmente. A forma de integração política dos trabalhadores urbanos no Brasil se deu de forma contrária ao que ocorreu nos países de industrialização originária, onde a ordem temporal na constituição dos direitos obedecia à sequência da garantia dos direitos civis, seguidos dos políticos e por últimos dos sociais (MARSHALL,1967, apud, CARVALHO, 2008, p, 10). Aqui, o modelo de incorporação política dos trabalhadores se deu por via autoritária, com a inversão na ordem da conquista dos direitos. (ibidem, 2008, p.12) Os direitos sociais avançaram nos regimes autoritários de Vargas e da ditadura militar, mas só bem depois os direitos políticos e por últimos dos direitos civis foram reconhecidos.

A cidade que atendia as necessidades e interesses externos em um sistema que explorava intensamente as riquezas nacionais produziu um mercado de trabalho extremamente desigual. O esquema de exploração se reproduziu por séculos gerando enorme prejuízo para o país, mesmo depois da independência política. O modelo de desenvolvimento conhecido como “substituição das exportações”, puxado pelo Estado, consolidou o subdesenvolvimento através das relações de dependência dos países dominantes. Deste modo, o subdesenvolvimento está sistematicamente associado à colonização em reciproca correlação, na medida em que “[...] o subdesenvolvimento, bem como o desenvolvimento econômico, são os resultados simultâneos e relacionados do desenvolvimento, a nível mundial e ao longo de uma história de mais de quatro séculos, de um único sistema econômico integrado: o capitalismo”. (FRANK,1983, p. 69). Nesta perspectiva, capitalismo internacional é o responsável pela condição de subdesenvolvimento que caracteriza o país com desigualdades e contradições de diversas ordens.

Mattoso (1978)[47] reconhece o risco de tratar do “mercado de trabalho” na Salvador do século XIX diante das condições da economia escravista, considerando que a terminologia é atual e está mais relacionada às sociedades livres. Mesmo assim, o assunto é abordado, fazendo a distinção necessária entre mercado de troca e mercado de trabalho. Sabe-se que “[...] o mercado de trabalho constitui-se num espaço de relações sociais fundamentais, na medida em que a posição dos indivíduos na estrutura social vai ser fortemente determinada pelas relações que eles mantêm com esse mercado” (BORGES, 2013, p. 303). O mercado de trabalho enquanto campo de relações sociais ocorre nos espaços de produção e de circulação, a depender dos tipos de relações que são desenvolvidas, contratuais ou não, mas estabelecidas no mercado enquanto espaço de troca. Os mercados de trocas podem ser compreendidos como campo de transações econômicas com dimensão espacial demarcada. Nesses mercados de troca se realizam atividades comerciais que envolvem trabalho e capital, portanto são relações sociais de trabalho que se realizar a partir do salário ou da geração de renda.

Em síntese, procuramos demonstrar a complexidade da formação do mercado de trabalho de Salvador a partir da estrutura escravista do mercado colonial que se instalou na cidade para atender aos interesses externos. A coexistência de diferentes categorias de trabalhadores urbanos desencadeou a formação dos cantos de trabalho enquanto espaços públicos destinados à concentração dos ganhadores. Esses trabalhadores atuavam nas ruas com a permissão dos seus donos, no caso dos escravos, ou sob a autorização e fiscalização da polícia quando eram libertos ou livres. O controle do trabalho quase livre nas ruas produziu resistências e conspirações por parte dos trabalhadores que se organizaram na famosa greve negra que parou Salvador. O movimento grevista evidenciou a força e importância desses trabalhadores na época para o funcionamento da cidade. Na estrutura social de Salvador aparece à figura do vendedor ambulante, categoria com grande funcionalidade para o sistema capitalista, demonstrando a heterogeneidade do mercado de trabalho e as especificidades da classe trabalhadora urbana.

[47]. Kátia Mattoso foi a principal referência histórica sobre a cidade de Salvador por tratar especificamente dos mercados. No livro Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado (1978) a autora oferece estudo extenso sobre o Mercado de Salvador do século XIX, tanto sobre o Mercado de trocas quanto sobre o Mercado de Trabalho.

3. TRABALHO INFORMAL E NOÇÕES CORRELATAS

> "A maior parte dos "supérfluos" dedica-se ao **comércio ambulante**. Especialmente nos sábados à noite, quando toda a população operária sai à rua, podem-se ver aqueles que vivem dessa atividade. Fitas, rendas, galões, laranjas, guloseimas, em resumo, todos os artigos imagináveis, são oferecidos por homens, mulheres e crianças. Mas também em outros dias da semana veem-se circular ou parar nas ruas **esses vendedores** de laranjas, doces, *ginger beer* ou *nettlebeer*. Fósforos e coisas do gênero, cera, aparelhos para acender fogo etc. são igualmente artigos á venda, E ainda outros desempregados, os chamados *jobbers*, circulam pelas ruas em busca de qualquer trabalho ocasional; alguns deles conseguem trabalho por uma jornada, mas esses afortunados são poucos". (ENGELS, 2010, p.127)

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta passagem[48] citada acima, Engels descreve como o "comércio ambulante" era uma alternativa de sobrevivência dos trabalhadores que não conseguiam um emprego, tendo em vista que até o "trabalho por jornada" era considerado raro na origem do capitalismo inglês. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX era dramática, gerando uma quantidade significativa de vendedores no comércio ambulante das cidades inglesas, por não conseguirem se inserir no modo de produção capitalista. Esta situação se apresenta de maneira diferente, se considerarmos os nexos históricos capazes de explicar teoricamente a grande lacuna do momento histórico descrito no capítulo anterior. O processo colonizador estabeleceu a dominação que só se rompeu relativamente com o final da escravidão, dando lugar à lenta construção do mercado de trabalho assalariado e do sistema capitalista. Esses nexos não poderiam ser discutidos de maneira sucinta em um breve capítulo que não tem como objeto a análise histórica, e sim, propor uma forma de entendimento da diversidade de práticas de trabalho existentes, ou, alternativamente, da segmentação na produção, ou diferenciação das atividades produtivas do ponto de vista da inserção da população e do trabalhador.

[48]. Engels registra neste livro "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra" a presença significativa de vendedores ambulantes de diversas mercadorias nas ruas das cidades inglesas, no início do capitalismo.

Para dar conta desses desafios que são enormes, diante da complexidade do mercado de trabalho no Brasil, buscamos introduzir categorias e conceitos[49] que permitam demonstrar a descontinuidade dos processos econômicos nacionais e os polêmicos debates que vêm envolvendo a situação de trabalhadores situados à margem do modelo capitalista de produção e de regulação do trabalho. Para isto, admitimos a perspectiva dialética de análise tendo como "[...] a essência mesmo do método que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico" (MARINI, 1973, p. 1)[50], partindo – no capítulo anterior - da retrospectiva histórica do trabalho livre no Brasil e agora desenvolvemos uma reflexão teórica acerca do debate sobre a informalidade, entendendo ser um conceito chave que trata dos trabalhadores situados em determinada condição de trabalho.

O percurso analítico sobre as situações dos trabalhadores "sem salário"[51] e dos assalariados sem registro foi realizado considerando as especificidades que o capitalismo periférico guarda em relação ao capitalismo central. As imbricações políticas e as ambiguidades conceituais demonstram a complexidade da questão que está diretamente relacionada ao problema de subdesenvolvimento, que se caracteriza pela forte presença da população relativamente excedente que não se integra no modo de produção tipicamente capitalista baseado no assalariamento. Os estudos preliminares referentes a essa parte da população utilizavam a noção de marginalidade para explicar o principal problema do subdesenvolvimento. A perspectiva mais crítica do debate atribuía o problema ao capitalismo dependente nos países periféricos. Para a vertente cepalina, a situação de marginalidade seria superada com o desenvolvimento do capitalismo industrial, mantendo-se a expectativa da integração sistêmica.

Partindo desta premissa, o objetivo deste capítulo é localizar alguns dos desdobramentos teóricos do conceito de informalidade, considerando que inicialmente se referia às realidades da América Latina e da África enquanto *locus*

[49]. Categorias e conceitos são instrumentais teóricos que só possuem validade dentro de uma lógica concatenada coerentemente, teoria e método. A categoria é mais abstrata, e, o conceito é mais empírico que a categoria, porque indica a materialidade. Por exemplo, para entender o conceito de trabalho em Marx, é preciso verificar as categorias que ele utiliza em seus escritos, a saber: contradição, determinação, valor, etc.

[50]. Texto disponível em: http://docslide.com.br/documents/ruy-mauro-marini-sobre-a-dialetica-da-dependencia-1973.html.

[51] . Lembrando que esta expressão de nossa própria autoria que criamos para ressaltar que os ambulantes que trabalham para si mesmo são trabalhadores sem salário.

das investigações introdutórias sobre o subdesenvolvimento porque, nesses países, se manifestavam, abundantemente, os fenômenos da “marginalidade”, denominação dada à população considerada excedente nas grandes cidades periféricas, como veremos adiante.

3.2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: POPULAÇÃO EXCEDENTE, EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.

A dificuldade de restabelecer os nexos históricos referidos pode ser atribuída ao fato de a teoria marxista demonstrar que a subsunção do processo de trabalho ao capital origina-se a partir de um processo de trabalho preexistente[52], no qual se operou uma expropriação material dos produtores independentes tornando-os trabalhadores assalariados. Sabendo-se que no caso brasileiro, essa sequência não ocorreu do mesmo modo, coloca-se um problema teórico quanto às categorias utilizadas para tratar da questão. Por conta disso, partimos da clássica e ainda atual categoria de “exército industrial de reserva”, localizada na obra de Marx (1985), quando esse define a formação progressiva de uma superpopulação relativa, a partir da lei da acumulação capitalista. Para este autor, “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente” (MARX,1985, p. 731).

A população considerada supérflua, em alguma medida, ultrapassa as necessidades do capital, passando a ser excedente. Neste sentido, o autor defende que “[...] a população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista” (MARX, 1985, p. 733). Enquanto produto necessário à acumulação, a população excedente cumpre funções imprescindíveis para o capital, funcionando como a “alavanca da acumulação”, por se constitui em um “[...] exército industrial de reserva disponível,

[52] Isto se refere a certa relação de continuidade entre a manufatura e a grande indústria. Na primeira, ocorreu a subsunção formal do trabalho ao capital através da extração de mais valia absoluta, mas na segunda é que ocorre uma subsunção real, a partir da mais valia relativa, caracterizando a produção especificamente capitalista.

que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele" (1985, p. 733). Quanto à funcionalidade da população excedente para a acumulação capitalista, Marx defende que:

> O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas, e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, **O Capital**, 1985, p. 738/9).

Nesta lógica, os salários são rebaixados e as jornadas de trabalhos ampliadas diante da existência da superpopulação excedente que pressiona o mercado em busca de emprego, favorecendo, dessa forma, o processo de acumulação do capital que se dá pela exploração da mão-de-obra ao máximo da condição de suportá-la, tornando os trabalhadores exauridos até o limite das suas forças. Desse modo, a população excedente cumpre funções fundamentais na produção capitalista, considerando que "[...] os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva" (MARX, 1985, p. 739). A lei da oferta e da procura funciona na regulação dos salários, na medida em que um maior número de pessoas pressionando o mercado em busca de trabalho, mais baixos serão os salários daqueles que conseguem se inserir nos empregos regulamentados. Diz Engles:

> A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, em guerra pela vida, pela existência, por *tudo* e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro. (ENGELS, 2010, p. 117)

Como a concorrência é o elemento que induz à rivalidade entre os trabalhadores, subentende-se que a instabilidade e a insegurança se tornaram constantes no mundo do trabalho. A competição os atingem em dois sentidos: fragilizando os assalariados na relação com as classes dominantes e acirrando a tensão entre a própria classe trabalhadora, na medida em que, tanto o exército de reserva ativo quanto o exército passivo, sofrem as consequências do processo que

colocam os trabalhadores em conflito. Evidentemente, os “sobrantes” vivenciam de forma mais brutal, a precariedade constante na vida e no trabalho diante da falta de salário e de proteção social. Os inseridos nos postos de trabalho assalariados têm vantagens inegáveis em relação aos sobrantes, mas esses também enfrentam situações de abusos, dadas pela “exploração da força de trabalho” (MARX, 1985) como condição necessária para a produção da mais-valia. No caso dos países periféricos, a situação é ainda pior, por ganhar proporções alarmantes com a “superexploração do trabalho” (MARINI, 2013) que se impõe como característica do capitalismo dependente.

Ao analisar detalhadamente a imensa massa populacional que crescia na medida em que se ampliava a extração da mais-valia pela exploração daqueles inseridos no modo de produção capitalista, Marx desvendou a lógica da acumulação capitalista apontando para a heterogeneidade da classe trabalhadora. O modo capitalista de produção, baseado no assalariamento, impõe à classe trabalhadora longas jornadas e baixos salários como marcas predominantes do processo, criando, assim, um quadro de destruição das forças produtivas que foi, muito gradativamente, sendo melhorado graças à luta dos trabalhadores. A dialética revela a essência das questões e Marx entende a população excedente enquanto condição inversa que contribui para a exploração dos assalariados. Marx subdivide a superpopulação relativa em três tipos de categorias denominando-as de: flutuante, latente ou estagnada.

A princípio, todo trabalhador estaria incluído em uma superpopulação relativa durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado, na transitoriedade que pode ocorrer em sua trajetória ocupacional. De fato, muita gente vivencia essa condição flutuante mudando de posição ao passar de assalariado a sem salário ou vice versa. O autor utiliza diferentes denominações para tratar do exército de industrial de reserva, referindo-se como superpopulação relativa ou superpopulação excedente (MARX, 1985, p. 730/1) e considera como população flutuante os trabalhadores demitidos e tempos depois admitidos em outra empresa, aqueles temporariamente desempregados. Como forma latente da superpopulação relativa considera os trabalhadores do campo na iminência de migrar para as cidades para engrossar as fileiras do proletariado urbano, sendo os camponeses

que almejam mudar para as cidades. O terceiro tipo de população excedente relativa é denominado de estagnada. Afirma Marx que:

> Constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência. (MARX,1985, p. 746).

A prolongada duração do tempo de trabalho é necessária principalmente para aqueles que precisam produzir sua própria renda quando não estão empregados. Essa parte estagnada da população excedente, Marx subdivide ainda em mais três subcategorias, que provavelmente não mais correspondem às diferenciações atuais diante das mudanças do tempo histórico. Na realidade da época, considerava os primeiros como os indivíduos "aptos para o trabalho", os segundos como "os órfãos e filhos de indigentes" e, os do terceiro grupo, como "degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar". Os últimos "não aptos" seriam "[...] os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc". (MARX, 1985, p. 747). Essa categorização reflete o contexto da época, portanto, requer relativização quanto à condição de estar apto ou não apto para o trabalho, principalmente, em relação à posição social da mulher que avançou muito nas sociedades ocidentais.

Admite-se que essa última classificação não ter mais uma correspondência direta quanto ao gênero, na realidade atual, como no caso das viúvas que não poderiam ser enquadradas na categoria de não aptos para o trabalho. Entretanto, a relevância da formulação está em evidenciar o fato da contradição da riqueza produzir a miséria na proporção semelhante entre a produção do capital e da população excedente, na medida em que, essa ultima proporciona ao capital a quantidade inesgotável de força de trabalho enquanto exército de reserva sempre à disposição do capital. Conforme Marx:

> Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, consequentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potencias

> da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. (MARX, 1985, p. 747).

Ao apontar essas contradições, Marx denuncia como o sistema capitalista produz necessariamente uma população excedente que contribui para a acumulação do capital ampliando o processo de exploração da força de trabalho. Quanto maior a riqueza social, a força expansiva do capital e a força produtiva do trabalho dos assalariados, maior será a dimensão do exército de reserva considerando que a população excedente é ampliada por razões semelhantes àquelas que reproduzem a acumulação do capital.

Presumia-se que o desenvolvimento capitalista reduziria a pobreza e as condições de exclusão, mas, como o capital se expande em função do "suplício" do trabalho de alguns, muitos outros ficam sem lugar no sistema diante da crescente força destrutiva do capital. As forças de produção transformadas em forças de destruição do capital levam "[...] ao desperdício de recursos materiais e humanos com o tratamento impiedoso de milhares, ou de milhões de seres humanos no mundo "subdesenvolvido"". (MÉSZÁROS, 2014, p 25). Entender essa lógica excludente é fundamental para compreender o crescimento dos desempregados e das atividades consideradas como autônomos ou informais, da massa que busca a sobrevivência por conta própria. Para Mészáros "[...] um modo de sobrevivência "da mão para a boca" prevalece na Índia e em outros lugares do Sudeste Asiático, assim como em zonas consideráveis da África e da América Latina" (2014, p. 31). Mas, as atividades desenvolvidas nessa condição não estão desvinculadas do sistema, a atuação da população excedente nos moldes pré-capitalistas, em alguma medida, contribui para a expansão do capital, principalmente, pelo processo de circulação.

A partir deste ponto, as atividades de trabalho da população excedente foram descritas por Marx como ocupações irregulares em oposição aos empregos industriais, considerados como referência das ocupações regulares. Neste sentido, a análise se baseava no modo de produção[53] tipicamente capitalista com relações de

[53] . O conceito de modo de produção não é fácil de compreender e gerou muita polêmica por isso. O modo de produção refere-se aqueles elementos, atividades e relações sociais que são necessários para produzir e

produção caracterizadas pelo assalariamento. Esse modo de produção cumpre à risca a lei da acumulação capitalista, pois "[...] todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual" (MARX, 1985, p. 748). Sendo assim, esses métodos "[...] redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilando o trabalhador" (ibidem). A lei que produz a superpopulação excedente impõe a expansão da miséria em proporção correspondente à acumulação do capital:

> Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação da riqueza num pólo é ao mesmo tempo, acumulação da miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (MARX, 1985, v. II, p.749).

Assim, a contradição da produção capitalista se expressa nesse antagonismo que não aparece da mesma forma nos outros modos de produção, considerados como pré-capitalista. Apesar de ocorrerem às relações de antagonismo em diferentes épocas históricas e modos de produção, cada um apresenta seus próprios antagonismos. Não se trata de puro determinismo econômico como tentam imputar a teoria marxista, equívoco que Engels[54] esclarece, mas de uma correlação de forças políticas, jurídicas, ideológicas atuando em consonância com as forças econômicas no sentido de garantir a hegemonia do modo de produção predominante. Não se pode desconsiderar a coexistência de modos de produção diferentes, até porque em nenhuma época houve domínio exclusivo de um, mesmo quando um modo particular é claramente dominante. Em toda sociedade existe um modo de produção dominante, até porque a sobrevivência de uma dada sociedade depende da perpetuação do modo de produção que a caracteriza:

> O modo de produção deve criar as condições para sua própria perpetuação; a reprodução dessas condições torna-se tão importante quanto à própria produção. Isso significa a perpetuação das formas políticas, jurídicas e outras que são consistentes com a base econômica, assim como a perpetuação das várias relações no interior da própria base econômica. A sobrevivência de um sistema econômica requer, por exemplo, a sobrevivência das relações de propriedade sobre as quais se baseia. (MARX, Capital volume 3, p. 879 apud HARVEY,1980, p 172).

---

reproduzir a vida. Para Marx (1985), os modos de produção são compostos pelos meios de produção, conjuntamente com as forças produtivas e as relações de produção.

[54] . "Engels em carta a Bloch concede certa autonomia às formas ideológicas (políticas, jurídicas, religiosas etc.) na superestrutura e rejeita a ideia de um simples determinismo econômico". (HARVEY, 1980, p. 171).

Para este autor[55] que resgata a geografia da acumulação capitalista em Marx, a coexistência de diferentes modos de produção nas cidades é normal, tendo em vista que "[...] a sociedade sempre contém dentro de si, potencialmente, modos de produção conflitantes" (HARVEY, 1980, p 173). Nas sociedades contemporâneas o modo de produção capitalista se tornou dominante, mesmo não sendo o único a operar. Lançando mão do conceito de "modo de integração social, política e econômica" (ibidem, 1980, p 176), Harvey ressalta a heterogeneidade da vida urbana considerando a existência de diferentes modos de integração que se inter-relacionam nas cidades, apesar da hegemonia de um modo de produção específico.

Autores marxistas clássicos também defendem a coexistência de outros modos de produção, a exemplo de Rosa de Luxemburgo que defende a ideia da existência de modos não capitalistas de produção e, portanto, de diferentes organizações do trabalho convivendo em conjunto. A autora afirma que "[...] na realidade não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista" (LUXEMBURGO, 1958, p. 239, apud, SANCHEZ, 2013, p. 4). Para Lukacs (1970), um modo de produção particular não se desenvolve nem desempenha um papel histórico apenas quando completa suas transformações, mas, antes disso e durante todo o processo de sua constituição. "Os modos de produção e as formas sociais correspondentes e as estratificações de classe que se sucedem e se superpõem tendem de fato a aparecer na história muito mais como forças cruzadas. [...]" (LUKACS, 1970, p. 45, apud. HARVEY, 1980, p. 173). A coexistência de diferentes modos de produção na vida urbana possibilita diversas maneiras de produzir e reproduzir a vida. O modo de sobrevivência da "mão para a boca" que se refere Mészáros (2014, p. 31) ocorre em paralelo ao modo de produção capitalista, participando das dimensões do consumo e da circulação enquanto etapas posteriores à produção.

Sendo assim, o trabalho irregular para Marx, encontra correspondência com situações de trabalho "autônomo" ou por "conta própria". Os trabalhos não assalariados compreendidos como pré-capitalista (CARVALHO, 1980) foram adquirindo diferentes denominações em um longo e polêmico debate que envolveu

[55] . Refiro-me especialmente a Harvey (2005) por reconhecer na sua obra o esforço em recuperar e difundir a teoria marxista, com livros que ajudam a ler e entender o Capital.

diferentes correntes e concepções quanto à interpretação do fenômeno. Estar ocupado em atividades individuais ou coletivas sem vínculo empregatício, como consequências diretas da estrutura excludente do capitalismo que gera desemprego e precarização do trabalho, tem um aspecto subjetivo que aparece empiricamente como suposta "opção". Certamente trata-se de uma "escolha forçada" pelas circunstâncias, resultante das determinações econômicas que fragiliza o mercado, que provoca contradições como o desemprego ampliado pela rejeição aos baixos salários dos empregos disponíveis. Como diz Marx, "[...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado." (MARX, 2003, p. 7).

3.3. DEBATE PRELIMINAR SOBRE A INFORMALIDADE.

Para introduzir a análise do trabalho informal[56] na atualidade é pertinente reconhecer suas mutações no tempo e no espaço, como "[...] sinônimo de subdesenvolvimento, e sua atualização agora como trabalho flexível e sua generalização globalizada". (LIMA, 2009, p. 38). As controvérsias e alterações semânticas do conceito servem para demonstrar a permanência do fenômeno e "[...] o retorno de formas de relações de trabalho precarizados agora como sinônimo de modernidade capitalista através de processos de terceirização" (ibidem, 2009, p. 38). Essas mudanças evidentemente foram provocadas pela força das determinações macroestruturais, econômicas e políticas que atingiram o mundo do trabalho, empurrando os indivíduos para a informalidade. A centralidade do trabalho na vida dos indivíduos e a posição desses no mercado podem apontar razões desse fenômeno social que envolve luta e resistência pela reprodução da existência.

Apesar das controvérsias dos estudos iniciais, é salutar retomar o debate preliminar para uma breve retrospectiva histórica da noção de informalidade, que

[56] . Como já foi dito, optamos por utilizar a noção de trabalho informal, como sugere o título deste capítulo, em relação às outras noções correlatas por entender que remete mais diretamente ao esforço humano de desenvolver uma atividade econômica.

desde a sua origem abrange uma diversidade de situações e atividades econômicas. O ponto de partida foi o esforço teórico de alguns intelectuais e instituições, principalmente da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho)[57] que buscaram compreender as precárias condições de trabalho de parte significativa da população dos países subdesenvolvidos. O fenômeno do trabalho informal ou da informalidade, como se convencionou pensar a questão social que colocava em xeque o desenvolvimento capitalista dos países periféricos, foi alvo de intensos debates. De questão pontual inerente à periferia do capitalismo e ao subdesenvolvimento, a informalidade tornou-se um problema globalizado, aparecendo nos países centrais como consequência da reestruturação produtiva e da crise do padrão fordista de organização do trabalho e do Estado de Bem Estar (DRUCK, 2013; LIMA, 2009; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

3.3.1. A NOÇÃO DE SETOR INFORMAL

Primeiramente, a situação da população excedente e do subdesenvolvimento dos países da América Latina e da África constituiu o motivo das investigações realizadas pela OIT e pela CEPAL, na década de 1970, gerando embates com as correntes teóricas mais críticas[58] que questionavam as formulações e orientações produzidas por essas instituições. Apesar das divergências, o debate inicial produziu alguns consensos sobre o fenômeno, apontando caminhos para a compreensão dos trabalhos realizados sem proteção social. Independentemente da condição histórica onde ocorra a população excedente tem grande funcionalidade para o processo de acumulação do capital. O principal consenso dos estudos iniciais era que a informalidade estava associada à periferia do capitalismo, ao problema do subdesenvolvimento e do desenvolvimento do capitalismo. Deste modo, os estudos sobre a informalidade suscitaram uma discussão relacional sobre o capitalismo central e dependente na América Latina, levando em conta a especificidade do

[57]. Essas organizações foram responsáveis pelos primeiros estudos sobre o subdesenvolvimento da América Latina e da África, na década de 1970, quando se inaugurou o debate sobre a informalidade.

[58]. Referimo-nos as Teorias da Dependência, principalmente a TMD – Teoria Marxista da Dependência, que analisaram criticamente os relatórios produzidos pela OIT e pela CEPAL como veremos adiante.

Brasil que vivenciou o capitalismo tardio, não chegando a constituir um Estado do Bem-Estar Social.

A noção de setor informal foi introduzida no debate a partir de estudos da OIT/CEPAL, para tratar das condições de trabalho típicas do subdesenvolvimento. A noção inaugurou o debate inicial nestes termos especificando a realidade dos países subdesenvolvidos. Para alguns autores foram os estudos da OIT sobre o Quênia que cunhou o termo para descrever um fenômeno ainda não devidamente teorizado, conforme defende publicação mais recente da própria organização.

> Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. A definição de “setor informal urbano” no famoso estudo de 1972 sobre o Quênia tinha um caráter descritivo. Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas como formando um setor que engloba, tanto empresas, como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (KREIN e PRONI, 2010, p. 9).

Mas, há quem atribua a criação do termo ao antropólogo Keith Hart nas suas pesquisas em Gana gerando controvérsias quanto à origem da expressão ser mérito da OIT através do Relatório divulgado em 1972. Para Véras de Oliveira (2011) o termo foi cunhado pela OIT que “[...] concluiu que além do desemprego havia um significativo contingente de “trabalhadores pobres” ocupado em atividades sem registro, proteção e regulamentação pública” (p. 191) apontando que, ao contrário de diminuir com a modernização, o setor informal estava aumentando. Apesar das controvérsias, a noção de setor informal estabeleceu um marco referencial para as ações governamentais, passando a ser usada pelos estudos da CEPAL na América Latina. A CEPAL teve como missão elaborar um sistema analítico sobre a região, construindo uma “[...] teoria do desenvolvimento desigual do capitalismo, como sistema econômico mundial, organizado hierarquicamente” (NERY, 2013, p. 45). Em todos os casos, a noção de setor informal esteve ligada ao reconhecimento das restrições do capital e ao processo de mobilização produtiva do trabalho.

Como o setor informal é pensado em oposição ao setor formalizado das relações de produção baseadas no assalariamento, típicas dos empregos

industriais, uma das preocupações dos primeiros estudos foi com a urbanização acelerada provocada pelo papel dinâmico da indústria na economia que atraía a população para as cidades. Na década de 1950 na América Latina foram intensos os processos migratórios para os centros urbanos criando uma situação esdrúxula: "[...] urbanização sem industrialização com a maioria dos trabalhadores dedicados a ocupações de subsistência, interpretados como marginais frente à modernização esperada." (LIMA, 2013, p. 331) A incipiente industrialização foi considerada responsável pela situação de "marginalidade" resultante da não incorporação produtiva de crescente contingente de trabalhadores em todo o mundo subdesenvolvido, que habitavam em bairros marginais ou periféricos. Por conta disto, "[...] para os cepalinos, a superação do subdesenvolvimento exigia uma estratégia de industrialização coordenada pelo Estado". (NERY, 2013, p. 45).

No Brasil, a urbanização desordenada, em função da industrialização tardia, aconteceu sem que ocorressem transformações econômicas e políticas capazes de absorver a crescente oferta de mão-de-obra que migrava do campo para as cidades. O processo migratório impulsionado pela industrialização só se intensificou a partir da segunda metade do século XX, pois o país passou mais de quatro séculos para romper com o modelo econômico agroexportador, num lento processo que produziu inúmeras dificuldades para o povo brasileiro. A denominada revolução de 1930 representou politicamente o momento da ruptura, iniciando o período conhecido como "substituição das importações" que introduziu o capitalismo no país.

Ainda assim, a industrialização brasileira só se desenvolveu efetivamente a partir da década de 1950 (FERNANDES, 1981; MARINI, 2013) mudando radicalmente o perfil populacional do país que se tornou predominante urbano apesar da sua dimensão continental. O Brasil rural perdurou por longo período, mas na década de 1970, houve a inversão da concentração habitacional[59] tornando o país com maior concentração populacional urbana. A situação de dependência nesses moldes conformou o que Fernandes (1981) definiu como "modalidade predatória de capitalismo selvagem" por não garantir infraestrutura e condições de

[59]. A inversão do perfil habitacional da população brasileira é absurda diante da enorme dimensão territorial do país. Em 1960, 45,1% da população eram urbanas e 54,9% rural, em 1970 a situação se inverte passando a serem 56% urbana e 44% rural, na década de 1990 já era 75,5% urbana e 24,5% rural. Em 2010 a situação é assustadora por concentrar 84,4% da população nas zonas urbanas e apenas 15,6 % nas rurais.

trabalho para atender as demandas dessa nova realidade. De fato, o capitalismo tardio e dependente produziu sérios problemas sociais decorrentes dos limites do desenvolvimento econômico que desencadeou o crescimento desordenado das favelas e periferias dos centros urbanos, associado à inserção precária dos indivíduos no mercado de trabalho de forma irregular ou informal.

Por esta razão, o trabalho informal realizado em diferentes locais aparece como uma questão social que representa um problema estrutural básico para o entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. A questão se intensifica no país em função do reduzido alcance do assalariamento condicionado pela modernização[60] controlada de fora. A situação produziu crescimento econômico dependente da dominação externa e um desenvolvimento subordinado caracterizado por fortes desigualdades sociais, com concentração de renda, do prestígio social e do poder. A condição dependente do capitalismo construído na América Latina e no Brasil, especificamente, gerou consequências nocivas, a exemplo da debilidade das classes burguesas e do "[...] despotismo nas relações sociais com privilegiamento das classes possuidoras" (FERNANDES, 1981, p. 42). Deste modo, para compreender a crescente informalidade no país, é necessário o entendimento de como as classes sociais se organizam, cooperam e disputam entre si, assunto que será retomado mais na frente.

3.3.2. A NOÇÃO DE INFORMALIDADE.

Muitos estudos (CACCIAMALI, 2000; MALAGUTI, 2000; MACHADO DA SILVA, 2002; NORONHA, 2003) criticam e propõem a reconstrução da noção de informalidade através de novos conceitos, sem levar muito em conta a questão das classes sociais nem as contribuições das primeiras formulações, talvez para evitar a polêmica do debate inicial, principalmente, devido às contestações produzidas pelas correntes mais críticas à visão cepalina. Distingue-se, de início, um sentido na associação entre marginalidade e informalidade, o que representava a

[60]. No sentido de industrialização como processo necessário ao desenvolvimento do capitalismo, com todas as críticas a visão ocidental e eurocêntrica do termo.

particularização de um confronto político mais amplo que se tornava decisivo por definir a forma e a natureza da inserção estrutural de grandes contingentes demográficos que era vista como definidora de seu destino histórico. Assim, a totalidade do problema se tornava uma questão social e também uma questão urbana por manifestar a ocorrência significativa das formas de trabalho aqui abordadas como “trabalho informal”, “autônomo”, “por conta própria” ou mesmo “trabalho de rua” (DURÃES, 2006) como se convencionou chamar as atividades de comércio ambulante realizadas nos espaços públicos das cidades nos países subdesenvolvidos.

Desse modo, o conceito de *informalidade* foi antecedido pelo termo marginalidade que analisava, pela perspectiva urbana, a condição marginalizada e segregada da população não integrada ao padrão capitalista de produção. O termo foi concebido em um período específico da história das Ciências Sociais no Brasil quando a questão tinha assento nos estudos urbanos, inspirados na Sociologia Urbana americana que analisava ineditamente a cidade, diante da proliferação dos bairros periféricos e da crescente quantidade de população marginalizada a vagar pelas ruas realizando pequenas transações comerciais. Segundo Lima (2009) o debate irá rebater na forma como foi constituída a Sociologia do Trabalho no Brasil, tendo em vista que inicialmente as atividades informais eram estudadas pela Sociologia Urbana, enquanto a Sociologia do Trabalho que se dedicava quase que exclusivamente ao trabalho formal realizado no chão da fábrica e a organização sindical do operariado.

Quando o conceito de informalidade substitui a noção de marginalidade, descarta-se o preconceito que o próprio termo ensejava possibilitando o entendimento do fenômeno pela perspectiva da diversidade de situações de trabalho desprotegido. Nos anos 1980, as transformações decorrentes da reestruturação produtiva provocadas pela crise econômica reduziram o emprego assalariado formalizado aumentando o desemprego e a precarização do trabalho, com medidas drásticas de redução de direitos dos trabalhadores em todo o mundo capitalista. Essa situação seguramente levou à inserção de uma maior quantidade de força de trabalho nas atividades informais. Nesse contexto, as atividades informais antes consideradas como intersticiais ou marginais, passaram a absorver uma parcela

maior de trabalhadores. Com isso o conceito de informalidade assume lugar de destaque no debate acadêmico por abranger uma quantidade maior de tipos de trabalho informal, inclusive, em empresas formalizadas, através das terceirizações e de contratos temporários.

Em síntese, as noções de setor informal e de informalidade são controversas e polissêmicas, mas distintas entre si e representam opções conceituais de períodos também diferentes. A noção de setor informal foi utilizada na década de 1970 para tratar de um campo econômico considerado arcaico ou tradicional, que persistia nos países subdesenvolvidos, em oposição a um setor moderno e avançado da economia que se estruturava com base na formalização das relações trabalhistas. Com a reestruturação produtiva que se inicia na década de 1980 e se intensifica na década de 1990 nos países desenvolvidos e também na periferia, o crescimento das atividades informais em campos antes inimagináveis, faz ssurgir a noção de informalidade em substituição a marginalidade. Essas noções foram utilizadas através de teorias, apresentadas a seguir, que conjuntamente representaram o debate preliminar que tratou das situações dos trabalhadores informais em sociedades que buscavam a modernização da estrutura produtiva.

3.4. TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO E DA MARGINALIDADE

Com forte assento no debate preliminar, estava a Teoria da Modernização[61] com seus pressupostos de desenvolvimento via transitoriedade, defendendo a superação do subdesenvolvimento pela capitalização dos países periféricos através da industrialização. Essa teoria, desenvolvida pela CEPAL, com base no estruturalismo histórico, preencheu uma lacuna teórico-metodológica na região, cumprindo importante papel ao propor medidas políticas que buscavam combinar o desenvolvimento econômico com a construção de uma sociedade mais igualitária. Do outro lado, as teorias críticas insistiam na contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera seu próprio excedente de trabalho. A discussão inicial produziu alguns construtos teóricos que analisavam a

[61]. Tese cepalina que opunha formalmente um setor “atrasado” e um setor “moderno”, propondo uma forma das economias pré-industriais, penetradas pelo capitalismo, passarem para formas mais avançadas.

situação dos desempregados nos países capitalistas periféricos, a exemplo de "massa marginal"[62], conceito que teve muita aceitação na época.

A Teoria da Marginalidade teve ampla repercussão nacional e na América Latina sobre as questões urbanas, avançando em relação à Teoria da Modernização, por destacar a heterogeneidade dos mercados de trabalho. Enquanto essa era institucional e política,[63] a Teoria da Marginalidade, academicamente, analisava os bairros considerados marginais por abrigar os migrantes nas grandes cidades, investigando, principalmente, as condições de sobrevivência dos não integrados na estrutura produtiva, para além da dualidade estrutural que opunha um setor moderno a um setor arcaico ou tradicional. Mas, foi a partir também da análise do funcionamento da economia com base em dualidades que se estruturou a Teoria da Marginalidade, explicando o problema da não-integração através da ideia de um "[...] desajuste ou uma inadequação (de indivíduos, regiões, atividades econômicas) a um "padrão normal" como inerente e próprio da cultura industrial "(KOWARICK, 1975, p.47). O modelo ideal seria um mercado organizado para gerar emprego assalariado com proteção social.

Kowarick (1975) foi o principal representante nacional deste debate que se fazia, na década de 70, acerca da vinculação do trabalho informal com a noção de marginalidade. Ele defendia que o conceito de marginalidade[64] vinha sendo largamente utilizado na época para explicar quase tudo, mas deveria ser usado especificamente para discutir os processos de integração de formas desvinculadas dos procedimentos tipicamente capitalistas, ou seja, o assalariamento com vínculo trabalhista. Para este autor a Teoria da Marginalidade se ramificou em dois sentidos ideológicos diferentes, a partir da vinculação com a Teoria da Modernização analisou a situação na perspectiva funcionalista priorizando a questão da integração social. E, no sentido mais crítico, ganhou roupagem histórica estruturalista de inspiração marxista por influência das Teorias da Dependência que insistiam nas contradições e conflitos do processo histórico que produzem as condições de

[62]. Conceito cunhado por José Num para tratar daqueles que seriam incapazes de participar do processo de acumulação capitalista.
[63]. A modernização representa tanto a proposta teórica para o desenvolvimento quanto os projetos políticos desenvolvimentistas.
[64]. Na sua tese de doutorado que resultou no livro *Capitalismo e Marginalidade na América Latina* (1975)

“marginalidade”. Kowarick se assume integrante da corrente mais crítica analisando a marginalidade urbana para além de motivos individuais.

Neste sentido, o debate inicial foi disputado por, pelo menos, três perspectivas teóricas diferentes que analisaram a questão do subdesenvolvimento com divergências ideológicas. Apesar das controvérsias quanto aos métodos e às perspectivas teóricas, essas correntes concordavam em alguns aspectos relativos ao modo de refletir sobre a estrutura social produtiva, tomando a indústria como polo dinâmico central e o modelo do trabalho fabril assalariado como referência ideal para analisar os outros tipos de trabalho. Apesar de partirem do mesmo pressuposto, de que a indústria era o lugar do padrão específico de regulação das relações de trabalho, na expectativa de uma eventual universalização dos direitos a partir da ampliação do assalariamento, as divergências analíticas eram evidentes.

Mesmo com alguns acordos, havia diferenças profundas entre tais correntes. A Teoria da Modernização buscava entender a situação do sistema produtivo periférico a partir da interpretação do funcionamento da economia pela lógica polarizada da coexistência, ou seja, produziram uma análise sistemática do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como sistema econômico mundial organizado hierarquicamente. Nessa relação desigual, à periferia caberia produzir e exportar matérias primas para atender os interesses dos países centrais. A CEPAL elaborou a tese da “deterioração dos termos de troca” para explicar e contestar a situação de desvantagem da periferia, mas não para superar a subordinação. Ao contrário, as Teorias da Dependência interpretavam o processo questionando os moldes de integração da economia capitalista mundial, entendendo o subdesenvolvimento como produto necessário ao desenvolvimento. Esta corrente baseada na lei da acumulação capitalista de Marx estava preocupada com as contradições da estrutura de classe, das relações de poder e dos conflitos provocados pela não integração da população relativamente excedente.

Em síntese, as primeiras investigações divergiam quanto à interpretação do subdesenvolvimento, analisando de forma diferente a questão nacional. A Teoria da Modernização defendia os interesses do grande capital partindo da interpretação liberal de que “[...] o subdesenvolvimento decorria de uma desvantagem no valor

relativo das trocas econômicas entre o centro desenvolvido e a periferia" (COSTA, 2010, p.173). Representada pelos economistas da CEPAL,[65] a teoria do desenvolvimento, adaptada para a realidade latino-americana, concebia a estrutura econômica periférica pela forte presença de "[...] um setor de subsistência ou informal, caracterizado pela baixa densidade de capital, pelo precário nível técnico da produção e pela baixa produtividade" (ibidem), convivendo indiretamente com o outro lado da economia formado por "[...] um setor moderno, de avançado padrão tecnológico, economicamente mais capitalizado e dinâmico" (ibidem, 2010, p. 173). O pressuposto teórico das "etapas históricas distintas" entendia o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo e não como uma fase que tenha passado as economias avançadas. A produção cepalina defendia medidas específicas para a região, sustentadas na importância do papel do Estado na dinamização da economia, diante dos limites do mercado e das elites nacionais. Apesar das contribuições do pensamento cepalino para compreender a realidade da América Latina, este foi alvo de muitas críticas pelas Teorias da Dependência, como veremos a seguir.

3.5. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E O SUBDESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

A corrente cepalina concebia a estrutura econômica da América Latina de uma perspectiva dual, pela coexistência de um setor de subsistência ou arcaico com um setor moderno de avançado padrão tecnológico. A interpretação analítica do funcionamento da economia a partir de uma lógica polarizada da coexistência do tradicional e do moderno de forma desarticulada é que deu corpo a teoria, que explica o problema da não-integração, através da ideia da inadequação de indivíduos, regiões, atividades econômicas etc., a um padrão de integração salarial tido como modelo ideal na cultura industrial. Ao contrário, as teorias da dependência, de base marxista, analisavam a não-integração de parte da população a partir das

[65] . Entre esses se destacaram, como componente da "velha CEPAL", Raul Prébish responsável pela teoria do desenvolvimento da CEPAL e pela organização do "Estudo Econômico da América latina" de 1949 e Celso Furtado que entre várias publicações aparece com destaque a "Formação de capital e desenvolvimento econômico" (1969).

contradições do próprio modelo de acumulação, entendendo o subdesenvolvimento como resultante do processo de desenvolvimento capitalista.

Essa perspectiva analítica defendia que as contradições da estrutura de classe e das relações de poder, baseadas na dominação externa, seriam as causas do subdesenvolvimento. No conjunto dos estudos que compõem as Teorias da Dependência há divergências ideológicas que subdivide a corrente em duas ramificações[66] uma moderada que em alguma medida justifica o subdesenvolvimento e outra mais crítica que propunha a ruptura através da revolução socialista. A visão cepalina também trata da dependência na sua teoria sobre o subdesenvolvimento, mas considera-se como teorias da dependência, a Teoria da Dependência Associada ou Subordinada representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e a Teoria Marxista da Dependência, pouco difundida ainda hoje na academia,[67] representada principalmente por Rui Mauro Marini e André G. Frank, entre outros.

As teorias da dependência debatiam com a corrente cepalina sobre as causas e consequências do subdesenvolvimento[68], sendo que a CEPAL assumia uma atitude militante em favor da industrialização dos países latino-americanos para resolver o problema da informalidade, o qual era relacionado à pobreza urbana. A tese cepalina apoiava-se no conceito de subdesenvolvimento, entendido como "[...] uma formação histórica singular que articulava um setor "atrasado" ao setor "moderno" numa forma específica das economias pré-industriais, penetradas pelo capitalismo, passarem para formas mais avançadas". (IVO, 2013, p. 104) Apesar dos limites das suas formulações, a CEPAL sempre demonstrou preocupação com o nível de vida das massas empobrecidas e dos trabalhadores. Mas, passado o período do debate preliminar que coincide com o momento histórico da globalização, quando se colocam em pauta outras discussões e a CEPAL se voltou para temas

[66]. Há controvérsias quanto a subdivisão das teorias da dependência, para Coutrot (1991) essas se ramificam em três linhas: 1. Teoria cepalina da dependência; 2. Teoria da troca desigual; 3. TMD - Teoria marxista da dependência.

[67]. Até nos cursos de Ciências Sociais a TMD teve pouca repercussão, predominou a hegemonia da Teoria da Dependência defendida por FHC, o príncipe da USP tinha muito prestígio acadêmico para conseguir tal façanha, mesmo após o período da ditadura a TMD continuou invisibilizada.

[68]. Os estudos da CEPAL produziram a Teoria da Modernização como perspectiva institucional teórica e metodológica criada para propor medidas políticas para os países superarem o subdesenvolvimento.

como justiça social, sustentabilidade e cidadania. Segundo Nery (2013) a crise dos anos 1980 afetou ideologicamente a organização, que abandonou a discussão do subdesenvolvimento se afastando das questões mais políticas, ao ponto de criar o termo à "década perdida" para se referir ao período.

A Teoria da Dependência Associada ou Subordinada, capitaneada por FHC[69], concebia o subdesenvolvimento como resultado de uma inserção dependente no sistema capitalista mundial. Esta perspectiva analítica "[...] identificava uma tendência ao desenvolvimento dentro da dependência" (COUTROT, 1991, p. 160), por considerar que a subordinação conciliava interesses de classes e grupos específicos internos com os interesses do capital externo. O fundamento teórico desta tese era a lei geral da acumulação capitalista de Marx, sendo que o problema da marginalidade nos países subdesenvolvidos não era entendido como consequência da inadequação ao moderno, mas como próprio do modo de acumulação estruturado sob a lógica da dominação das relações de produção que gera excedente de trabalho.

Diante da impossibilidade do desenvolvimento nacional ser liderado pelo protagonismo das burguesias internas, visão também compartilhada pela TMD, para esta corrente os países dependentes deveriam se aliar ao sistema dominante de forma que pudessem obter benefícios da relação. Defendiam que o desenvolvimento aconteceria através da articulação compartilhada, sem rupturas com o sistema. Provavelmente, por essa razão, a Teoria da Dependência Associada não provocava incômodos políticos. A posição conciliadora que atendia aos interesses do capital seguramente contribuiu para que a teoria tenha sido a corrente hegemônica na academia sobre o subdesenvolvimento do Brasil, inclusive favorecendo a carreira política de FHC que se tornou presidente do país com amplo apoio das classes dominantes.

Paradoxalmente, para os autores da Teoria Marxista da Dependência,[70] "[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a historia do desenvolvimento do

[69] . O livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" tinha prestígio inquestionável nos cursos de Ciências Sociais no período da ditadura e ainda hoje vai parte da bibliografia básica de algumas disciplinas do curso.

[70]. Como os autores da TMD foram propositalmente ocultados no país, a exemplo de Ruy Mauro Marini desconhecido para a maioria dos estudantes de ciências sociais, o nosso acesso a essa teoria foi recente

sistema capitalista mundial" (MARINI, 2013, p.47) sendo, portanto, produto e resultado necessário ao processo de desenvolvimento dos países dominantes. Para este autor, "[...] a América Latina surge como tal ao se incorporar ao sistema capitalista em formação, em momento da expansão mercantilista europeia do século XVI" (ibidem, p. 47). A região é conduzida a ter participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matéria prima e consumidora da produção industrial. Nesse esquema o mecanismo básico de exploração provém da relação de exportação-importação, cabendo aos países periféricos o papel de fornecer matérias primas e alimentos para suprir as necessidades básicas dos países dominantes, de forma que possam direcionar o capital para o mercado externo. Para atender às demandas dos países centrais, os países latino-americanos foram induzidos a seguir as orientações políticas externas para dar suporte ao mercado capitalista. Cabia aos países periféricos a produção de produtos primários imprescindíveis ao desenvolvimento industrial dos países dominantes, e neste sentido, o subdesenvolvimento construído nos trópicos é considerado pela TMD como consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo resultado do processo de exploração das riquezas naturais e humanas que existiam em abundância na região.

No caso do Brasil, o modelo agrário-exportador perdurou por quatro séculos, atrasando o desenvolvimento do capitalismo nacional por estender a subordinação política e a dominação econômica produzindo muita desigualdade e miséria. Para entender o dilema do capitalismo dependente Fernandes (1981) descreve as fases e os padrões de dominação externa que passaram os países latino-americanos, mostrando a evolução da dependência. O autor conclui que "[...] a dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas" (FERNANDES, 1981, p. 20). As consequências da dominação e das transições da economia colonial até o capitalismo industrial foram nocivas para o Brasil por produzirem realidades marcadas por grandes problemas sociais.

---

através do professor Nildo Ouriques, em palestras na UFBA e pelo seu livro "O colapso do figurino francês: critica a ciências sociais no Brasil" e através da coleção Pátria Grande do IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos.

> Primeiro, a concentração de renda, do prestigio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes "épocas históricas", mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para exploração externa... o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista. Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema. (FERNANDES, 1981, p. 20)

Em todo o processo histórico de dominação havia a constante tendência à transferência de capital para fora, com transações econômicas que favoreciam sempre os países dominantes. A "extração do excedente" era o objetivo da dominação externa, para a TMD "[...] a dicotomia extração/apropriação de excedente tanto causa como perpetua as desigualdades sociais". (BOTTOMORE, 2001, p. 373) Nos países latino-americanos que enfrentam o capitalismo dependente para recuperar essa perda de capital ocorrem esforços compensatórios. No caso do Brasil a burguesia nacional recorre à "superexploração do trabalho" para minimizar os efeitos negativos da economia mundial. Para Marini (2013)

> As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. (MARINI, 2013, p. 52).

O autor ressalta que o subdesenvolvimento dos países da América Latina produziu consequências lamentáveis, em termos de desigualdades sociais, por conta das relações de dependência e subordinação que estavam submetidos. A situação de precariedade na qual se encontra a maioria dos trabalhadores brasileiros confirma que a superexploração do trabalho é uma característica central do capitalismo periférico, na medida em que predominam os baixos salários, as condições precárias de trabalho e a negação dos direitos sociais. A realidade estrutural baseada na concentração de renda e do prestígio social externa e internamente vem reproduzindo a pobreza das massas que enfrentam muitas

dificuldades de dimensão sociocultural como o alfabetismo funcional, a carência nutricional, a transitoriedade ocupacional e a perseguição policial.

Essa vertente analítica gerou debates calorosos nas décadas de 1950 e 1960, mas, com a instalação da ditadura militar no Brasil em 1964 a repressão ao pensamento social crítico foi intensa. Diante da perspectiva revolucionária de intelectuais militantes como Florestan e Rui Mauro, que defendiam superação da dependência pela revolução socialista, os simpatizantes da TMD foram perseguidos politicamente, sendo a teoria estrategicamente ofuscada e substituída pela chamada "sociologia da ordem" na academia (OURIQUES, 2014). Na verdade, a ditadura militar construiu as condições sociais necessárias ao ocultamento das teorias críticas, exilando seus pensadores e impedido posteriormente a divulgação de suas obras no país, fato que repercutiu por muito mais tempo, passando despercebida até pelo período de redemocratização do país[71] em muitos cursos de ciências sociais. Durante todo esse período predominou a hegemonia das formulações cepalina e da Teoria da Dependência Associada ou Subordinada que reinaram absolutas como perspectivas teóricas e metodológicas para pensar a situação da América Latina nos espaços acadêmicos. Na verdade, a região é pouco estudada nas universidades brasileiras, infelizmente predomina na ciência nacional a visão eurocêntrica ou estadunidense.

Como se sabe, essas teorias de dimensão macro política e econômica tiveram influência sobre os estudos da informalidade, enquanto questão social e urbana que evidencia as consequências da condição de dependência e subordinação ao capitalismo central. A questão social da pobreza urbana sempre esteve relacionada com as formas de trabalho sem proteção, analisada pela perspectiva da não inserção ao modelo capitalista de produção. A Teoria da Marginalidade se debruçou sobre essa questão, assim como a Teoria da Modernização, mas não foram capazes de explicar a essência do problema que ampliava as desigualdades sociais nos países considerados subdesenvolvidos, apesar da industrialização.

Como essas, as Teorias da Dependência também foram consideradas insuficientes para explicar o fenômeno. Para Coutrot (1991) houve um fracasso

[71] . Correspondente ao período pós-ditadura, de 1985 até o ano passado quando interromperam o governo da presidente Dilma (2016).

global do paradigma da dependência pelo esgotamento do paradigma "centro/periferia" assim como das principais teses, a exemplo da teoria da troca desigual, da industrialização para superar o subdesenvolvimento e da superexploração do trabalho. Segundo este autor, "[...] a falha principal da teoria da dependência[72] foi superestimar o papel das relações internacionais de exploração e pôr insuficientemente o acento sobre as contradições e entraves internos das econômicas periféricas" (COUTROT, 1991, p. 162). Isto parece indevido, porque os autores citados defenderam a força das relações internacionais de exploração sobre o destino da região, ressaltando as contradições internas. A TMD relaciona o atraso da região com a dominação externa pelo fato do subdesenvolvimento está sistematicamente associado à colonização. O colonialismo, o imperialismo e o capitalismo são esquemas destrutivos, relativos à "[...] um sistema de relações em que dominação, supersubordinação, exploração e, evidentemente, desenvolvimento e subdesenvolvimento desempenham papel central" (FRANK, 1983, p.19). Neste sentido, considera que em todas as fases do capitalismo houve a exploração da periferia em benéfico das metrópoles dos países centrais, e que isso só aconteceu graças às contradições políticas internas que legitimaram e reproduziam a dependência.

Há críticas[73] às teorias da dependência que parece mais pertinentes, como a referência superficial as classes sociais. De fato, fazem "[...] poucas referências às forças e as relações de produção, ou ao modo de produção, que são elementos necessários à análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento" (BOTTOMORE, 2001, p. 373). Apesar dessas lacunas, as teorias da dependência devem ser revisitadas, principalmente a TMD, por problematizar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos como causador das desigualdades. No caso brasileiro, é estranho que as "[...] elevadas taxas de crescimento econômico e as facilidades de financiamento não garantem um desenvolvimento equilibrado nem um padrão de acumulação estável". (COUTROT, 1991, p. 162). A tese da "superexploração do trabalho" de Marini (2013) para

[72]. Thomas Coutrot, economista e estadista francês, que atua no Ministério do Trabalho e Emprego na França pesquisa o emprego e as desigualdades sociais. Ele foi pesquisador visitante do Departamento de Economia da UNB de setembro de 1988 a dezembro de 1990.

[73]. No Dicionário de Pensamento Marxista aparecem criticas as teorias da dependência do ponto de vista teórico.

compensar as perdas externas garantindo a acumulação interna em parte esclarece a situação e, em alguma medida, nega a "pouca referência" ao papel das classes, que Bottomore atribuiu diretamente a Gunder Frank e a Paul Baran. As Teorias da Dependência têm limites inegáveis e talvez não seja possível, neste trabalho, defender as teses da TMD com a devida propriedade. Mas, as evidências do capitalismo dependente aparecem empiricamente influenciando no crescimento da informalidade, na medida em que a superexploração do trabalho[74], através dos baixos salários, é um fator determinante sobre a escolha da atividade econômica.

Estudos sobre a expropriação forçada do trabalho têm se mostrado bastante atual com o avanço da crise e da precarização social do trabalho que reduz o acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Esta situação condiciona a classe trabalhadora ao subconsumo produzindo desnutrição, doenças e desgastes que comprometem a qualidade de vida das pessoas, reduzindo a força de trabalho. A manifestação das desigualdades sociais urbanas, através da segregação socioespacial e da intensa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos das cidades do Brasil, precisa ser repensada pela perspectiva crítica da dependência por tratar da totalidade da questão. Para além de registrar a heterogeneidade da classe trabalhadora é necessário identificar as causas históricas que impedem o desenvolvimento social, apesar do crescimento econômico. Evidentemente que os problemas sociais resultantes do capitalismo dependente atingem diretamente os mais pobres, resta saber qual o preço desse processo para os trabalhadores que atuam por conta própria sem proteção social e reconhecimento dos seus direitos.

Os autores (FRANK, 1983; FERNANDES, 1981; MARINI, 2013) que discutiram criticamente a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos como resultante do desenvolvimento do capitalismo central foram estrategicamente invisibilizados por denunciar as mazelas do capitalismo dependente. Ao apontarem os processos de dominação externa e a possibilidade de superação da

[74]. A superexploração do trabalho é originalmente uma tese de Marini, segundo Ouriques, esta foi tratada por Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes sem fazer referência ao autor. "A formulação em termos marxistas da dependência se inaugura com *Dialética da Dependência*, de Rui Mauro Marini, cuja aparição em forma de livro é de 1973, mas já circulava parcialmente antes desta dada em meios políticos e intelectuais". (OURIQUES, 2014, p. 119).

subordinação dos países hegemônicos pela revolução socialista enfrentaram as críticas e sofreram o não reconhecimento das suas contribuições para o pensamento social. O relativo desprezo da academia por essa sociologia crítica, que certamente como diz Ouriques (2014) é a melhor página das Ciências Sociais no Brasil, se deu pela conivência da ciência com a ordem dominante. "[...] Impossível, neste caso não reconhecer a opção política: é a direitização (hegemonia) nas ciências sociais[75] e, em especial, na economia" (ibidem, 2014, p. 42). De fato, as ciências sociais no país têm trilhado caminhos mais culturistas, as perspectivas mais críticas se restringem a pequenos grupos que resistem e fazem a diferença nas universidades.

Dentre os autores citados, Florestan Fernandes foi o menos atingido pelo descaso acadêmico, sua obra tem prestígio nas ciências sociais, por representar a "escola" ou "tradição" paulista na formação do pensamento social brasileiro. Como intelectual engajado, escreveu com envergadura militante sobre a situação de dependência como impedimento ao desenvolvimento nacional, mas tratou de outros temas como a situação do negro na sociedade e a importância da escola pública. Nesses estudos, há enorme esforço em analisar as classes sociais na América Latina, cujas especificidades locais tornam imprescindíveis o entendimento das particularidades do capitalismo implantado na região, considerando as fases e as formas de dominação externa que explicam as mudanças estruturais provocadas nas relações de produção e no mercado de trabalho. Com base nas determinações econômicas e politicas trata das limitações da burguesia nacional, enquanto classe dominante que se mostrou incapaz de realizar a revolução para conquistar a autonomia do país em relação ao centro hegemônico.

A debilidade da burguesia nacional em relação à ruptura com a dominação externa foi compensada internamente com a eficiente capacidade de acumular capital à custa da superexploração da classe trabalhadora. A economia capitalista, enquanto sociedade de classe baseada em uma ordem social competitiva conduz a conformação das classes sociais. Para Florestan no Brasil quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo,

[75] . A teoria da dependência associada ou subordinada, defendida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foi e continua sendo hegemônica nos cursos de Ciências Sociais.

> As classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra os *privilegiados* e que poderia ser descritos, relativamente como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa de despossuídos, condenados a níveis de vida inferior ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou a miséria, à marginalidade socioeconômica, á exclusão cultural e política etc. (FERNANDES, 1981, p. 37).

Deste modo, a formação das classes sociais no subdesenvolvimento envolve contradições e conflitos produzidos em consequência do esquema econômico internacional de expropriação das riquezas locais. A situação da classe trabalhadora no Brasil reflete essas contradições que requer o esforço dialético para atingir a essência da questão social e urbana considerando que o trabalho informal estar aumentado ao invés de se retrair. O imperialismo que se impôs a região pela colonialidade e eurocentalismo do capitalismo mundial, segundo Quinjano (2005) exerce enorme controle sobre o mercado de trabalho. A colonialidade representa o elemento material de exploração, associada a uma formatação ideológica baseada no eurocentrismo como modelo de saber e de interpretar o mundo. Romper com essas dominações ideológicas e políticas faz parte das proposições da TDM para superar o atraso do desenvolvimento nacional. Eis um desafio posto para as ciências sociais que têm como função decifrar os dilemas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o debate das teorias da dependência questiona a ideologia das políticas de desenvolvimento nacional lideradas pelo Estado. É possível identificar, pelo menos, quatro períodos no Brasil de projetos desenvolvimentistas com características e concepções diferentes (SELL, 2006). O projeto inicial de desenvolvimento ocorreu a partir de 1930 com a política econômica de Vargas denominada de “substituição das importações”. Apesar do período de 1930 a 1964 ser considerado como Nacional-desenvolvimentista, as políticas econômicas de caráter subordinado marcaram todo o período, principalmente com a entrada das multinacionais. O segundo projeto foi o Desenvolvimentismo de JK com o plano de meta dos “50 anos em 5”. A construção de Brasília e as obras estruturais para o Brasil decolar como um Boeing representam bem esse período, que ampliou a dívida pública com as organizações financeiras. O terceiro projeto de Desenvolvimento foi autoritário modernizante (1965 a 1975) período correspondente ao “milagre brasileiro”, quando o crescimento econômico coincide com o final da era de ouro do capitalismo. Como neoliberalismo e desenvolvimento não combinam, o

período da reforma neoliberal do Estado (1980-90), considerado como "década perdida", não tivemos desenvolvimento, até porque perdemos com as privatizações das estatais. O quarto projeto político de desenvolvimento do país tem sido denominado de Neodesenvolvimentismo (ALVES, 2014; BOSCHI e GAITÁN, 2013) construído através das políticas sociais de caráter redistributivo implantadas pelo partido dos trabalhadores[76].

Nos períodos desenvolvimentistas iniciais, o debate acadêmico se pautou nos modos de produção e nas relações de produção, com interpretações dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que suscitaram muitas polêmicas e controvérsias. Isto porque ocorreu no país o inesperado, mesmo com a industrialização capitaneada pelo governo, a informalidade se expandiu ao invés de ser superada como previam os cepalinos. Como a "modernização" baseada no assalariamento com proteção social, se estabelece em condições tardias, parciais e precárias no Brasil, o processo desenvolvimentista nacional gerou enorme discrepância nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores brasileiros. Discrepâncias regionais, entre os trabalhadores rurais e urbanos, da indústria e dos serviços, qualificados e não qualificados, assalariados e autônomos, *formais* e *informais* (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Os contrastes produzidos por essa situação se traduzem em desigualdades sociais que atingem mais algumas categorias de trabalhadores do que outras.

A industrialização nacional não resolveu o problema do subdesenvolvimento e o desenvolvimento do capitalismo local não promoveu a homogeneização das relações de trabalho. Ao contrário, o capitalismo dependente deu margem à expansão da heterogeneidade da classe trabalhadora. Para Marini,

> O traço mais dramático dessa situação foi o crescimento espantoso das populações marginais urbanas, aglomeradas em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias. Sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse subproletariado – que chega a superar, em certas cidades, um terço da população total – sequer pôde se somar à reivindicação básica do proletariado industrial – a extensão horizontal do emprego, ou melhor, dito, o direito ao trabalho -, e se limitou, na maior parte dos casos, a reivindicação de consumo, converteu-se, assim

[76]. Que assumiu o executivo nacional partir de 2002 com os governos Lula e Dilma. O Neodesenvolvimentismo, portanto, se encerra em 2016 com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

> em massa de manobra de políticas demagógicas por excelência, pela impossibilidade objetiva de desenvolver uma consciência de classe, representou um dos suportes fundamentais do populismo. (MARINI, 2013, p. 68/9)

De fato, o ponto mais dramático desta história da dependência é a condição deplorável em que sobrevive a maior parte da população brasileira, enfrentando situações de extrema precariedade, sem nenhuma garantia de segurança ou proteção social. A dificuldade de inserção no sistema de produção e os baixos salários dos empregos disponíveis no mercado empurra muita gente para a informalidade. A transitoriedade na forma de ocupação é frequente, há muita gente migrando ou conciliando empregos formais com ocupações informais, desenvolvendo atividades comerciais ou de serviços por conta própria, que nem sempre garante o mínimo necessário à reprodução da vida. Esses trabalhadores ocasionais vêm crescendo nas cidades em função do desemprego e da superexploração do trabalho. Muitos fazem a “escolha forçada” pelo contexto, por realizar pequenas atividades comerciais na tentativa de obter renda que supere o valor do salário mínimo. A questão social e urbana da sociedade brasileira precisa ser analisada por diversos ângulos, para atingir a complexidade do problema, pois muitas vezes a opção pelo trabalho informal passa despercebida ou é secundarizada nos estudos estruturalistas.

3.6. A QUESTÃO SOCIAL DA INFORMALIDADE

Mesmo atendendo às demandas da acumulação do capital, os vendedores ambulantes enfrentam preconceitos e discriminações que estão diretamente relacionadas ao fato de utilizaram às ruas como espaço de trabalho, supostamente, sem pagar impostos como os comerciantes. A realização do trabalho informal evidencia contradições diante da sua funcionalidade sem reconhecimento e proteção, trazendo à tona a natureza perversa do capitalismo que explora sem piedade. A acumulação do capital não poupa ninguém, muito menos os pobres que têm poucas condições de enfrentamento no sentido da transformação social. E esse talvez seja o principal ponto a ser problematizado: a questão social no país está

exatamente na reprodução dessa absurda contradição - um país com inúmeras riquezas que produz tanta miséria. Como afirma Ivo:

> No Brasil, essa questão se expressa na persistência de um contingente de indivíduos que se reproduzem nos limites mínimos de subsistência e fora das atividades econômicas predominantes, o que determina um padrão acentuado de desigualdades sociais e de renda que deixou de fora dos benefícios do crescimento econômico um contingente expressivo de trabalhadores empobrecidos, reduzidos a formas de sobrevivência, apesar do rápido crescimento da economia brasileira desde os anos 30 até os anos 80. (IVO, 2008, p. 109).

Essa questão social que se refere "[...] às contradições e ambiguidades entre os direitos sociais e políticos (princípio da igualdade) e as formas concretas e desiguais da matriz socioeconômica" (IVO, 2008, p. 109), evidencia as mazelas do capitalismo dependente em um país com imensas potencialidades. Na estrutura social de Salvador, a presença desse contingente de trabalhadores nas ruas sempre foi expressiva e marginal, na medida em que parte significativa da classe trabalhadora enfrenta a luta pela sobrevivência sem a garantia dos direitos sociais. A história do mercado e do trabalho livre no Brasil, e em Salvador particularmente, permite perceber como se produziu esta persistente questão social. O enigma brasileiro, de produzir tanta miséria esbanjando riqueza, tem origem na exploração escravista colonial e depois ganha dimensão urbana com o capitalismo comercial e industrial que não garantiram a integração da população que migra para as cidades.

A não participação nos processos de assalariamento protegido define essa questão social diante da existência, desde sempre, de trabalhadores informais comercializando nos espaços públicos das cidades. Os excluídos do sistema sobrevivem do próprio trabalho, enfrentando ainda a falta de reconhecimento como integrantes da classe trabalhadora. Os vendedores ambulantes, em geral, sofrem a marginalização ou são superestimados como empresários ou comerciantes. Os ambulantes produzem a própria renda, mas não são empresários, dispõem apenas do próprio trabalho, de pouco capital investido em mercadoria e não possuem meios de produção nem propriedade privada. Por esses critérios, podem ser entendidos como trabalhadores por conta própria (PRANDI, 1978) por realizarem pequenos negócios e serviços individualmente ou com ajuda de parentes. Deste modo, esse contingente de trabalhadores representa a questão social e urbana que se manifesta

de forma específica em cada cidade, e em cada espaço público, revelando as dinâmicas da vida urbana.

Trinta anos depois dos debates preliminares, Oliveira[77] (2003) retomou suas proposições críticas, ainda que moderadas, sobre a situação de dependência da região, denunciando que "[...] a América Latina foi avassalada pelo neoliberalismo"[78], por manifestar a maior desigualdade mundial. Para este autor, o "[...] capitalismo na periferia está revelando-se totalmente incompatível com a democracia", diante das imposições políticas e econômicas postas pela globalização e da "[...] fortíssima erosão das instituições democráticas e republicanas por parte do neoliberalismo, uma declaração de guerra aberta do capital." (OLIVEIRA, 2003, p.1) Ao apontar como o Estado nacional estava perdendo poder, apesar de internamente ter avançado na construção da democracia, Oliveira parecia está prevendo que a emancipação subordinada ainda iria custar muito caro ao país. O neoliberalismo reduziu o poder dos Estados em contextos de redemocratização dos países latino-amercianos com a abertura comercial. Os novos "mini" Estados, no sentido de Estado mínimo, seguindo as determinações dos organismos internacionais, privatizaram as principais empresas estatais e desregulamentaram os mercados de trabalho com medidas que provocam a elevação dos já elevados níveis de desemprego e da informalidade.

A esse respeito, Antunes (2011) defende que atualmente há uma vulnerabilidade estrutural das economias na América Latina provocada pela subordinação ao capital financeiro. As políticas econômicas desenvolvidas na região não foram capazes de superar a dependência, tendo em vista que as ditaduras haviam inserido definitivamente as economias da América Latina na financeirização do capital. A dependência não é recente, e mesmo passando pelas políticas desenvolvimentistas, que contraditoriamente abriu espaço para as multinacionais,

[77]. Em conferência do CLACSO em Cuba (2003), Francisco de Oliveira, importante referência no debate acadêmico sobre a questão, demonstra preocupação com a situação da América Latina. Optamos em não usar os textos do autor apenas por uma questão de escolha e identificação com o estilo do texto.

[78]. Situação muito bem retratada no documentário "Memórias do Saque" de Fernando Solanas sobre a trágica destruição da Argentina pelo neoliberalismo. Assisti o filme, na disciplina Sociologia do Trabalho na América Latina, com a professora Graça Druck, a quem agradeço por me despertar o interesse pela região.

ainda hoje o Brasil enfrenta condições adversas e os problemas sociais aprofundam a crise de legitimidade do Estado nacional.

Como já foi dito, a reestruturação produtiva gerou novas discussões sobre as reconfigurações do trabalho, reconduzindo o antigo conceito de informalidade ao centro dos debates. Pensar a informalidade pela perspectiva da precarização revela as novas facetas do fenômeno que atinge agora a parcela dos trabalhadores antes considerados estáveis, que estão sofrendo o arrocho da acumulação flexível baseada no assalariamento restrito. No contexto local, de desemprego associado a baixos salários, muitos trabalhadores afirmam optar pelo trabalho informal, sendo evidentemente uma “escolha forçada” pelas circunstâncias. Portanto, a “massa dos despossuídos” que a CEPAL descreveu como os “condenados do sistema” em sua “maioria silenciosa” (FERNANDES, 1981, p. 37) não pode ser ignorada na realidade contemporânea. As atividades de trabalho “independentes” correspondem a soluções tradicionalmente utilizadas pelos mais pobres para obter renda, com relativa liberdade, diante do esquema de opressão que caracteriza os empregos formalizados no sistema de superexploração do trabalho.

Diante das crises cíclicas do capitalismo (MARX, 1985) e da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2014), a realidade da classe trabalhadora no país, marcada desde sempre pela precariedade, desemprego e informalidade, vem se agravando ampliando as atividades informais. Cabe, portanto, analisar até que ponto o trabalho independente ocorre em função da falta de oportunidades de trabalho ou em consequência da superexploração do trabalho que se caracteriza por baixos salários, com longas jornadas e assédio moral por parte do empregador. O interesse pelo emprego assalariado vem se reduzindo, na medida em que alguns trabalhadores informais conseguem obter renda superior ao salário mínimo. Algumas pesquisas indicam que, mesmo com toda a insegurança e incerteza que cercam os trabalhos autônomos, a informalidade tradicional é a “opção” de quem quer viver livre da opressão de patrão e de jornadas pré-estabelecidas, preferindo fazer o próprio horário de trabalho. Se há quem rejeita as condições de assalariamento, a superexploração do trabalho é um fator que pode explicar o enorme crescimento dos trabalhos informais, mesmo num quadro de redução nos

índices de desemprego[79]. O caso de Salvador é emblemático, considerando que a sua Região Metropolitana apresenta os maiores índices de desemprego entre as regiões metropolitanas do país, conforme trataremos no próximo capítulo.

A precariedade das condições de trabalho faz parte da realidade de segmentos da categoria analisada, mesmo assim a concorrência entre esses é forte, diante da existência do enorme exército de reserva sempre disponível ao capital. Devido à concorrência e as barreiras para a realização da atividade, alguns ambulantes desistem do negócio e buscam um emprego, se submetendo a condições indesejadas de trabalho, enfrentando a exploração que avança com a precarização. Nesse quadro de incertezas compartilhadas e espaços disputados, muita gente ainda almeja ter o próprio negócio na esperança de ter melhor condição de vida. Lamentavelmente nem todos obtêm sucesso no investimento, alguns mal conseguem sobreviver com o pouco que alcançam em suas atividades econômicas. Outro problema é que a forma de inserção no mercado de trabalho é definidora da cidadania dos indivíduos no país, na medida em que, é regulada pela condição trabalhista. Portanto, o emprego além de remunerar o indivíduo, o credencia a ter os direitos sociais e, em alguma medida, garante a seguridade social.

Castel (2009), ao analisar as metamorfoses da questão social, desenvolve uma crítica contundente à sociedade salarial, para além das dualidades e dicotomias entre incluídos e excluídos. No modelo padrão de desenvolvimento capitalista se pressupõe a expansão do emprego assalariado com as garantias e vantagens do modelo fordista em Estado do Bem Estar Social, que infelizmente não se completou no Brasil. Para analisar a metamorfose da questão social na França, este autor precisou necessariamente considerar o trabalho na "sociedade salarial" como um fator de integração social, destacando a "[...] extraordinária aventura da condição de assalariado, que passou do mais completo descrédito ao estatuto de principal fonte de renda e de proteção" (CASTEL, 2009, p. 28). Entretanto, após chegar ao auge, o assalariamento entra em um novo período de desprestígio, devido à reestruturação

[79] Os dados oficiais mais recentes apontam para um considerável crescimento da formalização do trabalho e também da redução do desemprego. "A parcela de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, no setor privado, cresceu de 39,7% em 2003 para 50,3%, em 2013. A proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para a previdência passou de 61,2% em 2003 para 74,4% em 2013". Dados do IBGE (2014) indicam também que o desemprego cai para 5,4% e que é o menor em 11 anos. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/clientes/brasil/brasil/economiaemprego/2014.

produtiva e ao novo modelo de acumulação flexível que reduz salários e direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

A odisseia do assalariamento no Brasil deixou de fora um número considerável de pessoas, que tiveram de se aventurar em outros campos de atuação, engrossando a informalidade tradicional[80] e aumentando a fila dos desempregados. A questão social contemporânea envolve uma quantidade bem maior de indivíduos, pois os assalariados estão enfrentando a retirada dos seus direitos trabalhistas em consequência da crise que também tem provocado muitas demissões. Em decorrência dos efeitos devastadores da perda da condição do assalariamento, há um exército de "supérfluos", muitos estão subempregados, enquanto outros preferem investir capital e trabalho em atividades comerciais. Os novos postos de trabalho na sociedade contemporânea não oferecem segurança, são temporários, terceirizados ou subcontratações humilhantes com atraso dos salários e não garantia dos direitos trabalhistas.

A relativa autonomia, que destacam como sensação de liberdade por não ter "patrão", entre outros fatores subjetivos frequentemente citados, apontam para o mal estar de se submeter às imposições e explorações autoritárias dos chefes. Estabelecer o próprio tempo de trabalho, facilitando a realização de outras atividades em paralelo, lhes garante o autocontrole da situação, o que é muito valorizado pelos vendedores ambulantes. Mas, o trabalho na informalidade do comércio ambulante tem desvantagens nem sempre percebidas por aqueles que se inserem nesse campo. Entre os problemas enfrentados, incertezas e instabilidades são barreiras a realização da atividade nos espaços públicos diante do controle e da fiscalização. A falta de proteção social e os desgastes físicos, em função das longas jornadas para auferir a renda, são problemas que repercutirão no futuro do trabalhador que vai precisar de mais tempo para se aposentar e terão problemas de saúde precocemente.

[80] . Considera-se informalidade tradicional as atividades por conta própria no campo dos serviços e do comércio ambulante que ocorrem tradicionalmente nas sociedades em oposição ao que se entende como nova informalidade que refere-se aos contratos atípicos produzidos pela reestruturação produtiva de acumulação flexível.

Enfim, o debate atual sobre a informalidade, que veremos no próximo capítulo, se afastou das interpretações políticas e ideológicas mais amplas, em relação à posição dos países no sistema mundial, se direcionado para aspectos jurídico-institucionais que relativamente permeia a noção. O contraditório deste direcionamento é que o novo debate parte das transformações estruturais do capitalismo global que vêm provocando profundas mudanças no mundo do trabalho, devido à reestruturação produtiva e o fortalecimento das políticas neoliberais, para se voltar para o campo mais restrito das relações jurídicas e dos direitos trabalhistas. A retomada do debate sobre a informalidade no momento em que essa atinge dimensão mundial não poderia ser feita sem considerar as relações internacionais na nova ordem mundial de acumulação do capital.

O debate preliminar problematizou, em alguma medida, a questão social da informalidade ao questionar as relações de dominação que reproduzia o subdesenvolvimento em subordinação ao desenvolvimento dos países centrais. Esta questão social da sociedade brasileira está diretamente relacionada aos processos históricos que desencadearam o capitalismo tardio e dependente no Brasil, concentrando grande parte da população nos centros urbanos sem condições de absorvê-la no chão das fábricas. A intensa concentração populacional em favelas e periferias, com tanta terra inabitada no país, é uma contradição perversa que empurra os indivíduos para subempregos no campo dos serviços ou para atividades de comércio dos mais diversos tipos. A intensa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos das cidades mostra que essa questão social é também urbana. Os desempregados e os desencantados com as condições do assalariamento, mesmo sem noção dos riscos e sem habilidade para o comércio, se inserem no campo da circulação das mercadorias. Portanto, os vendedores ambulantes são trabalhadores úteis ao capital por realizar a dimensão da circulação, etapa indispensável à produção e evidentemente a acumulação.

4. A NOVA INFORMALIDADE E A CLASSE TRABALHADORA

Para compreender a informalidade em suas manifestações urbanas é preciso reconhecer a heterogeneidade da classe trabalhadora. Neste capítulo vamos apresentar dados secundários que demonstram essa heterogeneidade a partir da posição na ocupação, considerando as diferentes condições de gênero, raça, idade e escolaridade da classe trabalhadora baiana, nordestina e brasileira. Antes de tratar dos dados, apresentamos um pouco do debate contemporâneo sobre a informalidade, reconhecendo a importância dos estudos prévios realizados pela OIT e pela CEPAL sobre a questão. Estas instituições desenvolveram pressupostos teóricos próprios, como já referido a: OIT cunhou o termo "setor informal"[81] no debate preliminar e mais recentemente defende a noção de "economia informal"[82]. Ao optar por *economia informal* para analisar as velhas e novas atividades econômicas, tidas como não formalizadas no capitalismo contemporâneo, a organização escolhe um conceito para muitos autores[83] ambíguo, pela ampla dimensão e dualidade que suscita. A expressão remete à existência de dois segmentos na economia: o formal, composto por unidades produtivas organizadas e regulamentadas e o informal, composto por unidades produtivas não organizadas e/ou não regulamentadas.

Mas, os estudos da OIT ressaltam especificidades importantes como o fato de "[...] no Brasil a heterogeneidade verificada no interior da economia informal se sobrepor à desigualdade regional da estrutura econômica nacional" (OIT, 2010). Seguramente, no contexto atual as atividades consideradas informais se manifestam em quase todos os países do mundo e em todo o território nacional, não sendo mais característica apenas dos países subdesenvolvidos como antes. Aparece tanto nas regiões mais atingidas pela desigualdade econômica, como é o caso da Bahia e do

[81] . No relatório do Quênia divulgado em 1972 o termo foi apresentado pela primeira vez para representar a questão social, para além do desemprego havia um significativo contingente de "trabalhadores pobres" ocupados em atividades sem registro, proteção e regulamentação pública. (OIT, 1972)

[82] . No documento de nº 4 da série sobre o Trabalho Decente, intitulado *Economia informal, aspectos conceituais e teóricos*, (2010) há um item que trata das Contribuições do debate teórico sobre a economia informal no Brasil.

[83]. Entre esses, Cacciamali a quem o próprio documento toma como uma das principais referencias teóricas no debate.

Nordeste, quanto nas regiões mais desenvolvidas, onde a "economia formal" não consegue mais absorver a maioria da população. O relatório indica que "[...] há um déficit de emprego formal na América Latina que atinge 126 milhões de trabalhadores, o que representa 53% da PEA. Esse déficit é mais acentuado no caso das mulheres e dos jovens" (DRUCK, 2013, p. 60). Para a OIT, mesmo com os sinais de recuperação dos anos 2000, a crise do emprego na região está longe de ser superada. Ao contrário, nos últimos anos a crise vem se agravando e ampliando a informalidade em todo o mundo, empurrando muita gente para as ruas como observamos acontecer muito fortemente em Salvador.

A conjuntura do trabalho é analisada a partir dos impactos das crises nos processos de estabilização e reativação no desempenho do mercado de trabalho, sendo a crise de 2008, considerada a mais severa desde a grande depressão de 1929. (CEPAL, 2010) A crise em curso, apesar dos políticos tentarem minimiza-la afirmando que não atingiu tão ferozmente a região, provocou desemprego para milhares de latino-americanos. As crises cíclicas do capital como destacou Marx (1985) desestabilizam a economia ampliando as desigualdades sociais e a expansão da população excedente. As medidas de recuperação da economia para saída da crise geralmente são conduzidas pelo Estado que impõe ajustes restritivos. Como a crise parece se tornou constante, Mészáros (2014) tem razão em afirmar a crise agora é estrutural e não mais conjuntural.

Desse modo, o crescimento dos campos da informalidade é inevitável, na medida em que o elevado desemprego e os empregos precarizados induzem muita gente a desenvolver atividades por conta própria. Os dados do IBGE[84] apontam que o desemprego avança em todas as regiões do país. No Nordeste, o índice de desemprego subiu de 10,3% em 2015 para 13,1% em 2016. Esse avanço se manifesta mais claramente nas regiões Norte e Nordeste, como era de se esperar diante da situação de maior desigualdade dessas regiões. O que surpreende é que em 16 capitais a taxa de desemprego foi maior do que a dos seus estados. Os números mostram perda de dinamismo nessas cidades, que na maior parte das

[84]. Conforme análise mais recente sobre as taxas de desemprego no país referente ao período de julho de 2015 a julho de 2016. Disponível em http://www.valor.com.br/brasil/4675463/desemprego-avanca-em-todas-regioes-do-pais-aponta-ibge.

vezes concentram a atividade econômica regional. Em Salvador o desemprego passou de 14,2% para 17,6% no período referido ficando acima da taxa da Bahia que é de 15,4%. A capital baiana registra a maior taxa de desemprego do país, enquanto a média do Estado é a segunda maior do país. Neste sentido, estamos tratando de uma região castigada pelo atraso econômico e de uma capital com maior índice de desemprego, habitada pela terceira maior população do país.

4.1. OS NOVOS DEBATES SOBRE A INFORMALIDADE

Para Cacciamali (2000) o termo economia informal[85] pode representar fenômenos muitos distintos, tanto quanto setor informal[86], embora acredite que o último sugira maior rigor. Apesar da ambiguidade, ambos são utilizados de maneira abrangente na literatura especializada principalmente nos relatórios institucionais[87] sobre a América Latina. O termo setor informal geralmente é definido com base na forma de organização da unidade produtiva, mas por ser tratado por diferentes marcos teóricos pode suscitar interpretações distintas. A autora destaca duas maneiras de interpretar o fenômeno: 1. a que considera a estrutura produtiva de forma dual, por se estabelecer em "virtude da existência de um mercado de capitais imperfeito"; 2. a qual a autora se filia, retoma as questões das mudanças estruturais e de subordinação do setor informal ao processo de acumulação. A autora apenas indica que a partir das mudanças estruturais em andamento e dos seus efeitos, irá recortar os conceitos de "processo de informalidade" e de setor informal para desenvolver seus argumentos.

---

[85]. Para a autora a *economia informal* pode ser: "[...] evasão e sonegação fiscais; terceirizações; microempresas; comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho doméstico etc " (CACCIAMALI, 2000, p. 153).

[86]. Enquanto o termo *setor informal* é "[...] empregado frequentemente para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas" (CACCIAMALI, 2000:153).

[87]. Vale ressaltar que essa análise da autora se fundamental nos relatórios técnicos do Banco Mundial, OIT, FMI e CEPAL, conforme a mesma informa na nota nº 7 do artigo publicado na revista Economia e Sociedade, em 2000. Esse detalhe é uma evidência dos limites da sua análise, apenas uma sistematização do pensamento dessas instituições, sem maiores aprofundamentos ou efetiva construção teórica.

O conceito "*processo de informaldiade*"[88] é utilizado para tratar das mudanças provocadas pela globalização, considerando que houve a redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, nos processos de trabalho e nas instituições. Por "processo de informaldiade" entende-se dois fenômenos principais associados ao mercado de trabalho: um seria a reorganização do trabalho assalariado, provocada pela flexibilização do trabalho, e o outro, o auto-emprego, enquanto estratégicas de sobrevivência desenvolvidas pelas pessoas que "[...] por dificuldade de reemprego, de ingresso no mercado de trabalho ou por "opção", auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas" (CACCIAMALI, 2000, p. 163). Nesse sentido, a noção se refere tanto à "informalidade tradicional" da população excedente, como à "nova informalidade" gerada pelas mudanças estruturais recentes que fragilizaram as condições do trabalho. O conceito é amplo e impreciso, mas aparece na literatura como o que melhor engloba todas as perspectivas da informalidade, apesar de não esclarecer a questão. Sabemos que há processos de informalidade, mas no Brasil a questão é histórica e desde sempre é um campo atrativo e disputado.

As novas configurações do trabalho revelam uma variedade de tipos novos de contratos e de situações precarizadas vivenciadas pelos trabalhadores assalariados sem proteção social, por falta de formalização da atividade. A não vinculação efeitva e as precárias oportunidades de trabalho acaba por conduzir muita gente para a informalidade. O entendimento desses processos complexos, interligados, históricos e recentes requer um esfoço teórico-metodológico que possibilite entender a totalidade do problema. Assim, o fenômeno da informalidade é muito complexo por envolver diferentes situações do trabalho, tanto no campo do assalariamento, com as novas modalidades de contratos sem registro, quanto no campo das atividades sem salário, como os tradicionais trabalhadores por conta própria que continuam com intensa presença nos espaços publicos da cidade.

O quadro se agravou muito com o passar do tempo e com as crises que desencadearam medidas de ajuste na organização do trabalho. Segundo Bihr

[88] . O termo processo de informalidade, segundo relatório da OIT (2010) remete as mudanças institucionais ocorridas na maioria dos países provocando a reformatação do emprego. Um traço em comum dessa nova expressão da informalidade seria a grande vulnerabilidade ocupacional e os baixos rendimentos.

(1998), o processo que engendrou uma nova ordem produtiva, representou a saída capitalista da crise fordista, o que supõe a instauração de novas formas de exploração e dominação do trabalho, através dos seguintes critérios: novos meios de trabalho – nova tecnologia; novas formas de organização do processo de trabalho implicando em superação dos limites do taylorismo/fordismo; novas formas de contrato; e novos modos de mobilização, envolvimento e integração dos trabalhadores. A reestruturação produtiva e as medidas neoliberais para a redução de custos e dos direitos trabalhistas alteraram significativamente a morfologia do trabalho a partir da globalização.

Com isso, a temática da informalidade incorporou outros sentidos, ganhando conotação ideológica inversa da anterior que a relacionava com a marginalidade, passando a ser tratada estrategicamente como possibilidade de inserção se generalizando como nova condição de trabalho. Essa inversão ideológica ocorreu a partir da década de 1990, quando a temática da informalidade volta a ter uma posição de destaque nos estudos acadêmicos, contraditoriamente com enfoque menos crítico no sentido político, num contexto globalizado que configura as relações de trabalho a partir da divisão internacional do trabalho.

O padrão flexível que substitui o modelo fordista de assalariamento impõe um severo processo de precarização das condições de trabalho, atingindo a todos os trabalhadores de forma indeterminada. A precarização passa então a ser a nova marca do mercado de trabalho, ampliando a informalidade nas relações de trabalho com o crescimento das atividades por conta própria em consequência das demissões e do desemprego e devido aos novos modelos de contratos parciais ou temporários que estabelecem a redução dos direitos trabalhistas. Talvez por conta desta generalização, no sentido da agregação de diferentes modalidades de atividades informais, as análises atuais tenham se distanciado do debate sobre o subdesenvolvimento, visto como problema que explicaria a manifestação das práticas de trabalho que ocorrem às margens do sistema de produção capitalista. Para além de constatar a precarização como fator impulsionador da informalidade é preciso reconhecer as condições históricas do contexto local.

Às interpretações mais críticas das análises iniciais foram consideradas ultrapassadas e os estudos sobre o subdesenvolvimento relegados ao passado, dando lugar a estudos mais generalistas que tendem a explicar todas as novas situações como parte do “processo de informalidade” (CACCIAMALI, 2000). O contexto globalizado acirrou as contradições, mas foram as crises do capitalismo que levaram à reestruturação produtiva, alterando significativamente o mercado com a introdução de novas modalidades de trabalho. A atual conjuntura determinada pelas demandas do capital financeiro tem produzido severas transformações no trabalho, fato que tem levado a realização de muitos estudos que tratam de uma “nova informalidade” (COSTA, 2010; NORONHA, 2003), que fragiliza ainda mais a classe trabalhadora. Parece uma contradição explicar a nova questão social sem problematizar o capitalismo. Desse modo, os novos estudos têm produzindo conceituações genéricas, sem atingir a essência do problema que historicamente tem sido o destino da população excedente.

O novo momento histórico marcado pelo uso de recursos tecnológicos de comunicação instantânea é o ponto de partida das recentes interpretações do fenômeno. A heterogeneidade estrutural se amplia mundialmente com as mudanças nas relações produtivas, com a flexibilização das condições de trabalho, novas modalidades e medidas de regulamentação que provocam uma “nova dinâmica formal-informal”. Segundo Véras de Oliveira(2011), as novas dinâmicas revelam tentativas de “formalização da informalidade” com medidas de regulamentação e fiscalização das tradicionais atividades informais, em paralelo à “informalização da formalidade”, com a flexibilização das relações nos postos de trabalho tradicionalmente formalizados. Esta formulação evidencia a distinção entre as noções de *informalidade* enquanto estado e de *informalização* como processo (VERAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 221), sugerindo que a informalidade seria a situação vulnerável, dada pelo estado de precariedade que caracteriza as atividades informais, enquanto a informalização seria o processo de expansão da precarização social do trabalho. Essa distinção se aplica para a precariedade enquanto estado e precarização como processo. Neste sentido, a informalidade corresponderia ao estado de precariedade que caracteriza as atividades tradicionais e a informalização – correspondente à “nova informalidade” - se apresenta como resultado do processo em curso, de retirada de direitos dos trabalhadores.

Para outros autores (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004), a depender dos critérios utilizados para o entendimento do fenômeno, é possível compreender a origem de diferentes conceitos de informalidade. Esta inicialmente era entendida como o conjunto das atividades não-tipicamente capitalistas, a partir do conceito de setor informal da OIT, referindo-se aos países periféricos e subdesenvolvidos. Num segundo momento, com base no sentido de *ilegalidade,* o conceito refere-se aos países centrais a partir da onda de flexibilização, sendo identificado como "economia subterrânea", "não-registrada", "submersa" etc. Por fim, as novas expressões da informalidade estão associadas à crescente precarização do trabalho, sendo compreendida como as atividades ilegais (relações de trabalho não registradas). Sendo assim, envolve todas as atividades e relações de trabalho não fordistas, fora das relações salariais regulamentadas. Nessa perspectiva se faz necessário identificar o tipo específico de informalidade, que independentemente das condições ou modalidades, estabelece relações diretas e simbióticas com o modo de produção capitalista, pois, as atividades sem salário dinamizam o mercado, ao colocar em circulação mercadorias industrializadas, atendendo às demandas do capital.

Os estudos mais recentes, em alguma medida estabelecem correlações entre a nova informalidade e a tradicional, que também continua crescendo nas sociedades contemporâneas, como formas de sobrevivência dos mais pobres. Mas, o foco do debate atual tem sido o processo global de reestruturação produtiva, que provoca demissões em massa, ampliando a população desocupada. Os novos estudos têm consenso quanto ao caráter polissêmico do termo informalidade e que a indústria não tem mais a mesma centralidade na economia contemporânea, referente à sua capacidade de gerar emprego. Com a redução dessa capacidade, torna-se crescente a importância do tradicionalmente mais precário setor de serviços neste campo. Assim, a discussão em torno da integração ou não dos trabalhadores ao processo de produção e distribuição da riqueza continua vigente, sendo na versão contemporânea tratada como *exclusão social*, que aparece agora reforçada por características mais perversas, na medida em que atinge, também, os trabalhadores antes considerados estáveis.

Devido a todas estas ambiguidades que caracterizam o conceito de informalidade, alguns autores (MACHADO DA SILVA, 2002, NORONHA, 2003)

defenderam que esse sofreu certo esgotamento analítico. Machado da Silva (2002) defende que nas últimas décadas houve o esvaziamento de conteúdo do conceito, que perdeu força analítica por não se referir mais a uma única situação. Para este autor, a informalidade do ponto de vista da dimensão simbólico-ideológica dos discursos vem sendo substituída pelo par empregabilidade e empreendedorismo**,** ganhando outra conotação, enquanto novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho.

As noções de empregabilidade e empreendedorismo induzem a responsabilização dos indivíduos pela geração de renda, como se a saída para a sobrevivência estivesse no auto emprego ou no próprio negócio. Segundo Lima

> Durante toda a década de 1990 e, mesmo depois, o discurso do empreendedorismo tornou-se uma panaceia para o novo momento do capitalismo e se apresenta no Brasil através de políticas públicas de combate à informalidade, com o reconhecimento da competitividade de polos produtivos informais em todo o país (LIMA, 2013, p. 333).

Aqueles "marginalizados" pela lógica da acumulação capitalista - por não produzirem mais-valia – passaram a serem tratados ideologicamente como micros empreendedores, futuros empresários, representando a nova possibilidade de sucesso num mundo de desemprego e de precarização das condições de trabalho.

Com a inversão das concepções e discursos sobre a informalidade a ideia de marginalidade deu lugar a uma concepção liberal de viés empresarial, através das noções de *empregabilidade* e do *empreendedorismo*. As atuais políticas de incentivo aos pequenos negócios revelam uma nova cultura do trabalho, concebida como estratégia de dominação, pelo convencimento das vantagens do investimento empresarial e da formalização da atividade. O foco no investimento individual para o sucesso profissional ganha fôlego nos discursos dominantes, como a melhor saída para o desemprego e as instabilidades. Neste sentido, trata-se de mais uma perversidade do sistema capitalista, que na falta de emprego para todos transforma os pobres em empreendedores ou donos do próprio negócio, que pode ser uma carrocinha de recolher material reciclável ou uma criativa tecnologia adaptada[89] para

[89] . Equipamentos produzidos pelos trabalhadores informais para desenvolver seus pequenos negócios, como os carrinhos de lanches que sobre rolas circulam pela cidade alimentando a classe trabalhadora.

o trabalho, adquirida com o limitado capital de que dispõem ou tomam de empréstimo. Mas, como qualquer pequeno negócio precisa de espaço e muitos trabalhadores não dispõem de propriedade privada, esses ocupam os espaços públicos para o trabalho.

Entre outros autores, Noronha (2003) também critica o conceito de informalidade por considerar o termo polissêmico e problemático, ressaltando sua incapacidade de apreender a heterogeneidade do fenômeno. Esse autor demonstra preferência pela noção de “trabalho atípico” enfatizando a dimensão jurídica, como se a legislação fosse suficiente para entender a questão. De fato, a distinção entre trabalho formal ou informal deriva da regulamentação trabalhista que considera informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada e que não contribuem para a previdência social. Preocupado com os diferentes tipos de contrato de trabalho que são estabelecidos nas relações produtivas, o autor defende o uso do termo *contratos atípicos*, delimitando a caracterização dos contratos pelos pares formal/informal, legal/ilegal, justo/injusto, nas perspectivas econômica, jurídica e do senso comum.

Nessa proposta de conceituação ficam de fora os trabalhadores por conta própria que não estabelecem nenhum tipo de contrato. Quanto ao debate, Noronha também identifica três abordagens principais para o fenômeno da informalidade: 1. A *velha informalidade* - predominante nos anos 1960 e 70, entendida como condição de subdesenvolvimento, com ponto de vista exclusivamente econômico; 2. *Informalidade neoclássica* - do final dos anos 1980, como decorrência natural das estratégias empresariais de desregulamentação das relações trabalhistas; 3. A *nova informalidade,* informalidade pós-fordista, ou informalidade da globalização - dos anos de 1990, entendida como resultante das novas relações e formas de gestão do trabalho (NORONHA, 2003, p. 119). Em síntese, reconhece três momentos e perspectivas diferentes acerca da informalidade, se aproximando da formulação de Filgueiras et. al. (2004) que aponta para a existência de três formas possíveis de sentido do conceito, a depender dos critérios utilizados para analisar o fenômeno.

A dicussão antecedente indica um conjunto de referenciais para a abordagem de contextos empíricos nas grandes cidades contemporâneas, nas quais, grande

parcela da população precisa se submeter a trabalhos desgastantes, evidenciando as dificuldades da sobrevivência no capitalismo dependente. São pessoas que passam horas caminhando pelos espaços públicos, tentando vender alguma mercadoria, enfrentando uma série de problemas, desde o descaso das autoridades até a violência nos locais de trabalho. A condição de vulnerabildiade e de precariedade dos trabalhadores por conta própria[90], como os vendedores ambulantes, revela a situação lamentável de grande parte da classe que vive sem salário, "se virando" como pode, sem proteção social.

Os trabalhadores do comércio ambulante representam parte da "massa despossuida" e desunida por não desenvolverem articulações de classe. A situação desses trabalhadores é delicada diante da instabilidade e insegurança que os atingiu mais diretamente por atuarem em espaços públicos. Desse modo, entendemos que a capitalismo contemporâneo vem ampliando as contradições ao impor políticas neolibereis que favorecem o grande capital. Essa nova realidade tem produzindo dinâmicas próprias, que expande a exploração e a dominação em todos os espaços de trabalho. Em paralelo, ocorre o acirrramento do controle, com medidas cada vez mais serveras de regulação do trabalho autônomo, com perseguições e expropriações dos espaços, evidenciando a contradição das políticas de incentivo ao empreededorismo como alternativa para o desemprgo. Assim, percebe-se que o empreendedorismo esbarra nos obstáculos impostos pela política de repressão ao trabalho nas ruas, como apontou De Soto (1987) numa perspectiva liberal em relação ao Peru, que se pautam na manutenção da ordem pública e têm como regra a desocupação desses espaços.

Em síntese, muitos autores defendem que as novas expressões da informalidade refletem a crescente precarização do trabalho, mas reconhece que ao mesmo tempo também se expande a informalidade tradicional, o que indica a necessidade de combinação de dois critérios reconhecidos como próprios dessa

[90] . A categoria por conta própria também é bastante ampla, nesse ponto a Cacciamali acerta ao apontar para essa diversidade, destacando que diferentes categorias podem ser consideradas por conta própria a exemplo, os profissionais liberais sem veículo empregatício, os prestadores de serviços assalariados temporariamente, "os proprietários de negócios de comércio ou serviços, os comerciantes e trabalhadores de rua; prestadores autônomos de serviços; ajudantes-assalariados de diferentes tipos de conta-própria etc. (CACCIAMALI, 2000, p. 165)".

situação: “[...] a existência de atividades e formas produtivas não tipicamente capitalistas e/ou de relações de trabalho não registradas”(OIT, 2010, p.16). Primeiramente, o critério econômico que considera as forças produtivas em diferentes níveis, baseado nos princípios capitalistas de produção, que tem a relação capital e trabalho como base e como não-capitalistas, nos quais os proprietários do negócio, em virtude da escassez de capital, adotam técnicas de produção obsoletas que implicam em baixos níveis de produtividade e, consequentemente, reduzido rendimento.

Quanto ao crítério jurídico, as atividades assalariadas sem registro são consideradas ilegais ou informais, por falta de proteção trabalhista e previdenciária, infrigindo a regulamentação que estabelece as condições de legalidade das relações produtivas. Isto reforça o interesse na combinação de tais critérios como fundamental para a identificação das categorias que fazem parte da informalidade, ainda que em ambas as condições se encontrem diferentes tipos de trabalhadores. Diante da imprecisão conceitual, da invisibilidade e heterogeniedade da classe que vive sem salário, decidimos investigar a histórica e tradicional categoria dos vendedores ambulantes, para reconhecê-la como integrante da classe trabalhadora com presença significativa nas cidades envolvendo tanto trabalhadores por conta própria, quando assalariados sem registro, em ambas as situações cumprindo papéis intermediários no processo de acumulação do capital.

4.2. A HETEROGENEIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.

Os altos níveis de desemprego e a elevada informalidade constituem as marcas do capitalismo contemporâneo, retirando as categorias organizadas da centralidade política a que haviam ascendido. A classe trabalhadora vem passando por intensa fragmentação e heterogeneidade reduzindo sua possibilidade de organização coletiva em todo o mundo. As características estruturais do mercado de trabalho dos países periféricos, marcados pela precariedade desde sempre, estariam se espalhando por todos os países. Segundo Francisco de Oliveira, no

Brasil o desemprego e a informalidade juntos atingem em torno de 60% da PEA[91] criando uma nova classe social que a ciência social ainda não foi capaz de nomear, "[...] não são trabalhadores informais, são desempregados, mas não desocupados, não são "massa marginal"...: são um *lumpesinato*"(OLIVEIRA, 2003).

Numa alusão ao *lumpenproletariado*[92], termo que Marx utilizou para tratar dos "miseráveis", o autor sugere com irônica denominação que não é possível definir a situação de inúmeros trabalhadores sem salário que se encontram em relação apolítica, como invisíveis, sendo considerados supérfluos ou "inúteis do mundo", por não conseguirem a integração salarial nem a representação por nenhuma categoria profissional. A dificuldade de categorização dos componentes da classe trabalhadora é um problema sempre presente para os pesquisadores nesse campo, que adquire complexidade adicional diante da condição dos vendedores ambulantes. Admite-se, portanto, que é preciso pensar a classe trabalhadora como um todo, reconhecendo a hetoregeneidade das categorias que a compõe, inclusive, aquelas que se enquadram no campo da informalidade, seja pela produção nos moldes pré-capitalista, ou pelo assalariamento sem contrato efetivo de trabalho. Marx e Engeles reconheceram a heterogeniedade da classe trabalhadora ao destacar as diferentes categorias que compõem a classe, identificando os operários fabris e industriais, o proletariado rural, os desempregados e ambulantes, sendo esses ultimos percebidos como exército industrial de reserva.

A esse respeito Antunes (2004) propõe uma nova noção da classe trabalhadora, para dar conta da fragmentação e heterogeniedade que se ampliou muito depois da reestrutução produtiva e da divisão interncional do trabalho. A noção "classe-que-vive-do-trabalho" é apresentada como tendo amplitude suficiente para dar conta da diversidade de novas situações de trabalho em consequencia da flexilibilização e da precarização que se generaliza nas relações de trabalho. Outras categorias foram criadas para explicar a expansão da informalidade em modalidades diversas, diante da perda da hegemonia do emprego fordista. A crise da sociedade

[91]. Este índice de 60% da PEA, composto de desempregados e informais, apresentado por Chico de Oliveira aparece também no texto de Marcia Costa tendo como fonte o IBGE/PNAD de 2006.

[92]. O lumpemproletariado seria constituído por trabalhadores em situação de miséria extrema ou por indivíduos desvinculados da produção social, dedicados a atividades consideradas marginais, como os ladrões e as prostitutas. (Marx, O capital, 1985)

salarial provocou metamorfoses na morfologia do trabalho que atingem a classe trabalhadora. A precariedade histórica dos mercados de trabalho periféricos e a precarização resultante dos atuais processos produtivos representam uma ofensiva do capital aos direitos dos trabalhadores, como negação das conquistas sociais.

A heterogeneidade da classe trabalhadora é intrínseca ao conceito de "classe-que-vive-do-trabalho" que enfatiza o sentido atual da classe e suas novas formas de ser, principalmente daqueles que vendem a sua força de trabalho. O autor busca inserir a totalidade dos trabalhadores assalariados, sejam esses produtivos ou improdutivos[93], agregando outras modalidades de assalariamento que se expandem principalmente no campo dos serviços, mas deixa um pouco de lado os trabalhadores por conta própria. Entre os trabalhadores assalariados com registro na carteira de trabalho, os produtivos são considerados centrais, por participarem diretamente do processo de valorização do capital gerando mais-valia. Os improdutivos são aqueles que, apesar de assalariados, não produzem mais-valia, por não participarem diretamente da produção de produtos e mercadorias, a exemplo dos funcionários públicos. Mas, além dos regulamentados, engloba a classe trabalhadora os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria. Diz Antunes:

> Uma noção ampliada da classe trabalhadora inclui então todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado McDonalds, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal", que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2009, p; 103/4)

A noção proposta se refere, principalmente, àqueles que vendem sua força de trabalho, os trabalhadores por conta própria acabam, em alguma medida, ficando de fora, apesar de o autor citá-los em uma nota de rodapé, se referindo mais especificamente aqueles que prestam serviços de reparação e limpeza. A presença

[93] . O trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção, com o objetivo de criar mais-valia, enquanto o trabalho improdutivo é assalariado, mas não produz mais-valia. (MARX, 1985, p. 584)

dos trabalhadores por conta própria, incluindo os vendedores ambulantes, é intensa no mercado de trabalho brasileiro. Esses representam boa parte da classe trabalhadora na Bahia e no Brasil e talvez por isso seja um limite tomar como pressuposto analítico o assalariamento da força de trabalho, não inserindo os trabalhadores sem salário que produzem renda a partir do próprio trabalho. Os vendedores ambulantes e outros profissionais que atuam por conta própria também vivem do resultado do seu trabalho. A condição é diferente porque esses não estabelecem relação social diretamente com uma classe antagônica, como acontecem com quem vende a força de trabalho, mas a relação capital trabalho é constante na produção da renda pelo comércio ambulante, além do mais os ambulantes estabelecem relações sociais com o Estado que tem forte representação de classe. Como afirma Durães (2013, p. 124) os camelôs "[...] fazem parte do capitalismo, mas mantêm entre si, muitos aspectos de singularidade, tais como, no geral, a imediaticidade, sem separação (direta) entre capital e trabalho, sem planejamento regular das ações e sem realização de balanços". Apesar das semelhanças os ambulantes são diversos e apresentam grande heterogeneidade em sua composição enquanto categoria.

A noção de classe trabalhadora, como aparece em Engels e Marx, atende melhor ao interesse deste trabalho por reconhecer os ambulantes como integrantes da classe dos trabalhadores em todas as suas posições e ocupações profissionais. A classe trabalhadora agrega assalariados diversos, desempregados e trabalhadores sem salário, tais como os vendedores ambulantes considerados com exército industrial de reserva ou população excedente estagnada. O caráter relacional entre as classes é aspecto fundamental na teoria das classes sociais para o entendimento dos conflitos. Neste sentido, é salutar atentar para "[...] o lugar e o papel do Estado e da Ideologia na constituição e desenvolvimento das lutas, dos conflitos, disputas e concorrência entre as classes e intraclasses." (DRUCK, 2015, p. 110). Para a teoria das classes em Marx e Engels, a propriedade privada, a apropriação dos meios de produção e o trabalho como elementos constitutivos das classes. No capitalismo, a apropriação e posse de capital e do trabalho estabelecem o antagonismo e as relações sociais entre as classes.

A oposição dialética entre as classes antagônicas nas relações de produção via assalariamento, como aspecto definidor das classes, representa um problema para classificar os trabalhadores que produzem a própria renda em transações comerciais ou atividades de serviços, por parecerem livres da relação de dominação entre classes. Por isso, em geral, os vendedores ambulantes não são compreendidos nem tratados como integrantes da classe trabalhadora. No desafio de defender a posição que os ambulantes ocupam na hierarquia social a partir da filiação classista, lembramos do argumento de Thompson de que “a classe se faz” na medida em que essa “[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns... sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens” (THOMPSON, 1997, p.9). Para o autor, classe é uma relação social que envolve experiência e identidade, sendo a experiência dada pelas relações de produção que estão envolvidas e a identidade condicionada pelos interesses que os unificam. Deste modo, classe é uma formação tanto cultural, como econômica que se manifesta historicamente a partir das relações estabelecidas entre grupos.

Estas noções de classes apontam para a heterogeneidade da classe trabalhadora, que se manifesta a partir das relações sociais que estabelecem diante de condições, experiências e interesses que os unificam ou distanciam. A relação social entre as classes geralmente é constituída pela apropriação do trabalho de uns por outros, por meio da divisão do trabalho e da propriedade privada, através do capital e da dominação econômica e ideológica. Os trabalhadores por conta própria, que também são diversificados em suas formas de ser e de produzir, não estabelecem relações sociais diretamente como outra classe no sentido da exploração do trabalho e da dominação. Mas, esses trabalhadores sem patrão não são totalmente livres nas suas realizações, suas atividades envolvem capital e trabalho, que, em alguma medida, tem relações com as classes dominantes seja no campo da produção ou da regulação do trabalho. Em geral, as relações sociais dos trabalhadores por conta própria se dão no campo da regulamentação do trabalho através do poder público.

Os vendedores ambulantes são integrantes da classe trabalhadora como “autônomos” do comércio popular, representando uma categoria específica entre os trabalhadores por conta própria. A categoria por conta própria é ainda mais ampla e

heterogênea, sendo composta por trabalhadores que se diferenciam pela quantidade de capital e trabalho envolvido no negócio. Os pequenos ambulantes detêm apenas a força de trabalho própria e as mercadorias que adquiriram com o capital que conseguiram investir para desenvolver a atividade. Entre os ambulantes existem grande diferença quanto à condição econômica a depender do volume de capital aplicado em mercadorias, equipamentos e no tipo do trabalho empregado, os mais promissores podem ser classificados como empregadores (DURÃES, 2013). Nesses casos, a diversidade está relacionada com a significativa variação da renda, dos produtos e do trabalho. Apesar da heterogeneidade da categoria, a atividade especificamente voltada para o comércio requer identidade e habilidade com as transações comerciais, portanto esses trabalhadores estão em alguma medida unificados por interesses em comum que culturalmente caracterizam a categoria, mesmo sem desenvolverem uma consciência de classe[94].

Ser trabalhador por conta própria no Brasil é a realidade de milhares de pessoas de ambos os sexos, em diversas idades, pertencimento étnico-racial e até com alguma variação de classe. As várias funções desenvolvidas por esses trabalhadores, desde a comercial até a prestação de serviços diversos, são realizadas "sem salários", mas produzem renda como produto do trabalho. A categoria inclui profissionais de diferentes qualificações, do ponto de vista da renda e da atividade, a exemplo dos profissionais liberais sem vínculo empregatícios como advogados, dentistas, etc, uma ampla gama de funções artísticas e técnicas como músicos, dançarinos, e também pedreiros, pescadores, borracheiros, além dos donos de pequenos negócios como cabeleireiros, mecânicos, sapateiros, etc. Por fim, numa posição hierárquica inferior aparecem os vendedores ambulantes e biscateiros, que podem ser prestadores de serviços como carregadores ou guardadores de carro.

> Como categoria o "conta própria" reúne grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso da força de trabalho de membros da família - necessitando de baixa, ou quase nula capitalização. (PRANDI, 1978, p. 25).

[94] . Apesar da existência de algumas organizações sindicais em Salvador, em geral, os ambulantes são desfiliados, como veremos no ultimo capítulo.

Evidentemente, o autor se refere mais diretamente aos trabalhadores de rua ao partir do pressuposto de que esses dependem de baixa ou nenhuma capitalização, ressaltando que os que dispõem de “baixo nível de qualificação para o trabalho” vivem em condições materiais precárias. Nesse sentido, entende trabalhador por conta própria, como “autônomo” ou “auto-empregador”, aquele trabalhador que não tem qualquer vinculo empregatício como empregado, podendo ser empregador. Por conta disso, o trabalhador por conta própria passou a ser uma noção criticada por remeter a uma situação semelhante ao empreendedorismo.

Como demonstramos em capítulo anterior, em determinados períodos históricos a ampla categoria dos vendedores ambulantes se mostrou indispensável na cidade de Salvador, mas com o tempo algumas atividades perdem importância, na medida em que certas funções vão perdendo espaço, no sentido das necessidades a que atendem. Para as autoridades e mesmo para a mídia que defendem a formalização das atividades informais, a regulamentação é fundamental para ampliar a arrecadação do Estado e, também, para conter a expansão dessas práticas que incomoda as elites e os empresários comerciais, pela suposta ilegalidade ou pela presença constrangedora que denuncia a questão social que querem esconder.

Diante da pobreza da população brasileira que se evidencia cotidianamente pela presença dos vendedores ambulantes nos espaços públicos, a complexidade da questão social permanece apesar do desenvolvimento econômico e industrial do país. O controle das atividades realizadas nas ruas atualmente, parece ser um aspecto determinante da utilização dos espaços como “territórios de trabalho” (QUEIROZ, 2015). Evidentemente que a fiscalização do trabalho é um problema para aqueles que atuam nas ruas, sendo que a perseguição e repressão dos ambulantes vêm aumentando a tensão na ocupação dos espaços destinados a tais práticas. Como veremos nos próximos capítulos, os territórios de trabalho não são garantidos, em alguns casos estão sendo expropriados pelo poder público, através de reformas urbanas que retiram o direito de uso do espaço por esses trabalhadores.

4.3. A DIMENSÃO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Para além da dicotomia entre burguesia e proletariado se faz necessário pensar as diferentes posições que os indivíduos ocupam na estrutura social da sociedade brasileira, diante do crescimento das atividades "autônomas" que não estabelecem relações salariais. As diversas atividades econômicas que ocorrem fora do assalariamento precisam ser analisadas por fazerem parte da estrutura de classes, fenômeno complexo e ambíguo, como apontam os estudos marxistas diante das transformações estruturais com o crescimento de classes intermediárias. Segundo o próprio Marx para entender as variações de classe se requer "[...] uma análise concreta, em cada caso específico, das circunstancias empiricamente dadas" (MARX, apud, BOTOMORE, 2001, p. 63).

Partindo desse pressuposto, buscamos identificar a dimensão do que se convencionou chamar de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, considerando o total de pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação tomando como referência analítica, a compilação de dados realizada pelo DIEESE em parceria com o governo do Estado da Bahia, utilizando micro dados do IBGE referentes aos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Estes dados foram oficialmente apresentados em 2013 através de publicação com síntese do estudo que dispõe de um sistema de mapas e tabelas virtuais sobre "A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000". Do Observatório do Trabalho da Bahia, denominação dada a esse sistema de informação institucional, utilizamos alguns gráficos e tabelas reproduzidos diretamente da referida publicação, mas não conseguimos fazer cruzamentos de dados[95] para demonstrar melhor a realidade da cidade de Salvador.

Os primeiros dados refere-se ao gráfico 4 da publicação que apresenta a estrutura geral dos mercados de trabalho da Bahia, do Nordeste e do Brasil a partir do quantitativo de pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação. A análise

[95] . Para fazer isto, precisava da ajuda de um técnico envolvido com o Observatório, que está disponível online, mas não dispõe de pessoal para atender a demanda dos pesquisadores. Estive na SETRE e no SINEBAHIA-Serviço de Integração ao Trabalho, onde o Observatório está situado, conseguido apenas tirar algumas dúvidas por e-mail com a técnica do DIEESE e nada mais. Plataforma do observatório disponível em: http://geo.dieese.org.br/bahia/

dos dados parte da distinção e da quantidade de pessoas correspondentes às proporções do total da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA). Como PIA, consideram as pessoas de 10 anos ou mais de idade, e como PEA, a parte da população formada por pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam em condições de ocupados ou desocupados no mercado de trabalho. Antes dessa necessária distinção, o documento informa que

> Em 2000, havia em torno de 13,1 milhões de pessoas residentes na Bahia e em 2010, essa quantidade subiu para certa de 14 milhões, uma variação positiva de 7,1%. Este crescimento populacional foi verificado em ritmo mais elevado para o Brasil que tinha aproximadamente, 169,8 milhões e passou a quase 190.8 milhões de habitantes (aumento de 12.3%) e para a região Nordeste, saindo de 47.8 milhões para 53.1 milhões de pessoas (aumento de 11.1%) durante o período. (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 15)

Conforme este estudo quantitativo sobre a informalidade, comportamentos similares foram registrados quanto a PIA e a PEA na Bahia revelando um crescimento proporcional dessas populações em relação ao número total de residentes no estado.

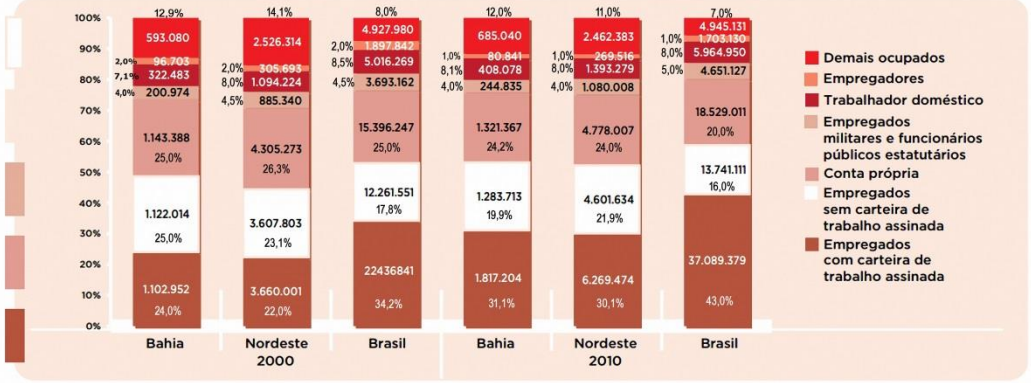
> Em 2000 o mercado de trabalho da Bahia era formado por cerca de 4,6 milhões de ocupados e por aproximadamente um milhão de desocupados, totalizando uma PEA em torno de 5,6 milhões de pessoas. Em 2010, houve crescimento absoluto dos ocupados para cerca de 5,8 milhões e redução dos desocupados para quase 714 mil pessoas. Consequentemente, a ampliação do mercado de trabalho baiano, de 5,6 milhões para 6,6 milhões de pessoas foi determinada pelo incremento de cerca de 942 mil novos ocupados no período. (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 16)

Apesar do incremento dos novos ocupados, a Bahia, assim como o Nordeste e o país, registram altos índices de desocupação. Mas, como o que nos interessava era analisar as variadas formas de ocupação, direcionamos o foco da pesquisa para os dados sobre os ocupados, deixando de lados os considerados como desocupados. Entre os ocupados havia predominância dos trabalhadores assalariados, como os empregados com carteira assinada e os sem carteira de trabalho assinada, mais os funcionários públicos estatutários e as empregadas domésticas, representando cerca de "[...] 2,7 milhões de trabalhadores empregados (em um total) de 4,6 milhões, equivalendo a 60% do total dos ocupados na Bahia em 2000, e passam para aproximadamente 3,8 milhões ou 64,3% do total em 2010" (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p.17). A mesma predominância se observa no

Nordeste e no Brasil se considerarmos agregados todos os assalariados indistintamente. Mas, ao analisar de forma desagregada as posições ocupacionais, percebemos que em todas as dimensões há predominância dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada e dos trabalhadores por conta própria.

Ao investigar a real dimensão da informalidade nas instâncias do mercado de trabalho da Bahia, do Nordeste e do Brasil, a partir dos dados oferecidos pelo gráfico abaixo, constatamos, ao contrário, que há a predominância da informalidade em relação às ocupações formalizadas e protegidas socialmente. Na Bahia, inclusive, o destaque fica com os trabalhadores por conta própria que em 2000 representavam 25% do total dos ocupados no Estado. Na região Nordeste os trabalhadores por conta própria também superavam os demais trabalhadores por corresponderem a 26,3% desses. A mesma predominância não se manifestava nos dados do país que na mesma época (2000) os empregados com carteira assinada se sobressaiam, equivalendo a 34,2% do total dos ocupados. Essa situação aponta para as diferenças regionais, pois o quadro do Nordeste certamente se difere do das regiões Sul e Sudeste. Vale informar que os dados do gráfico tomaram como base a quantidade absoluta[96] de pessoas ocupadas em cada localidade no começo e no final da década.

GRÁFICO 1 **TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010** (EM VALORES ABSOLUTO E RELATIVO)



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.
Nota: Os Demais ocupados são constituídos pelo somatório dos trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio, trabalhadores na produção para o próprio consumo e o Trabalhador doméstico inclui os domésticos com e sem carteiras de trabalho assinadas.

[96] . A quantidade absoluta de pessoas ocupadas na Bahia em 2000 era de 4.581.594 e em 2010 era 5.841.078. Já na região Nordeste essa quantidade era de 16.384.648 passando a ser de 20.854.301, enquanto no país a população ocupada era de 65.629.892 em 2000 passando a ser 86.628.839 em 2010. A população ocupada mais os desocupados representam a PEA – População Economicamente Ativa.

Na Bahia e na região Nordeste a predominância dos trabalhadores por conta própria era expressiva em 2000, havendo uma redução do índice desses trabalhadores em 2010, que perderam a liderança para os assalariados formalizados, apesar do crescimento da categoria ser acompanhado da expansão das demais ocupações. Enquanto no começo da década os trabalhadores por conta própria apareciam em primeiro lugar na quantidade de pessoas ocupadas, em 2010 esses passaram na Bahia e no Nordeste para o segundo lugar no ranking dos ocupados. Os empregados com carteira de trabalho assinada melhoraram de posição no final da década em todo o país com o aumento dos empregos formais, inclusive na Bahia onde esses antes se situavam no terceiro lugar no ranking das ocupações.

A mudança de posição dos ocupados foi significativa nos anos 2010, pois os assalariados com carteira assinada passaram a liderar a quantidade de pessoas ocupadas tanto no Estado quanto na região. Apesar do aumento dos empregos formalizados, o problema persiste porque a dimensão da informalidade continua expressiva. Os números ainda são alarmantes, pois, ao somar os trabalhadores por conta própria com os assalariados sem carteira assinada, que representam respectivamente a informalidade tradicional e a “nova informalidade”, o percentual dos ocupados nessas condições chega nos anos 2000 a ser de 49,4% na Bahia, de 48,3% na região Nordeste e de 45,5% no Brasil. A situação fica mais grave se agregarmos a essas duas categorias de trabalhadores informais, os “Demais ocupados”, representados no gráfico “[...] pelos trabalhadores não remunerados e pelos trabalhadores na produção para o próprio consumo” (ibidem, 2013, p.19), que correspondiam a 12,9% na Bahia em 2000, reduzindo um pouco a quantidade em 2010, passando a representar 11,7% dos ocupados nessa situação. Somando os percentuais desses três tipos de ocupações atingíamos um índice de 62,4% dos trabalhadores ocupados em situação de informalidade pela falta de proteção social no Estado da Bahia em 2000.

A publicação citada aponta muito sutilmente esta possibilidade que agrava bastante o quadro da informalidade na Bahia. Só na conclusão o fato é citado, mas não é tratado devidamente nem computado, talvez porque a intenção da publicação seja ressaltar o crescimento do emprego formal no país e no Estado. A situação do

trabalho não é muito diferente no Nordeste e no país como um todo, pois na região os “demais ocupados” correspondiam a 15,4% dos ocupados em 2000 e a 11,8% em 2010. No país a proporção desses “demais ocupados” é menor em 2000, correspondendo a 5,7%, mas cresce para 7,5% em 2010. Deste modo, agregando os trabalhadores não remunerados e aqueles situados na produção para o próprio consumo no Nordeste, a quantidade de informais chega a 63,7% enquanto no país atingia a 49.7% dos ocupados em 2000. No final da década a quantidade de informais reduziu-se em todos os casos: na Bahia esses passam a representar 56.3% dos ocupados, na região atinge quase a mesma quantidade dos ocupados no Estado, correspondendo a 56,7% do total, enquanto no país como um todo passaram a representar 42,9% dos ocupados.

A situação na Bahia é mais grave, porque em 2000 o Estado apresentava os trabalhadores por conta própria na primeira colocação entre os ocupados, seguidos pelos trabalhadores assalariados sem carteira assinada na segunda posição e só em terceiro lugar apareciam os trabalhadores assalariados com carteira assinada. Como já foi dito, agregando os dois primeiros casos com os demais ocupados atingia-se 62,4% dos trabalhadores ocupados em situação de informalidade no Estado da Bahia em 2000. Os dados da Bahia comparados aos do Nordeste e do Brasil confirmam que as desigualdades sociais incidem mais drasticamente em algumas localidades e regiões do que em outras.

Em 2010 a situação melhora bastante no Estado, assim como na região e no país como um todo, graças ao crescimento econômico que levou à recuperação do mercado de trabalho, após o processo de precarização e das altas taxas de desemprego que caracterizaram a década de 1990, aumentando assim a formalização do trabalho. Mas, ainda assim, a dimensão da informalidade no Estado é enorme, na medida em que estamos falando em mais da metade (56,3% apenas dos por conta própria mais os assalariados sem registro) dos ocupados nessa situação. Não se trata de pouca coisa, ao contrário a situação de informalidade é predominante apesar do incremento do emprego assalariado no Estado.

De fato, os anos 2000 registraram índices de crescimento econômico que elevaram as taxas de participação do emprego formal, com isto os empregados com

carteira de trabalho assinada passam a liderar a quantidade de pessoas ocupadas no Estado, chegando a corresponder a 31,1% do total de ocupados, sendo que representavam 24% no começo da década. Em seguida aparecem os trabalhadores por conta própria que tiveram uma pequena redução de 25% em 2000 para 24,2% em 2010. Em terceiro lugar encontram-se os empregados sem carteira assinada que reduziram de 24,5% em 2000 para 22% em 2010. Esses números confirmam que na Bahia a informalidade atinge mais da metade da população ocupada, somando todos os trabalhadores em provável[97] condição de informalidade atingíamos 62,4% em 2000, com pequena melhora em 2010, que passa a registra índice de 56,3% dos ocupados nesta situação. Lamentavelmente, mesmo com todo o crescimento econômico e expansão dos empregos formalizados, na Bahia quase a metade da população ocupada ainda encontra-se em condição desfavorável por falta de proteção social e baixos rendimentos.

Essas altas taxas de informalidade na Bahia demonstram a especificidade do Estado em relação ao país, que ao todo apresenta índices bem menores do que os registrados aqui. Mas, a realidade do Estado da Bahia acompanha a situação da região Nordeste que também registra situação pior em relação a do país.

> A quantidade de pessoas trabalhando nas atividades informais aqui estudadas, caracterizadas pela ausência de carteira assinada e por conta própria, cresceu no período, mas perdeu representatividade entre o total dos ocupados. Na Bahia, essas atividades correspondiam a 49,4% dos ocupados, em 2000, e a 44,6% em 2010. No Nordeste, reduziram de 48,3% para 45% e no Brasil, eram 42,1% e passaram para 37,4%. Vale observar que em todos os espaços considerados, as atividades informais ainda são muito significativas. (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 19)

Deste modo, os dados gerais evidenciam uma situação mais desfavorável da região Nordeste e do Estado da Bahia particularmente, apesar da DIESSE não ter feito comparações entre outras regiões ou estados. Mas, os dados do país demonstram claramente que em algumas regiões, como a Sul e Sudeste, a situação é menos crítica, o que ajuda a melhor os dados no âmbito geral. Como a publicação não agrega os “Demais ocupados”, como fizemos acima, talvez por razões políticas, trabalham apenas com as duas principais situações que se convencionou considerar

[97] . Como os trabalhadores por conta própria são muito variados muitos desses podem contribuir com a previdência social como autônomo, portanto em alguma medida têm alguma proteção social.

como informalidade, deixando de fora outros trabalhadores que também estão na informalidade. Por fim, a quantidade de pessoas ocupadas na condição de formalidade corresponde a menos da metade da população ocupada (42,3%), sem falar que os trabalhadores domésticos que fazem parte dessa situação, por estabelecerem relações de produção no âmbito privado também podem vivenciar condições de informalidade, mesmo com a carteira assinada. A gravidade da situação é apontada da seguinte forma na publicação:

> Embora as ocupações informais tenham sido reduzidas na década analisada, juntas, ainda representam 44,6% do total dos ocupados na Bahia em 2010. Essa situação é agravada ao se acrescentar a este percentual, mais 11,7% formado por pessoas ocupadas na autoprodução e não remuneradas, que não possuem rendimento algum proveniente do trabalho (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 53).

4.4. DIVERSIDADE OCUPACIONAL NA BAHIA

Diante do quadro de desigualdades regionais e elevados índices de desemprego na região Nordeste, no Estado e na capital da Bahia, analisamos a heterogeneidade ocupacional para identificar as especificidades do mercado de trabalho considerando as idiossincrasias dos(as) trabalhadores(as). De antemão, sabe-se que uma das principais marcas do mercado de trabalho brasileiro é a heterogeneidade e que a informalidade é um dos traços marcantes das múltiplas e complexas condições de trabalho praticadas no país. Segundo a publicação referida “[...] praticamente metade da população ocupada nas Regiões metropolitanas encontra-se na condição de desproteção social (sem cobertura trabalhista, previdenciária e negociação coletiva)” (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 8). De fato, em contexto de crise, de elevado desemprego, de precarização e superexploração do trabalho, a expansão da informalidade é uma forte tendência em crescimento. Percebe-se a inserção precária em muitos campos, através de empregos subcontratados, sem carteira de trabalho assinada ou mesmo em formas precarizadas de trabalho por conta própria.

A quantidade de pessoas comercializando nos espaços públicos é crescente, inclusive dentro nos ônibus, onde novas formas de divulgar os produtos são experimentadas utilizando-se de criatividade e habilidades comunicativas. Antes de descrever as características dos vendedores ambulantes observados, que

trataremos empiricamente nos próximos capítulos, é salutar destacar aspectos identitários da população ocupada na Bahia. Como já foi dito, a realidade econômica da Bahia deixa um grande número de indivíduos à margem da proteção social, ocupados em atividades de trabalho permeadas pela instabilidade, insegurança e precariedade. Sem proteção social, sem salário ou com baixa remuneração se encontram muitos trabalhadores no Estado e na Região Metropolitana de Salvador, vivenciando as mazelas do capitalismo, como integrantes da velha questão social na atualidade.

O perfil dos trabalhadores baianos revela detalhes relevantes quanto à posição na ocupação, apontando as especificidades de cada agregação quanto ao sexo, à idade, a escolaridade e a raça. A tabela abaixo demonstra variações de gênero entre as posições na ocupação, com predominância absoluta das mulheres apenas no emprego doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.

TABELA 1 — DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA, COR OU RAÇA E GRAU DE ESCOLARIDADE BAHIA, 2000 E 2010

Atributos pessoais selecionados	Trabalhador doméstico com carteira assinada		Trabalhador doméstico sem carteira assinada		Empregado formal (1)		Empregado sem carteira assinada		Conta própria		Empregador		Demais ocupados (2)		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	11,5	11,2	6,6	5,9	60,9	61,3	73,5	66,9	73,6	66,3	73,5	67,0	60,7	45,7	63,4	58,6
Feminino	88,5	88,8	93,4	94,1	39,1	38,7	26,5	33,1	26,4	33,7	26,5	33,0	39,3	54,3	36,6	41,4
Faixa etária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	2,6	0,6	16,4	7,2	1,0	3,6	10,5	6,7	3,6	3,5	0,3	0,6	21,2	10,5	7,9	5,0
18 a 24 anos	24,2	11,0	32,4	19,6	19,4	16,1	29,1	22,9	11,9	10,1	4,5	4,4	17,3	9,8	20,4	15,8
25 a 29 anos	19,1	14,0	13,8	14,3	17,5	16,7	14,6	16,2	11,3	11,0	9,4	8,5	8,1	10,6	13,6	14,6
30 a 39 anos	29,4	33,6	20,4	27,8	31,0	27,1	22,2	24,5	26,1	24,6	31,3	27,3	16,9	25,7	24,9	26,0
40 a 49 anos	17,1	26,0	10,9	19,6	20,8	18,6	13,5	16,8	22,0	23,9	28,8	29,6	14,6	22,8	17,7	19,9
50 até 59 anos	5,7	11,6	4,4	8,7	8,3	11,1	7,2	9,1	15,2	16,8	16,4	19,2	11,8	14,0	10,0	12,1
60 anos ou mais	1,9	3,2	1,6	2,9	2,0	6,8	2,9	3,8	9,8	10,2	9,2	10,5	10,1	6,7	5,4	6,6
Cor ou raça	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negros	83,7	84,8	81,5	82,2	71,0	76,8	75,9	77,8	71,4	74,4	46,1	52,5	70,9	68,9	73,1	76,3
Não negros	15,7	15,2	17,7	17,8	28,2	23,2	23,2	22,2	27,8	25,6	53,2	47,5	28,3	31,1	26,1	23,7
Ignorado	0,7	-	0,8	-	0,8	-	0,9	-	0,8	-	0,7	-	0,9	-	0,8	-
Grau de escolaridade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Instrução e fundamental Incompleto	24,6	39,4	36,1	49,5	11,4	22,7	30,2	43,3	27,1	46,5	8,6	13,3	42,9	30,9	26,2	36,8
Fundamental completo e médio Incompleto	11,3	27,6	9,6	26,8	9,9	15,1	8,2	20,3	6,3	19,4	7,0	13,5	4,5	8,3	7,8	18,3
Médio completo e superior Incompleto	63,9	32,0	54,1	22,6	77,8	51,0	61,4	30,9	66,5	28,1	83,1	46,6	52,4	56,7	65,6	35,5
Superior Completo	0,0	0,6	0,0	0,3	0,7	10,7	0,1	4,9	0,1	5,5	1,3	26,4	0,2	3,9	0,3	8,8
Não determinado	0,1	0,5	0,1	0,7	0,2	0,4	0,1	0,5	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	0,5

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.
Nota: 1) empregado formal = empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários e 2) demais ocupados = trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Ao contrário do emprego doméstico, nos empregos formais (com carteira assinada ou como funcionário público) “[...] ocorre o predomínio dos homens, com idade de 30 a 49 anos e com mais da metade de seus trabalhadores com o ensino médio completo e superior incompleto”. (ibidem, 2013, p. 54). Nas posições ocupacionais relacionadas à informalidade também ocorre uma predominância doa homens, tanto entre os Empregados sem carteira assinada, quanto entre os trabalhadores por conta própria. Nessas situações se destacam percentuais significativos de trabalhadores com idade entre 30 e 49 anos e com escolaridade até o nível médio incompleto. A única diferença entre as situações citadas, empregos formais e atividades informais, quanto ao perfil dos envolvidos, está na escolaridade que aparece com menor tempo de estudo entre os informais e com maior escolaridade entre os empregados formalmente.

Ainda quanto ao gênero, os homens são predominantes em todas as posições na estrutura ocupacional, com exceção do trabalho doméstico. Porém, a proporção de homens aumentou apenas entre os empregados formais, demonstrando que a participação das mulheres é crescente em todos os campos do mercado de trabalho na Bahia. Os dados mostram “[...] o aumento da ocupação feminina nas ocupações informais e no trabalho doméstico, em detrimento do emprego formal” (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 54). Isto revela a contradição da inserção mais intensa e precária da mulher no mercado de trabalho, no sentido de que a participação feminina cresce mais nos campos de menor qualidade do trabalho. Quando a idade dos ocupados os mais jovens aparecem com mais intensidade entre os demais ocupados, como os empregados sem carteira e nos empregos domésticos com carteiras. Os com mais idade, na fase adulta, na faixa etária de 30 a 49 anos são destaques como empregados com e sem carteira assinada e entre os trabalhadores por conta própria. Já as pessoas mais maduras consideradas quase idosas, na faixa de 50 e 59 anos, têm presença mais marcante entre os trabalhadores por conta própria, o que confirma estudo realizado por Guimarães (2012).

Alguns desses dados gerais do perfil dos trabalhadores por conta própria coincidem com o perfil dos vendedores ambulantes investigados, como serão apresentados no ultimo capítulo. No aspecto geracional, os nossos dados empíricos confirmam a forte presença das pessoas na faixa etária de mais de 50 anos entre os

trabalhadores por conta própria, conforme apresentado acima. Quanto à cor ou raça dos trabalhadores baianos a predominância dos negros se confirma em todas as posições, com exceção dos empregadores que têm maior quantidade de não negros. Este dado mostra a perspectiva racial do mercado de trabalho baiano, onde os brancos são maioria apenas na posição de mando, como empregadores, nas demais posições os negros são predominantes, aparecendo com maior intensidade proporcionalmente entre as empregadas domésticas, os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Evidentemente, e não sem motivos, os negros continuam ocupando as piores posições no mercado de trabalho (BAIRROS, 1987) apesar de ser maioria na população geral.

Quanto à escolaridade, os dados mostram diferenças e mudanças intrigantes por apontar situações inesperadas, como a maior proporção de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto entre as empregadas domésticas, com e sem carteira. Isto também ocorre entre os empregados com ou sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria e os empregadores e demais ocupados. Mas, a escolaridade apresenta uma queda no nível de ensino em 2010, pois pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto aparecem com predominância principalmente entre trabalhadores por conta própria, os empregados sem carteira de trabalho assinada e os empregados domésticos. A maior concentração de pessoas com pouca instrução nessas posições está relacionada à exigência de maior escolaridade nas posições de trabalho com melhor condição salarial e proteção social. Lamentavelmente, a maior exigência de escolaridade do mercado ainda não conta com uma efetiva colaboração qualitativa das escolas no processo de formação dos jovens e adultos. Este ponto é importante e requer pesquisas sobre a educação básica, relacionadas ao trabalho e as formações profissionais.

4.5. A OCUPACÃO NA REGÂO METROPOLITANA DE SALVADOR

A partir da desagregação intraterritorial da estrutura ocupacional da Bahia é possível analisar a distribuição dos ocupados por posição na ocupação, considerando a localização do domicílio, sendo que os dados mostram, como era esperado, que os ocupados no mercado de trabalho na Bahia estão

majoritariamente localizados nas zonas urbanas. Em 2000 os trabalhadores urbanos "[...] representavam 67,6% dos ocupados e em 2010 aumentaram essa participação para 73,2% do total." (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 45). Esse crescimento dos ocupados na área urbana aconteceu em todas as posições ocupacionais com menor proporção entre os trabalhadores domésticos sem carteira assinada. Os trabalhadores informais, assalariados sem carteira e os trabalhadores por conta própria, embora sejam predominantemente urbanos (68,9% e 70,2% em 2010) ainda revelam um percentual significativo na zona rural (31,1% e 29,8% respectivamente) no mesmo período.

A maior concentração populacional nas zonas urbanas mostra com foi forte o êxodo rural no estado, inclusive com maior distribuição da população ocupadas entre as áreas metropolitanas, enquanto as regiões não metropolitana concentram menor proporção. Ao analisar de forma desagregada a estrutura ocupacional do Estado a partir dos territórios de identidade da Bahia, que correspondem a 27 áreas, conforme apresentado na tabela abaixo, constatamos que a Região Metropolitana de Salvador - RMS[98] registra a maior quantidade de empregados protegido em todo o estado. Na verdade, a RMS "[...] é o único território em que mais da metade de seus trabalhadores (51,9%) tinham vínculos formais em 2010" (ibidem, 2013, p. 47). Isto ocorre porque a RMS abriga os principais polos industriais do Estado, concentrando assim parte significativa dos trabalhadores ocupados em empregos formalizados.

Neste sentido, a informalidade se manifesta em menor proporção na região metropolitana do que em outras áreas do estado onde os índices de informalidade são mais expressivos. A tabela demonstra que em 2000 os empregados sem carteira assinada representavam 16,2% dos ocupados na RMS, enquanto os trabalhadores por conta própria correspondiam a 20,1% dos ocupados na região, totalizando 36,3% de ocupados na informalidade no começo da década nesse território. Como a formalização do emprego cresceu em todo o país e no Estado no decorrer da década, houve redução dos percentuais de informais na região em 2010, como os empregados sem carteira assinada passando para 12,8% e os

[98]. A RMS foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Concentrando aproximadamente 45% do PIB estadual, é a segunda metrópole mais rica do Norte-Nordeste.

trabalhadores por conta própria para 18,9% reduzindo a proporção do total de informais para 31,7%.

Essa melhor condição da RMS, ou da grande Salvador, como ficou conhecida a região, se deve a fatores de ordem econômica e política, considerando que a região concentra os maiores empreendimentos públicos e privados que vão deste o Pólo Petroquímico de Camaçari até o Complexo Hoteleiro de Sauipe, incluindo os investimentos imobiliários na capital e no litoral Norte. A Região Metropolitana de Salvador é composta por treze municípios[99], que se localizam nas imediações da capital, compondo a região litorânea que vai da ponta da peninsular no sentido Norte do Oceano Atlântico e no sentido sul, abrangendo internamente a Baía de Todos os Santos e suas ilhas, inclusive as ilhas de Itaparica e Vera Cruz. Nos municípios da região estão instalados os principais investimentos de extração petrolífera[100], da indústria e do turismo. O Centro Industrial de Aratu – CIA localizado entre Simões Filhos e Candeias é um parque industrial, que ocupa uma vasta área em torno da Baía de Aratu abrigando mais de 200 indústrias. Desse modo, a concentração industrial e comercial da região, que atende entre outras demandas ao comércio e ao turismo, é responsável pela absorção de boa parte da mão-de-obra com empregos formalizados.

Em síntese, os dados do Brasil sobre o trabalho em geral são surpreendentes e acompanham a média de ocorrência do fenômeno nos demais países da América Latina. No território nacional "[...] os trabalhadores informais representavam em 2006, 55% dos trabalhadores ocupados, sendo em sua grande maioria, 57% constituída de mulheres" (POCHAMAN, 2002, apud COSTA, 2010, p.183). A situação se agrava se considerarmos "[...] a proporção dos informais sobre a PEA e agregarmos a parcela dos desocupados, teremos que a informalidade salta para assustadores 59%" (Ibidem, 2010, p.183). Ambos os estudos apontam então que há quase 60% dos trabalhadores brasileiros em condições de informalidade, sem usufruir dos direitos trabalhistas, alguns sem contribuição a previdência social e

[99]. Sendo esses, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

[100] . Refiro-me a Refinaria Landulpho Alves, da Petrobras, em São Francisco do Conde.

muitos sem nenhuma regulamentação legal. Diante da amplitude do que podem ser entendido como informalidade, cabe lembrar que:

> Por informalidade são entendidas as relações no mercado de trabalho que implicam ausência de proteção social, tanto no que diz respeito à cobertura da legislação trabalhista, quanto na falta de amparo resultante de negociações coletivas conduzidas por representações sindicais de trabalhadores (BAHIA. SETRE/DIEESE, 2013, p. 8).

TABELA 2 — **DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE SEGUNDO POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADAS (EM %) BAHIA, 2000 E 2010**

Bahia e Territórios de Identidade	Empregado formal (1)		Empregado sem carteira assinada		Conta-própria		Demais ocupados (2)		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
01 Irecê	13,9	15,8	28,3	35,2	31,8	28,3	25,9	20,8	100,0	100,0
02 Piemonte do Paraguaçu	18,8	21,8	32,5	31,8	23,2	20,8	25,5	26,1	100,0	100,0
03 Chapada Diamantina	12,3	17,3	31,5	31,1	28,1	23,3	28,0	28,3	100,0	100,0
04 Vale do Jequiriça	14,6	16,8	35,7	29,9	30,1	30,1	19,7	23,2	100,0	100,0
05 Bacia do Paramirim	15,2	16,5	23,2	29,1	24,8	18,2	36,8	36,2	100,0	100,0
06 Bacia do Jacuípe	14,3	18,0	30,4	28,6	22,3	21,4	33,1	32,0	100,0	100,0
07 Médio Rio de Contas	27,7	32,7	32,4	28,6	25,2	23,0	14,7	15,7	100,0	100,0
08 Bacia do Rio Corrente	12,7	18,8	24,1	28,3	25,8	20,4	37,3	32,5	100,0	100,0
09 Vitória da Conquista	19,6	29,1	31,4	28,0	24,7	21,7	24,3	21,2	100,0	100,0
10 Semiárido Nordeste II	10,7	14,3	28,6	27,9	29,9	25,7	30,8	32,2	100,0	100,0
11 Piemonte da Diamantina	15,9	20,8	30,9	27,7	28,7	27,5	24,5	24,0	100,0	100,0
12 Sisal	14,0	18,5	29,5	27,4	23,1	21,6	33,5	32,6	100,0	100,0
13 Velho Chico	13,6	18,1	21,7	27,2	27,3	22,0	37,3	32,7	100,0	100,0
14 Baixo Sul	19,1	19,4	28,9	26,8	33,1	36,7	19,0	17,1	100,0	100,0
15 Sertão Produtivo	19,7	24,4	25,0	25,6	27,8	25,2	27,5	24,8	100,0	100,0
16 Piemonte Norte do Itapicuru	17,3	22,2	25,5	25,5	28,7	25,4	28,6	26,9	100,0	100,0
17 Médio Sudoeste da Bahia	27,4	42,5	35,6	25,1	22,3	17,8	14,7	14,6	100,0	100,0
18 Extremo Sul	28,6	36,1	29,9	24,6	24,9	23,1	16,7	16,1	100,0	100,0
19 Costa do Descobrimento	28,0	37,9	31,8	24,6	24,2	23,0	16,0	14,5	100,0	100,0
20 Litoral Sul	35,9	38,4	24,9	23,9	24,1	23,9	15,1	13,8	100,0	100,0
21 Sertão do São Francisco	24,1	28,4	22,7	22,6	30,0	25,4	23,2	23,7	100,0	100,0
22 Oeste Baiano	22,5	34,9	27,9	21,6	24,9	20,7	24,7	22,8	100,0	100,0
23 Litoral Norte e Agreste Baiano	24,9	32,7	24,8	21,4	26,0	23,9	24,3	22,0	100,0	100,0
24 Itaparica	28,1	35,7	18,8	21,0	26,0	21,6	27,1	21,7	100,0	100,0
25 Recôncavo	28,0	33,1	20,8	19,0	28,5	25,6	22,7	22,3	100,0	100,0
26 Portal do Sertão	28,6	38,2	20,2	18,5	25,9	22,9	25,4	20,5	100,0	100,0
27 Metropolitano de Salvador	49,1	55,6	16,2	12,8	20,1	18,9	14,7	12,6	100,0	100,0
Bahia	28,5	35,3	24,5	22,0	25,0	22,6	22,1	20,1	100,0	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. / Elaboração: DIEESE.
Nota: 1) empregado formal = empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários e 2) demais posições ocupacionais = trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores domésticos e empregadores.
Mais de 50% conta própria e empregados sem carteira | Mais de 45% a 50% conta própria e empregados sem carteira | Até 45% conta própria e empregada sem carteira

O problema é que mais da metade da população ocupada nas regiões metropolitanas encontra-se sem desproteção social, são trabalhadores sem cobertura trabalhista, previdenciária e sem possibilidade de negociação coletiva por falta de entidade sindical que os represente diante da provisoriedade de certas funções e da fragmentação das categorias. Dados mais recentes apontam para a redução do índice de informalidade no Brasil devido a expansão do trabalho com carteira assinada na última década. De fato, houve um avanço da economia nos

anos de 2000 que repercutiu no crescimento dos empregos com carteira assinada. No Brasil os empregados com carteira assinada já se sobressaíam em 2000, representando 34,2% do total dos ocupados[101]. Em 2010 os empregados com carteira assinada passam a ser mais representativos ainda, alcançando 43,0% dos ocupados. Apesar do crescimento dos empregos formais, a informalidade continua sendo significativa no país. Mas, em algumas regiões, a exemplo do Nordeste e da Bahia. a condição dos trabalhadores ocupados ainda está muito distante da situação ideal.

Mesmo com o crescimento dos empregos formais nas últimas décadas, a informalidade ainda é bastante representativa no âmbito geral. Considerando que no país em 2000 faziam parte da informalidade os empregados sem carteira assinada (18,7%), os trabalhadores por conta própria (23,5%) e demais ocupados (7,5%), que representam os trabalhadores não remunerados e os trabalhadores na produção para o próprio consumo. Portanto, entre os ocupados no país se atingia a taxa de 49,7% de trabalhadores na informalidade, sem contar com os desocupados. Em 2010 este índice caiu para 42,1%, pois os empregados sem carteira passaram a representar 15,9% dos ocupados, os trabalhadores por conta própria reduziram para 21,5% e os demais ocupados passaram para 5,7%. Mesmo com essa redução os trabalhadores informais ainda são muitos significativos (42,1%) em 2010, já que representam quase a metade da PEA (população economicamente ativa) nacional. Como o avanço da formalidade não ocorreu de forma uniforme no país, em algumas regiões a redução da informalidade foi menor do que em outras, acompanhando as diferenças do nível de desenvolvimento econômico por região. No âmbito geral ainda há a predominância do trabalho informal sobre o emprego formalizado, sendo que no Nordeste e no Norte os quadros são mais complicados que nas regiões Sudeste e Sul, onde existe mais concentração industrial.

Estes dados evidenciam a relevância dessa ampla categoria de trabalhadores informais, denominados por conta própria, na medida em que demonstram a grande dimensão da diversificada categoria dos que trabalham para si mesmo,

[101] . Esses dados percentuais foram produzidos pelo estudo referido acima a partir do Total de pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação na Bahia, no Nordeste e no Brasil em valores absoluto e relativo referentes a 2000 e 2010. Por esse quadro, 34,2% dos empregados com carteira assinada correspondem a 22.436.841 milhões de pessoas.

desenvolvendo atividades de comércio ou de prestação de serviços. Os trabalhadores informais em geral se caracterizam por uma enorme lista de atividades e por muitos tipos de contratos. Mas, os trabalhadores por conta própria se distinguem dos empregados assalariados, na medida em que ocupam um lugar no mercado de trabalho que não lhe garante salário nem os direitos trabalhistas, a menos que contribuam para o INSS como autônomos. Esses trabalhadores que atuam como auto empregadores são denominados de “conta própria” tanto na literatura quanto nas fontes de dados estatísticos, a exemplo do IBGE. Portanto, o debate sobre a informalidade requer o uso dessa categoria, que não pode ser generalizadas e precisa de especificação.

5. A CIDADE DE SALVADOR E SEUS ESPAÇOS DE TRABALHO.

5.1. A NOÇÃO DE ESPAÇO URBANO

Para introduzir o conceito de espaço urbano, nos reportamos a Lefebvre (1991), que propõe uma distinção analítica entre a “cidade como obra” e o seu contraste com a direção que lhe é dada pelo dinheiro ou o desenvolvimento capitalista. No primeiro caso, a obra é comparável ao valor de uso (a vida urbana, o tempo urbano), enquanto o produto é comparável ao valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos e dos lugares). Assim, o autor propõe que o uso principal da cidade é inicialmente associado (no plano histórico) ao consumo – a festa, as ruas, a praça: “[...] A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir (essa relação) ao subordiná-las a si a cidade e a realidade urbana” (LEFEBVRE, 1991, p. 6). Neste sentido, enquanto valor de uso, o espaço urbano atende às necessidades da sociedade e como valor de troca o subjuga, transformando em mercadoria que permite sua reprodução no âmbito da acumulação. Nesta perspectiva, o autor defende o “direito á cidade” destacando o valor de uso dos espaços urbanos independentemente dos processos de desenvolvimento e do valor de troca que se impõe sobre os lugares.

Em paralelo ao desenvolvimento econômico, este autor situa o desenvolvimento da ciência e de um “pensamento urbanístico”, distinguindo: um primeiro momento, no qual a realidade urbana pré-existente tende a ser destruída, a partir da industrialização (vista como estratégia de classe) (Ibidem, p. 15); um segundo momento, no qual se desenvolve uma realidade socioeconômica, necessária à organização planificada da produção e do consumo; e um terceiro, marcado pela centralidade e controle: “[...] Após a destruição (citada), tenta-se restituir a centralidade, acompanhada da modificação da estratégia de classe, com a substituição pelo centro de decisão, que é acompanhado de um renascimento da reflexão urbanística” (p. 15). Enfatiza, portanto, este aspecto do uso principal da cidade através da sua associação ao consumo de todos. O seu desaparecimento,

em função dos interesses capitalistas e das estratégias de centralidade e controle, é atribuído aos representantes das intervenções urbanísticas.

Harvey também faz observações interessantes sobre as relações entre "[...] o urbanismo como forma social, a cidade como forma construída e o modo dominante de produção" (1980, p. 174). Este autor defende que a cidade e o urbanismo podem funcionar para manter um modo de produção particular, mas que a cidade é também o lugar das contradições e, por isto, pode ser um berço provável para novos modos de produção. A conformação de "estruturas espaciais" específicas para atender as demandas do capitalismo não é um processo livre de contradições, ao contrário, essas aparecem visivelmente nos espaços da cidade, onde a riqueza e a miséria se aproximam em muitos lugares. A abundância e a carência se defrontam nos espaços urbanos ao ponto da ostentação da riqueza invisibilizar os que estão enfrentando a miséria. As situações de desigualdade nas sociedades capitalistas, quanto ao trabalho e demais formas de integração social, produzem privilégios para uns enquanto outros são discriminados e perseguidos. Essas contradições resultantes do modo de produção capitalista se reproduzem na sociedade brasileira, condenando muita gente a condições bastante desfavoráveis por toda a vida.

O espaço urbano quase como sinônimo de cidade representa o território das práticas políticas, econômicas e socioculturais que atendem às necessidades de uma sociedade a partir dos hábitos e costumes da população. O espaço é central nesta pesquisa que investigou a situação dos trabalhadores autônomos que se utilizam dos espaços públicos de intensa movimentação de pessoas para realizar suas atividades econômicas. Para observar esses espaços, tomamos a cidade com seu urbanismo, como uma totalidade onde se configuram e estabelecem as dinâmicas e imbricadas relações produtivas baseadas em diferentes modos de integração econômica (HARVEY, 1980). Os espaços públicos urbanos fazem parte de totalidades espaciais de diversas dimensões: da totalidade local como parte da cidade, da nacional pela vinculação territorial ao Estado-nação e da global por pertencer ao "sistema-mundo".[102]

[102] . Immanuel Wallerstein (2002) é considerado a principal referência contemporânea no debate sobre a noção de sistema-mundo, mas Milton Santos também utilizava a expressão para se referir à globalização, como algo

Procuramos dialogar com autores que analisam o espaço considerando o modo de produção capitalista numa perspectiva crítica e dialética, a exemplo de David Harvey e Milton Santos. Este último define o espaço como algo dinâmico e unitário, onde se articula materialidade e ação humana. Tal concepção possibilita perceber a dinâmica do movimento urbano através das formas de uso dos espaços pelos indivíduos nas suas práticas espaciais e temporais. Nas palavras do próprio autor

> É necessário talvez, e antes de tudo, explicitar a noção de espaço. Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ação, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2012, p.146)

Deste modo, o espaço é construído a partir da articulação entre a estrutura do campo físico e o "sistema de ação", composto pelo variável conjunto de relações sociais estabelecidas pelas práticas espaciais no processo de produção e reprodução social. Esta noção de espaço pensa o lugar para além das suas características físicas e das determinações normativas que o regulamentam, por considerar a dialética dos movimentos, que se estabelece a partir da atuação dos atores sociais que fazem usos dos espaços. Assim, o espaço como categoria analítica evidencia a força da participação humana na conformação dos lugares, visto que as ações dos indivíduos alteram os espaços, imprimindo marcas sociais que fazem desses espaços *locus* de possíveis observações sobre diversos fenômenos sociais. Os espaços da cidade podem ser analisados sociologicamente pelo uso ou utilidade que as pessoas fazem dele, para Santos (1998) o espaço só pode fazer sentido como categoria de análise social pelo uso que pode ter para as pessoas. Para entender o uso dos espaços pelos indivíduos que realizam atividades de trabalho, é preciso considerar o tempo como categoria analítica indissociável de espaço, na medida em que esse se transforma com o tempo para atendendo às demandas de consumo da população que ocupa tal espaço.

---

que "[...] constitui o estádio supremo da internacionalização, a ampliação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todo os indivíduos". (SANTOS, 1993). Os espaços da Globalização. In: Da Totalidade ao Lugar, 2012.

5.2. AS DIMENSÕES DO ESPAÇO E TEMPO PARA O CAPITAL

Harvey analisa os espaços da cidade utilizando as noções de espaço e tempo[103] como categorias indispensáveis para refletir sobre a vida social na perspectiva urbana. A experiência do espaço e do tempo é sem dúvida complexa, mas imprescindível para a análise social da dinâmica urbana. A produção teórica sobre essa dupla categoria é extensa e ambas são compreendidas por concepções e perspectivas que produzem diferentes noções, nas suas dimensões concretas e abstratas, ou nas representações históricas e contemporâneas. Conforme Harvey:

> A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais. (HARVEY, 1980, p.201)

Este autor ressalta que tempo e espaço são fontes de poder social, resgatando a formulação de Lefebvre (apud Harvey, 2007) de que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana. Na inspiração do marxista francês, Harvey defende que "[...] o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro" e que esse domínio "[...] pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro" (HARVEY, 2007, p. 206). Deste modo, as relações de poder sempre estão implicadas em práticas temporais e espaciais, portanto, tempo e espaço são imprescindíveis para entender as relações de dominação e exploração estabelecidas nas sociedades capitalistas. Segundo Harvey há "[...] fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós" (ibidem, 2007 p.219).

Neste sentido, a "compreensão" do tempo e do espaço no capitalismo vem se alterando, produzindo tensões com o encurtamento do tempo das pessoas, que cada vez precisam trabalhar mais para reproduzir a própria existência. Ao contrário do tempo que se encolhe, o espaço se amplia no sentido global, mas, contraditoriamente, ao mesmo tempo parece se "[...] encolher numa "aldeia global"

[103] . Para Harvey espaço e tempo são categorias indissociáveis, portanto não se pode falar de uma sem se referir a outra (1980, p. 201).

de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas”. (HARVEY, 2007, p. 219). A inversão que gerou o encurtamento do tempo e de expansão do espaço tem a ver com a produção do dinheiro, pois, no processo de acumulação do capital, o tempo deve ser explorado ao máximo e o espaço expandido para a exploração do trabalho. No capitalismo globalizado, com comunicação instantânea e virtual, o tempo é cada vez mais controlado e acelerado, numa rapidez que deixa muita gente literalmente “correndo contra o tempo”. As contradições dos processos de trabalho na perspectiva do tempo e do espaço intensifica os conflitos e as tensões referentes aos usos desses, principalmente nas grandes cidades, onde os espaços de trabalho e moradia geralmente são separados por longas distâncias que demandam muito tempo de deslocamento e espera.

Diante desta complexidade, Harvey (ibidem) recorre a Lefebvre[104] que oferece uma síntese das práticas espaciais em três dimensões que ajudam a decifrar os enigmas do espaço na vida social. A dimensão do espaço vivido revelado através “[...] das práticas espaciais materiais, que se referem aos fluxos e interações físicas e materiais”. A dimensão do espaço percebido a partir “[...] as representações do espaço que compreendem todos os signos e significações” produzidas socialmente. E, por fim, a dimensão do espaço imaginado, quando os “[...] espaços de representação são invenções mentais.” (LEFEBVRE, apud HARVEY, 1980, p. 201). Este esforço analítico de Lefebvre realmente merece ser reconhecido pela importância dada ao espaço, na dimensão do vivido que ocorre de maneira a garantir a produção e reprodução da vida, quanto nas dimensões do percebido e do imaginado que no campo das representações permite perceber o significado para as pessoas que utilizam tais espaços e sentido que poderia ter a partir dos desejos e anseios coletivos.

Harvey relaciona quatro aspectos da prática espacial que ajudam a compreender os espaços públicos quanto à sua funcionalidade nas sociedades capitalistas, onde esses vêm se tornado valor de troca atendendo aos interesses do capital através dos políticos. Os aspectos da prática espacial que contribuem com a análise das questões sociais que se manifestam nos espaços públicos da cidade

[104] . *La production de l ‘espace*, texto onde Lefebvre apresenta essa grade de diferentes concepções do espaço.

são: 1. *Acessibilidade e distanciamento*, que tanto pode ser uma barreira como uma defesa contra a interação humana; 2. *Apropriação do espaço*, que examina à maneira como o espaço é utilizado pelas atividades, indivíduos, classes e outros grupos sociais; 3. O *domínio do espaço*, que reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço, mediante recursos legais ou extralegais; 4. A *produção do espaço,* que examina como novos sistemas são produzidos e como surgem novas modalidades de representação. (Harvey, 1980, p. 202) Estes pontos ajudam a pensar a ocupação dos espaços públicos para a realização de atividades econômicas como “territórios de trabalho”, considerando o suposto direito a apropriação do espaço em contraposição ao domínio e a produção do espaço que envolve relações de poder e interesses econômicos.

É importante problematizar a apropriação do espaço, diante do avanço do capital sobre a cidade, através de empreendimentos imobiliários e da exigência dos empresários quanto à exclusividade do uso dos espaços comerciais. A pressão do capital pelo domínio do espaço, em alguma medida, acaba forçando a expropriação de “territórios de trabalho” dos vendedores ambulantes pelo poder público. As contradições na produção e no uso dos espaços urbanos evidenciam como os grupos dominantes organizam as estratégias de ocupação dos espaços, mediante recursos nem sempre legais que favorecem o grande capital com privilegiamento das classes dominantes e expropriação da classe trabalhadora. Desse modo, o uso dos espaços públicos pelos trabalhadores autônomos depende dessa correlação de forças que define como cada espaço pode ser utilizado pelas pessoas. Através das regulamentações, criam-se os critérios normativos sobre os modos como os espaços podem ser aproveitados por determinado tempo.

5.3. O ESPAÇO PÚBLICO COMO TERRITÓRIO DE TRABALHO.

A ocupação dos espaços da cidade por vendedores ambulantes realizando pequenas atividades comerciais representa uma necessidade da apropriação dos

espaços públicos[105] para o trabalho. A intensa presença de ambulantes em diversos espaços públicos das grandes cidades brasileiras revela o quadro complexo do mercado de trabalho que vai além do crescente desemprego, na medida em que os empregos precarizados disponíveis, não oferecem vantagem aparente diante da possibilidade de ascensão pelo comércio ambulante. Há tempos, Bila Sorj (1993) chama a atenção sobre a "visibilidade social e invisibilidade sociológica" dos vendedores ambulantes, pelo fato dos camelôs do Rio de Janeiro estarem ganhando maior dimensão espacial devido à "[...] sua ostensiva ocupação no espaço público em áreas residenciais densamente povoadas ou de intensa atividade econômica."(SORJ, 1993, p. 41). A autora aponta que os vendedores ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida sociologicamente e levanta alguns bons elementos para o debate. Quanto à trajetória ocupacional, afirma que o comércio ambulante não é a primeira experiência e acrescenta que a maioria se desligou voluntariamente da ocupação anterior. O surpreendente da questão "[...] é justamente a expectativa de mobilidade ascensional o que explica mais que qualquer outro fato a preferência dessa atividade" (ibidem, 1993, p. 42) quando comparado ás condições que lhe são oferecidas como assalariados. A possibilidade de ascensão social, em consequência evidentemente do baixo nível salarial dos empregos, torna o comércio ambulante uma atividade altamente atraente, elevando a concorrência pela ocupação do espaço público para o trabalho.

A partir dessas evidências, seguimos o caminho metodológico da "dialética sócio-espacial" (SOJA, 1993), que defende a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Analisar dialeticamente a realidade dos trabalhadores do comércio ambulante pelo espaço requer considerar a relação da totalidade com o lugar e todas as contradições que aparecem nessa relação. O movimento dialético percebe o espaço urbano como uma parte do espaço global e nacional, onde localmente se revelam as práticas e representações da vida social. Observar o espaço público, enquanto palco de manifestações culturais e econômicas, permite perceber como as dinâmicas, as diferenças e os conflitos sócio-espaciais, em alguma medida, reproduzem a ordem do capital e, ao mesmo tempo, revelam as idiossincrasias dos sujeitos. Nos espaços

[105] . Tratamos espaço público como parte do território urbano de uso comum, considerando como espaço da ação política, ou pelo menos, da possibilidade de ação política. Conforme sugere Ângelo Serpa, é analisando aqui sob a "[...] perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial" (SERPA, 2011, p. 9).

utilizados pelos vendedores ambulantes são estabelecidas relações comerciais que evidentemente favorecem a lógica de acumulação do capital, demonstrando de que forma o processo se dá nas pontas, no circuito inferior[106] ou na parte submersa da economia. A teoria marxista do crescimento no capitalismo situa a acumulação no centro do interesse do sistema demonstrando a correlação de força nos processos de produção e de circulação que se realizam para atingir a meta máxima da acumulação.

Para cumprir a lógica da acumulação o capitalismo é capaz de criar novas oportunidades para a expansão da acumulação. Segundo Harvey (2005), Marx pensou a acumulação pela perspectiva geográfica, apontando os caminhos que o capital tomaria na criação de novas possiblidades de acumulação. Desde a "[...] penetração do capital em novas esferas de atividade", a exemplo da mecanização da agricultura substituindo a agricultura familiar; a "[...] criação de novos desejos e necessidades" para desenvolver novas linhas de produção e a organização do consumo; "[...] a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional" para expandir o consumo a longo prazo; "[...] a expansão geográfica para novas regiões" apropriando espaços para desenvolver novas produções; Todos desses estímulos são produzidos a partir da lógica da "[...] intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial" (HARVEY, 2005, p. 47/48). A perspectiva espacial da acumulação, que aparece nos escritos de Marx, indicam a importância do espaço para todas as dimensões da acumulação, seja para a produção, a circulação ou o consumo, o espaço tem relevância na realização.

Para a análise dialética da realidade social que toma o espaço como parte de uma totalidade, "[...] nenhuma questão pode ser respondida fora da concepção de uma totalidade de estruturas e de uma totalidade de relações" (SANTOS, 2012, p. 49). Para este autor, o Estado-nação seria uma totalidade e a realidade social seria

[106]. Milton Santos analisa a economia urbana se referindo à existência, nas cidades dos países subdesenvolvidos, de dois circuitos econômicos, cada um sendo um subsistema global que a cidade em si representa. O fluxo do circuito superior composto por grandes negócios, enquanto o circuito inferior constituído por formas de fabricação de "capital não intensivo", pelo comércio em pequena escala e não moderno. (SANTOS, 2012, p. 93).

o resultado da interação das diversas estruturas[107] que o compõe, sendo que o espaço reproduz a totalidade social na sua particularidade localizada, através de aspectos que se apresentam nas práticas e relações dos atores sociais no lugar. O espaço manifesta elementos das estruturas geográficas e das estruturas de classe, assim como das condições financeiras e de mercado. Deste modo, os espaços urbanos revelam não apenas características físicas, quanto à forma, mas quando aos usos de classe. As manifestações diversificadas culturalmente reproduzem em alguma medida as estruturas financeiras e de mercado atendendo a lógica de acumulação do capital. A acumulação se dá pela circulação de mercadorias através do enorme exército de reserva disponível para o comércio ambulante, atendendo aos interesses do capital e aos desejos e necessidades individuais quanto ao consumo.

Deste modo "[...] o espaço é uma realidade objetiva, um produto social e um subsistema global" (SANTOS, 2012, p. 73) onde se realizam as atividades econômicas estabelecendo relações sociais que revelam as condições de classe e as formas de dominação que têm impactos sobre os lugares na cidade. Nos países subdesenvolvidos que têm "[...] formação socioeconômica dependente[108], é exatamente nos espaços onde as forças externas são preponderantes em todos os processos" (SANTOS, 2012, p. 45). A dependência econômica e política dos países periféricos em relação aos países centrais tem consequências profundas, pois, influencia a economia e até a organização dos espaços urbanos torna-se vulnerável dessa relação de subordinação que impõe medidas e ações que favorecem o grande capital.

> O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas, o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 2012, p. 33)

[107]. "(...) a estrutura social seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classe específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica etc." (SANTOS 2012, p. 44).

[108] . Neste ponto Milton Santos deixa escapar a influência da teoria da dependência na sua obra, mesmo sem fazer referência direta.

A ocupação dos espaços obedece a uma ordem econômica determinada pelo mercado que atende sempre primeiramente aos interesses do capital e das classes dominantes. Como ressalta Marx, “[...] o progresso da acumulação do capital depende da existência de um excedente de mão-de-obra, da existência de um mercado de meios de produção e de um mercado para absorver as mercadorias” (MARX, apud, HARVEY, 2001, p. 44/5). A acumulação acontece mais rapidamente em locais com concentração de pessoas e de recursos, sendo as cidades desenvolvidas para atender às demandas da produção e circulação das mercadorias. Por outro lado, o espaço na sua dialética, ao mesmo tempo em que reproduz a totalidade social também contribui para a transformação das estruturas, das necessidades e interesses sociais. Harvey acerta em destacar nas formulações de Marx a “geografia da acumulação capitalista”, apontando que parece haver uma tendência dinâmica em favor da concentração populacional em certos espaços, até porque o aumento da “velocidade de circulação do capital” contribui para o processo de acumulação. Neste sentido, a cidade e seu exército industrial de reserva, disponíveis ao capital, são recursos necessários à circulação e ao consumo da produção.

Nesta perspectiva, Harvey retira das obras de Marx os pontos em que o mesmo estabelece relações entre o processo de acumulação do capital e o espaço, destacando a importância estratégica da “anulação do espaço pelo tempo” através do aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação. Sabe-se que “[...] qualquer redução no tempo de circulação do capital aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 50). Assim, o sistema gera necessariamente a concentração populacional em certos locais e como defende Marx “[...] a divisão territorial do trabalho, confina setores especiais da produção em regiões especiais de um país” (MARX, 1967, vol. 1, p. 353, apud HARVEY, 2005). Neste sentido, “[...] todos os setores da produção que pela natureza dos seus produtos, são essencialmente dependentes do consumo local, como as cervejarias são desenvolvidas ao máximo nos centros populacionais”[109]

[109]. Isto ocorreu recentemente na Bahia com a instalação de um complexo de cervejarias muito próximo de Salvador, no município de Alagoinhas escolhido por estar apenas a 100 km de Salvador e por ter fonte abundante de água. A escolha geográfica tem a ver com a proximidade de grande marcado consumidor do produto, associado à existência de enorme exército de reserva para por em circulação. As festas populares de

(MARX, 1967, vol. 2, 251, apud, HARVEY, 2005, p. 52). A proximidade da produção de certos produtos das cidades com efervescente mercado consumidor favorece a circulação, evidenciando que existe uma correlação entre a lógica de acumulação do capital e a forma de ocupação do espaço.

Os espaços públicos onde há intensa movimentação cotidiana de pessoas, geralmente localizados em pontos estratégicos ou turísticos das cidades devem ser investigados pelo "fluxo do espaço", considerando a apropriação e o domínio do espaço, para perceber o movimento que dá forma específica e significado ao espaço, configurando cada ponto da cidade pelo uso que as pessoas fazem do lugar. Os espaços urbanos com visibilidade e movimento são disputados por aqueles que decidem ganhar a vida comercializando mercadorias. Os ambulantes em concorrência atendem às necessidades das pessoas que circulam pelos lugares e servem aos interesses do capital, mas, são controlados e até perseguidos por quem tem o domínio do espaço, através da função pública de organiza-los. O confronto de posições e o abuso de poder das autoridades representativas do Estado nas relações entre os ambulantes e os agentes de fiscalização geram tensões e conflitos, que exigem enfrentamento por parte dos trabalhadores. Quando o clima de perseguição se instala na cidade, ocorre revolta e resistência, mas os interesses do capital sempre predominam sobre os direitos dos trabalhadores.

5.4. A CIDADE DE SALVADOR E SEUS ESPAÇOS HISTÓRICOS

A cidade como palco principal[110] da vida social revela nos seus espaços as contradições que fazem parte da existência de profundas diferenças na estrutura de classe e nos modos de produção. Na sua totalidade, a cidade se configura como um aglomerado humano concentrado em um determinado território, que se constitui subdividida em diferentes cidades, composta por inúmeros espaços, bairros ou

Salvador são momentos de intenso consumo do produto e as cervejarias têm se tornando patrocinadoras dessas festas, exigindo até monopólio da venda de seus produtos em determinados espaços. O Carnaval de Salvador passou a ser comandado pelo esquema de exclusividade de marca por circuito, desagradando ambulantes e foliões.

[110] . Vale reconhecer o esforço de Vera Telles em resgatar o lugar da cidade nas investigações sociológicas, em repensar o urbano no andamento das coisas. (TELLES, 2010, p. 61). Seus textos são intrigantes e inspiradores, pelas inter-relações que desenvolve, como novo caminho metodológico para investigar a cidade contemporânea.

regiões que, em alguma medida, agregam populações em condições materiais semelhantes. Apesar da importância das cidades para o processo de acumulação capitalista, com a globalização “[...] a “questão urbana” parece ter sido esvaziada de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate” (TELLES, 2010, p. 65) As novas demandas impostas pelo capitalismo parecem diminuir as possibilidades de análises das cidades, sendo essas reduzidas ao campo da gestão da pobreza e de políticas públicas voltadas para esse fim. Em contraponto, surgiram estudos que defendem a ascensão das grandes cidades no contexto globalizado, (FREITAG, 2002; SASSEN, 1998) que passaram a ter mais importância internacional do que os seus países.

Pensando a cidade brasileira, Santos (1963) a conceituou como uma “[...] forma particular de organização do espaço, que preside as relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência” (SANTOS, 1963, p.7). Para chegar a uma conceituação mais completa, Santos recorreu à definição de Tricart (1954) contida no trabalho “*Habitat Urbano”*, segundo a qual a cidade era delimitada por suas funções, por seu gênero de vida e por uma paisagem, resultante dessas categorias e do passado histórico.

Em função deste passado histórico, é possível compreender a cidade de Salvador percebendo suas implicações e contradições, considerando que as belezas do lugar desviam o nosso olhar. O recorte geográfico da cidade peninsular revela paisagens naturais que encantam pelo formato de altos e baixos de seus relevos banhados pelas águas mansas da Baía de Todos os Santos e das belas praias de sua extensa Orla do Oceano Atlântico. No Centro Histórico, divide-se a Cidade Alta, desde a balaustrada da Praça Municipal, palco do poder local onde se localiza a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, de onde se contempla a Cidade Baixa, principalmente, a área margeada pelo cais do mercado e do porto antigo que no passado atraía grandes embarcações. Hoje se destaca o Mercado Modelo, no centro da praça, atraindo diariamente os turistas que querem conhecer o artesanato local. Nessa área, se encontram ainda antigos casarões, muitos desses em ruínas, tal o abandono e a degradação de uma parte desse conjunto arquitetônico transformado em Patrimônio Cultural, ao qual agregam nessas imediações outros monumentos.

Ao longo do cais, circulam muitos barcos e saveiros próximos ao forte do mar[111], que parecem desenhar a vista da baía, um braço de mar que se estende até a Ilha de Itaparica. Esta se destaca entre as muitas ilhas existentes na baía, pela grande dimensão do território[112], sendo que apenas três ilhas são partes integrantes do município de Salvador[113]. A vista panorâmica pode ser apreciada da parte de cima do Elevador Lacerda, o qual cumpre a importante função de garantir o acesso dos transeuntes entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, interligando as duas dimensões geográficas da cidade:

> Na República, o sistema viário recebe os bondes elétricos que chegam para competir com os automóveis na circulação por ruas estreitas e intricadas. Nesse período, agressivas e demolidoras intervenções modernizadoras ocorrem no centro da cidade e novas e largas avenidas surgem, no meado do século XX. O Elevador Hidráulico da Conceição, então rebatizado como Elevador Lacerda, em homenagem a seu idealizador, passa por uma "metamorfose" arquitetônica com a inserção de uma nova torre como se apresenta nos dias de hoje. Sua arquitetura eclética é totalmente substituída por uma art-decó em concreto armado pré-moldado (TRINCHÃO, 2011, pag. 178).

Essa referência constitui um exemplo do renascimento da reflexão urbanística a que se refere Lefebvre (op cit) mostrando um tipo de intervenção modernista que rompeu com o padrão colonial do Centro Histórico. Para outros autores, a característica da localização em dois planos - faz de Salvador uma cidade singular, diante do espaço físico que ocupa.

> [...] uma Cidade Baixa, sobre a planície estreita, quase toda inteiramente construída pelo homem durante os quatro séculos de evolução urbana; uma Cidade Alta, assentada sobre colinas e vales; e, separando esses dois elementos, a escarpa de falha. Tais denominações (Cidade Alta e Cidade Baixa) apareceram quando a cidade tinha limites que, hoje coincidem com os dos bairros centrais (SANTOS, 2012, p.101).

---

[111]. Forte de São Marcelo, referido como "panela de pedra da história colonial" nos *Versos Baianos* de Oswald de Andrade no livro *Pau Brasil* (1925).

[112]. A ilha é divida em dois municípios, Itaparica e Vera Cruz, tem mais de 36 quilômetros de comprimento, 146 quilômetros quadrados de superfície, sendo assim, é a maior ilha marítima do Brasil.

[113]. Segundo informação do IBGE, "o município de Salvador é constituído oficialmente por um único distrito e por 22 sub-distritos e, não existe na legislação vigente, a delimitação dos "bairros". A lei que divide a área interna do município de Salvador (ainda em vigor) é a Lei Municipal nº 1.038, de 15 de junho de 1960". (Ana Loureiro, 2012, Supervisão de Disseminação de Informações do IBGE na Bahia). Mas, no estudo "O caminho das Águas em Salvador", realizado por pesquisadores da UFBA-Faculdade de Administração, as Ilhas de Maré, dos Frades e a de Bom Jesus dos Passos aparecem como integrantes do município de Salvador. Segundo este estudo a cidade possui atualmente 160 bairros.
Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/caminhodasaguas.pdf

A região da Cidade Baixa que margeia a escarpa ficou conhecida como bairro do Comércio[114] e em cima como Centro Histórico, parte antiga da cidade que integra juntamente com dez outros bairros o centro antigo. No centro da cidade se localiza a área onde concentramos nossas observações, mais especificamente, na histórica via mais moderna da Cidade Alta, que corresponde à Avenida Sete de Setembro.

5.4.1. A AVENIDA SETE E SEUS MERCADOS.

> As grandes transformações na freguesia da Vitória dar-se-ão entre os anos de 1910 e 1920, fruto das intervenções urbanas realizadas durante o período do primeiro governo Seabra (1912-1916). Espaços são eleitos para representar a modernidade da capital: o projeto do porto e os melhoramentos do Bairro Comercial se juntavam à abertura da Avenida do Estado, via que cortaria a cidade desde o São Bento até o Farol da Barra, na construção de uma imagem moderna e civilizada da cidade. (ALMEIDA, 2011, p. 222)

A construção da referida avenida abriu espaço de circulação e comércio no centro da cidade que era constituído por ruas estreitas e ladeiras de pedras irregulares, dando origem à Avenida Sete de Setembro, inaugurada em 1915, é considerada uma obra de impacto por proporcionar a modernização da estrutura colonial e conectar o centro antigo aos bairros modernos que surgiam na Orla Atlântica. Para a sua construção, foram demolidos muitos monumentos históricos dos séculos XVIII e XIX, em nome de uma reforma urbanística, destinada a possibilitar a modernidade dos bondes elétricos e o acesso das classes altas ao centro da cidade.

Apesar das mudanças das últimas décadas, em decorrência da expansão industrial e comercial em direção ao litoral norte, ainda hoje a longa Avenida Sete de Setembro é a mais importante via comercial e cultural do antigo centro da cidade, sendo palco de manifestações diversas, inclusive, do Carnaval, a maior festa de rua

[114] O Comércio passou por aterramentos que sacrificaram parte do patrimônio histórico da região, demolido para dar lugar às vias de acesso ao subúrbio ferroviário e à região de Itapajipe que corresponde à parte interna da península com diversos bairros da Cidade Baixa, a exemplo de Roma, Bonfim, Boa Viagem, Ribeira, Uruguai, Mares, Caminho de Areia, Massaranduba e Alagados. O município de Salvador é formado por duas pequenas penínsulas no interior da baía, a de Itapajipe e a de Aratu.

de Salvador[115], passarela por onde desfilam os blocos afros e carnavalescos de todos os tipos. Esse circuito vai da Praça do Campo Grande até a Praça Castro Alves[116], tomando-se como referência as ruas e praças que constituem seus espaços públicos, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, esse trecho geralmente é o destino das marchas, desfiles e mobilizações políticas que se direcionam a Praça Municipal, já citada, onde são finalizadas as atividades ou protestos diante da Prefeitura e Câmara de Vereadores. Trata-se de um perímetro comercial, um trecho bem distinto das outras partes desta extensa avenida que liga a ponta do bairro da Barra ao centro da cidade.

Em suas diversas interrupções e ruas paralelas que cortam três bairros, os usos da cidade fazem a avenida perder até a denominação oficial em certos trechos. Apenas a área comercial é popularmente conhecida pelo nome de Avenida Sete, onde se concentram muitas lojas[117] de móveis, eletrodomésticos, confecções e calçados, além de bancos, instituições públicas, religiosas, educacionais e diversos consultórios particulares de saúde, advocacia e outros. Mas, nas décadas seguintes, à construção dos Shoppings Centers, como o Iguatemi, que foi o primeiro shopping em Salvador inaugurado na metade da década de 1970, modificou a frequência de consumidores na Avenida Sete – antes comércio de elite e depois comércio popular, agregando, com o tempo, vários pontos de comércio informal ao longo das calçadas e principalmente nas vias transversais e praças da região. Alguns locais se consolidaram como territórios tradicionalmente ocupados por vendedores ambulantes que oferecem mercadorias de origens diversas, principalmente, os produtos chineses.

[115]. A prefeitura de Salvador costuma ostentar que a cidade realiza o maior carnaval de rua do Brasil e agora em 2016-17 passou a divulgar que produz o maior réveillon do país. O atual prefeito criou mais um mega evento de cinco dias ininterruptos de shows no bairro do Comércio, para vender cerveja na festa de virada do ano. Por conta disto, o comércio informal nas festas de largo da cidade é forte, mas que não tivemos condições de aprofundar, mas consultamos o trabalho de Julie Lourau (2012) sobre isto.

[116] . Essa praça ficou famosa pelos tradicionais encontros de trios elétricos no carnaval e com a música de Caetano Veloso “a Praça Castro Alves é do povo como céu é do avião [...]”.

[117] . Segundo informações da AECASA – Associação dos Empresários da Cidade Alta de Salvador – na Avenida Sete existem 3.800 pontos comerciais, incluindo os instalados nos prédios e galerias.

Conforme já citado (Almeida, 2011), a construção da Avenida Sete de Setembro foi iniciada na ladeira de São Bento indo até o Farol da Barra[118] cortando a cidade numa extensão de 4,6 km de aspectos variados. Um trecho da avenida é litorâneo, margeando a histórica praia do Porto até o Foral da Barra, região da baía que os portugueses aportaram no início da colonização e onde construíram importantes edificações militares[119]. Considerando esse fato histórico tomamos a parte litorânea como o primeiro trecho da avenida em direção ao Centro. Após este trecho plano a beira mar, a Avenida tem a denominação de Ladeira da Barra, uma grande elevação que dá acesso à escarpa que começa no largo da Vitória, um bairro considerado "nobre" na cidade por abrigar prédios de alto luxo. Esse trecho de edifícios elitizados tem vista para à Baía de Todos os Santos. No lado do mar, apenas construções históricas, como a igreja de Santo Antônio da Barra, o Cemitério dos Ingleses e o Iate Clube da Bahia.

O terceiro trecho da Avenida corresponde ao arborizado e privilegiado corredor da Vitória, formado por um belíssimo túnel natural de árvores centenárias. O local tem o mais alto valor imobiliário da cidade sendo apropriado pelas classes dominantes como área residencial elitizada. Originalmente o corredor da Vitória foi habitado pelos ingleses abastados que construíram suas mansões no século XIX. Ainda hoje, existem poucos estabelecimentos comerciais, apenas hotéis, padarias, casas de lanches e mercearias estão entre os prédios de luxo e as poucas mansões que sobraram. Mas, há alguns espaços culturais, como museus[120], escolas e cinema. O quarto trecho da avenida margeia um lado a Praça do Campo Grande passando pelo Palácio da Aclamação e pelo Forte de São Pedro, seguidos de prédios históricos, que dispõem de uma pequena parte comercial com lojas embaixo dos prédios residenciais que se localizam em frente ao tradicional Hotel da Bahia. Após esses trechos, conhecidos como Vitória e Campo Grande, começa a parte

[118]. Ainda hoje, segundo os usos da cidade, a avenida começa na Praça Castro Alves, mas especificamente na Ladeira de São Bento, como defendem Almeida (2011, op cit) e Luiz Eduardo Dórea (1999). Ver foto antiga da Avenida Sete (em anexo) exatamente na região de São Bento, local em que a avenida tinha esse nome e ainda.

[119] . Refiro-me aos fortes de Santo Antônio da Barra, de Santa Maria e de São Diogo todos localizados no bairro da Barra.

[120] . São três grandes museus que funcionam nesse trecho, o Carlos Costa Pinto, o Museu de Arte da Bahia e o Museu de Geologia que abriga uma sala de cinema de arte. Além desses, existe a galeria do ACBEU, um espaço alternativo de arte que pertence a essa escola de inglês.

comercial que nos interessa descrever, por concentrar comércio formal e informal paralelamente.

Nesta área agrega-se uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais e bancários, além de importantes instituições públicas, a exemplo do INSS, cartórios, secretarias municipais, gabinetes legislativos, etc. Há também concentração de serviços de saúde com preços populares, como consultórios médicos, dentistas, clínicas de exames, que funcionam, principalmente, nos antigos prédios da região do Relógio de São Pedro. Nesse sentido, o movimento da avenida acontece em dois níveis: nas lojas do andar térreo e nos consultórios, escritórios e lojas dos pisos superiores dos edifícios que funcionam como galerias e prédios comerciais. Essa parte mais comercial é também um lugar de múltiplos espaços, com diferentes funções e estilos que atraem diariamente uma quantidade significativa de pessoas que circulam pelas praças, ruas e travessas que existem nas proximidades. O intenso movimento cotidiano de passagem para o trabalho, em busca de serviços ou apenas com destino a algum lugar próximo, faz dessa localidade um espaço bastante disputado pelos vendedores ambulantes que reconhecem a potencialidade do lugar para o comércio “informal”.

> A Av. Sete é uma avenida de muitas paisagens: do mar, dos prédios históricos de estilos diversos – como o barroco, o eclético e o moderno -, das lojas, dos camelôs, dos prédios residenciais novos e daqueles datados dos anos 1940,1950,1960, do paisagismo das árvores plantadas em grande parte do seu percurso. Paisagem também das igrejas, dos mosteiros, dos veículos que passam e principalmente das pessoas que circulam por ela todos os dias, em sentidos diversos. [...] Essas paisagens já foram outras, antes de 1916 quando a então Avenida do Estado, atual avenida sete, foi inaugurada por José Joaquim SEABRA, governador da Bahia na época, e por Júlio Brandão, prefeito de Salvador, como parte do plano de renovação urbana do centro de Salvador. Para isso, as vias da avenida sete substituíram casarios coloniais e quarteirões inteiros foram demolidos. (CARVALHO FILHO e URIARTE, 2014, p. 38).

O local do trecho comercial com maior concentração de vendedores ambulantes pode ser delimitado pela região central que faz fronteira, de um lado com o bairro 2 de Julho e, do outro, com os bairros dos Barris e Nazaré, dando aceso à estação da Lapa e aos Shoppings Centers da região. O espaço mais

disputado seguramente é a praça do relógio de São Pedro[121]. Nessa área há pequenas vias que dão aceso à Avenida e nessas, atualmente, estão mais concentrados os vendedores ambulantes.

Para compreender a dinâmica do lugar e os seus usuários, é necessário investigar a história do local para a cidade, considerando as mudanças provocadas pelo tempo nos espaços. A Avenida Sete atrai pessoas de diversos bairros e de outras cidades em busca de mercadorias e serviços. A intensa circulação de pessoas gera espontaneamente a demanda por serviços, que representam oportunidades de negócio para os vendedores ambulantes. O centro produz outras possibilidades de trabalho - além dos empregos de comerciários nas lojas da avenida – como de carregadores, distribuidores de panfletos, locutores que convidam os clientes com microfone, outdoor humano[122], ajudante de baiana de acarajé, sacoleiros e distribuidores de frutas que oferecem mercadoria aos ambulantes. Entre essas ocupações consideradas legais, mesmo com restrições, existem as pessoas que atuam em atividades ilícitas, aspecto que merece outras investigações.

Tratando-se de um espaço no qual supostamente ocorrem múltiplas transações durante o dia, o mesmo não ocorre à noite, quando o centro se torna deserto ao ponto de ser considerado perigoso em determinados trechos pela falta de movimento de pessoas e de agentes de segurança pública, apesar da existência de prédios residenciais. Este é um problema para os moradores das imediações por ser uma área predominantemente comercial, na qual os espaços são usados para esse fim, ficando ermos quando a atividade não é realizada, confirmando a formulação de Lefebvre (1991, op. Cit.), sobre a cidade como valor de uso (a vida urbana, o tempo urbano), na qual a variação do uso do espaço em função do tempo de funcionamento comercial é perceptível por quem transita na região à noite. Quando anoitece, as ruas do centro são ocupadas de forma mais esparsa por outros usuários, que frequentam os bares e boates gays que funcionam na proximidade, na Avenida Carlos Gomes.

---

[121] . Corresponde ao local onde foi demolida a antiga igreja de São Pedro para construção da avenida, sendo instalado no local, em 1915, um belo relógio de fabricação francesa, com quatro faces e fino acabamento.
[122] . Gente que trabalha com divulgação de negócios expondo banner pendurado no pescoço.

Enfim, diante da importância econômica e sociocultural do Centro Antigo da cidade e, especificamente da Avenida Sete de Setembro, para Salvador, escolhemos essa via como campo de investigação considerando a relevância da localidade do ponto de vista comercial e por outros fatores apresentados na metodologia. A dimensão histórica e o intenso movimento cotidiano de trabalhadores e consumidores tornam a localidade importante para a pesquisa, comparável à Rua 25 de março na cidade de São Paulo. Para entender a dinâmica urbana, por exemplo, busca-se observar esse movimento de pessoas na avenida, a partir de especificidades físicas e sociais dos frequentadores, considerando que "[...] os equipamentos urbanos definem os tipos de sujeitos e de circulação do espaço urbano" (CARVALHO FILHO e URIARTE, 2014, p. 49). O comércio popular e os serviços públicos municipais comandam o processo de circulação de pessoas que buscam o centro da cidade. Mas, o centro atrai pessoas para outros fins, por questões religiosas, trabalhistas, educacionais, de saúde, etc, até porque existe um sistema de transporte que favorece o acesso através da Estação da Lapa.

5.4.2. USOS E ABUSOS DO CENTRO DA CIDADE.

Diante das mudanças ocorridas com a "reestruturação urbana e a reestruturação da cidade" provocadas pela reestruturação produtiva das décadas de 1950 a 1970 que industrializou a região, conduzindo a "[...] produção dos espaços de consumo e o consumo do/no espaço urbano para atender aos ditames da reprodução do capital" (SANTOS, 2013), o Centro da cidade sofreu os impactos dessas mudanças. As perdas resultantes do deslocamento do comércio, acompanhando a transferência da estrutura administrativa do Estado para o Centro Administrativo da Bahia – CAB, na Avenida Paralela que liga a cidade ao aeroporto, alteraram muito a realidade socioeconômica do centro. O CAB passou a concentrar os diversos órgãos estaduais que funcionavam no Centro, transferindo as funções políticas para outra região da cidade, que passou a representar uma nova centralidade econômica consolidada em função dos novos equipamentos urbanos construídos longe do Centro Antigo.

"Essa nova centralidade não apenas direcionou a expansão urbana no sentido da orla norte, como teve impacto na dinâmica do centro tradicional na área antiga da cidade, contribuindo para o seu gradativo esvaziamento."[...] (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 85). O esvaziamento do centro foi o pior impacto da transferência do funcionalismo estadual e do comércio de luxo para uma nova região. A reestruturação da cidade ao construir outra centralidade, para atender diretamente aos interesses da produção imobiliária, deixa o centro em situação delicada, diante da estagnação e abandono da área. A produção do espaço em outras áreas com a construção de shoppings e outros equipamentos modernos fez com que o centro da cidade vivesse um período de decadência, perdendo o status e o brilho das lojas que faziam da Rua Chile um local de intenso movimento de compras e passeio dos mais abastados. De acordo com Carvalho e Pereira:

> Á época que a expansão e modernização da velha capital baiana foram desencadeadas, o que se tinha era uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada, ao longo de várias décadas, que exigia uma transformação. E isso se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores de expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia,(CARVALHO; PERREIRA, 2008, p. 85).

A reestruturação da cidade, que viveu um longo período de estagnação desde a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763 (FREITAG, 2002), só aconteceu após o processo de desenvolvimento industrial[123] que instituiu a região metropolitana de Salvador. Com o intenso processo de urbanização e as transformações sociais e espaciais decorrentes da industrialização, a cidade de Salvador precisa ser pensada no plural, por conta da estratificação social ter clara expressão territorial. A apropriação social do espaço em Salvador produziu segregações e desigualdades espaciais que identificam diferentes regiões, pois "[...] é uma metrópole que comporta uma cidade "tradicional", uma cidade "moderna" e uma cidade "precária". Na cidade tradicional o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população" (CARVALHO e PEREIRA 2008, p. 101). As diferentes "cidades de Salvador" com

[123]. Nas décadas de 1960 e 1970 com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

seus visíveis recortes de classe são representadas por bairros que, em geral, possuem centralidade própria[124] onde concentram os serviços e as atividades econômicas que atendem a população local e adjacência.

Depois das transferências que alteraram profundamente a situação do Centro Antigo, houve algumas reformas, que não chegaram a provocar a sua reestruturação urbana. As obras de recuperação de partes do Pelourinho[125] foram reformas que visavam revitalizar o Centro Histórico na intenção de dinamizar o turismo. A reestruturação do centro não foi exitosa como se imaginava porque expulsou os antigos moradores (PALACIOS, 2009) para direcionar os espaços restaurados aos empreendimentos comerciais e artísticos. O Pelourinho passou por esse processo, sendo transformado em um "shopping a céu aberto" voltado para turistas com espaços destinados ao mercado cultural. A proposta baseada na "gentrificação"[126] retirou a população que residia e consumia no local, gerando a necessidade da produção de eventos para dinamizar o lugar. Com o esforço do Estado e dos empresários para movimentar os espaços do Pelourinho, esse ficou dependente de investimentos e produções, principalmente por não ter mais reprodução da vida nesse espaço.

A relação entre o centro e a centralidade é inexorável, mas podem existir centralidades em locais não centrais. "[...] O centro se revela pelo que localiza no território, enquanto a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território". (SANTOS, 2012, p. 95) O centro da cidade enquanto local histórico concentra, mas ao mesmo tempo dispersa, esvaziando o seu entorno em determinados períodos do tempo. Sendo o centro o eixo do sistema de articulação, o lugar para onde todos se dirigem para realizar algumas atividades, refletindo e reproduzindo o jogo de interesses e conflitos sociais, é um espaço dinâmico, em constante mutação. Para

[124]. Quase todos os bairros de Salvador possui um centro comercial, com a proximidade de postos de saúde, escolas etc, onde se concentram vendedores ambulantes comercializando, principalmente frutas.

[125]. A primeira etapa das reformas do Pelourinho, realizada no governo de Antônio Carlos Magalhães na década de 1990, após a UNESCO reconhecer o Centro antigo de Salvador como Patrimônio Histórico da Humanidade em 1985, gerou muita polêmica por conta da política higienista.

[126]. O termo gentrificação é derivado de um neologismo criado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1963, em um artigo no qual falava sobre as mudanças urbanas em Londres, Inglaterra. Ela se referia a uma tendência ao "aburguesamento" do centro da cidade, usando o termo irônico "gentry", que pode ser traduzido como "bem-nascido", para destacar a ocupação de bairros operários pela classe média e alta londrina o que implicava em expulsão da população pobre.

este autor, o centro só pode ser pensado no nível da contradição entre integração e dispersão no plano da cidade. Conforme Lefebvre, o centro é “[...] contradição concreta, por isso ao mesmo tempo em que é concentração, organiza ao seu redor o vazio, a escassez” (LEFEBVRE, 2004, p. 46, apud SANTOS, 2012, p. 99). Neste sentido, no centro o improviso se mistura à mercantilização concentrando e integrando diferentes classes, que depois se espalham de forma segregada revelando a contradição entre a acumulação e a dispersão do processo de produção no espaço urbano.

Observando os usos do espaço pelos transeuntes, é possível perceber a dinâmica e a complexidade do “lugar”, enquanto “ponto do espaço físico” (BOURDIEU 1997) que atribui diferenças e singularidades aos campos. A particularidade do Centro enquanto área histórica de realização de trocas comerciais e políticas faz desse lugar um campo ideal para investigação do comércio informal, por ser parte relevante da cidade, onde se concentram muitas lojas fornecedoras das mercadorias comercializadas pelos ambulantes. Evidentemente, nem tudo que é oferecido pelos vendedores ambulantes é adquirido nesses estabelecimentos comerciais, observando-se que as mercadorias podem ter origens diversas, mas muitos produtos são comprados e revendidos no local. Os ambulantes dinamizam o comércio formal colocando mercadorias em circulação, consumindo nos restaurantes e padarias, fazendo empréstimos e pagamentos a bancos e agiotas, enquanto os vendedores de alimentos fornecem lanches e refeições a preço acessíveis para comerciários e funcionários públicos que atuam na avenida.

Apesar das evidências empíricas, o uso do espaço pelos transeuntes e trabalhadores não pode ser compreendido sem considerar as posições de classes e contradições que se manifestam no espaço. Segundo Bourdieu (1997), para entender as estruturas que estão por trás das aparências, é preciso romper com as falsas evidências do lugar, sendo necessária uma análise “[...] das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico” (p. 159). Nesta perspectiva, o lugar que o indivíduo ocupa no espaço físico tem a ver com a condição em que se situa no espaço social. “[...] A estrutura do espaço social se manifesta sob a forma de oposições espaciais”, tipo apropriado e expropriado, sendo que “[...] não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja

hierarquizado e que não exprima as hierarquias e distâncias sociais". (ibidem, p.160). Portanto, os indivíduos ocupam um lugar que tanto é físico, no sentido da localização que se situa, quanto é social pela posição que ocupam na classe em que se encontram, em relação a outras, no campo em que atuam e na estrutura da qual fazem parte.

5.4.3. O CONTROLE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Muñoz e Hernandez (2011), analisando o Centro de Salvador, referem-se a um

> (...) complexo arcabouço jurídico que subjaz à definição do limite entre público e privado ao longo do tempo, as formas de posse e uso do solo urbano foram provocando a emergência de novas ocupações, tanto de edificações, como de áreas abertas, consolidando a existência de alguns locais e, até, determinando alterações estruturais no sistema de espaços públicos da cidade e seu entorno construído.(2011, p. 55)

Estas autoras enfatizam a importância das praças e largos como espaços articulados "abertos" em Salvador, entendendo que, a partir de uma ocupação histórica, "[...] a origem das ruas, praças e largos pode ter sido a inter-relação entre os espaços coletivos, mais do que a sua posição central" (MUÑOZ; HERNANDEZ, 2011, p. 63), uma vez que, "[...] cada logradouro pode ter sido concebido como parte de um percurso e de uma direção, mais do que como um elemento fixo no contexto de um todo" (ibidem p. 65). A Rua a Forca é um exemplo emblemático disso, tem este nome por ter sido a última passagem dos condenados à morte no século XVIII na forca localizada na Praça da Piedade, que tinha o acesso por essa via. Atualmente a Rua da Forca é um lugar de passagem de pessoas sob a cobertura instalada para abrigar os ambulantes, sujeitos que se auto condenam ao comércio informal, apesar de licenciados para atuar no local.

Para comercializar nos espaços públicos da cidade torna-se necessário obter licença da Prefeitura que fornece alvará de autorização e documento de arrecadação municipal (DAM). A ocupação dos espaços públicos para o trabalho não é tão simples como se supõe, há exigências burocráticas e critérios regulamentados pela legislação. A licença para o comércio ambulante é fornecida a pessoa física, em caráter pessoal e intransferível, devendo ser renovada

anualmente[127]. A solicitação é relativamente simples, precisa preencher os formulários de requerimento com desenho (croqui) do local e do equipamento e dar entrada no pedido, com os documentos de identidade, comprovante de residência e carteira de saúde para quem vai trabalhar com alimentos. Após visita técnica para comprovar a viabilidade da instalação no local solicitado, é concedida a autorização que não habilita o permissionário a exercer a atividade no calendário das festas populares, o que requer licenciamento específico[128]. A autorização para o comércio ambulante é necessário tanto para as modalidades fixas como para as itinerantes, mas evidentemente muita gente trabalha sem licença o que é considerado como ilegal ou irregular.

Verifica-se um processo de renovação ou rotatividade dos ambulantes, sabendo-se que a maioria dos vendedores ambulantes instalados na Avenida Sete conseguiu a licença municipal na gestão do prefeito João Henrique Carneiro (2004 a 2012) que ao longo de seus dois mandatos consecutivos liberou autorização para esses trabalhadores desenvolverem seus negócios nas ruas da cidade. Nesse sentido, a gestão de JH se diferenciou bastante do prefeito anterior, Antônio Imbassahy (1997 a 2004) e do atual prefeito, ACM Neto (2013 a 2020), ambos da mesma corrente política[129], também com mandatos consecutivos, que não coincidentemente, desenvolveram de forma semelhante política bastante dura de controle dos espaços públicos e de combate à atuação dos ambulantes.

Observa-se também uma relativa divisão dos “espaços de trabalho” dos ambulantes em função do tipo de mercadoria oferecida, por exemplo, na região do Relógio de São Pedro existe uma oferta variada de mercadorias, principalmente, de bolsas, sandálias, acessórios diversos, tanto pessoais, quanto eletrônicos. Em via próxima, que dá acesso a Avenida Joana Angélica, há uma verdadeira feira de frutas que gera um “burburinho” intenso. Assim, os pontos de comércio informal se particularizam pelo tipo de mercadoria e pela forma como as pessoas o utilizam para

[127]. Conforme estabelece o Decreto n. 12.016/1998 que dispõe sobre a localização e o funcionamento dessas atividades nos espaços públicos.

[128]. O calendário das festas populares de Salvador disponibilizado na página da SEMOP para os ambulantes, em anexo, demonstra como a cidade tem intensa programação cultural de festas populares bastante propicia ao consumo de bebidas alcoólicas, que são oferecidas principalmente pelos ambulantes.

[129]. O ex-prefeito Antônio Imbassahy é do PSDB e o atual prefeito é do DEM, partidos políticos que fazem coligação nas eleições. O deputado Imbassahy foi eleito prefeito de Salvador como candidato do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, avó do prefeito em exercício.

comercializar. No caso do comércio de frutas, há abastecimento direto dos fornecedores em pequenos caminhões, que provavelmente atendem ao escoamento da produção do agronegócio. A entrega aos ambulantes de frutas selecionadas e bem embaladas no local sugere que o produtor leva as mercadorias até os vendedores, esquema que acontece em outros pontos da cidade. Nas sinaleiras observamos muitos vendedores oferecendo frutas do agronegócio, fato que merece ser investigado diante da quantidade significativa de vendedores de frutas em vários pontos da cidade.

Outra área central, bastante movimentada pela intensa circulação de pessoas, é a Praça da Piedade[130] localizada exatamente no meio do trecho comercial. Trata-se de uma localidade histórica pelas execuções políticas dos condenados à forca durante o século XVIII, ainda hoje utilizada como palco de manifestações diversas, para encontro de aposentados e estudantes, sendo ocupada durante o dia por moradores de rua e obviamente por trabalhadores informais. Como outras praças públicas de Salvador, a da Piedade foi gradeada[131] para fechar durante a noite e não servir de alojamento para os moradores de rua. A região registra significativa concentração de vendedores ambulantes, sempre pelo mesmo critério – a centralidade do lugar e a existência de órgãos públicos. Apesar disso, o local é considerado muito perigoso após escurecer, com a ocorrência constante de assaltos e até de assassinatos.

Como já foi indicado, o espaço físico é de fundamental importância para o sucesso do comércio informal que enfrenta muitas barreiras para a sua realização em decorrência do efetivo controle estabelecido através de regulamentação e fiscalização dos espaços públicos. A forma como a política administrativa é conduzida, tanto do ponto de vista da concepção quanto da execução, pode estabelecer um clima de tensão e gerar conflitos entre os trabalhadores e os

[130]. Espaço público tradicional de Salvador pelas manifestações políticas e religiosas, onde foi construído no século XVII a igreja e o convento Nossa Senhora da Piedade, destinado à instalação de um manicômio, por isso o nome Piedade. No local existem outras construções históricas, como a igreja de São Pedro e os prédios do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e do Gabinete Português de Leitura. Em instalações mais recentes, funcionam também a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a Faculdade de Economia da UFBA.

[131]. O gradeamento de algumas praças públicas da fez parte da política “higienista” do ex-prefeito e atual deputado federal Antônio Imbassahy.

agentes de fiscalização municipal. Há um conjunto de leis que definem as possíveis formas de uso dos espaços públicos com recomendações e restrições que obedecem a critérios de preservação e proteção, que nem sempre asseguram a garantia igualitariamente dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos regulando devidamente a prática de atos e atividades.

Todas as questões de ordem pública referentes ao funcionamento da cidade de Salvador estão previstas no Código de Polícia Administrativa do município, Lei nº 5.503 de 1999, que concentra as diretrizes gerais da política de regulação da cidade, estabelecendo as atribuições e penalidades, assim como institui o poder de polícia municipal. Cabe à guarda municipal fazer valer o código de conduta na defesa de práticas e costumes que preservem a cidade em seus aspectos culturais, históricos e ambientais em diversos sentidos. As funções da guarda e dos agentes de fiscalização são muitas, além do acompanhamento e fiscalização do exercício de atividades econômicas realizadas cotidianamente nos espaços públicos, esses devem cuidar da proteção estética, paisagística e histórica da cidade considerando as regras de higiene e limpeza, o trato dos animais, a poluição do ar, da água e sonora, o lixo, o transporte, a segurança, os espaços de publicidade e feiras livres. O controle do licenciamento e das formas de funcionamento das atividades econômicas informais recai especificamente sobre os agentes de fiscalização pública, servidores com função de regular o comércio ambulante.

Os rapas como são conhecidos os agentes de fiscalização cumprem a ordem pública de não permitir a presença dos ambulantes em determinados locais, coibindo as atividades irregulares por falta de licenciamento. Eis uma tarefa quase impossível numa cidade em que os vendedores ambulantes se espalham por todos os cantos. Como a quantidade de gente comercializando em Salvador é incalculável e o efetivo de fiscais é pequeno, não sendo suficiente para fiscalizar, o comércio informal cresce no centro, nos bairros, nas praias, etc. Segundo o coordenador do setor de licenciamento e fiscalização da SEMOP, a equipe reduzida de fiscais limita muito o serviço. São apenas 6 (seis) equipes de agentes atuando durante o dia e 3 (três) equipes pela noite. Cada equipe é formada por 7 (sete) agentes que atuam coletivamente por área, contando com a ajuda da guarda municipal que faz o trabalho ostensivo de inibir os ambulantes irregulares.

Os servidores municipais receberem o salário em dia e contam com ajuda de custo educacional, para quem faz faculdade ou tem filho em escola particular, mas ainda assim segundo o coordenador da fiscalização, não se mostram muito dispostos para o trabalho. Para o referido coordenador, se ganha bem na prefeitura, mas “o pessoal não faz jus ao que ganha”. Os servidores que atuam como Rapa são, em geral, funcionários concursados de nível médio, com rendimentos relativos ao regime de trabalho de 30 ou 40 horas, com variações nos níveis salariais pelo tempo de serviço que agrega alguns benefícios. Ao contrário do que argumenta o coordenador, os salários não são tão bons, o que pode ser comprovado os valores disponíveis na plataforma online[132] da Prefeitura para consulta pública. E são muitas as atribuições e o nível de tensão do serviço, metade da equipe atua com notificação das irregularidades e a outra metade na apreensão das mercadorias nos casos já notificados. Com o reduzido quadro de funcionários efetivos, o serviço depende de funcionários terceirizados que como se sabe são ainda mais precarizado.

Diante destas exigências burocráticas e normativas, muitos ambulantes não possuem licença, principalmente, os itinerantes que pela legislação também necessitam de autorização. Devido às irregularidades muitos trabalham “de olho no rapa”, ou seja, atuam fugindo da fiscalização. Em caso de abordagem tentam subornar os fiscais ou apelar para a solidariedade, mas como esses trabalham em equipe o suborno dos fiscais se torna complicado, portanto, o melhor é não ser abordado para não correr o risco de ter a mercadoria apreendida e ter um prejuízo maior. A renda obtida pelos ambulantes nem sempre é suficiente para permitir o crescimento do negócio, muitas vezes o lucro apenas supre o sustento familiar. Mas, a condição financeira dos ambulantes é relativa aos produtos que comercializam e a posição que ocupam no espaço público. Algumas mercadorias são temporariamente vendáveis e a circulação dos produtos depende da quantidade de pessoas que visualizam e do interesse que despertam. Deste modo, o sucesso da atividade comercial nos espaços públicos depende de um conjunto de fatores favoráveis ao

[132] . A Prefeitura informa os vencimentos dos servidores em todas as modalidades de contratação. Os agentes de fiscalização municipal têm salários base que variam de R$ 937,50 a 1.462,18 para quem tem 30 horas semanais e de R$ 1.250,00 a 2.048,27 para os de 40 horas, considerando o valor do salário mínimo, R$ 880,00 até janeiro de 2017, os salários são baixos, poucos ganham mais de dois salários mínimos.
Dados disponíveis em: http://transparencia.salvador.ba.gov.br/Modulos/Servidores.aspx.

negócio. Entre esses, a autorização é crucial, considerando que o controle e a fiscalização são barreiras que dificultam o processo, mas são indispensáveis para a acessibilidade das pessoas que utilizam os espaços.

5.5. PROJETO AVENIDA SETE TERRITÓRIO EMPREENDEDOR

A prefeitura contrariou, em parte, aos empresários com o projeto Avenida Sete Território Empreendedor[133], pois a AECASA - Associação dos Empresários da Cidade Alta de Salvador[134] - afirma que tinha apresentado um projeto de requalificação da Avenida Sete que não corresponde exatamente ao que foi executado pela Prefeitura em 2014. Pelo gosto dos empresários os vendedores ambulantes não deveriam ter lugar garantido no centro. A proposta deles previa a construção de um Camelódromo[135], em local um pouco afastado da Avenida Sete, próximo da Estação de transbordo da Lapa, em terreno adquirido pela Prefeitura. O projeto implementado agradou apenas em parte ao empresariado que desejava ter a Avenida Sete livre dos vendedores ambulantes. Provavelmente por questões políticas a Prefeitura evitou o confronto com os ambulantes, rejeitando a proposta dos empresários e optando pela alternativa da instalação das coberturas para abrigar os vendedores em vias transversais, retirando-os das calçadas, praças e principalmente da frente das lojas.

Cabe às Prefeituras regulamentar o uso dos espaços públicos. Em Salvador, a regulação do trabalho informal se baseia oficialmente no Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998 que dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do município. Procuramos conhecer o “Projeto Avenida Sete Território Empreendedor”, que norteou as intervenções urbanas no Centro, pesquisando na Fundação Mario Leal onde foi planejado do ponto de vista urbanístico. Mas, não tivemos acesso ao projeto porque não consta no acervo da biblioteca nem está disponível virtualmente.

---

[133] . Nome do projeto de requalificação do centro da cidade que a Prefeitura começou a desenvolver em 2014.
[134]. Cuja sede se localiza na Avenida Carlos Gomes, nº 1063, S/201, no centro da cidade.
[135] . Camelódromo é o nome dado para ao local destinado e construído para concentrar vendedores ambulantes.

Observa-se que talvez não exista um projeto efetivamente construído, com a descrição das propostas da requalificação da avenida. A impressão que ficamos foi que o projeto foi concebido oralmente com base nas plantas técnicas do campo da engenharia feitas pela referida Fundação, responsável pelo planejamento urbano de Salvador.

Como se sabe, os projetos de requalificação de áreas comerciais e turísticas são muito divulgados pela prefeitura por publicidade, mas não estão disponíveis para consulta enquanto documento que constem os objetivos e metas da proposta de intervenção urbana. Seguramente não existe formulação escrita em forma de projeto que apresente os custos, as finalidades e os impactos sociais. O que existe são propostas urbanísticas pensadas e apenas projetadas em desenhos pela Fundação Mário Leal. O projeto de requalificação do centro denominado de projeto Avenida Sete Território Empreendedor tem sido executado, através de parceria da Prefeitura, com o SEBRAE e a UNIFACS. Segundo informações de técnicos da Prefeitura e do SEBRAE envolvidos no Projeto, as coberturas no centro da cidade foram instaladas para abrigar os ambulantes impedidos de permanecer nas calçadas e largos ordenados pelo poder municipal. A justificativa da reforma era garantir a acessibilidade das pessoas nas calçadas, relocando os ambulantes para áreas destinadas ao comércio informal. Deste modo, a requalificação da região buscou atender principalmente aos interesses dos empresários reordenando ruas e calçadas para garantir a livre circulação de pessoas e veículos, na tentativa de melhorar o trânsito e atrair mais clientes para revitalizar o comércio do centro da cidade.

5.5.1. AS RUAS

Em frente à Praça da Piedade se localiza a Rua da Forca, nosso principal campo de investigação, enquanto parte de uma totalidade mais complexa. Esse “universo particular” consiste em uma via transversal que corta a Avenida Sete na direção do bairro 2 de julho, recentemente transformada em espaço aberto com

cobertura[136] para abrigar os vendedores ambulantes como uma espécie de "camelódromo". Segundo Benjamin (1989), que fazia leituras da cidade moderna através de suas partes, pode-se associar essa "passagem" a uma galeria, um mundo particular frente a um urbano em transição. Antes da reforma essa rua era utilizada pelo trânsito de veículos, sendo interrompido para a instalação da cobertura para concentrar os ambulantes espalhados pela Avenida. Mas, a mudança de local e a concentração nessa rua transversal desagradaram os ambulantes por afetar o rendimento. Apesar da proteção e segurança, como veremos no próximo capítulo, há muita insatisfação por conta da redução das vendas em comparação ao que faziam na Avenida.

A transformação da Rua da Forca em "camelódromo" ocorreu em 2014 como parte dos preparativos da cidade para a Copa do mundo. Os toldos que existiam antes em alguns locais da Avenida Sete foram substituídos por coberturas de acrílico transparente com estruturas metálicas. Essas coberturas não têm um nome específico, são chamadas pelo nome da rua onde se localizam, mas segundo informações dos funcionários municipais essas foram concebidas como condomínio, para ser administradas coletivamente pelos ambulantes. A concepção que está por trás do termo "condomínio", idealizado pelo SEBRAE, revela os problemas técnicos do projeto de requalificação da Avenida Sete, na medida em que, atribui responsabilidade a grupos que não existiam como grupo, que não têm experiência de gestão e de organização coletiva. A perspectiva empresarial do SEBRAE não pensa o ambulante com trabalhador que precisa de apoios e incentivos fiscais, ao contrário, o imagina como empresário.

A Rua da Forca, antes ocupada por automóveis, ao ser transformada em camelódromo, representou uma conquista para os ambulantes. Por conta disso, a cobertura da Rua da Forca foi nosso principal espaço de investigação, mas nosso campo de observação não se limitou apenas a esse espaço que acolheu a maior quantidade de ambulantes relocados dos territórios de trabalho que ocupavam na avenida. Observamos também as calçadas, as praças e até na praia do Porto que

[136]. O atual prefeito tem feito muitas reformas na cidade ao mesmo tempo. Na Avenida Sete, a reforma consiste na instalação de coberturas em vias transversais para abrigar os vendedores ambulantes retirando-os das calçadas e praças.

corresponde ao primeiro trecho da Avenida Sete. Como os ambulantes estavam sendo mal vistos e indesejados pela quantidade excessiva que se encontravam no centro, a Prefeitura procura resolver o problema reordenando a região. A cobertura da Rua da Forca e outras semelhantes foram instaladas em transversais para concentrar o comércio informal disperso. A transformação de ruas transversais em áreas cobertas, como galerias de ambulantes, que chamamos de "passagem"[137], foi a intervenção urbana realizada pela prefeitura para resolver o problema da superocupação das calçadas por camelôs.

5.5.2. AS COBERTURAS

A proposta das coberturas não parece mal intencionada, mas certamente não foi bem planejada. As coberturas[138] projetadas para concentração do comércio informal foram instaladas para receber os vendedores relocados das imediações. Montadas para funcionar como mercado específico para os ambulantes, as transversais e alguns largos tornaram-se espaços públicos cobertos, passando a impressão de preocupação e proteção do poder público com os trabalhadores do comércio informal. Mas, de perto percebemos problemas estruturais e técnicos, na medida em que o modelo de gestão inspirado em condomínios atribui a responsabilidade pela gestão dos espaços aos próprios usuários, isentando a Prefeitura de suas funções administrativas. Desse modo, as coberturas chegaram como um presente de grego para os ambulantes, na medida em que é um espaço que não tem a garantia de manutenção pelo poder público.

Embora, as coberturas tenham boa aparência, dando um aspecto mais elegante à Avenida Sete, de perto são deficitárias. Para começar, as estruturas cobertas não correspondem a toda dimensão do espaço reservado para o comércio ambulante. Ainda quanto à estrutura, falta proteção por não dispor de calhas para o escoamento da chuva nas laterais e de teto que proteja totalmente do sol, o que não acontece com o acrílico transparente. Como a estrutura é totalmente aberta, quando

[137] . Em homenagem ao trabalho de Walter Benjamim "O Flâneur" (1989).

[138] . Segundo informações dos técnicos envolvidos no projeto, foram 12 (doze) coberturas instaladas no centro da cidade para concentrar os ambulantes e garantir a acessibilidade das pessoas.

chove molha todo o espaço, inclusive as mercadorias, principalmente de quem está instalado nas laterais. Os novíssimos camelódromos da avenida são estruturas de fachadas, sem qualidade que permita a total proteção da chuva e do sol. Também não possuem sanitários públicos, nem serviço de apoio e organização interna que atenda aos vendedores. A obra foi executada com esses limites estruturais e posta em funcionamento sem o devido planejamento do uso do espaço, sendo delegada aos usuários a responsabilidade pela gestão e aos sindicatos organizar a locação.

A obrigatoriedade de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência visual foi descumprida na Rua da Forca, mesmo sendo instalado o recurso de locomoção. A quantidade de ambulantes que foram cadastrados para ocupar o espaço ultrapassou a capacidade da cobertura ao ponto de desconsiderar a localização do piso tátil na arrumação das barracas. Segundo informações dos ambulantes, houve falhas na execução do projeto de reordenação da avenida, na medida em que a retirada dos ambulantes das calçadas para garantir a acessibilidade dos pedestres, não aconteceu na organização do espaço, por não preservar a circulação onde foi instalado o piso tátil. A ocupação do espaço não garantiu a acessibilidade de quem mais precisa de proteção por falta de organização da prefeitura. Os ambulantes que ocuparam espaço no meio ficara, protegido da chuva, obstruindo a passagem dos cegos. Os que tiveram as barracas instaladas as laterais enfrentam problemas na proteção das mercadorias quando chove.

Portanto, a instalação dos ambulantes no local ocorreu sem o planejamento necessário, houve muita confusão e disputa pelos melhores lugares. Como era grande a quantidade de ambulantes que existiam para ocupar os espaços da cobertura, a arrumação das barracas foi complicada. Na Rua da Forca, como já foi dito, faltou garantir o direito à acessibilidade, pois o piso tátil ficou muito tempo sem utilização[139]. Em geral, as coberturas são bonitas, mas têm problemas que demonstram a ineficácia do planejamento quanto ao uso efetivo do espaço e as reais necessidades dos usuários. Enfim, as coberturas resolveram apenas em parte o problema da avenida, pois os ambulantes relocados para esses espaços foram substituídos por outros nas calçadas

[139] . A reorganização das barracas na Rua da Forca ocorreu em função da nossa pesquisa que questionou a obstrução do recurso de locomoção do piso tátil.

5.5.3. AS CALÇADAS

A Prefeitura lançou em 2014 o programa “Eu curto meu passeio – Salvador acessível a todos” que determina algumas ruas e bairros que têm a obrigatoriedade de colocar o piso tátil nos passeios ou calçadas. Quanto à obrigatoriedade da instalação desse recurso de locomoção, cabe a cada município estabelecer a sua legislação. O vereador Hilton Coelho apresentou, em 2013, um Projeto de Lei cobrando a obrigatoriedade da instalação de “piso tátil” ao redor de barreiras construídas nas calçadas da cidade de Salvador, conforme prevê a Lei Federal nº 10.098/2000[140], respeitando o previsto pela Lei municipal nº 8.140/2011 que dispõe sobre a padronização dos passeios públicos do Município de Salvador. Diante dessas regulamentações, as calçadas foram desobstruídas e sinalizadas para garantir a acessibilidade dos pedestres, removendo os ambulantes para as coberturas.

Sob esse ponto de vista, quem passa de transporte pela Avenida Sete tem a sensação de que algo melhorou e que as mudanças transformaram a localidade, devido ao cumprimento do padrão já descrito. De longe, realmente as “passagens” têm boa aparência estética, mas, de perto, as contradições e problemas se revelam como já foi referido. Segundo os ambulantes, falta proteção lateral, sanitários, coletores de lixo, segurança, organização e também não houve divulgação dos espaços para atrair os clientes. Desse modo, os vendedores ambulantes foram compulsoriamente transferidos dos espaços que ocupavam para as áreas cobertas sem o devido apoio técnico. O projeto de requalificação previa principalmente a relocação dos vendedores que ocupavam as calçadas, largos e praças indevidamente, mesmo sendo de forma regular por terem licença fornecida pela Prefeitura.

Trata-se, portanto, de um processo de expropriação de espaço, semelhante ao que ocorreu com os projetos de requalificação de áreas de moradia, a exemplo do Pelourinho, onde houve remoção compulsória de moradores que perdem suas

[140] Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

casas, num processo brutal de gentrificação. Aqueles que não conseguiram ocupar bons lugares, ao serem credenciados para se fixarem nas travessas sem movimento de pessoas, tiveram que enfrentar o fim da possibilidade de sobrevivência no ramo de atividade aqui focalizado. Reafirmamos que a proposta das coberturas parece interessante, mas não foi bem conduzida na concepção nem no processo de execução, porque, nem todas as passagens possuem fluxo de pessoas. Por conta disso, houve muitos problemas no processo de relocação do pessoal gerando confusão, conflitos e insatisfações por parte dos vendedores.

Assim, o projeto de reordenamento da Avenida Sete teve acertos que precisam ser reconhecidos e erros que deveriam ser reparados. Era, de fato, necessário reduzir a quantidade de ambulantes nas calçadas, na medida em que essas são estreitas e não comportam bancas sem prejudicar a locomoção das pessoas. A intensa presença de ambulantes nas calçadas atrapalhava também o trânsito, porque, muitos se fixam na rua colocando suas bancas na ponta das calçadas. Mas, foi acertado garantir a permanência dos vendedores de alimentos que representam a cultura local, como acarajé e água de coco. As baianas tiveram o direito garantido de permanecer nas calçadas, para preservar as marcas culturais originárias com a exigência de estarem vestidas no estilo afro-brasileiro. Neste ponto, o projeto se mostrou comprometido com a questão cultural, ao cobrar o estilo africano dos trajes das baianas, mesmo sabendo que a exigência tem a ver com o turismo. Com isso, a Prefeitura deu uma freada na proliferação de baianas evangélicas que quebravam a tradição, chamando acarajé de “bolinho de Jesus”, fazendo cumprir a legislação.[141]

Como já foi enfatizada, a proposta de reordenação objetivava organizar a situação do comércio informal para atender aos interesses e reivindicações dos empresários da região, mas a Prefeitura defendia que a prioridade era garantir a acessibilidade e a locomoção das pessoas na avenida. Mas, a retirada dos ambulantes das calçadas e largos foi feita sem realizar um cadastramento criterioso

[141] Decreto nº 12.175/1998, que dispõe sobre o funcionamento do comércio informal exercido por baianas de acarajé e de mingau. As baianas são tão importantes no cenário da cidade que merecem várias investigações sobre o papel da mulher negra no mercado de trabalho, como destacou historicamente Soares (1996).

dos mesmos para servir de parâmetro de justiça da relocação, respeitando o direito daqueles que estavam no local há mais tempo. No processo de remoção houve muita negociação com os ambulantes, mas os interesses políticos predominaram graças ao apoio direto dos representantes sindicais legitimados informalmente pela Prefeitura para indicar os ambulantes que deveriam ocupar os melhores espaços.

Deste modo, queremos destacar que a “reordenação” da Avenida Sete gerou muita confusão, acirrando os conflitos e potencializando as tensões entre os ambulantes, diante da disputa pelos melhores espaços nas coberturas. A remoção dos ambulantes e a padronização das barracas desencadearam muitas insatisfações, principalmente, pelo fato de alguns lugares terem reduzido as vendas. Segundo entrevistados, o processo foi truculento, realizado por imposição, com fiscalizações intensas e indicações sindicais que desencadearam problemas nas relações entre os ambulantes, por conta do falso poder de liderança dos que se intitularam representantes de associações e sindicatos. Antes das reformas, as entidades representativas dos ambulantes não tinham legitimidade por falta de organização coletiva e de formalização. Como o projeto precisava contar com o apoio de representantes sindicais, algumas pessoas foram legitimadas como liderança assumindo o papel que não tinham efetivamente.

As expressões dos interesses de classes que aparecem nas falas dos ambulantes precisam ser discutidas, por serem fundamentais para o entendimento da problemática social investigada. Mesmo com os problemas de organização classista, a categoria tem interesses e identidade em comum e esses estão diretamente relacionados ao direito ao uso do espaço público como território de trabalho. Em Salvador, o problema socioespacial dos ambulantes é gritante, na medida em que a Prefeitura, ao mesmo tempo em que constrói novos espaços para os ambulantes, expropria outros territórios de trabalho, sem considerar o direito desses trabalhadores. Desse modo, os trabalhadores do comércio informal enfrentam dificuldades de classe sem a devida organização classista. No centro, foram retirados dos seus “territórios de trabalho” e fixados em espaço sem garantia de negócio, enquanto as calçadas desocupadas foram gradativamente sendo ocupadas por outros trabalhadores ou até mesmo pelos antigos, que, na desobediência civil, retornavam para as calçadas, mesmo sem autorização.

Enfim, a ocupação do espaço público como território de trabalho é uma questão complexa em Salvador diante do enorme contingente de ambulantes que se aventuram pelas ruas e demais espaços públicos da cidade. A legislação que regulamenta o comércio informal estabelece que não é permitida a realização da atividade em determinados locais, como pontos de ônibus, passarelas, próximos de escolas e demais estabelecimentos públicos ou privados, guardando uma distância mínima de 10m (dez metros) desses locais e o dobro dessa distância em relação aos estabelecimentos que desenvolvam o mesmo tipo de atividade no campo formal. Evidentemente que essa norma não é cumprida e que os espaços públicos da cidade estão ocupados por vendedores ambulantes revelando em alguma medida a dinâmica diversificada da cidade do ponto de vista econômico.

5.6. A CIDADE E SEUS MODOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.

Harvey (1980) tem se dedicado ao estudo da urbanização como fonte de contradições sociais[142] indicando que muitas pesquisas precisam ser realizadas para compreender a complexidade das cidades contemporâneas, que convivem com, pelo menos, três modos de integração econômica diferente, "[...] a reciprocidade, a redistribuição e o mercado de troca" (POLANYI, apud HARVEY, 1980, p. 177). Para o autor, estes conceitos oferecem instrumentos simples e efetivos para analisar as relações entre as sociedades e suas formas urbanas. A reciprocidade envolve a "[...] transferência de bens, favores e serviços entre os indivíduos" de acordo com os costumes. A integração redistributiva refere-se a "[...] um fluxo de bens para sustentar as atividades de uma elite" (ibidem, p.177), havendo assim um movimento paralelo de bens e capital para dentro e para fora de algum centro. Nas cidades brasileiras, a reciprocidade talvez seja mais comum nas camadas populares, através das redes de cooperação pela proximidade e necessidade estabelecida por relações de vizinhança. A integração redistributiva é mais recorrente nas camadas médias e

[142] . O próprio Milton Santos cita Harvey referindo-se aos especialistas que tinham se atentado para o problema do espaço influenciar a evolução de outras estruturas, enquanto componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

altas, com favorecimentos e privilégios concedidos por relações políticas entre seus pares.

O mercado de troca é o modo de integração mais amplo e inclui o trabalho dos ambulantes, na medida em que esses comercializam mercadorias beneficiando a fonte produtora e o mercado como um todo. Mas, as duas outras formas de integração econômica ocorrem nas relações entre os ambulantes, com ações de ajuda mútua que evidenciam que a reciprocidade é recorrente entre aqueles que estão próximos nos espaços de trabalho. Do mesmo modo, a integração redistributiva acontece favorecendo aqueles que têm amigos e contatos institucionais, ou possuem alguma vinculação com os sindicatos, sendo beneficiados com privilégios em relações aos "desfiliados" ou *outsiders* do lugar (ELIAS; SCOTEN, 2000). Nesse sentido,

> O mercado de troca ocorre sob uma variedade de circunstâncias, mas ele funciona como um modo de integração econômica somente quando os mercados de preço fixo operam para coordenar as atividades. A integração através dos mercados de preço fixo é característica do modo de produção capitalista. (Harvey, 1980, p. 180/1)

Nas cidades contemporâneas, com dimensões de cidades globais,[143] apesar da predominância do mercado de troca ocorrem, paralelamente, outros modos de integração econômica. Isto aparece nos espaços urbanos através das imbricadas transações comerciais estabelecidas entre trabalhadores, atravessadores e agentes de fiscalização e segurança. Segundo TELLES (2010), são tênues as fronteiras entre o legal, o ilegal e o ilícito nas atividades comerciais realizadas no mercado popular[144], mesmo diante das poderosas relações econômicas e políticas que estão por trás das atividades comerciais produzidas individualmente com pouco capital. As transações do comércio informal representam um mercado de troca particular por envolver também relações de reciprocidade e integração redistributiva através de favores e parcerias.

---

[143]. Sassen trata da rede de cidades, de escalas de lugar que consideram a cidade como o conceito mais familiar do local que deve ser pensada em contraponto a escala global. Para a autora, "[...] mudanças profundas na composição, geografia e quadro institucional da economia global têm apresentado grandes implicações para as cidades" (1998, p. 123).

[144]. O termo mercado popular será utilizado aqui em substituição a mercado informal, devido às controvérsias e ciladas do termo informal para referir as transações comerciais de pequeno porte, voltadas principalmente para as classes populares.

A ajuda mútua é frequente nos espaços de comércio popular e apesar da concorrência típica do mercado de troca, há cooperação e solidariedade de classe entre os envolvidos, estabelecidas por amizade ou companheirismo com base no interesse comum. A reciprocidade acontece frequentemente no circuito inferior ou na economia popular (TIRIBA, 2008), na medida em que o trabalho individual sempre requer alguma ajuda. Quando a necessidade de ajuda é permanente, o vendedor ambulante geralmente conta com o apoio de um parente, que em troca recebe algum valor. Nos circuitos do comércio popular, a integração redistributiva favorece quem tem relações de amizade ou articulação política, através das quais conseguem benefícios como a liberação de um ponto de energia para a barraca e de espaço para a comercialização ou depósito dos equipamentos. A relatividade do comércio informal está nos detalhes que favorecem o negócio, portanto o sucesso depende das possibilidades de venda da mercadoria escolhida que evidentemente tem a ver com o espaço ocupado e com o tempo de aceitação ou interesse pelo produto.

5.7. A FORÇA DAS MERCADORIAS

Como a aceleração generalizada dos tempos de giros do capital gerou diversas consequências provocando o rebatimento no campo do consumo, acentuou-se a "[...] volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas". (HARVEY, 2007, p. 258). Na produção de mercadorias propriamente dita, foi dada ênfase aos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade. Para acelerar o ritmo de giro de bens de consumo as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, com a constante novidade e com a obsolescência instantânea. Esses fatores dinamizaram a produção e a circulação de mercadorias que atendem aos interesses e as necessidades de consumo de massa por produtos cada vez mais descartáveis. No mercado informal, as mercadorias com maior saída e garantia de lucro são justamente as relacionadas com as novas tecnologias. Os acessórios para celular, como capas, carregadores, chips, etc. são os produtos mais procurados na contemporaneidade, o que explica a quantidade predominante de ambulantes comercializando acessórios para as tecnologias de comunicação.

As inovações tecnológicas mais recentes geraram profundas mudanças nos processos de produção alterando sensivelmente a compreensão do tempo e do espaço. Com a superação da rigidez do fordismo e a transição para a acumulação flexível os trabalhadores tiveram o tempo de trabalho ampliado com a intensificação dos processos de trabalho, na medida em que as novas tecnologias provocaram a "[...] aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho" (HARVEY, 2007, p. 257). Segundo este autor, "[...] a aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo" (ibidem, p. 257). De fato, os novos sistemas de comunicação favoreceram a circulação das mercadorias no mercado com velocidade mais acelerada, estimulando o consumo e as vendas.

O incentivo do sistema financeiro ao consumo com "[...] os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso" (HARVEY, 2007, p. 258) acelerando o movimento do comércio e dos serviços, através de financiamentos e créditos. Apesar do sistema financeiro no Brasil não favorecer os pequenos vendedores com fornecimento de crédito por empréstimos não consignados, muitos ambulantes aceitam cartão de crédito na compra de seus produtos. O esquema favorece o grande capital porque as transações comerciais beneficiam os bancos. Nesse ponto, a contradição do capitalismo financeiro aparece, os bancos não disponibilizam financiamento para os pequenos negociantes, mas liberam o sistema de crédito, fornecendo máquinas para o uso de cartão via rede de telefonia móvel que podem ser usadas em pontos fixos e até na itinerância das praias.

No atual momento histórico, Harvey aponta dois desenvolvimentos no campo do consumo que têm relevância para a nossa pesquisa. O primeiro tipo de crescimento do consumo acontece pela "[...] mobilização da moda em mercados de massa". Enquanto o segundo ocorre pela "[...] passagem do consumo de bens para o consumo de serviços" (HARVEY, 2007, p. 258). Essas duas tendências de desenvolvimento do mundo do consumo têm influência direta na expansão do mercado informal que disponibiliza mercadorias e serviços para o grande público. A expansão da moda para mercados de massa ampliou o ritmo do consumo de roupas e acessórios, assim como de novos estilos de vida voltados para esporte e lazer.

Nesse processo o uso de celulares se tornou o estilo da moda, por necessidade de comunicação e pelo status que um aparelho tecnológico de ponta confere à pessoa.

A aquisição dessas novas tecnologias[145] depende do consumo do serviço de internet banda larga oferecido a altos custos pelas operadoras privadas de comunicação[146]. O aumento do consumo de serviços em relação ao consumo de bens, como sinaliza Harvey (2007) tem a ver com a introdução dos novos estilos de vida que caíram no gosto popular. No caso da comunicação por celular, os consumos do serviço e da tecnologia estão atrelados, porque um só funciona com o outro. Esses novos padrões culturais de integração vêm provocando mudanças sociais nos comportamentos e nas práticas laborais a partir do uso desses recursos de comunicação antes inimagináveis, hoje indispensáveis. O fenômeno da indispensabilidade desses aparelhos os transformou em mercadoria altamente comercializável. Deste modo, o ramo passa a ser um negócio promissor com grande chance de ascensão social como mostra Durães (2013).

O estudo sobre os "camelôs de tecnologia" revela a rentabilidade surpreendente desse campo e a constituição de um segmento hierarquicamente superior da categoria dos ambulantes do ponto de vista financeiro. Considerados pelo autor como os "novos proletários da acumulação", os "[...] camelôs reconfigurados, à serviço da produção e reprodução de riqueza para o capitalismo" (DURÃES, 2013, p. 245), são pequenos empresários provavelmente cadastrados como MEI[147] que atuam em camelódromo com considerável montante de capital e mercadorias. As relações de produção neste mercado de troca têm as prerrogativas do capitalismo, com capital e trabalho envolvidos na lógica da acumulação pela exploração do trabalho. Os "camelôs de tecnologia" têm funcionários contratados formalmente, portanto estabelecem relações de oposição de classe como patrão e

[145] . Refiro-me principalmente aos celulares, Iphones, Iped, pequenos computadores de mão. Neste ponto, nos aproximamos da pesquisa de Durães (2013) sobre os camelôs de tecnologia, no sentido da empresarização da rua, como o autor descreve o crescimento deste tido de negócio.

[146] . A comunicação no Brasil foi privatizada ampliando o acesso a telefonia, mas encareceu bastante o serviço. Segundo pesquisa realizada com 15 países, o Brasil é o segundo que cobra mais caro o acesso à internet. Informação da rede em matéria da revista Exame. Disponível em: http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/internet-no-brasil-e-a-2a-mais-cara-do-mundo-diz

[147] . Micro Empreendedor Individual, denominação dada pelo sistema de formalização da atividade do vendedor ambulante como veremos mais na frente.

empregado. “[...] A busca por uma renda um pouco mais elevada esteve entre os argumentos mais relatados pelos camelôs para justificar a entrada e, sobretudo, a permanência na atividade”.(ibidem, p. 252). Para o autor, isto não seria suficiente para justificar uma questão de escolha racional do agente, por considerar os elementos estruturais da trajetória dos trabalhadores. Mas, a subjetividade aparece e precisa ser considerada, pelo menos, como “escolha forçada” diante do contexto desfavorável de desemprego e baixos salários. A inserção no comércio informal é, em alguma medida, uma decisão pessoal que requer pré-requisitos e habilidades, além de capital e espaço de trabalho.

Como já afirmamos, o local ou “território de trabalho” para o comércio informal tem influência sobre a escolha da mercadoria, porque os espaços urbanos demandam serviços e produtos que atendem às necessidades dos usuários e transeuntes. A presença dos vendedores ambulantes, de algum modo, viabiliza o uso dos espaços públicos oferecendo os recursos necessários à permanência das pessoas. Mas, a apropriação do espaço de trabalho vem se tornando mais difícil, considerando que, com a expansão das atividades informais, os espaços estão cada vez mais disputados. O mercado de trabalho não consegue atrair parte significativa da população, levando muita gente a desenvolver atividades comerciais individualmente. O crescimento espontâneo do comércio informal em determinados espaços produz insatisfações nos comerciantes e empresários que atuam na área, que passam a exigir mais controle e vigilância do poder público.

Entretanto, conseguir ter lucro nas atividades de comércio informal não é garantido para todos os ambulantes. Muitos precisam se impor longas e cansativas jornadas de trabalho para extrair alguma renda. Além disso, é necessário investimento prévio em capital para colocar mercadorias em circulação. Como geralmente os vendedores não dispõem de crédito, é com dinheiro vivo que se inicia o negócio. Ter capital de giro para manter a “guia”, como costumam se referir ao estoque de mercadoria que dispõem, é crucial no comércio ambulante. Sem dinheiro, não há como começar nem como dar continuidade no negócio. Mas, o sucesso do negócio requer racionalidade associada à agilidade na escolha das mercadorias que estejam no auge e que tenham saída nos locais oferecidos.

Por trás de cada banca de camelô, existe um sistema econômico complexo e multifacetado, que alterna os níveis de formalidade e informalidade das mercadorias ao longo de uma “extensa cadeia mercantil” (PINHEIRO-MACHADO, 2008). Para esta autora, há “metamorfoses legais” com variações de status da mercadoria conforme o espaço e os grupos que a legitimam. A rota das mercadorias é bastante elucidativa do emaranhado de inter-relações que envolvem o comércio popular. As conotações de formal, informal, legal, ilegal e ilícito são relativas em cada espaço por onde transitam. As mercadorias *made in China,* que invadiram as lojas e bancas de camelôs no Brasil a partir de 1980 em consequência da globalização, mudaram a expressão do comércio popular que antes se baseava em alimentos e artesanatos. Essas mercadorias não entravam diretamente no país, eram distribuídas pelos sacoleiros brasileiros que compravam no Paraguai para revender. As relações da China com o Paraguai e a política econômica desse último permitem a entrada dos produtos e a comercialização livremente. No Brasil, a situação é outra, “[...] embora o contrabando e a pirataria sejam realidades expressivas, bem como a corrupção de autoridades em relação a essas práticas” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 67), do ponto de vista econômico, não são indispensáveis ao desenvolvimento do país.

Enfim, a ampla classe dos trabalhadores que atuam no comércio nos espaços públicos é heterogênea e bastante diversificada quanto à forma em que realizam a atividade. As categorias que os unificam não dão conta da diversidade de tipos de trabalhadores que se distinguem principalmente pelo volume de capital e trabalho empregados no negócio. O trabalho dos vendedores ambulantes tem como princípio básico a troca, a partir da compra e venda de mercadorias, na perspectiva do lucro. Mas, para alcançar renda que supere o investimento como resultado dessas transações, é necessário reproduzir a lógica capitalista da acumulação pela exploração do trabalho, embora nem sempre consigam atingir a meta idealizada, gerando custos que encarecem o negócio e dependência de empréstimos a agiotas. Com luta e resistência, os ambulantes vão se mantendo no mercado, enfrentando as barreiras e a desproteção social que vivenciam.

6. **DO DIREITO À CIDADE PARA O DIREITO AO TRABALHO.**

Analisar as questões relativas ao direito à cidade para o direito ao trabalho em uma metrópole extremamente desigual e originária de um processo de colonização altamente predatório, baseado na escravidão, é ainda um risco como admitiram os historiadores (MATTOSO; 1978; REIS, 2000) ao descrever o mercado de trabalho da "cidade da Bahia" do século XIX. O desafio de entender a realização do trabalho nos espaços públicos da cidade está em perceber os conflitos e contradições que estão por trás da política de regulação da cidade. Os dados apresentados nesta pesquisa não pretendem representar um universo amplo, até porque não conseguimos identificar o total de ambulantes na avenida[148]. Mas, a amostra é ilustrativa da realidade dos ambulantes na cidade de Salvador, por ter sido selecionada com base em critérios de proporcionalidade, localização e forma de ocupação do espaço. Os 28 (vinte e oito) ambulantes entrevistados e observados por longo período nos revelaram semelhanças e singularidades que apontam algumas características do trabalho informal no campo comercial, assim como demonstram as diferenças entre eles e a diversidade da atividade.

O mercado de trabalho em Salvador é desigual do ponto de vista racial (BAIRROS, 1987) apresentando contradições originárias das questões relacionadas à história de exploração colonial, que produziu desigualdades sociais intensificadas pelo racismo institucionalizado. Como racismo estabelecido pelo trabalho compulsório, a escravidão[149] reproduziu injustiças que colocam os negros quase sempre nas piores posições e situações da vida social. A herança escravista na cidade deixou marcas que aparecem nas diferenças de classe, gênero e raça na medida em que ainda hoje os negros e as mulheres enfrentam mais dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. Os afrodescendentes são maioria na

[148] . A Prefeitura não fez um cadastro dos ambulantes que atuavam na avenida quando começaram as reformas, estimava que havia mais de 1.500 ambulantes, mas o número é impreciso, por isso não consideramos como o universo.

[149] . Como afirma Eric Willians "[...] a escravidão não nasceu do racismo, ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão" (WILLIAMS, 1975 p. 12).

população carcerária[150] e em outros índices negativos. O racismo associado às mazelas do capitalismo torna a realidade dos negros mais difícil, sendo assim esses são os que mais recorrem as atividades comerciais nos espaços da cidade.

Mas, ainda hoje a utilização dos “cantos de trabalho” (REIS, 2000), enquanto espaços públicos que podem funcionar como “territórios de trabalho” (QUEIROZ, 2015), é um problema para os trabalhadores que fazem uso dessa prerrogativa. São muitas as barreiras que encontram diante da proibição de comercializar sem autorização da administração pública com efetivo pagamento da licença. Em determinados espaços é proibido comercializar, sendo esses evidentemente os mais frequentados, disputados e controlados, com fiscalização e perseguição dos agentes, o que demanda enfrentamentos e resistências dos vendedores. A política de regulação do espaço público municipal é relativa à perspectiva do gestor municipal, que muitas muda a legislação e principalmente a forma de aplicá-la. O uso do espaço para o trabalho não é um direito garantido nem mesmo para os trabalhadores que possuem licença de trabalho, que a qualquer momento pode ser desconsiderada pelo poder público. Os ambulantes que trabalham sem autorização não tem direito algum, ao contrário estão infligindo à ordem pública ao atuar de forma irregular.

Para realizar seus negócios nos espaços públicos os trabalhadores, geralmente, dependem de ajudas fundamentais, muitas vezes conquistadas por relações de amizade. Como a regulação do espaço público é uma atribuição da administração municipal, conforme estabelece decreto que dispõe sobre a localização e o funcionamento do comércio ambulante[151], o uso dos espaços urbanos requer uma ocupação que preferencialmente seja permitida. Mas, em contexto de desemprego, de superexploração do trabalho e avanço da precarização das condições de trabalho, uma significativa quantidade de pessoas recorre às ruas

[150] . O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os EUA, Rússia e China, segundo dados do Ministério da Justiça. Em 2012, o sistema penitenciário brasileiro manteve o mesmo perfil de presos que nos anos anteriores, quanto à raça, cor ou etnia, os pardos são maioria no sistema penitenciário com 43,7% de presença nas prisões brasileiras. Os presos de cor branca 35,7%, os negros 17%, a raça amarela 0,5% e os indígenas 0,2%. Por esses dados, temos 60,7% da população carcerária de afrodescendentes, somando pardos e negros. Dados disponíveis em: https://infogr.am/populacao-carceraria-brasileira-1990-2012

[151] . O decreto 12.016 de 08/06/1998, já citado anteriormente, é um documento que regulamenta o trabalho informal em “logradouros públicos do município de Salvador e dá outras providências”. O mesmo se encontra nos anexos e precisa passar por uma revisão, diante das incoerências e inadequações.

para realizar atividades comerciais, mesmo sem autorização ou pagamento de licença. Muita gente trabalha nessas condições, correndo o risco de perder a mercadoria em caso de apreensão, ariscando o capital investido no negócio, que só conseguem desenvolver nessas condições, por conta dos limites da fiscalização que dispões de reduzido número de funcionários.

Entretanto, a discussão sobre o mercado de trabalho atual precisa considerar primeiramente que esse é um campo de relações sociais fundamentais, que define a posição dos indivíduos na estrutura social, tendo em vista que essa é fortemente determinada pelas relações que estabelecem com esse mercado e/ou pela posição que nele ocupam. Este debate está diretamente relacionado ao capitalismo que instituiu o emprego assalariado como um dos mecanismos de integração e proteção social, mas o faz de modo que o trabalho assalariado seja o mais barato e produtivo para gerar mais-valia. Para a teoria marxista, a transformação da força de trabalho em mercadoria resultou de um longo processo histórico que originou o trabalhador livre, para vender sua força de trabalho que, ao ser consumida, gera um valor excedente enquanto lucro ou mais-valia.

Nas formulações sobre o processo de acumulação do capital, Marx (1985) desenvolve conceitos fundamentais para entender a lógica excludente da acumulação, a exemplo de “exército industrial de reserva” e de “superpopulação relativa”, como ressaltado anteriormente. Esses conceitos são indispensáveis para compreender a condição dos vendedores ambulantes, que representam parte desse exército de reserva, na medida em que a ocupação no comércio, mesmo quando entendida como “opção” pelo trabalho por conta própria ou sem patrão, se dá por razões relacionadas ao desemprego e aos baixos salários, muitas vezes acessado como condição provisória. Apesar da atividade de comércio ambulante ser pensada como possibilidade provisória, esta pode se tornar permanente (OLIVEIRA, 2005) na vida dos indivíduos, estendendo-se por muitos anos, inclusive, com chance de ser reproduzida de forma geracional. Um fenômeno que ocorre com frequência na trajetória ocupacional dos ambulantes é a transitoriedade entre situações de empregos formais e atividades informais, com mudanças na condição da ocupação, com passagens por fases de assalariamento e outras “sem salário”, quando são obrigados a produzir a própria renda.

O mercado de trabalho de Salvador é ainda permeado por problemas que, certamente, resultam de condições históricas, dessa antiga metrópole colonial que ao perder o posto de capital do país para o Rio de Janeiro em 1763, entra em um longo processo de "estagnação econômica, populacional e urbana" (CARVALHO; PEREIRA, 2008). Mesmo quando o país tardiamente substitui o modelo agroexportador, que perdurou por intermináveis quatro séculos, a economia de base industrial se centrou na região centro-sul. Salvador e a sua região metropolitana sofrem até os dias atuais os efeitos desse longo período de estagnação que só começa a melhorar com a descoberta do petróleo[152] e com a implantação do Pólo Petroquímico[153] na segunda metade do século XX. Este contexto influenciou negativamente o mercado de trabalho

> Historicamente marcado por uma superoferta de mão-de-obra de baixa qualificação (reforçada pela atração de fluxos migratórios para Salvador e sua região metropolitana), pela vinculação de uma grande parcela da força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e ainda por uma baixa oferta de postos de trabalho de qualidade (CARVALHO; BORGES, 2013, p. 91).

Essas características de Salvador acabam por conformar as condições do trabalho mesmo após a retomada da fase de crescimento que colocou a cidade entre as metrópoles mais desenvolvidas do país, revelando que os problemas ocupacionais e a pobreza de amplos segmentos da população mostraram-se persistentes, revelando uma clara relação entre a segregação socioespacial e o emprego. De fato, a segregação espacial é um traço marcante das grandes cidades brasileiras, partindo do pressuposto que a "[...] desigualdade social é o fator preponderante na ocupação do território urbano" (CARVALHO; BORGES, 2013, p. 107). Evidentemente, a segregação socioespacial tem efeitos negativos na sociedade ao reproduzir as desigualdades sociais, na medida em que não favorece a inserção no mercado e, nem a ascensão social daqueles que estão mais afastados dos centros de trabalho.

---

[152] A descoberta do petróleo aconteceu em 1950 significando assim um marco na retomada do crescimento da cidade depois de anos de estagnação econômica.

[153] A instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari ocorreu na década de 1970 levando a criação da RMS - Região Metropolitana de Salvador, da qual o município de Camaçari terá papel de destaque face a esse investimento.

A partir da distribuição das atividades econômicas, a concentração dos postos de trabalho em determinados territórios urbanos não favorece o acesso de todos de forma equitativa às oportunidades ocupacionais e de serviços. A população empobrecida tem sido empurrada para as periferias das grandes cidades, predominantemente mal servidas de transporte coletivo, enquanto as oportunidades de trabalho estão concentradas nos territórios de maior valor imobiliário, onde os mais pobres terão dificuldade de ter acesso. A longa distância entre os locais de moradia e de trabalho é seguramente um sério problema nas grandes cidades, por depender de deslocamentos demorados que demandam muito tempo e alto custo com transporte. Desse modo, a ocupação de espaços de moradia próximos aos locais de trabalho, principalmente, no centro da cidade onde se concentram as oportunidades de negócio, deveria ser um direito garantido aos mais pobres. Essa é uma luta árdua de alguns trabalhadores que enfrentam a questão do direito à cidade como bandeira principal de reivindicação, participando de movimentos de ocupação no centro da cidade. Um dos ambulantes entrevistados conquistou a casa própria[154] através da participação no movimento social, liderado do MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho, que ocupou o prédio abandonado da antiga Secretaria de Finanças da Prefeitura localizada na Ladeira da Praça no centro da cidade de Salvador.

Enfim, são muitas e de diversas ordens as barreiras à informalidade nos espaços públicos, a começar pela falta de capital dos ambulantes, o que muitas vezes os leva a tomar empréstimos a agiota. As etapas burocráticas de solicitação e liberação oficial da licença para a ocupação de um "território de trabalho" (QUEIROZ, 2015) também são barreiras difíceis de romper, principalmente, em locais que efetivamente pode proporcionar um bom negócio. Como colocado no capítulo anterior, não é qualquer espaço que possibilita a venda das mercadorias. Seguramente, as características do espaço são fundamentais para o sucesso do comércio informal, sem a circulação de pessoas não conseguem vender suas mercadorias, portanto, para sobreviver esses trabalhadores precisam ocupar locais com possíveis clientes para seus negócios. Os pequenos comerciantes ou micros empreendedores, como o Estado gostaria de transformá-los, cadastrando-os como

[154] Pelo programa Minha Casa Minha Vida do governo federal na gestão Dilma/Lula. Tivemos, pelo menos, dois casos de pessoas que adquiriam casa própria recentemente através desse programa.

MEI, para formalizar a atividade, vêm em crescente ascensão em determinados espaços de Salvador por representar oportunidades de negócio com lucratividade que supera a remuneração dos empregos disponíveis.

Por outro lado, o trabalho dos vendedores ambulantes evidencia a condição de pobreza dos trabalhadores urbanos que não conseguiram a integração nos sonhados empregos industriais e, por isso, enfrentam a transitoriedade das situações de desemprego, empregos precários ou de trabalho informal realizado por conta própria nos espaços públicos das cidades. Ainda hoje, muitos vendedores ambulantes procuram se estabelecer fixando suas bancas na Avenida Sete, principalmente nas calçadas das instituições públicas, religiosas e até dos estabelecimentos comerciais. Mas, a atual gestão municipal tem reprimido essas ocupações, impedindo o apoio caridoso para a realização de tais práticas de trabalho em torno das igrejas e dos conventos. Com isso, os ambulantes estão sendo severamente coibidos pela fiscalização municipal, que não permite mais o comércio nas calçadas da Avenida Sete, principalmente, próximas dos prédios históricos. A luta pela ocupação de pequenos “territórios de trabalho” e a execrável expropriação desses pelo poder público foi o objeto de estudo dessa tese, que desenvolveu esforços para mostrar como os espaços públicos são disputados pelos trabalhadores e como há barreiras e obstáculos para a realização do trabalho informal nos cantos da cidade, mesmo com os limites da fiscalização municipal.

6.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AMOSTRA PESQUISADA

Ainda que o perfil socioeconômico e cultural dos vendedores ambulantes pesquisados seja bastante heterogêneo, a amostra utilizada foi composta por pessoas com semelhanças pela simplicidade no estilo de vida, marcadas por histórias sofridas diante do trabalho precoce. A amostra composta por 28 (vinte e oito) ambulantes foi selecionada por conveniência, considerando alguns critérios científicos como a proporcionalidade de gênero, portanto foi formada por metade de mulheres e outra de homens. Esses têm em comum o fato de atuarem há muito tempo na dura realidade do trabalho informal no comércio ambulantes, evidentemente, com diferentes condições materiais e posições no espaço. A

diversidade da atividade aparece na amostra pela variação de tipos específicos de vendedores, quanto às mercadorias comercializadas e as tecnologias adaptadas para o trabalho, configurando perfis bem definidos, como vendedores de cafezinho e de bebidas alcóolicas, vendedores de mídia e de tecnologias para celular. A heterogeneidade da categoria se manifesta concretamente pelo local do trabalho que o vendedor ocupa, levando em conta que o "território de trabalho" é um indicador das significativas variações de renda e consequentemente de condição de vida. Os critérios de localização e da forma de ocupação do espaço também foram levados em canta na seleção à amostragem.

O lugar do território de trabalho e a forma da ocupação do espaço foram critérios de escolha dos ambulantes entrevistados, considerando que existem trabalhadores com ponto fixo reconhecido pelo poder público, que consideramos na pesquisa como "os estabelecidos" por possuírem cadastro ou licença de trabalho, assim como existem "os *outsiders*" (ELIAS ; SCOTSEN, 2000), gente com ponto fixo sem licença e gente que trabalha circulando pela impossibilidade de parar em algum lugar. Selecionamos ambulantes de diferentes pontos na longa Avenida Sete, nessas duas diferentes condições de uso do espaço, como quem trabalham fixo como vendedor de cerveja na praia do Porto, durante o dia, e como vendedor de cafezinho no largo do Porto à noite, assim como aqueles que trabalham circulando pela avenida e por outras partes do Centro Histórico empurrando suas criativas tecnologias de som ou de café. Mas, entrevistamos, principalmente, trabalhadores com ponto fixo, cadastrados para a cobertura da Rua da Forca e para o Largo do Relógio de São Pedro, locais específicos do trecho na Avenida Sete comercial.

A variedade de situações pode parecer problemática para a sistematização dos dados da pesquisa, mas esse detalhe enriqueceu a análise pelas diferentes perspectivas construídas subjetivamente para as mesmas atividades de trabalho. Sabemos que, em alguma medida, tais atividades são pré-determinadas por condições estruturais que os conduzem para o campo comercial quase sem escolha. Mas, a possibilidade da escolha aparece em várias falas e se revela na diversidade de mercadorias que são escolhidas pela idiossincrasia de cada indivíduo. Por razões particulares, os ambulantes se identificam mais com esse ou aquele tipo de comércio, considerando as experiências anteriores, aptidões ou habilidades para

lidar melhor com determinado produto. Trabalhar com música, por exemplo, não é para qualquer um, tem que ter *feeling* e gostar do embalo sonoro, fato que torna mais leve a tarefa, inclusive, porque vender mídia "pirata" em carrinho de som é um comércio de alto risco, diante da ilegalidade e irregularidade que envolve esse tipo de negócio. Aliás, trabalhar com vendas requer dom e talento para a atividade, é preciso também saber lidar com o público, gostar de falar simpaticamente com todos. Esses aspectos revelam a subjetividade que faz parte da atividade dos vendedores ambulantes, que têm enorme funcionalidade econômica nas sociedades capitalistas.

A composição da nossa amostram, escolhida a partir da requalificação da Avenida Sete de Setembro pela Prefeitura, por preferir os ambulantes que foram relocados dos seus antigos "territórios de trabalho", indica questões maiores e detalhes que não permitem generalizações, por se tratar de um estudo de caso dos ambulantes que ocupam os espaços públicos do centro da cidade com seus negócios ambulantes. Os ambulantes pesquisados demonstraram capacidade de adaptação ao novo espaço, apesar das queixas como veremos mais na frente. Esses como diria Raul Seixas,[155] preferem ser "[...] essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo". A coragem de fazer as mudanças quando necessárias apareceu na amostra como um ponto em comum, a disposição para mudar de área, quando não acreditam mais na possibilidade de ascensão através do trabalho que realizam é um comportamento típico desses trabalhadores.

Quanto ao perfil geral do grupo, o primeiro aspecto a observar é a idade e o tempo que realizam a atividade. A maioria dos ambulantes pesquisados de ambos os sexos estão acima dos 40 anos, faixa etária que indica maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que tem preferência pelos mais jovens. Os dados de idade da amostra mostraram uma porcentagem significativa de pessoas mais velhas com predominância das faixas etárias acima dos 40 anos, ocupadas em atividades de comércio popular por conta própria. A amostra pesquisada é formada principalmente por pessoas na "maturidade avançada" ou "quase idosa"[156], fato que

[155] . A música "Metamorfose ambulante" do baiano Raul Seixa expressa bem o perfil desses trabalhadores que encaram às mudanças de percurso da vida com muita naturalidade.
[156] . Expressões criadas pela autora, como outras que aparecem no texto entre aspas sem referência a autor.

explica a longa experiência ocupacional de alguns, inclusive, atuando no comércio como vendedor em loja.

A questão geracional em relação ao sexo é quase semelhante entre homens e mulheres. Na condição de maturidade avançada, encontramos onze mulheres, sendo uma acima dos 60 anos, oito dessas entre 50 e 60 anos e duas entre 40 e 50 anos, representando juntas 78,6% do conjunto da amostra feminina acima dos 40 anos, considerando o universo de 14 mulheres. Este dado aponta para a real dificuldade de arranjar emprego depois de certa idade. Com o sexo oposto, a situação é parecida, encontramos nove homens mais velhos, sendo um senhor aposentado com 66 anos, cinco deles entre 50 e 60 anos e três entre 40 e 50 anos, representando ao todo 65,2 % da amostra masculina nessa faixa etária. Portanto, tanto os homens quanto as mulheres estão predominantemente na maturidade avançada, nessa situação temos 71,4% dos ambulantes investigados. Isto confirma os dados da pesquisa analisada por Guimarães (2004, p. 389) para Salvador. Na amostra não aparecem jovens, apenas uma moça com 27 anos, que, inclusive, era estudante universitária, sendo a exceção do grupo por ser a única a cursar o ensino superior, num quadro em que poucos conseguiram concluir o ensino médio. Ao cruzar os dados de idade com a formação educacional constatamos uma amostra de pessoas quase idosas com pouco tempo de estudo.

Tabela 1: Faixa etária por sexo

IDADE	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PERCENTUAL
20 a 30 anos	1	-	1	3,6%
30 a 40 anos	2	5	7	25,0%
40 a 50 anos	2	3	5	17,9%
50 a 60 anos	8	5	13	46,4%
>60 anos	1	1	2	7,1%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Esta amostra predominantemente mais velha, com mais de 53% das pessoas acima dos 50 anos de idade, sinaliza algumas questões que, analisadas de forma

relacional, possibilita entender alguns enigmas do trabalho informal. O longo tempo que essas pessoas estão atuando como ambulantes é bastante representativo principalmente considerando a idade e os motivos que as levaram a trabalhar no comércio por conta própria. As causas que os conduziram à realização das atividades de pequeno comércio, apontadas pelos próprios entrevistados, são variadas, mas muitas respostas convergem para os mesmos fatos tais como: o desemprego, as dificuldades financeiras e os baixos salários. A opção pelo trabalho autônomo apareceu como um dado relevante desde o começo da pesquisa, o que induz a entender as razões das possíveis escolhas que, evidentemente têm origens materiais determinadas pelas condições econômicas e políticas que reproduzem os baixos rendimentos e, ao mesmo tempo, reduzem os direitos trabalhistas. O contexto desfavorável à empregabilidade nos níveis básicos está relacionado à superexploração do trabalho que, historicamente, expropria a força de trabalho nos trópicos. Mas, os irrisórios salários vêm se tornando ainda mais aviltantes com a precarização do trabalho que tem flexibilizado os contratos de trabalho com os modelos de terceirização.

Antes de entrar na análise direta esse ponto, é necessário descrever mais detalhadamente o perfil dos ambulantes investigados. Os dados de cor mostram as dificuldades da autodefinição racial na cidade de Salvador. Ao pergunta qual a sua cor, a grande maioria dos ambulantes de ambos os sexos, ou seja, 67,8%, se auto-identificou como parda, 21,4% como preta, 7,1% disseram não saber e, apenas 3,6% branca. O termo de cor parda foi usado na pesquisa por ser utilizado pelos órgãos oficiais de pesquisa, como o IGBE, mas não identifica de forma clara nem revela as influências culturais da população. Alguns questionaram ironicamente a pergunta sobre cor, como se essa fosse uma gafe, inclusive, um deles respondeu assim:

> "Branca né... É difícil você dizer a que cor você pertence no Brasil, nós temos uma mistura de raça muito grande, então isso é indefinido, mas o pessoal diz que eu sou branco, vou fazer o que, me considero negro até a alma". (Washington[157], 34 anos)

[157] . Utilizarei nomes fictícios para tratar melhor dos entrevistados sem fazer confusão com a abreviatura dos nomes como costumo fazer nas leituras que as utiliza.

Foi supreendentemente o único homem branco da amostra apontou a questão dessa forma, se autodefinindo como branco que se considera negro, talvez por se identificar profundamente com a música do Olodum[158] e com o rap nacional cujas letras tratam quase que exclusivamente sobre as questões raciais e desigualdades sociais. O questionamento racial foi levantado apenas pelos dois informantes do sexo masculino que trabalham com música e este dado mostra uma concepção mais sensível e politizada que acaba se tornando um diferencial em relação aos outros. Como apenas 21,4% dos entrevistados se afirmaram negros, fica confirmada que a identificação racial é, de fato, uma questão de consciência política que, até em Salvador, não atinge tanta gente como deveria, pois foi verificada na amostra a predominância de negros ou afrodescentes, e juntos somam 89,2%. A falta de identificação com a questão racial, no sentido do reconhecimento da africanidade, provavelmente, se relaciona com a naturalidade e com a religião que professam. Mas, independentemente da auto-identificação, a amostra é formada principalmente por pardos e negros, sendo em sua maioria quase absoluta, composta por negros e afrodescendentes.

Os dados referentes à naturalidade vão de encontro à concepção empresarial de que a maioria dos ambulantes do centro da cidade seja originária da zona rural ou de outros estados, conforme argumento central do presidente da AECASA[159], entidade representativa dos empresários da Cidade Alta. Para contestar a presença dos ambulantes na avenida, a justificativa da entidade para a solicitação de retirada dos ambulantes na região é que os mesmos não são filhos da cidade. A grande maioria das mulheres é nascida em Salvador, correspondendo a 57,2% da amostra feminina, contra 35,7% originárias do interior baiano, e há apenas um único caso de pessoa advinda de outro estado que é única mulher do interior de Pernambuco. Entre os homens, existe uma situação um pouco diferente: 42,8% da amostra nascida em Salvador e 57,2% do interior da Bahia. Como a identidade da cultura negra baseada fortemente na africanidade é uma característica de Salvador, a

[158] A principal referência musical desse vendedor de mídia com carrinho de som é o Olodum, banda baiana criada por um bloco afro de carnaval que tem significativa produção artística. A banda mundialmente conhecida, após gravar clip com Michel Jackson no Pelourinho, é a inspiração dele que tem seu carrinho decorado com a marca do Olodum e toca o grupo com frequência, atuando como um espontâneo divulgador.

[159] . Em entrevista concedida em 01/06/2016, o presidente da entidade, Sr. Aroldo Dias Muniz apresentou o projeto da entidade para reforma da Avenida Sete, onde propõem a criação de um grande camelódromo perto da estação da Lapa para abrigar os ambulantes espalhados pela avenida.

população nascida na zona rural tem outras influências culturais, mais indígenas ou sertanejas, e, portanto, a naturalidade talvez seja um aspecto cultural que possa influenciar a auto-identificação racial. A pouca vinculação como a cultura negra se evidencia ainda mais pela filiação religiosa, pois de todos os entrevistos, apenas um homem, que se autodefiniu negro ou preto, assumiu ter o candomblé como religião, com honra de ser do axé.

Tabela 2: Naturalidade por sexo

LUGAR DE ORIGEM	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PERCENTUAL
Salvador	8	6	14	50,0%
Interior da Bahia	5	8	13	46,4%
Outro estado	1	-	1	3,6%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Relacionando a naturalidade com a religião e considerando as influências culturais, é pertinente entender as singularidades individuais no enfrentamento da questão social que deixa tanta gente vulnerável diante das precárias condições de vida. A inserção instável no trabalho produz insatisfações de diversas ordens, até porque a baixa remuneração limita a condição de consumo drasticamente, sabe-se que no país muita gente vive no limite da sobrevivência. A tentativa de melhorar a qualidade de vida aparece na pesquisa através do trabalho por conta própria considerado como saída para obter uma renda melhor e para ter a liberdade de fazer o horário de trabalho. Esses dois pontos parecem bastante relevantes na pesquisa e serão discutidos mais à frente. Ainda quando a religião, os dados analisados mostram uma realidade bem diferente entre homens e mulheres. As mulheres de forma quase unânime afirmaram ter religião, com exceção de uma entrevistada. Das treze entrevistadas que têm religião, 64% é católica, 28,5% são evangélicas, com destaque para as que dizem ser Testemunhas de Jeová. Já entre os homens metade tem religião com a predominância da católica, aparecendo apenas um evangélico e outro que é do candomblé. Esses dados que não podem ser generalizados pelo tamanho da amostra em relação a universo, apenas indica a

maior influência das religiões evangélicas sobre essas mulheres, fato que talvez esteja relacionado com suas histórias de vida tão sacrificadas, marcadas por relacionamentos sofríveis.

Tabela 3: Estado civil por sexo

ESTADO CIVIL	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PERCENTUAL
Casada (o)	2	3	5	17,9%
Concubinato	6	7	12	42,9%
Separada (o)	3	0	3	10,7%
Solteira (o)	2	4	7	25,0%
Viúva (o)	1	0	1	3,6%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Quanto a situação conjugal, 60,8% das pessoas são casadas, ou melhor, convivem com alguém, fazendo parte significativa deste montante os 42,9% em estado de concubinato, enquanto 39,3% das pessoas vivem sozinhas. Entre essas situações de convivência estável aparecem dois casos de mulheres casadas com outra mulher, compondo duas famílias homoafetivas femininas que trabalham juntas no mesmo negócio. A situação conjugal é quase invertida entre homens e mulheres, pois temos 57% das mulheres com relação afetiva estável e 42,8% delas enfrentando a vida sozinhas. Enquanto os homens estão em grande maioria acompanhados, ou seja, 71,4 % deles têm relação conjugal estável e apenas 28,5% estão solteiros, sendo que nenhum se autodenominou separado ou viúvo. Os dados da situação conjugal confirmam que na nossa pesquisa os homens vivem mais em parceria do que as mulheres, fato que favorece a sua produção na medida em que contam com a ajuda substancial das mulheres no trabalho doméstico e até nas atividades de comércio. Quanto às mulheres, a situação é mais difícil, as histórias afetivas no campo conjugal são mais complicadas e traumáticas, inclusive, algumas vivenciaram o abandono dos companheiros em momentos delicados, como durante a gravidez. Algumas conseguiram reconstruir a relação conjugal como outro companheiro, outras estão desacompanhadas ou apenas com os filhos que criam sozinhas.

Em relação às famílias, o número de filhos é surpreendente porque quase todos os homens tiveram filhos, o que não ocorreu com algumas mulheres, ainda que eles não morem com os filhos, que os criem, assim como as mulheres nem sempre contam com o apoio dos filhos. Pelos menos, duas mulheres se queixaram muitos dos filhos, pois esses praticamente não existem para elas, não as reconhecem ou consideram como mãe e ambas vivem sozinhas quase sem nenhum contato com esses, apenas eventuais, só em caso de emergência. Os homens, em maioria, tiveram dois filhos cada, mas um teve quatro casamentos e oito filhos, inclusive ele se orgulha de ter criado quatro desses filhos sozinho, quando se separou da mãe deles com os meninos ainda pequenos. Esse sujeito tranquilo e bem humorado afirma que contou com a ajuda dos vizinhos ou levando-os para o trabalho que já realizava na praia. Os meninos cresceram acompanhando o pai no trabalho, sendo criados trabalhando juntos no mesmo negócio, às vezes como contratados, outras administrando a guia. Hoje, esses meninos são homens já casados, todos com casa própria, graças à atividade que desenvolveram coletivamente na praia. Trata-se de uma história de exceção que entrou para a amostra exatamente pela disposição e simpatia de Claudinho para o trabalho, mas histórias de vida dessas pessoas são elucidativas da realidade das classes populares, onde os mais habilidosos buscam alternativas de renda que sejam mais promissoras do que os empregos disponíveis no mercado para quem tem apenas formação básica incompleta.

Em relação a escolaridade confirma-se a informação de que as mulheres estudam mais que os homens, pois essas vêm acumulando mais tempo de estudo. Na nossa amostra apenas três homens têm o ensino médio completo, a grande maioria não completou o nível básico de escolaridade que equivalia a onze anos de frequência escolar prevista como obrigatória. Portanto, 57% desses homens e mulheres não estudaram quase nada, porque não concluíram nem o Ensino Fundamental II que corresponde a oito anos de estudo, referente ao ciclo do antigo ginásio. As mulheres se sobressaem nesse aspecto, porque 35,7% delas têm Ensino Médio completo, enquanto apenas 21,4 % deles chegaram lá, sendo que uma mulher ingressou na Educação Superior, fazendo à distância o curso de Serviço Social. Ainda assim, 64% das mulheres não completaram o ciclo básico,

interrompendo-o em diferentes períodos. Na verdade, 50% da amostra geral não concluíram nem o Ensino Fundamental I que corresponde aos quatro primeiros anos referentes à antiga escola primária (1ª a 4ª série). Este índice sobe para 71,4% se considerarmos quem não completou o ensino médio, o que equivale a apenas 28,6% da amostra com esse ciclo completo. Deste modo, o grosso da amostra tem baixa escolaridade, com uma pequena melhora da situação das mulheres em relação aos homens.

Tabela 4: Nível de escolaridade

ESCOLARIDADE	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Ensino superior incompleto	1	0	1	3,6%
Ensino Médio completo:	4	3	7	25%
Ensino Médio incompleto:	1	3	4	14,3%
Ensino Fundamental completo	1	1	2	7,1%
Ensino Fundamental incompleto	7	6	13	46,4%
Nunca estudou	-	1	1	3,6%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Como o Ensino Fundamental I equivale do 1º ao 5º ano e o Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, esses nove anos de ensino fundamental somado aos três anos do Ensino Médio tornaram a educação básica nacional um ciclo de 12 anos, sem contar a Educação Infantil que não é obrigatória e tem ciclo bastante variável quanto à duração. Considerando a extensão desses ciclos de ensino podemos afirmar que a maioria das pessoas investigadas, pela idade que têm, estudou há muito tempo atrás e durante pouco tempo, como geralmente acontecem com as pessoas das classes populares que interrompem os estudos precocemente para trabalhar. Infelizmente, neste país o acesso e a permanência na escola não são possíveis para grande parte da população e analfabetismo[160] é ainda um problema

[160] . No século 20, as taxas de analfabetismo entre os brasileiros com 15 anos ou mais decresceram de 65% em 1920 para 13% em 2000, mas vale informar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal como se faz em outros países, sempre apurou os índices de analfabetismo com base na auto-avaliação da população recenseada sobre sua capacidade de ler e escrever. Diante da imprecisão desses dados a UNESCO sugeriu na década de 1990 a divulgação dos índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação

social no Brasil, mesmo com todas as políticas públicas criadas recentemente não se resolveu essa deficiência do sistema de ensino. Superar os quadros de analfabetismo e de alfabetismo funcional deveria ser uma prioridade nacional, mas lamentavelmente o problema não é devidamente enfrentado.

Ao contrário da situação de escolaridade por gênero, quanto à formação técnica os homens superaram as mulheres, pois apenas 21,4% delas fizeram algum curso técnico, enquanto inversamente, apenas 21,4% dos homens não fizeram algum curso de formação técnica, encontrando-se apenas um caso de mulheres que fez curso de Artesanato, outro de Enfermagem e uma que fez Segurança do Trabalho, sendo que a segunda, com técnico em Enfermagem, atuou muito tempo na área, trabalhando em clínicas e hospitais e ainda dá alguns plantões particulares quando aparecem. Apesar de atuar no campo técnico especifico da sua formação, essa mulher buscou desenvolver uma atividade comercial em paralelo para melhorar a renda, porque, segundo ela na área de saúde se trabalha muito e ganha pouco. A entrevistada que fez o curso de Artesanato está aproveitando o conhecimento adquirido, produzindo sandálias e bijuterias artesanais que comercializa na sua banca juntamente com outros produtos industrializados. Já os homens fizeram cursos de formação técnica em diversas áreas como Garçom, Vigia/Segurança, Informática, Eletrônica e Manutenção de computador, alguns atuaram na área, outros nunca o colocaram em prática como atividade de trabalho. Resta saber por que esses cursos não foram suficientes para garantir um empego decente para esses homens que demonstram esforço, disciplina e organização nas suas atuais atividades profissionais.

A escolaridade incompleta e a quase inexistente formação técnica seguramente tem a ver com a recorrência de o estudo ser interrompido ou preterido por necessidade de trabalho, considerando as limitadas condições econômicas das famílias. Nas classes populares, muitos grupos familiares fatalmente não conseguem manter as crianças e adolescentes na escola, precisando lançar mão da força de trabalho de todos para complementar a renda. A profissão dos pais é um

---

dos respondentes mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetas funcionais as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade. Com isso, o índice de analfabetismo funcional no Brasil chega perto dos 27%, segundo o Censo 2000. Dados disponíveis em: http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf

dado demonstrativo dessa situação de vulnerabilidade das famílias, pois a maioria das mães dos ambulantes trabalhava como empregada doméstica ou como agricultora, no caso dos nascidos na zona rural. Aparecem também casos de mães que foram ambulantes, funcionárias de serviços gerais, costureira, padeira e uma artista plástica. Quanto aos pais, alguns disseram que não o conheceram, outros que não conviveram e que não foram registrados, trata-se de mulheres chefes de família, que enfrentam sozinhas o fardo de criar os filhos, já que muitos homens não assumem e às vezes nem registram os filhos. Entre os ambulantes que conviveram com o pai, predominam as profissões de vendedor ambulante e agricultor, aparecendo alguns casos de pintor, pescador, taxista, motorista e um "dono" de empresa privada de segurança, sendo quase todas essas atividades de baixa remuneração, com raras exceções evidentemente, que nem sempre conseguem garantir o direito a educação dos filhos e a reprodução alimentar da família.

Enfim, para concluir a descrição do perfil geral dos ambulantes investigados, talvez seja relevante informar como esses trabalhadores se autodenominam em relação à profissão, já que 35,7% da amostra se auto-define como Vendedor Ambulante, que aparece como principal denominação da categoria, mas usam outras expressões para identificar o que são profissionalmente: 17,8% dos entrevistados se identificaram como MEI[161], por terem se cadastrado recentemente no sistema nacional como micro empreendedor individual, demonstrando inclusive certa superioridade ocupacional nessa condição; depois aparecem 14,3% que se classificam como Camelô; seguido de 10,7% que se identificam como Ambulante/Comerciante e 7% que considera ser Informal. Aparecem também, 3,6% que se define nas seguintes condições na mesma porcentagem: como Autônoma, Artesã, trabalha no mercado informal e como pequena empresária. De fato, são várias as maneiras como esses trabalhadores se identificam, quanto a atividade profissional que realizam, quase todos inclusive usam mais de uma expressão para dizer como denominam a atividade de trabalho que desenvolvem.

[161] . Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário no sistema federal...

Tabela 5: Autodenominação da Profissão

AUTODENOMINAÇÃO DA PROFISSÃO	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Vendedor ambulante	4	6	10	35,7%
Microempreendedor - MEI	2	3	5	17,8%
Camelô	2	2	4	14,3%
Ambulante/comerciante	2	1	3	10,7%
Informal	1	1	2	7,1%
Autônoma/ camelô	1	-	1	3,6%
Artesã/ vendedor ambulante	1	-	1	3,6%
Trabalha no mercado informal	-	1	1	3,6%
Pequena empresária	1	-	1	3,6%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Este quadro demostra a dificuldade dessa classe trabalhadora que não consegue estabelecer a mínima articulação no sentido de permitir uma unidade da categoria que atua de forma individualizada, apesar de enfrentar coletivamente as barreiras e controles das suas práticas de trabalho. Ambulantes, que se auto-identificam como MEI ou como pequena empresária, revelam que não se sentem como trabalhadores, que buscam ocupar outra posição, o lugar de chefe ou de patrão de si mesmo, como o caso da senhora que afirmou ser uma pequena empresária, tendo essa concepção da sua atividade, apesar de enfrentar dificuldades financeiras para manter a sua negócio, talvez por conta da sua experiência profissional, como gerente de loja de sapatos e atualmente vender sandálias, mercadoria que requer um capital maior para manter um estoque com quantidade considerável de pares para atender à necessidade dos clientes. Esses ambulantes se cadastraram recentemente como MEI[162] ou microempreendedores individuais por incentivo da prefeitura e do

[162]. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as **vantagens oferecidas** por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R$ 45,00 (comércio ou indústria), R$ 49,00 (prestação de serviços) ou R$ 50,00 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Com essas contribuições, o

SEBRAE como recomendação para ocupar com sucesso os espaços cedidos nas coberturas instaladas na avenida. Para compreender as condições de trabalho dos vendedores ambulantes é necessário refletir sobre o uso do tempo e do espaço para a realização das atividades de trabalho tomando como ponto de partida a condição e a localização da moradia no espaço urbano, na tentativa de perceber os diferenciados processos de apropriação dos espaços públicos, considerando os aspectos da economia política na formação das cidades.

6.2. TRABALHO E MORADIA NO ESPAÇO URBANO

A condição da moradia remete primeiramente à propriedade do imóvel, mostrando que as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens. Enquanto 64% deles têm casa própria, apenas 28,5% das mulheres estão nessa mesma condição, sendo que a porcentagem das mulheres pode ser ainda menor, na medida em que uma delas mora em um quartinho numa ocupação, que ela não chega a considerar como casa própria, apesar de ter comprado e de não pagar aluguel. Filha de pequenos agricultores, ainda menina migra para a capital para trabalhar de empregada doméstica, provavelmente na casa de algum conhecido da família. Ao perguntar a essa senhora, atualmente com quase 60 anos, que veio para Salvador aos 11 anos de idade, se sua casa é própria ela responde assim:

> "Ah, eu moro num quartinho... lá é tipo uma invasão,... sabe quando eu cheguei já encontrei uma invasão. Eu comprei o quartinho... pode ser próprio pode não ser, porque uma coisa é assim se o governo quiser tomar ele toma". (Marise, 58 anos)

A situação de dona Marise é muito vulnerável, mas contraditoriamente elucidativa para a pesquisa, por revelar uma história de vida toda ela baseada na superexploração do trabalho. Ela foi afastada precocemente da família para

---

Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como **auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria**, entre outros. Dados reproduzidos da página oficial disponíveis em: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual.

trabalhar, desde criança, enfrentando as dificuldades da vida como empregada doméstica. Longe de casa, foi iniciada no trabalho quase como “criada” de pessoas que supostamente mandavam dinheiro para sua família como pagamento pelos seus serviços. Sem entrar em detalhes, ela conta que, com o tempo, ia mudando os locais dos serviços que realizava até casar e ter filhos, quando parou de trabalhar como doméstica. Foram dezessete anos da vida como empregada doméstica, porém, com pouco tempo de carteira assinada. Com dificuldade de precisar os tempos de trabalho, Marise reafirma que quando se casou, passou a trabalhar exclusivamente como ambulante, pela possibilidade de conciliar as atividades de criação dos filhos com o comércio.

Mesmo acumulando uma trajetória ocupacional de 47 anos de trabalho, com uns 30 anos como ambulante, não conseguiu adquirir a tão sonhada casa própria em condições de dignidade. Passou boa parte da vida trabalhando, em “casas de família”, onde não pôde estudar o suficiente para ser alfabetizada, sendo explorada ao extremo. Segundo ela, sabe ler e escrever “bem pouco”, pois, os patrões não permitiam, inclusive informa que depois passou pelo curso Supletivo[163], mas não aprendeu quase nada. Uma vida inteira dedicada ao trabalho em condições de baixos salários e sem direitos trabalhistas resultando em muita dor e sofrimento. Durante a entrevista dona Marise chorou duas vezes, demonstrando cansaço e desânimo, uma mulher quase idosa que enfrenta sozinha o desespero de não ter nada garantido, nem a moradia. Uma história de vida marcada pela precariedade e pela superexploração do trabalho que comoveu a pesquisadora pela sensação de uma vida toda desperdiçada por falta de estudo e de estrutura mínima de sobrevivência.

[163] . Ensino Supletivo era como se denominava os cursos de formação básica compensatória de forma acelerada para adultos, atualmente essa modalidade de ensino chama-se EJA – Educação de Jovens e Adultos. Foi em 1971, através da Lei nº. 5.692 que se regulamentou o Ensino Supletivo (esse grau de ensino visava contemplar os jovens adultos) como proposta de reposição de escolaridade, com a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização.

Tabela 6: Condição de propriedade da moradia

CONDIÇÃO DA MORADIA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Alugada	5	5	10	35,7%
Cedida	3	0	3	10,7%
Própria	6	9	15	53,6%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Portanto, a grande maioria das mulheres entrevistadas, ou seja, 57% delas, não têm casa própria, desse modo 35,7% vivem em casa alugada e 21,4% em espaço cedido na casa de algum parente. Apenas 42,8% das mulheres alcançaram esse direito, enquanto 64% dos homens adquiriram a tão sonhada casa própria, representando quase a proporção inversa da quantidade das mulheres que não o conquistaram, pagando aluguel ou vivendo de favor na casa de parente ou aderente. Uma dessas mulheres mora com o marido e um filho pequeno em espaço cedido na casa da sogra, convivendo no mesmo ambiente com uma cunhada e os sobrinhos, mesmo nessa condição desconfortável de família extensa, ela afirmou que morava em casa própria: sem esclarecer que a casa é da sogra que precisou acolher a nora e o neto por falta de condições do filho. Essas situações de desconforto aparecem com naturalidade nos relatos como se eles não tivessem direito à moradia, a educação, a saúde, enfim ás condições básicas de vida que deveriam ser assegurados a todos enquanto direitos sociais. A carga é sempre mais difícil para as mulheres que não contam com a ajuda de companheiros ou companheiras nas tarefas e responsabilidades. Quase todas as mulheres que possuem casa própria são casadas ou viúvas, apenas uma delas se declarou solteira, mas essa mora perto da mãe que lhe cedeu o espaço para construir sua própria casa.

Existem os conhecidos puxadinhos no quintal, ou espaços construídos sobre as lajes, que fazem parte da realidade das classes populares que primam pela competência em projetar e construir as próprias casas através da autoconstrução[164],

[164] . Importante esclarecer que autoconstrução é um conceito usado pela arquitetura para definir os modelos de construção de residências feitos pelos próprios donos sem o suporte técnico de profissionais da área. As casas e barracos das favelas, das encostas e áreas de invasões, como denominam as ocupações populares, são autoconstruções que em alguma medida mascaram os dados sobre a moradia no Brasil, na medida em que

habilidade conquistada pela necessidade de adquirir a moradia que, geralmente, é feita em sistema de mutirão ou construída aos poucos com esforço coletivo dos membros da família. Esse sistema de autoconstrução, muitas vezes, em ocupações nas periferias ou enclaves da cidade, explica porque 53,6% da amostra geral possui casa própria. Alcançar esse direito é uma luta árdua nas classes populares, missão individual que busca ajuda coletiva, mas, na maioria dos casos, não conta com apoio ou incentivo dos governos. O povo se vira como pode para conquistar a condição mínima de moradia e sobrevivência nas cidades. Ter o próprio espaço construído numa laje ou num pedaço de terreno é a meta principal das pessoas, que com muito esforço, se concretiza. Esse processo faz parte da expansão das cidades através da ocupação de áreas públicas que, com o passar do tempo, se consolidam em bairros populares diante da concentração populacional que rapidamente se instala em tais "invasões". Cidades como Salvador estão subdivididas em áreas bastante diferentes quanto à condição das habitações e infraestrutura dos bairros ou comunidades, por isso, a depender da localização e das possibilidades de acesso, os territórios têm influência direta sobre a possibilidade de atendimento dos serviços básicos e evidentemente sobre a inserção no mercado de trabalho.

O quadro de crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras vem reproduzindo as desigualdades sociais e ampliando a concentração de renda que se manifestam no cenário urbano pela intensa segregação espacial. O processo histórico de expansão deste cenário gera o fenômeno que tem se apresentado em termos físicos pela coexistência de diferentes cidades em uma só. Em certas localidades urbanas existe a "cidade formal" caracterizada por áreas com boa oferta de infraestrutura, reguladas pelo mercado imobiliário e normalmente atendendo a legislação urbanística no que diz respeito às condições da edificação e ao uso do solo e outras áreas, a "cidade informal", caracterizada pela presença de loteamentos irregulares e clandestinos, bem como invasões de áreas públicas e privadas, ocupadas pela população de baixa renda em decorrência da impossibilidade de acesso ao mercado imobiliário (PEREIRA, 2008) sendo que essas não seguem a legislação urbanística nem os critérios técnicos de construção. As condições e localizações da moradia são detalhes que dão pistas para entender

mesmo em condições precárias, muitas pessoas afirmam que residem em casa própria, reduzindo assim o índice do déficit habitacional.

o que há por trás das situações de trabalho desprotegido nos espaços públicos. Os trabalhadores do comércio ambulante, geralmente, moram em locais considerados como “cidade informal”, diante da intensa concentração de pessoas de baixa renda, enfrentando situações de extrema precariedade, realizando diferentes tipos de atividades consideradas informais, seja em bairros mais distantes ou próximos do Centro, mas quase sempre em locais que esses identificam como “invasão”.

Tabela 7: Localização da moradia

LOCAL DA MORADIA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Centro*	7	5	12	42,9%
Imediações do Centro**	4	1	5	17,9%
Miolo ***	1	7	8	28,6%
Massaranduba: Cidade Baixa	-	1	1	3,6%
Orla Atlântica: Boca do Rio	1	-	1	3,6%
Subúrbio: Plataforma	1	-	1	3,6%
Total	14	14	28	100%

* Av. Carlos Gomes; 2 de julho; Barbalho; Barris, Nazaré; Tororó;
**Av. Centenário, Cosme de Farias; Ogunjá; Vasco da Gama/ Eng. Velho;
*** IAPI, Mata Escura, Mussurunga; Pirajá Trancredo. Neves;

Quanto à localização da moradia e a distância do local de trabalho, constatamos que 60% dos ambulantes residem relativamente próximos dos seus “territórios de trabalho”, principalmente, as mulheres que estão instaladas mais próximas do que os homens, considerando que 50% delas moram no Centro da cidade e 28,5% em bairros nas imediações do centro. Poucas mulheres moram distantes do Centro, uma em Pirajá, bairro do Miolo[165], outra em Plataforma no Subúrbio Ferroviário[166] e

[165]. O Miolo corresponde a enorme área central do município, englobando 41 bairros localizados entre a BR 324 e a Av. Paralela, que liga o centro aos municípios da Região Metropolitana de Salvador pelo acesso ao litoral norte. Essa grande região da cidade se caracteriza por “[...] ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita” (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

[166]. O subúrbio ferroviário constitui a região da orla da Baia de Todos os Santos, para onde cresceu a cidade informal tendo “[...] sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados

a que parece ter melhor condição de vida mora na Boca do Rio. A localização da moradia não quer dizer que morem dignamente, algumas afirmaram residir em invasão ou em área degradada do centro, onde conseguiram um espaço para comprar ou alugar. Sem dúvida há uma apropriação diferenciada do espaço público, diretamente relacionada aos níveis de renda dos ocupantes. Carvalho e Pereira (2008) utilizam a metodologia adotada pelo Observatório das Metrópoles[167] para analisar a conformação dessa apropriação diferenciada, considerando o trabalho como variável básica para compreender as hierarquias e a estrutura social que configuram as diferentes cidades de Salvador. A partir dessa metodologia foi criada uma tipologia[168], com base nos dados dos Censos do IBGE, que classifica os ocupantes da cidade por área ou região. Ao analisar a apropriação do espaço da cidade de Salvador a partir dessa tipologia fica visível a segregação espacial e a concentração de riqueza em determinadas áreas da cidade. Os ambulantes aparecem como integrantes do grupo *Popular-inferior* que predominam como ocupantes das áreas mais afastadas do centro e em pequenos pontos em enclaves próximos da orla, tais como o Nordeste de Amaralina e a Boca do Rio.

Os homens conseguiram casa própria em proporção maior do que as mulheres, mas em bairros mais distantes do centro da cidade, inclusive, dois deles foram contemplados pelo projeto Minha Casa Minha Vida[169] em conjunto habitacionais no bairro de São Cristóvão, localizado no limite do município de Salvador com Lauro de Freitas. Apenas 35,7% dos homens moram no Centro da cidade e 7% nas imediações do Centro, em bairro popular denominado Cosme de Farias, local originário de ocupações irregulares e de autoconstruções. Os que moram no centro estão vivendo em casa alugada, apenas um conseguiu ter casa própria no centro, no bairro do Barbalho, região central que foi historicamente

---

nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade" (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

[167]. Constitui um grupo que funciona como um *instituto virtual*, reunindo 159 pesquisadores, 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, que trata de forma coletiva e interdisciplinar sobre os problemas das metrópoles brasileiras. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/.

[168]. Essa tipologia classificou a apropriação do espaço urbano por classe baseada no nível de renda, tais como superior, média-superior, média, média popular, popular, popular-inferior, popular operário agrícola e popular agrícola, de acordo com a composição em média de seus moradores.

[169] . Como já foi mencionado antes, dois ambulantes residem no bairro de São Cristóvão, localizado próximo ao aeroporto no limite do município de Salvador, onde foram contemplados com o acesso a casa própria através dessa política pública federal.

apropriada por população de média e baixa renda. Os demais 57% dos homens moram em bairros distantes do Centro, principalmente na região do Miolo, em locais hiper habitados por trabalhadores extremamente precarizados, integrantes do grupo de renda classificado como *Popular-inferior*. Mas, a posição de classe dos ambulantes pode variar um pouco a depender da renda que conseguem atingir com seus comércios, podendo oscilar entre a posição de classe *média popular, popular* e *popular inferior*.

6.3. ESPAÇO E TEMPO NO TERRITÓRIO DE TRABALHO

Para compreender a questão social que está por trás do trabalho dos vendedores ambulantes procuramos olhar a realidade do comércio popular de uma perspectiva dialética socioespacial que nos permitisse perceber a dinâmica dessa realidade que se manifesta em partes nos espaços da cidade. A noção de território (SANTOS, 1998) foi fundamental para analisar como esses trabalhadores fazem uso das ruas e dos demais espaços públicos para comercializar suas mercadorias. A presença significativa de vendedores ambulantes em determinados locais evidenciam alguns aspectos importantes, primeiro que a concentração de ambulantes está relacionada com a possibilidade de comércio do espaço, depois que os locais mais movimentados são os mais controlados e vigiados pelo poder público. Diante desses fatos confirmamos alguns pressupostos, percebemos contradições e constatamos algumas surpresas. A principal confirmação é que a prática do trabalho informal nos espaços urbanos depende da deliberação política, podendo ocorrer livremente em determinados períodos de tempo, por anos seguidos[170], assim como pode ser coibida com diferentes níveis de controle em outras épocas.

Quanto à duração da permanência na atividade de comércio popular percebemos claramente que há uma tendência a percursos de longo tempo de trabalho. Dos entrevistados, apenas 7,2 % da amostra geral tem menos de 5 anos

[170]. Geralmente a deliberação política, quanto à presença dos ambulantes, é relativa ao período de mandato dos prefeitos conforme suas perspectivas de gestão. Em Salvador os últimos mandatos tiveram duração de 8 anos devido a reeleição dos prefeitos.

na área, sendo um caso de cada sexo, enquanto os demais estão há bastante tempo. Do total, 28,5% têm ente 7 a 15 anos na atividade, enquanto a grande maioria, representando 64,2% da amostra, têm mais de 20 anos trabalhando nos seus próprios negócios, num processo dinâmico que vão adaptando a realidade do espaço e do tempo. A trajetória ocupacional dessas pessoas tem sido quase que permanentemente desenvolvendo atividades comerciais por conta própria. O esforço para preservar essa fonte de renda, às vezes em paralelo com outras atividades de trabalho, faz sentido, porque em alguns casos o resultado financeiro é compensador, em relação aos baixos salários nos empregos assalariados.

Tabela 8. Quanto tempo atua como ambulante

TEMPO DE TRABALHO NA ATIVIDADE	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Mais de 2 anos	1	-	1	3,6%
Mais de 5 anos	-	1	1	3,6%
Entre 7 a 9 anos	3	2	5	17,9%
Entre 12 a 15 anos	1	2	3	10,7%
Entre 15 a 20 anos	5	2	7	25,0%
Entre 25 a 30 anos	4	5	9	32,1%
Entre 45 a 58 anos		2	2	7,1%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

A permanência prolongada no comércio informal é resultante das condições estruturais, mas entendida como escolha para a maioria absoluta dos entrevistados. Apenas 32,1% desses trabalhadores entrevistados disseram que não escolheram realizar a atividade, contra 67,9% que afirmaram ter feito essa “opção” diante das realidades que vivenciavam. Ao defender predominantemente essa suposta escolha os ambulantes revelam em suas falas os diferentes motivos que os impulsionaram a essa árdua e cansativa tarefa. A “opção” por esse tipo de trabalho em relação ao sexo não aponta grandes diferenças, considerando que as proporções são relativamente semelhantes. Mas, os motivos que os impulsionaram a realização do trabalho foram apresentados de maneira bem diversificada, mas por razões semelhantes. Entre os vários motivos citados, dois se destacam como principais fatores que levaram a decisão de se submeter ao exaustivo e inseguro esforço de comercializar, a partir de uma lógica própria relacionada com as influências culturais e relações de amizades.

Tabela 9. Quanto a escolher trabalhar na rua

ESCOLHEU TRABALHAR NA RUA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
SIM	10	9	19	67,9%
NÃO	4	5	9	32,1%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Apesar dessa subjetividade que estamos reconhecendo, os principais motivos apontados nas falas relacionam-se com questões macroeconômicas, como o desemprego e outras dificuldades impostas pela recente precarização do trabalho e pela histórica superexploração do trabalho, que caracteriza o nosso capitalismo dependente. Esses fenômenos econômicos aparecem nas falas da seguinte maneira: 17,9% das pessoas disseram diretamente que foram para as ruas por conta do desemprego, esse grupo representa aqueles casos de pessoas mais jovens que não estavam encontrando trabalho, daí resolveram realizar comércio informal provisoriamente. Esse percentual somado a mais 7,2% de pessoas que afirmaram ter sido demitida por idade e por questão de saúde, totaliza 25% de casos motivados seguramente pela situação de desemprego, seja pelo não ingresso ou pela demissão, revelando que ¼ dos entrevistados estão na rua em consequência dos impactos da precarização social do trabalho na vida das pessoas.

Mas, além do desemprego, que aparece como mais citado entre os motivos que os conduziram a trabalhar nas ruas, os baixos salários são citados em 10,7% dos casos, quando a razão salarial é apontada diretamente. Em 21,4% dos casos a insuficiência dos salários é citada indiretamente, através da justificativa de que foram incentivados por pessoas conhecidas para ganhar mais do que estava recebendo em situações de exploração e humilhação. Em 14,3% dos casos aparecem outras razões de ordem financeira, como dificuldade econômica, no sentido de privação de necessidades. Todos esses motivos apontam para os baixos salários, portanto conjuntamente 46,4% da amostra estão nas ruas motivados diretamente pela renumeração injustiça e insuficiente. Tais condições de insatisfação e precariedade evidenciam a superexploração do trabalho como uma realidade endêmica no país,

que seguramente representa a origem do problema do trabalho no Brasil, empurrando tanta gente para a informalidade comercial.

Tabela 10: Motivos que levaram ao comércio ambulante

MOTIVOS DA ESCOLHA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Incentivo de pessoas *	2	4	6	21,4%
Desemprego	2	3	5	17,9%
Dificuldade financeira	3	1	4	14,3%
Baixos salários	1	2	3	10,7%
Fazer o que gosta	2	-	2	7,1%
Demissão	1	1	2	7,1%
Fazer o horário	1	1	2	7,1%
Falta de oportunidade	1	-	1	3,6%
Problema de saúde	1	-	1	3,6%
Tinha profissão perigosa	-	1	1	3,6%
Não se escolhe	-	1	1	3,6%
TOTAL	14	14	28	100%

* Para que pudesse ganha mais

Fonte: autoria própria

As dificuldades financeiras ocupam o terceiro lugar entre os motivos citados, em muitas falas as pessoas informaram que foram para as ruas para conseguir sobreviver, porque estavam enfrentando sérias privações materiais. Situações de extrema precariedade levam as pessoas para as ruas, sendo assim o comércio ambulante é resultante de fatores econômicos e políticos que inviabiliza as condições de trabalho. Este quadro de vulnerabilidade se agrava em contexto de crise, quando a precariedade se intensifica, conduzindo as pessoas a comercializar, às vezes, em concomitância com outra atividade. Após as razões de ordem financeira, relacionadas ao contexto desfavorável ao trabalho, se destacam duas motivações mais subjetivas relacionadas com a noção de liberdade, como “fazer o próprio horário de trabalho” e ter a oportunidade de “fazer o que gosta”, representando 7,1% da amostra cada um desses motivos. Aparece também de forma mais pontual a “falta de uma oportunidade melhor” que poderia estar relacionada com ambos os motivos predominantes. A falta de oportunidade, assim como “ter problema de saúde” e “ter uma profissão muito perigosa” são razões citadas em 3.6% dos casos sobre a mudança de rumo na trajetória ocupacional.

Estas últimas razões parecem contraditórias, diante do esforço físico necessário a atividade nas ruas e do risco que o comércio representa, até para quem tem ponto próprio, ainda mais para quem não tem o espaço garantido como direito, dependendo sempre da boa vontade política para a realização do negócio. Mas, como a "profissão perigosa" referida era de motoboy é perfeitamente compreensivo que passar a ser camelô significa uma mudança que traz alguma segurança, mesmo quando não há a permissão de trabalho. Problemas de saúde são impedimentos para vários trabalhos, mas como o comércio exige menor esforço físico dá para conciliar, porque o desgaste maior é arrumar e guardar a mercadoria. Trabalhar como camelô é mais leve em alguns aspectos e mais cansativos em outros, comparado aos serviços domésticos, por exemplo, é mais tranquilo, porque esses exigem maior disposição física para lavar, passar, cozinhar e arrumar tudo ao mesmo tempo. Mas, o trabalho dos ambulantes se torna extremamente desgastante quando não têm garantia do direito de uso do espaço para desenvolver a atividade.

O direito a ocupação do espaço é um aspecto definidor das condições do trabalho dos ambulantes na cidade. Como não há o reconhecimento do direito de uso do espaço para o trabalho, a ocupação do espaço é relativa e depende de boa vontade política, instalando uma tensão constante com intensa correlação de força. Em Salvador, como já foi dito, existe um procedimento administrativo que fornece licença para a realização das atividades comerciais informais, os interessados em obter o alvará de funcionamento precisam solicitar o licenciamento da atividade na SEMOP[171] - Secretaria Municipal de Ordem Pública. O pedido da autorização se faz através de requerimento da licença para desenvolver a atividade, após analisado e posteriormente avaliado *in loco,* o pedido é liberado, caso seja possível à instalação do equipamento no espaço solicitado. Quanto a licença a maioria (64,3%) dos ambulantes entrevistados possui a autorização municipal para trabalhar, sendo que entre esses muitos tem apenas o protocolo do cadastramento, mas não receberem o

[171]. Foi difícil obter informações na SEMOP, os dados parecem soltos e desorganizados e não há boa vontade em fornecer os documentos para análise. Para dificultar ainda mais a vida dos ambulantes a secretaria que funcionava no centro da cidade foi transferida para a BR 324, sendo estrategicamente deslocada para bem longe. A página da SEMOP na internet também não fornece muitas informações, mas mantem contem orientações quanto aos procedimentos para o pedido da licença para ambulante. Os formulários e a legislação disponível na página da SEMOC foram inseridos no final da tese.

DAM – Documento de Arrecadação Municipal, para o pagamento do tributo confirmando a licença oficialmente.

Tabela 11: Sobre ter licença de trabalho

LICENÇA DE TRABALHO	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
SIM	9	9	18	64,3%
NÃO	5	5	10	35,7%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Alguns lugares da cidade a prefeitura considera saturados e não libera mais licença de trabalho, inclusive, nas áreas mais concorridas realizou reformas na estrutura urbana, provavelmente para reduzir a concentração de ambulantes. Os "projetos de requalificação" em andamento na cidade, em geral, alteram profundamente a característica do lugar, com mudanças que geraram problemas para as pessoas que trabalhavam no local. Na atual gestão, a cidade que se tornou um balcão de negócios em relação aos bens públicos, a prefeitura tem vendido e privatizado os espaços públicos direta ou indiretamente, sendo realizadas obras em vários pontos da cidade ao mesmo tempo[172]. Algumas reformas são grandes e demoradas provocando transtornos e prejuízos para as pessoas que moram e trabalham nos locais, a exemplo dos bairros da Barra e do Rio Vermelho, que descaracterizaram os tradicionais espaços públicos na tentativa de mudar o perfil dos usuários do espaço, os tornando mais elitizados, voltados para os grandes empreendimentos comerciais e imobiliários.

Esse estilo de reforma não é novidade na Bahia, a requalificação do Pelourinho feita pelo avô do atual prefeito[173] iniciou uma sequência de desastrosas reformas, mesmo com altos investimentos e construções grandiosas. A reforma do Pelourinho expulsou os antigos moradores e usuários dos espaços tradicionalmente, causando

[172]. Este ponto sugere tratar da questão da dívida pública do município, em outro momento porque não temos condições de fazer neste trabalho, conforme dados da auditoria da dívida em Salvador a Prefeitura está endividada com empréstimos feitos para realização dessas obras.

[173] . O prefeito de Salvador, ACM Neto, que tem demonstrado intenção de resgatar o poder político do seu avô, que foi prefeito biônimo de Salvador e governador do estado nomeado durante o regime militar, se mantendo no poder após esse período como ministro da Comunicação do governo Sarney.

problemas inimagináveis para o comércio e para a vida local. A mesma coisa aconteceu agora com as reformas da Barra e do Rio Vermelho que expulsaram os trabalhadores que há anos usavam esses espaços como fonte de renda[174]. Pode parecer desnecessário tratar dessas reformas aqui, mas com essas vêm ganhando força a perspectiva da "cidade como mercadoria" (SOUZA GORDILHO, 20004) que busca transforma os espaços em "áreas empreendedoras" com mudanças que visam favorecer os grandes negócios.

No centro da cidade também aconteceram obras de requalificação, na Avenida Sete a proposta é polêmica e não tem agradado aos ambulantes que foram transferidos dos seus "territórios de trabalho" para os novos espaços destinados ao comércio informal. A insatisfação está relacionada com a impossibilidade de desenvolver um bom negócio em determinados lugares. Diante dessa realidade, decidimos investigar especificamente um grupo de vendedores ambulantes que foram relocados para uma dessas coberturas, como apresentamos no capítulo anterior. Por isto, a maioria dos ambulantes investigados tinha ponto fixo de trabalho quando foram entrevistados.

Tabela 12: Sobre ter ponto fixo de trabalho

TEM PONTO FIXO	**MULHER**	**HOMEM**	**TOTAL**	**TOTAL EM PORCENTAGEM**
SIM	13	11	24	84,7%
NÃO	1	3	5	14,3%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Do total dos 28 entrevistados, apenas 14,3% não tinham ponto fixo estabelecido, apenas uma mulher que decidiu dar baixa no cadastro que tinha

[174] . Na Barra foram retirados os vendedores de coco com quiosque fixo ao lado do farol, assim com diversos vendedores de bebida da área da praia foram impedidos de continuar trabalhando no local, só ficaram aqueles que regularizaram as dívidas da gestão anterior. No Rio Vermelho foi demolido o Mercado do Peixe espaço de bares e restaurantes populares com apenas cinco anos de reformado. As reformas mexeram principalmente nos espaços utilizados pelo comércio informal.

conseguido para a cobertura da Rua da Forca, voltando a atuar na calçada de forma irregular. Além dessa, apenas os três homens que trabalham circulando com seus carrinhos de café e som não possuem licença ou autorização. De todos os entrevistados, 75% eram fixos e tinham sido relocados para o novo espaço da Rua da Forca, onde foram cadastrados recebendo apenas um número de protocolo, que funciona como um documento provisório enquanto não recebem o documento de arrecadação tributária. Os ambulantes foram compulsoriamente transferidos de diversos pontos da avenida para esse novo espaço em fevereiro de 2014, atendendo as determinações da prefeitura que pretendia restabelecer a ordem no centro da cidade numa política de preparação da cidade para a Copa do mundo.

Ao perguntar para os ambulantes, como conseguiram ocupar o espaço que usam como território de trabalho, obtivemos respostas que apontam principalmente para a luta individual, quanto ao esforço de estabelecer o próprio negócio, pois 46,4% disseram que ocuparam sozinhos, sendo que desses, 14,3% fizeram cumprindo a ordem dada pela prefeitura.

Tabela 13. Forma como ocupou o espaço de trabalho

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM %
Sozinho/a	4	5	9	32,1%
Sozinho c/ ordem da PMS	3	1	4	14,3%
Transferidos PMS pela proximidade	4	2	6	21,4%
Ajuda do sindicato	2	1	3	10,7%
Ajuda de amiga/o	1	1	2	7,1%
Comprou o ponto	-	1	1	3.6%
Não ocupa espaço fixo circulando	-	3	3	10,7%
Total:	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Para o presidente de uma das associações[175] dos ambulantes, a construção da cobertura da Rua da Forca foi uma conquista da categoria que vinha reivindicando há anos esse espaço. Mas, surpreendentemente, os 75% que conseguiram obter ponto fixo nesse espaço, após dois anos de funcionamento apenas 32% dos

[175]. Vendedor de bijuterias e folheados que assume a liderança da ASSIDIVAN uma das entidades representativas dos ambulantes da Avenida Sete.

cadastrados para o local continuam com banca permanentemente no lugar, 28,5% desistiram de ficar por falta de venda, migrando para outros espaços da avenida ou até para outros empregos, 14,2% mantem o cadastro para o local, mas frequenta muito irregularmente, buscando realizar outras atividades em paralelo. Este dado é elucidativo porque demonstra que mais da metade dos transferidos não se adaptaram ao lugar e migraram para outros espaços, devido inclusive a experiência de tempo considerável na avenida, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 14: Tempo que trabalha no local.

TEMPO DE TRABALHO NO LOCAL	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
2 anos	2		2	7,2%
6 a 7 anos	3	1	4	14,3%
8 a 9 anos	3	2	5	17,8%
15 a 18 anos	3	3	6	21,4%
20 a 25 anos	1	3	4	14,3%
30 anos		3	3	10,7%
Não sabe precisar	2	2	4	14,2%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Nesses casos, a desistência do negócio foi decisivamente em função da transferência de lugar, pois essas pessoas atuavam há bastante tempo nas calçadas e largos da Avenida Sete nos "territórios de trabalho" ocupados por decisão pessoal, com licença posteriormente fornecida pelo prefeito anterior[176]. Antes dessa gestão mais tolerante, os ambulantes sofreram controle muito rigoroso, durante o mandato do deputado federal Antônio Imbassahy como prefeito de Salvador, período marcado por retirada de barracas e severa proibição do comércio em muitos espaços. Os ambulantes enfrentam essas mudanças de gestão, passando por períodos de liberação dos espaços públicos para outros em que a perseguição se instala. Desse modo, a existência e a permanência de ambulantes em determinados lugares depende da política adotada pela gestão municipal em relação ao comércio popular.

[176] . O melhor prefeito de Salvador para os ambulantes foi JH – João Henrique do PDT que por dois mandatos administrou a cidade com muita desorganização e sucateamento, mas com humanidade, por permitir o livre comércio, como os ambulantes ressaltam que na sua gestão tiveram paz e liberdade para trabalhar.

6.4. A SITUAÇÃO DOS AMBULANTES NO CENTRO DA CIDADE

A intensa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos do centro da cidade de Salvador é um problema de amplas dimensões, mal conduzido pela prefeitura que tem a prerrogativa de lidar com a questão. Os projetos de requalificação das áreas tradicionalmente ocupadas por esses trabalhadores informais, em geral, não consideram que esses espaços são fundamentais para a sobrevivência dos sujeitos. Os projetos são elaborados, provavelmente, visando interesses financeiros, por isso expropriam certos espaços enquanto estimulam a formalização das atividades informais em outros, demonstrando uma concepção empresarial e nada social. O projeto de reordenamento do centro tem como proposta tornar a Avenida Sete um "território empreendedor", como um "shopping a céu aberto" onde as coberturas instaladas nas ruas transversais foram concebidas como condomínios, com a orientação técnica do SEBRAE para que os ambulantes atuem como empresários.

A realidade dos ambulantes é bem mais complexa do que imagina os técnicos e funcionários envolvidos no projeto[177]. Esses trabalhadores enfrentam muitas barreiras e dificuldades, portanto precisam de apoio e de orientações coerentes com a atividade e não de soluções mirabolantes que contraditoriamente complicam a situação, principalmente em relação à ocupação do espaço. Ao serem relocados dos seus antigos "territórios de trabalho" para os espaços estabelecidos, esses vendedores se deparam com uma situação ainda mais difícil, precisando se readaptar a um novo local e nem todos conseguiram manter o negócio diante das dificuldades vivenciadas.

Quanto às vantagens e desvantagens de trabalhar no espaço coberto as informações quase coincidem, porque a principal resposta que apareceu para a primeira situação demonstra insatisfação diante da pouca vendagem. Os "estabelecidos" na Rua da Forca na grande maioria não vêm nenhuma vantagem em estar no espaço determinado pela Prefeitura, considerando que o lugar não tem tanto movimento de gente como na calçada. De fato, a circulação nas transversais é

[177]. O projeto de requalificação da Avenida Sete foi implementado em parceria da prefeitura, através da Fundação Mário Leal, com o SEBRAE e a UNIFACS, universidade particular que funciona na cidade desde 1972.

bem menor que na própria Avenida Sete, onde há intensa circulação de pessoas. A queixa veio principalmente das mulheres, pois das que foram relocadas para essa cobertura, 28% manifestou o problema com extrema preocupação por não conseguir vender nada. Quase 50% das mulheres não estão mais atuando no espaço, umas saíram para arriscar ficar na avenida mesmo de forma irregular, outras frequentam esporadicamente, intercalando o comércio com outras atividades de trabalho e outras desistiram da atividade. Os homens se mostraram mais satisfeitos com a relocação, pois apenas 3,2% se queixou do mesmo problema, enquanto 17,8% apontaram como vantagem a proteção que a cobertura dava ao trabalho, 28% ressaltaram que o movimento era bom porque estavam situados em pontos privilegiados e por isso dava para ganhar dinheiro. Essa posição dos homens não é um consenso no local, alguns se queixaram também da dificuldade de comércio, mas aqueles que negociavam com tecnologias não tiveram dificuldade de adaptação ao lugar, como trataremos melhor mais na frente ao analisar mais especificamente as mercadorias.

Tabela 15: Vantagens de trabalhar no lugar

VANTAGEM DO LUGAR	**MULHER**	**HOMEM**	**TOTAL**	**TOTAL EM PORCENTAGEM**
Nenhuma pq não tem movimento	8	1	9	32,1%
Cobertura pela proteção	1	4	5	17,8%
Movimento pelo ponto privilegiado	2	3	5	17,8%
Gostar e ter tempo livre	1	3	4	14,3%
Livre das perseguições	1	1	2	7,2%
Dá para ganhar dinheiro	1	1	2	7,2%
Não ter patrão ou bater cartão	-	1	1	3,6%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Dificuldade nas vendas é o pior problema para os vendedores ambulantes, eles trabalham na incerteza quanto ao faturamento, como todo comércio tem épocas boas, outras nem tanto e existem os períodos de crise. O sucesso do comércio ambulante, como já destacamos anteriormente, depende do espaço e do tempo, na medida em que a fiscalização tem períodos que é mais dura e em outros mais maleável. Todo ambulante, em alguma medida, precisa enfrentar o “rapa” como eles se referem aos agentes de fiscalização. Quando a licença está em dia, tudo se resolve tranquilamente, mas se há a proibição do comércio em determinada área e o

descumprimento da norma, os fiscais podem apreender a mercadoria, que para os ambulantes é um prejuízo que pode desestruturar suas existências. Numa vista a SEMOP presenciamos fiscais eufóricos e indignados relatando que tinham apreendido a mercadoria de um ambulante que tinha reagido mal à apreensão. Pela agitação dos agentes, que contava o fato a chefe de setor, imaginamos a cena do conflito, com o homem reagindo à fiscalização, que levou sua mercadoria que estava expondo encostado na parede de um convento. No local é proibido à permanência de ambulantes pela preservação estética para o turista ver, por se tratar de um patrimônio histórico.

Evidentemente que os ambulantes “estabelecidos” na cobertura da Rua da Forca não têm problema com a fiscalização, como enfrentavam antes, ao contrário, dos que estão fora, que em geral, precisam driblar os fiscais em caso de abordagem. Os “*outsiders”* sofrem mais com as perseguições de todas as ordens, sendo constantemente perseguidos. Mas, dois dos ambulantes *outsiders* não são perseguidos, talvez por serem vendedores de cafezinho, um trabalha circulando e o outro em ponto fixo sem licença à noite. Exatamente por causa dessas particularidades do espaço e do tempo e também pelo fato do café ser uma mercadoria inofensiva, considerada bebida de preferência nacional, esses não são importunados. Seguramente a principal vantagem de trabalhar em ponto fixo com licença, como na cobertura da Rua da Forca é a tranquilidade por não correr o risco de perder a mercadoria em caso de busca e apreensão. Trabalhar fora das áreas autorizadas é uma tensão constante, esses podem ser até agredidos pelos agentes municipais, sem falar no prejuízo que significa ter as mercadorias apreendidas, pois as multas são exorbitantes.

Ao contrário dos vendedores de cafezinho que utilizam carrinhos, os vendedores de mídia com carrinho de som são constantemente perseguidos por conta do barulho e da clandestinidade da mercadoria. Esses vendedores de mídia “pirata” são os que mais sofrem com as perseguições, ambos os entrevistados da amostra que atuam com esse tipo de equipamento tiveram seus carrinhos apreendidos, na época da Copa do mundo, quando houve uma operação “limpeza” da cidade para mascarar a aparência da cidade atendendo ao padrão exigido pela

FIFA[178]. Um deles conseguiu retirar o carrinho pagando uma multa de quase três mil reais, precisando tomar empréstimo para resgatar o equipamento. O outro não teve condições de fazer o mesmo, construiu um novo carrinho, assumindo o prejuízo sem desistir de trabalhar com o que gosta, por forte identificação pessoal com a música.

Quanto aos equipamentos, há muitas diferenças entre a situação de trabalho dos "estabelecidos" e dos "*outsiders*", ou seja, quem está instalado nas coberturas precisa utilizar as barracas padronizadas, fornecidas pela Prefeitura, enquanto os outros fazem uso das suas próprias tecnologias adaptadas. Então, quem está nos espaços oficiais tem a obrigatoriedade de trabalhar com as barracas de ferro, equipamento pesado para uso externo, que representam uma despesa a mais para os vendedores, porque essas não podem ficar no espaço a noite, gerando a necessidade de alugar um depósito para guardá-las juntamente com a mercadoria. Se os espaços cobertos fossem elaborados para beneficiar os ambulantes, deveriam ser gradeados nas laterais com possibilidade de fechar a noite, pois assim poderiam deixar as barracas. Desse modo, é um problema impor a utilização desse equipamento em espaço aberto, sem estrutura para o atendimento as necessidades básicas dos ambulantes, por aumentar os custos com depósito para as mercadorias e a barraca, o que requer o serviço de carregadores[179].

Os ambulantes instalados por conta própria nas calçadas e praças da cidade utilizam bancas de madeira, carrinhos, telas, suportes, etc. como equipamentos mais práticos que inclusive se adaptam melhor ao tipo da mercadoria. Tem gente que possui pouca mercadoria para expor numa barraca grande, uma mesa cavalete resolveria o problema. O peso da barraca é um problema para quem não pode pagar o depósito, por serem quase idosos cansados de uma vida de muito trabalho sem conforto. Sendo assim, impor o uso desnecessário dessas barracas padronizadas, especificas para áreas abertas, não ajuda os ambulantes, ao contrário, representa um custo a mais, que poderia ser evitado. Esse ponto demonstra como o projeto

[178] . Como a Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil, teve jogos na Arena Fonte Nova em Salvador, localizada no centro histórico, as reformas das áreas centrais foram parte da preparação da cidade para o campeonato, atendendo as exigências da Federação Internacional de Futebol Associado - FIFA.

[179] . Os carregadores representam uma categoria significativa de prestadores de serviços na informalidade que atendem as necessidades dos ambulantes, sendo responsáveis por guardar as mercadorias e de trazer de volta no outro dia. Os carregadores geralmente deixam a barraca montada e são, em geral, contratados informalmente pelos proprietários dos depósitos. A categoria também merece estudos específicos.

“Avenida Sete Território Empreendedor” não atende as necessidades dos ambulantes.

A proposta de transformar a avenida num “shopping a ceú aberto”[180] visa principalmente a formalização dos ambulantes, para aumentar a arrecadação municipal. A construção desses espaços sem infraestrutura, como meras coberturas de acrílico, evidencia esse descaso, por serem implantadas para ordenar os vendedores os retirando das calçadas por incomodar os comerciantes. A presença dos ambulantes é mais intensa nos espaços livres de tais exigências e que tenham movimento espontâneo de pessoas, como nas calçadas da Avenida Sete ou nas transversais com intenso fluxo de pessoas. Trabalhar circulando com suas próprias tecnologias adaptadas certamente é mais favorável ao negócio do que ficar parado em um lugar pouco movimentado.

6.5. O CAPITAL E AS MERCADORIAS EM CIRULAÇÃO

Deste modo, o sucesso do negócio ambulante depende, entre outras coisas, das mercadorias comercializadas, porque têm produtos que são mais vendáveis do que outros em determinados lugares. A diversidade dos produtos oferecidos pelos ambulantes é enorme, até quando se trata de gêneros específicos como alimentos ou acessórios tecnológicos. Na Bahia, os vendedores de alimentos são de inúmeros tipos, com destaque para as famosas baianas de acarajé[181], tradicionalmente reconhecidas pela representatividade da cultura baiana. Por vender alimentos de caráter cultural, as baianas têm privilégios na ocupação dos espaços. No recente reordenamento da Avenida Sete, só as baianas e os carrinhos de água de coco puderam continuar ocupando espaço nas calçadas, nada mais justo mantê-las nesses territórios de trabalho, afinal essas fazem parte da história e do cotidiano da cidade. Em torno delas quase sempre se reúnem frequentemente uma quantidade significativa de pessoas degustando suas delícias, as baianas e os demais

[180]. Conforme declarou a secretaria Rosemma Maluf da SEMOP, a respeito da intenção do projeto em reportagem de jornal.

[181]. As baianas de acarajé são consideradas, desde 2004, Patrimônio da Humanidade pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). Além desse título, em 2012 as baianas ainda foram reconhecidas como Patrimônio Imaterial da Bahia e Patrimônio Cultural de Salvador.

vendedores de alimentos têm enorme funcionalidade na cidade, suas iguarias e lanches caseiros alimentam os assalariados precarizados do comércio, os estudantes e outros trabalhadores sem salário.

Os dados empíricos desta pesquisa demostram situações bastante variáveis quanto às condições de trabalho, com semelhanças e contradições nas formas como esses trabalhadores (as) enfrentam a ocupação do espaço urbano. Essas questões em alguma medida apontam para a dimensão do negócio, a depender das mercadorias comercializadas e da renda auferida diante da grande variedade de produtos colocados em circulação pelos ambulantes no centro da cidade. O comércio popular movimenta de tudo, mas em determinadas áreas se vende predominantemente certas mercadorias, enquanto em outras há uma tendência à diversidade. Listamos dezessete tipos diferentes de produtos colocados à venda pelos ambulantes pesquisados, número calculado por baixo, tentando agregar os produtos por tipo. Esses trabalhadores dinamizam muito o mercado divulgando as mercadorias que colocam em circulação, até porque precisam dispor de capital para aquisição, que muitas vezes tomam de empréstimo ou aplicam o que receberam de rescisão contratual. As mercadorias comercializadas pelos ambulantes no centro são predominantemente importadas, os populares produtos *made in China* que ganharam as bancas dos camelôs desde a década de 1990, quando houve a abertura do mercado para o comércio externo.

Tabela 16: Tipos de mercadorias comercializadas

MERCADORIA	MULHERES	HOMENS	TOTAL
1. Bolsas chinesas/nacionais e cuecas	2	2	4
2. Variedades chinesas/nacionais	2	2	4
3. Capas e acessórios p celular chineses	-	2	2
4. Confecção de Tobias Barreto	2	-	2
5. Cafezinho	-	2	2
6. Artesanato e variedades chinesas	2	-	2
7. Mídia de MP3	-	2	2
8. CD pirata e variedades chinesas	-	1	1
9. Chapéus chineses e nacionais	-	1	1
10. Bijuterias e acessórios chineses	1	-	1
11. Maquiagem e acessórios chineses	1	-	1
12. Jogos e acessórios para games chineses	-	1	1
13. Roupa íntima	1	-	1
14. Lenços e echarpes	1	-	1
15. Panos de prato e chão, pisos e tapetes.	1	-	1
16. Sandálias e chinelos nacionais	1	-	1

17. Cerveja e bebidas	-	1	1
TOTAL	14	14	28

Fonte: autoria própria

As mercadorias importadas de origem chinesa chegam às ruas facilmente porque existem várias lojas de chineses no centro da cidade, que vendem produtos no atacado, inclusive, quando não se exige nota fiscal o desconto na compra pode ser maior. Os ambulantes colocam em circulação os produtos comprados dos chineses que residem em Salvador desenvolvendo formalmente seus negócios como comerciantes de lojas e restaurantes. Existem também os sacoleiros chineses que passam oferecendo mercadorias na informalidade. A comunidade chinesa na cidade é significativa e merece investigação em outras pesquisas, nos faltou fôlego para aprofundar a questão da importação dos produtos, apesar de reconhecer a importância desse detalhe.

As mercadorias mais vendáveis e que geram mais lucro aos camelôs são seguramente as coloridas capas para celular e os acessórios tecnológicos para esses aparelhos, produtos que proporcionalmente requer maior investimento financeiro e escolaridade. Os produtos mais procurados atualmente são essas capas protetoras para celular e outros acessórios tecnológicos como chips, películas, fones, carregadores, etc. Mas, o que mais aparece sendo oferecido nas bancas são as utilidades domésticas, os acessórios estéticos e miudezas.

Como em todas as épocas o que tem mais saída no comércio ambulante são as “mercadorias de época”, como se referem ao produto da moda. Por isto, a grande procura e circulação do momento são as capas que mudam o visual do celular protegendo o aparelho. A tecnologia de comunicação confere *status* e talvez por isto desperte tanto interesse por esses acessórios. A intensa circulação desses produtos está relacionada com o crescimento do consumo de serviços de comunicação que virou uma fonte de satisfação e ostentação. Mesmo em condições de pobreza, ou em situações de crise e desemprego, muita gente investe capital em celular, por necessidade de comunicação e porque o aparelho confere algum prestígio social.

Neste sentido, constatamos que o sucesso das mercadorias no comércio popular revela a subjetividade do consumo. Depois dos acessórios tecnológicos, são

os produtos estéticos que se destacam no comércio popular, tanto na oferta quanto na procura, considerando que bolsas, chapéus, óculos, roupas, lenços são mercadorias de necessidade básica que atendem ao campo da estética, juntamente com bijuterias, maquiagens, protetores musculares, etc. A variedade desses produtos é enorme, mas a predominância das bolsas e mochilas, dos óculos e das roupas íntimas evidencia que a procura por esses produtos aponta para interesses na ordem das necessidades de proteção e de prazer relacionado com o corpo.

O comércio popular tende a oferece as mercadorias mais procuradas pelas pessoas, os ambulantes pesquisam quais produtos que têm saída até encontrar a mercadoria que dê lucro, pelo menos por um tempo. Ao perguntar por que escolheu vender esse tipo de mercadoria, ouvimos coisa do tipo: “[...] porque acho que vende”, “[...] porque é a necessidade do momento” “[...] porque gosto de moda e acho que vende mais”, “[...] porque gosto de trabalhar mais com mulher”, “[...] porque os conhecidos já trabalhavam com isso”. Além dessas curtas respostas saíram justificativas interessantes para a escolha da mercadoria como:

> “[...] Porque na época era o que tava vendendo, a gente tem que tá sempre inovando, já vendi muita coisa, a maioria chinesa.” (Carlito, 35 anos)
>
> “[...] Antes vendia celular e depois passei a vender capa, porque é o produto que tá no auge”. (Joelson, 36 anos)
>
> “[...] Sempre vendi bolsas, porque eu mesmo produzindo o lucro é maior, mas vendo também produtos chineses. (Antonieta, 52 anos)
>
> “[...] Não escolhi, fui identificando com o tempo o que vendia. Antes vendia capas e controles para TV, porque no tempo a mercadoria era barata. Vou mudando a mercadoria conforme o tempo. Tem mercadoria de época como a sombrinha”. (Adson, 52 anos)

Essas respostas evidenciam como as mercadorias são variáveis com o tempo e com o espaço, que os produtos mais vendidos são aqueles que estão na moda e em locais de circulação de pessoas. O vendedor precisa identificar qual mercadoria produz bom resultado de venda e como isso depende do espaço, geralmente os ambulantes procuram vender um produto diferente dos que estão sendo oferecidos por perto. A ambulante que vende maquiagem, por exemplo, disse que escolheu o produto porque ninguém vendia na Rua da Forca, enquanto outra, ao contrário,

disse que não tem noção de vendas e que foi orientada a vender miudezas e a pagar o INSS.

Pagar a previdência social não é algo pensado e concretizado por todos os ambulantes, muitos dizem que acham importante pagar, mas que não conseguem porque o dinheiro é pouco e não sobra para isso. O dado quanto ao pagamento do INSS mostra como os ambulantes estão desprotegidos por não pagar a previdência, pois dos entrevistados, 53,6% não paga o INSS e apenas 46,4% pagam. A situação é preocupante porque mais da metade não paga, o que é uma contradição por serem autônomos com renda acima do padrão salarial. A única exceção por não pagar devidamente, é do senhor que já está aposentado, os demais disseram que pararam de pagar devido a crise e por outras questões relacionadas as despesas com a manutenção da vida. Enquanto outros assumiram que nunca pagou porque o dinheiro que ganham é tão pouco que mal dá para sobreviver. De fato, as despesas são muitas e caras para quem vive em Salvador, pagar aluguel, água, luz, comida, transporte, remédio, depósito para guardar as coisas são despesas constantes e pesadas para quem precisa arcar contando com renda variável e incerta.

Tabela 17: Quanto ao pagamento da Previdência Social

SE PAGA O INSS	**MULHER**	**HOMEM**	**TOTAL**	**TOTAL EM PORCENTAGEM**
SIM	6	7	13	46,4%
NÃO	8	7	15	53,6%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

De fato, a lucratividade no comércio popular não é garantida para todos, os ambulantes têm muita dificuldade de manter um capital de giro para administrar o negócio sem precisar recorrer a empréstimos. Muitos ambulantes disseram que têm dívidas, por que tomam dinheiro emprestado a agiotas para pagar depois. Ao perguntar sobre o capital utilizado na aquisição das mercadorias, se é próprio, de empréstimo ou se compra para pagar depois, apareceram todas as situações, às vezes num mesmo caso. A maioria dos ambulantes, ou seja, 35,7% disseram que compram as mercadorias aos poucos com capital próprio que vai adquirindo com as

vendas. Depois desses que conseguem manter um capital de giro, 25% dos ambulantes toma empréstimo a agiota e 7,1% fazem empréstimo em banco. Tem gente que compra a vista, outros no cheque ou no cartão para quem dispõe desses recursos ou de alguém que possa emprestar. Como o comércio depende muito da época, do lugar, do produto e principalmente do preço, o lucro é muito variável, portanto a renda dos ambulantes também tende a ser incerta, no sentido de que pode ser boa em determinados meses e mais fraca em outros.

Tabela 18: Capital para aquisição das mercadorias

CAPITAL PARA AQUISIÇÃO	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Capital próprio	3	7	10	35,7%
Empréstimo a agiota	3	4	7	25,0%
Compra à vista	2	1	3	10,7%
Empréstimo a banco	2	-	2	7,1%
Compra no cheque	2	-	2	7,1%
Capital próprio, no cartão e para pagar depois.	-	2	2	7,1%
Compra p pagar depois	1	-	1	3,6%
Toma empréstimo e compra no cartão	1		1	3,6%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Ao perguntar sobre a renda mensal ou semanal muita gente deve dificuldade em precisar e até em estimar. A grande maioria dos ambulantes ganha mais que um salário mínimo, porque apenas uma pessoa disse que ganha R$400, enquanto 25% disseram que ganham mais ou menos o salário mínimo. Os demais fazem bem mais que um salário mínimo, sendo que 24,9% estimam que tenha renda entre 1.000 e 1.200 reais, enquanto 14,2 % tem renda entre 1.600 a 2.000 reais, o que equivale a mais de dois salários mínimos. Supreendentemente 10,7% tem faturamento de mais de 3.200 reais, o que corresponde a quatro salários mínimos mensais ou um salário mínimo por semana. Por fim, 14,2% disseram que não sabem precisar a renda e 7,1% não quiseram informar, talvez por medo ou desconfiança[182]. Esses dados confirmam a tese da superexploração do trabalho, porque os ambulantes mesmo

[182]. A pesquisa como os ambulantes é difícil, porque esses falam pouco e demostram desconfiança quanto a pesquisadora, achavam que eu poderia ser jornalista ou funcionária da prefeitura querendo sabe qual a renda deles para em cima desse valor calcular o preço do DAM, que os mesmos aguardam com preocupação. Tive que fazer várias visitas para conquistar a confiança de alguns vendedores (as) que só depois de muito tempo concordaram em me conceder entrevista.

enfrentando tantos obstáculos e com tantas despesas conseguem atingir renda superior ao salário mínimo.

Tabela 19: Nível de renda mensal estimada

NÍVEL DE RENDA EM REAL	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
+- R$ 400	1	-	1	3,6%
+- 1 salário mínimo	5	2	7	25%
+- R$ 1.000	1	3	4	14,2%
+- R$ 1.200	1	2	3	10,7%
+- R$ 1.600 ou 2 salários mínimos	1	1	2	7,1%
+- R$ 2.000	-	2	2	7,1%
+- R$ 3.200 ou 4 salários mínimos	1	2	3	10,7%
Não sabe precisar	3	1	4	14,2%
Não quis informar	1	1	2	7,1%
TOTAL	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

A renda é um indicador importante porque confirma que os ambulantes conseguem ganhar mais com a atividade comercial do que se estivessem nos empregos assalariados, que tiveram ou no nível salarial que poderiam encontrar. Isto é muito claro para os ambulantes, que em geral, têm plena consciência dessa realidade. A trajetória ocupacional desses sujeitos revela a transitoriedade entre empregos assalariados e trabalhos por conta própria, com a desistência de empregos formais para se aventurar no mercado informal, na esperança do comércio ser uma opção que garanta maior renda, confirmando a pesquisa de Bila Sorj (1993) de que o comércio informal não é a primeira atividade ocupacional dos ambulantes.

A trajetória ocupacional dos sujeitos investigados aponta que 82,1% desses tiveram experiência de trabalho com carteira assinada, enquanto apenas 17,8% nunca tiveram emprego nessa condição. Esses números mostram que quase todos os vendedores ambulantes passaram por empregos formais, evidenciando percursos marcados pela transitoriedade ocupacional, com experiências laborais no mercado de trabalho considerado formal. As experiências de trabalho foram diversas, mas as trajetórias têm em comum o fato desses, em algum momento da vida, desistirem desses empregos e de procurar outros possíveis, para se inserir no comércio popular. A mudança de percurso profissional é quase sempre conduzida

pelos mesmos motivos, baixos salários, associados à falta de liberdade, permeada por abusos e assédios dos patrões. Esses trabalhadores por conta própria buscam nas transações comerciais uma atividade que propicie maior renda com mais liberdade, fazendo seus próprios horários de trabalho.

Tabela 20: Trabalho com carteira assinada

TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Já tiveram carteira assinada	11	12	23	82,2%
Nunca assinaram a carteira	3	2	5	17,8%
Total	14	14	28	100%

Fonte: autoria própria

Sobre se gostaria de ter ou voltar a ter carteira assinada, 57,1% respondeu não com bastante firmeza, sendo que os homens foram predominantes nessa posição. Apenas 32,1% das pessoas afirmaram que gostariam de ter carteira de trabalho assinada, principalmente às mulheres mostraram interesse nessa condição de trabalho. As justificativas para a falta de interesse nos empregos assalariados, mesmo com carteira assinada, remetem ao desejo de liberdade e de ganhar mais, vontades que reforçam a decisão da desistência desse campo para ingressar no comércio popular. Os homens se posicionam negativamente sobre não ter vontade de ter carteira assinada, dizendo assim:

> "[...] Oxe, pagamento fuleiro. Eu não quero não, meus irmãos todos trabalham com café. Nenhum trabalha com carteira assinada".(Edvaldo, 30 anos)
>
> "[...] Não vale a pena porque perde a liberdade, não gosta de patrão". (Mário, 44 anos)
>
> "[...] Não é vantagem, porque se acabava muito sem ganhar quase nada. O que conseguiu juntar foi trabalhando para si mesmo". (Ivanildo, 49 anos)
>
> "[...] Não, saiu porque o salário era muito pouco. No período que trabalhava mantinha a banca com funcionário". (José, 45 anos)
>
> "[...] Ganharia muito menos como garçom, muitos restaurantes não pagam nem os 10%".(Washington, 34 anos)
>
> "[...] O trabalho informal me dá melhor possibilidade de sobrevivência." (Jaelson, 35 anos)
>
> "[...] Neste país, passou de 40 anos tá velho. O ramo que poderia me inserir era do comércio, não quero ser escravizado". (Valdir, 52 anos)

Os poucos homens que manifestaram vontade de ter um emprego com carteira assinado, se expressaram assim:

> "[...] Só de fosse para ganhar mais de 1.000 reais, para ganhar salário mínimo não quero. O tempo como ambulante tá perdido porque não pagou nada". (Hamilton, 52 anos)

> "[...] A idade tá chegando, se achasse uma oportunidade boa. Mas não dá para trabalhar por um salário." (Anísio, 58 anos)

Tabela 21: Sobre ter carteira de trabalho assinada

GOSTARIA DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	MULHER	HOMEM	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
Sim	6	3	9	32,1%
Não	5	11	16	57,1%
As vezes sim, outras não	1	-	1	3,6%
Sim, mas a idade não permite	1	-	1	3,6%
Tem carteira assinada	1	-	1	3,6%
TOTAL	**14**	**14**	**28**	100%

Fonte: autoria própria

As mulheres ao contrário dos homens manifestaram desejo de conseguir um emprego, justificando assim essa posição:

> "[...] Procuro plantão como enfermeira para complementar a renda da venda" (Soraia, 62 anos)

> "[...] Sim. Estou procurando porque é mais garantido e seguro" (Silvana, 27 anos)

> "[...] Se arranjar um emprego na indústria de costura, largo o comércio, no caminho que vai seria melhor" (Luizella, 52 anos)

> "[...] Sim. Para terminar de contar os tempos de se aposentar, porque aqui também é muito desgastante e cansativo." (Janaina, 51 anos)

Estas falas reforçam a tese da superexploração como razão para a "escolha" pelo comércio popular, porque muitos dizem que até gostariam de ter um trabalho com carteira assinada, mas que não dá para se submeter ao nível do salario mínimo, por uma questão de sobrevivência. Mas, são muitas as barreiras e dificuldades vivenciadas pelos ambulantes nos espaços públicos onde realizam suas atividades comerciais, fato que os levam a sonhar com algo melhor, como abrir uma

loja ou voltar para o interior, mas fora dessas situações, a grande maioria pensa em continuar na ativa “[...] até quando Deus quiser”.

6.6. O DIREITO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO UTOPIA DO TRABALHO

A ocupação do espaço e o reconhecimento do direito de usá-lo para o trabalho é o maior desafio enfrentado pelo vendedor ambulante, porque os espaços públicos estão cada vez mais disputados nos locais movimentados das grandes cidades, produzindo tensões e conflitos nas relações de força principalmente nas áreas comerciais e históricas. Procuramos investigar como esses trabalhadores conseguiram ocupar o “território de trabalho”(QUEIROZ, 2015) nos espaços públicos centrais da cidade e se tiveram dificuldade de conseguir a licença da ocupação. Constatamos que os ambulantes conquistaram esses espaços ocupando sozinhos um lugar na rua. Ao relatar seu processo de ocupação do espaço um homem disse assim: “[...] invadi no queixo” se referindo à forma como conseguiu o local que ocupava indevidamente na Avenida. Ele tinha licença para trabalhar no Beco do Mocambinho, transversal coberta, mas não pode permanecer pela falta de movimento. A ocupação dos “territórios de trabalho” geralmente acontece por decisão pessoal inspirada ou incentivada por outras pessoas que trabalham no local.

Muitos homens e mulheres ocuparam os espaços na coragem de quem está com muita necessidade de trabalhar e por isso encara qualquer situação. Outros ocupam apoiados por amigos e parentes que trabalhavam na área. Quem está instalado na Rua da Forca foi obrigatoriamente transferido dos lugares que atuavam antes, sendo relocados pela prefeitura em fevereiro de 2014, quando foram concluídas as obras de instalação das coberturas do centro como parte da preparação da cidade para a Copa. Os ambulantes da cobertura da Forca passaram a ter licença de trabalho, porque estão no local destinado pelo poder público. Apesar de terem sido compulsoriamente transferidos dos seus pontos originais, esses ainda não receberam o DAM[183], oficializando a licença com o pagamento da tarifa pública.

[183] Após dois anos de transferência os ambulantes da rua da Forca continuam sem receber o DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

Atualmente, o que mais revolta os transferidos para a cobertura da Rua da Forca é que com o tempo outros ambulantes ocuparam seus antigos “territórios de trabalho” na avenida.

O direito ao uso do espaço público como “território de trabalho” foi foco desta investigação, considerando a importância do espaço para a realização do negócio ambulante. Na cidade de Salvador existem espaços que foram tradicionalmente ocupados pelos ambulantes, que mesmo sendo em local não apropriado a prefeitura reconhece á ocupação e não cria problema. Um desses pontos, de intensa concentração consolidada de vendedores em área indevida, é a calçada entre os shoppings Lapa e Piedade no centro da cidade. Na rua estreita que liga esses dois equipamentos comerciais estão instalados mais de 30 ambulantes, ocupando parte da calçada e da pista por onde passam as pessoas que circulam entre os shoppings. Segundo o presidente de uma associação da categoria, a área foi uma conquista da categoria que conseguiu manter a ocupação, mesmo com o atual processo de reordenamento do centro. Essa rua enladeirada e estreita tem uma significativa concentração de ambulantes, provavelmente da época do prefeito anterior, mas de fato foi uma conquista da categoria preservá-la.

A ocupação da calçada da frente do Shopping Lapa é uma conquista mais recente da categoria, segundo o presidente da entidade associativa, nessa nova gestão. Alguns ambulantes reconheceram que conseguiram ocupar um espaço na Rua da Força com a ajuda e indicação dos sindicatos, que participaram do processo de reordenamento dos camelôs juntamente com os técnicos da prefeitura. As entidades representativas dos ambulantes ganharam força com a requalificação do centro, porque essas apenas existiam informalmente, sendo formalizadas a partir da convocação para participar das reuniões e das ações de reordenamento da Avenida Sete. Para o presidente da ASSIDIVAN, os ambulantes nunca foram tão respeitados e ouvidos como nesta gestão, mas o discurso é tão carregado de elogios exagerados e de explicações que defendem a Prefeitura e a figura da secretaria a frente do processo, que deixa dúvidas em relação à veracidade das informações. Existem três organizações desses trabalhadores no centro, mas essas organizações foram cooptadas para comandar o processo de arrumação da cidade para a Copa. As falas dos representantes da categoria demonstram extrema satisfação com o processo de reordenamento da Avenida Sete, para eles houve muitos ganhos na

condução do processo. Mas, não há consenso quanto a isso entre os próprios ambulantes, nem todos reconhecem os sindicatos com entidades representativas, pouquíssimos são filiados, apesar de alguns terem afirmado que quem definiu o espaço de cada um na cobertura da Rua da Forca foi o pessoal do sindicato.

Quanto à licença para a ocupação do espaço para o trabalho a maioria dos ambulantes disse que não teve dificuldade de conseguir, mas outros tiveram muita dificuldade para ter o direito reconhecido ao uso do "território de trabalho". De fato, o direito à cidade para o direito ao trabalho não é assegurado a todos os que se habilitam a tarefa de comercializar pelos espaços públicos. Existem aqueles que sabem que não têm como conseguir licença, por se tratar de atividades consideradas ilegais, portanto trabalham circulando com seus carrinhos, se arriscando na ilegalidade de suas práticas. Muitos ambulantes não fazem questão de licença por preferirem à condição itinerante, que pode ser mais promissora. Mas, existem os ambulantes que prezam pela licença e correram atrás da autorização. Diante dessas variações quanto ao entendimento sobre a ocupação do espaço, das formas de uso do mesmo e do tempo que utiliza os "territórios de trabalho", interessa saber quais as perspectivas e sonhos desses trabalhadores que dependem de tantos fatores para garantir a sobrevivência.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas em suas trajetórias ocupacionais como trabalhadores do comércio informal, muitos afirmam veementemente que preferem continuar desenvolvendo a atividade comercial a se submeter aos empregos assalariados precarizados disponíveis no mercado. Desse modo, os ambulantes enfrentam com coragem e resistência à luta no comércio popular, contando com a ajuda significativa dos colegas, que enquanto vizinhos de banca trocam favores ao olhar a banca do outro, quando precisam se ausentar por alguns minutos. A relação entre os ambulantes em geral é boa, há ajuda mútua e solidariedade entre eles, mesmo com a competição e concorrência que inevitavelmente existente. As barreiras são reais, as jornadas são longas e cansativas, as despesas são muitas e pesadas, mas ainda assim muitos pretendem permanecer na área. O segredo dessa persistência em um campo incerto e inseguro está na renda que, em alguma medida, compensa os esforços e os desgastes, mas requer muita luta e resistência.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos demonstrar a complexidade do mercado de trabalho livre em Salvador a partir da sua origem e formação, considerando a estrutura escravista do mercado colonial que se instalou na cidade para atender aos interesses externos. O sistema de ganho, que fazia parte da escravidão brasileira, permitia que alguns escravos trabalhassem livremente nas ruas realizando atividades de comércio e de serviço. Os ganhadores e ganhadeiras que trabalhavam com comércio tinham mais chance de acumular dinheiro para adquirir a alforria, portanto a atividade comercial sempre representou uma possibilidade de ascensão social. No começo da cidade capital colonial, o comércio era forte e reunia diferentes níveis de comerciantes deixando uma tradição no mercado de trabalho que se constituiu a partir dessas circunstâncias.

A escravidão negra teve como função atender as necessidades econômicas das colônias, que precisavam de mão-de-obra para tocar a produção, sendo que os países dominantes recorreram a essa mão-de-obra porque era mais barata e melhor se adaptava ao tipo de trabalho desgastante dos canaviais. Desse modo “[...] os negros eram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas dos índios na América”. (WILLIAMS, 1975, p. 13). A expropriação da terra e a exploração do trabalho são fatos passados, ainda presentes na história da América Latina, principalmente por ter provocado o abominável extermínio de muitas nações indígenas, que não se submeteram ao processo de dominação. O capitalismo industrial se consolida através do colonialismo que explora sem piedade, instituindo o trabalho assalariado para os brancos europeus, contraditoriamente a escravidão utilizada como método de acumulação.

A coexistência de diferentes categorias de trabalhadores urbanos desencadeou a formação dos “cantos de trabalho” (REIS, 2000) enquanto espaços públicos destinados à concentração de trabalhadores “quase livres” que atuavam coletivamente. Esses trabalhadores circulavam nas ruas com a permissão dos seus donos, no caso dos escravos, ou sob a autorização e

fiscalização da polícia quando eram libertos ou livres. O controle do trabalho quase livre nas ruas produziu resistências e conspirações por parte dos trabalhadores que se organizaram na famosa greve negra que parou Salvador. O movimento grevista evidenciou a força e importância desses trabalhadores na época para o funcionamento da cidade. Nas estruturas sociais de Salvador aparecem à figura do vendedor ambulante, categoria com grande funcionalidade para o sistema capitalista, demonstrando a heterogeneidade do mercado de trabalho e as especificidades da classe trabalhadora urbana em situação de industrialização tardia e capitalismo dependente.

O debate sobre o subdesenvolvimento problematizou, em alguma medida, a questão da informalidade ao questionar as relações de dominação que reproduzia a subordinação ao desenvolvimento dos países centrais. A questão social da informalidade na sociedade brasileira está diretamente relacionada aos processos históricos que desencadearam o capitalismo dependente no Brasil, concentrando grande parte da população nos centros urbanos sem condições de absorvê-la no chão das fábricas. A intensa concentração populacional em favelas e periferias, com tanta terra inabitada no país, é uma contradição perversa que empurra os indivíduos para subempregos no campo dos serviços ou para atividades de comércio popular. A intensa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos das cidades mostra que essa questão social é também urbana, pois os desempregados e os desencantados com as condições do assalariamento, mesmo sem noção dos riscos e sem habilidade para o comércio, se inserem no campo da circulação.

Deste modo, os vendedores ambulantes são trabalhadores tradicionais úteis ao capital por realizar a dimensão da circulação, etapa indispensável à produção e evidentemente a acumulação. As evidências empíricas da nossa pesquisa demonstram a relevância dessa parcela ampla desses trabalhadores, que, em geral, fazem parte da categoria dos trabalhadores por conta própria (PRANDI, 1978), dos que trabalham para si mesmo, desenvolvendo atividades de comércio ou de prestação de serviços. Os trabalhadores informais realizam atividades sem salário ou são assalariados sem registro na carteira de trabalho. Os ambulantes que trabalham por conta própria se distinguem dos

assalariados, por não ter salário nem os direitos trabalhistas, a menos que contribuam para o INSS como autônomos. Os trabalhadores que atuam como auto empregadores se consideram autônomos e são denominados como “conta própria”, tanto na literatura quanto nas fontes de dados estatísticos, a exemplo do IBGE. Portanto, o debate sobre a informalidade requer o uso dessa categoria, que não pode ser generalizada, mas ajuda na especificação.

A ampla classe dos trabalhadores que atuam no comércio nos espaços públicos é heterogênea e bastante diversificada quanto à forma como realizam a atividade e também quanto às relações de trabalho, porque apesar da predominância dos que trabalham por contra própria, encontramos ambulantes assalariados com e sem carteira de trabalho assinada. As categorias que os unificam não dão conta da diversidade de tipos de trabalhadores que se distinguem, principalmente, pelo volume de capital e trabalho empregados no negócio. O trabalho dos vendedores ambulantes tem como princípio básico a troca, a partir da compra e venda de mercadorias, na perspectiva do lucro. Mas, para alcançar renda que supere o investimento como resultado dessas transações, é necessário reproduzir a lógica capitalista da acumulação pela exploração do trabalho, embora mesmo assim nem sempre consigam atingir a meta idealizada, diante dos custos que encarecem o negócio gerando a dependência de empréstimos. Com muita luta individual e resistência cotidiana para garantir a ocupação dos seus “territórios de trabalho” (QUEIROZ, 2015), os ambulantes se mantêm no mercado, enfrentando as barreiras e a desproteção social.

Nesta pesquisa, constatamos que a complexidade da informalidade está relacionada a fatores macroeconômicos e políticos que foram historicamente impostos a América Latina, gerando uma situação crônica de dependência que não permitiu a formação de um sólido mercado de trabalho nos países latino-americanos, capaz de absorver a grande parte da população economicamente ativa. No Brasil, com o crescimento das cidades e a não integração de metade da população no modo de produção capitalista se constituiu um enorme exército de reserva sempre disponível ao capital. Essa superpopulação excedente (MARX, 1985) para sobreviver engrossa a informalidade, principalmente, nas atividades de comércio ambulante. A quantidade excessiva

de vendedores ambulantes nos espaços da cidade acirra a concorrência entre eles, reduzindo a possibilidade de lucro, assim como intensifica o controle e a fiscalização sobre a utilização dos espaços das cidades utilizados por esses trabalhadores.

Com o tempo, essa questão social que se colocava como um problema de marginalidade, contraditoriamente, após a reestruturação produtiva que flexibiliza as relações de trabalho, passou a ser concebida como empreendedorismo e empregabilidade. Essa mudança de concepção demonstra a metamorfose da questão que antes era marginalizada e pontual depois passa a ser incentivada e generalizada. Ao atingir mais da metade da população em idade ativa, a informalidade ganha novas denominações e concepções, passando a figurar como uma possível saída para o desemprego e para os efeitos nocivos da precarização do trabalho (DRUCK, 2011). O discurso oficial e midiático se apropria dos pressupostos da nova cultura do trabalho e investe na divulgação de incentivos aos pequenos negócios, estimulando a formalização das atividades informais, mas por outro lado reforça as estratégias de controle das pequenas atividades que se espalham pela cidade como forma de sobrevivência dos mais pobres.

As contradições da política de incentivo ao empreendedorismo aparecem na falta de apoio financeiro e de liberação de espaços para que os ambulantes desenvolverem suas atividades. A intensificação do comércio nos espaços públicos é visível e o poder público municipal em Salvador vem intensificando as medidas de controle do uso desses espaços, através dos projetos de requalificação de áreas movimentadas da cidade com a intenção de expulsar os ambulantes desses locais. A apropriação do espaço para a realização do comércio é um problema para os ambulantes que muitas vezes conseguem ocupar um determinado “território de trabalho” por muitos anos, mas como não tem o direito adquirido para o uso do espaço, vivenciam cotidianamente a insegurança e correm o risco de terem o direito ao trabalho negado pelo poder público, como vem ocorrendo em vários locais da cidade, através da expropriação dos territórios de trabalho ou da perseguição dos ambulantes que trabalham de forma itinerante.

Para mascarar esse processo perverso de expropriação de territórios de trabalho nos espaços públicos, a Prefeitura tem realizados obras de fachada destinadas aos vendedores ambulantes, como as coberturas instaladas nas transversais da Avenida Sete para concentrá-los. Os camelódromos municipais passam a impressão de que existe alguma preocupação e respeito com a categoria, mas o que observamos foi muita contradição e conflito, na medida em que ao mesmo tempo em que construía essas coberturas a Prefeitura expropriava outros espaços de outros trabalhadores. A situação dos ambulantes é tão complexa que, mesmo construindo essas estruturas para abrigá-los não se resolveu o problema da falta de acessibilidade nas calçadas, porque quando a Prefeitura "baixou a guarda" da fiscalização no período eleitoral, novos ambulantes ocuparam os espaços das calçadas, onde ficavam os ambulantes compulsoriamente relocados para as coberturas.

Em síntese, defendemos que os vendedores ambulantes fazem parte da classe trabalhadora, que são muitos e diversificados, que enfrentam muitas barreiras na realização das suas atividades nos espaços públicos, que dependem de relações de amizade e da boa vontade política, mas ainda assim a maioria pensa em permanecer na atividade. A categoria é destratada e desrespeitada pelo poder público que deveria protegê-los, portanto esses trabalhadores precisam se reconhecidos e amparados por alguma política pública que minimize a situação de insegurança e garanta os direitos sociais básicos. A ocupação do "território de trabalho" é a principal necessidade e preocupação dos ambulantes, na medida em que não têm garantia do direito de permanecer no lugar, diante da falta de reconhecimento e das intervenções públicas no espaço urbano. Deste modo, a realização da atividade dos ambulantes é relativa à possibilidade de uso do espaço público para o trabalho, portanto, os mesmos dependem das determinações dos políticos, que em alguns momentos coíbem a ocupação do espaço, mas em determinados períodos fazem vista grossa a realização do comércio popular.

Evidentemente que, quando se trata de políticos de perspectiva liberal, a intenção é atender os interesses do capital e das classes dominantes, deste modo não há coerência nas ações. Em períodos eleitorais o comércio informal é liberado assim como nos eventos públicos que precisam dos ambulantes

para escoar as mercadorias que viabilizam a presença das pessoas. Sendo assim, apesar da funcionalidade, a categoria não tem direitos garantidos em nenhum sentido, a menos que estejam cadastrados como MEI. A atividade dos ambulantes favorece sempre o capital na dimensão da circulação e da reprodução da força de trabalho, mas o comércio ambulante só é liberado em determinados espaços e tempo se favorecer a acumulação do capital.

Como observado em Salvador, durante todo o ano os ambulantes são proibidos de vender bebidas alcóolicas em bairros reformados como o Rio Vermelho e Barra, mas durante o carnaval e em outros eventos comemorativos esses são convocados a se cadastrar para vender as marcas patrocinadoras das festas. Durante o carnaval, um imenso exército de reserva ocupam as ruas de Salvador para vender os produtos das cervejarias que estrategicamente se instalaram próximo da cidade. Mesmo assim, a categoria não é respeitada no direito de comercializar o produto que preferir, sendo obrigada a vender determinadas marcas. No carnaval de 2016 houve alguns levantes dos ambulantes revoltados com a ação dos fiscais na apreensão das mercadorias que estavam proibidas de serem vendidas em determinados espaços. A exclusividade de uma marca de bebida por espaço gerou revolta e resistência dos ambulantes que coletivamente marcharam em direção as televisões que faziam a cobertura do carnaval e diante das câmeras queimaram os recipientes e materiais de divulgação da marca monopolizadora do comércio.

Diante dessas contradições, próprias do capitalismo que transforma a cidade em mercadoria, percebemos a luta e a resistência dos ambulantes em outros espaços da cidade, como no Centro onde tiveram seus espaços de trabalho expropriados pelo domínio do poder público, gerando algumas manifestações que foram rapidamente contidas pela polícia e pouco divulgadas pela mídia local. Os conflitos pela ocupação dos espaços para o trabalho são constantes, ocorrem em diversos locais da cidade, com enfrentamento dos ambulantes, mas essas manifestações de insatisfação e revolta são facilmente inibidas pela guarda municipal que tem poder de polícia. No atual contexto de crise, de elevado desemprego, de condições precárias de trabalho e de superexploração do trabalho, defendemos o direito à cidade para o direito ao trabalho, na perspectiva de que podemos construir a cidade que queremos

para o uso coletivo, que atenda aos interesses da população e desses trabalhadores historicamente sem direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Carmo B. Esnaty de. A freguesia da Vitória, da colônia à república. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.) **A urbanização de Salvador em três tempos: colônia, império e república**: textos críticos da história urbana. Salvador: IGHB, 2011, p. 211-227.

ALVES, Giovani. Neodesenvolvimentismo e a nova miséria espiritual das massas no Brasil, 2014.
Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/07/neodesenvolvimentismo-e-a-nova-miseria-espiritual-das-massas-no-brasil/

ALVES, Maria Aparecida. **"Setor informal" ou trabalho informal?** Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face do trabalho informal: "autonomia" ou precarização. In: Antunes, R.(Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R. BRAGA, R. (Orgs.) INFOPROLETÁRIOS: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 231-238.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p.101-117.

_____. O Continente do labor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológic**o, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Recôncavo, da marginalização à reintegração: envolvente multimodal ou by-pass rodoviário. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.) **A urbanização de Salvador em três tempos - colônia, império e república**: textos críticos da história urbana. Salvador: IGHB, 2011.

BAHIA. SETRE/DIEESE. **A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000**. Salvador: Observatório do Trabalho da Bahia, 2013.

BAIRROS, Luiza Helena de. **Pecados no paraíso racial**: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. 1987. Dissertação (Mestrado em História) " Universidade Federal da Bahia, 1987.

BARRETO, Theo da Rocha. **O "Sem Emprego" na Condição de "Sem Teto**": A negação do Emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB. (Tese de Doutorado) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BECKER, Howard S. Evidências de trabalho de campo. In: _____. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo: HUCTTEC, 1993.

BENJAMIN, Walter. O Flânuer. In: _____. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo - obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1989. V. 3, p.33-65.

BEZERRA, Gustavo das N. Mercadores ambulantes das praias do Rio de Janeiro: subjetividade e economia política, Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110206064922/dasneves.pdf. Acesso em: 05/06/2013.

BIHR, Alan. A fragmentação do proletariado. In:_____. **Da grande noite à alternativa, o movimento operário em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998, p. 83-104.

BORGES, Angela. Mercado de trabalho. In: IVO, Anete coord. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: ANNABLUME; Brasília: CNPQ/FAPESB, 2013, p. 303-309.

BOSCHI, Renato e GAITÁN. Neodesenvolvimentismo. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume/CNPQ/FAPESB, 2013, p. 325-329.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Efeitos de Lugar. In: **A miséria do mundo** (sob direção de P. Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... et. al.);. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 159-166.

BRAVERMAN, Harry. A Estrutura da classe trabalhadora e seu exército de reserva. In: _____. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1987.p.319-340.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria M.; SOUZA, Guaraci A. A de. A produção não-capitalista do desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Orgs.) **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 71 – 101 (Caderno CEBRAP, 34).

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.) **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p.81 – 107.

_____. Salvador como negócio. In: CARVALHO, Inaiá. et all.(Org.) **Metrópoles na atualidade brasileira**: transformações , tensões e desfios na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 47-

CARVALHO, I. e BORGES, A. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: Carvalho e Pereira (orgs.), **Salvador: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2013

CARVALHO FILHO, Milton Júlio; URIARTE, Urpi M. A avenida e seus transeuntes parte I e II. In: _____. (Org.). **Panoramas urbanos**: usar, viver e construir Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 31-89.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CEPAL/OIT. Boletim **Coyuntura laboral em América Latina y el Caribe**. Havana, Cuba. Junio de 2010.

COELHO, Tádzio P. Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. Salvador: caderno do CRH, v.23, n.58, p. 171-190, jan/abr 2010.

COSTA, Cristina. A realidade e os métodos de observação. In: _____. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna 2005

COUTROT, Thomas. Dependência e informalidade: antigas e recentes controvérsias. **Revista Novos Estudos, CEBRAP,** São Paulo, n. 29, p. 156-171, mar., 1991.

DE SOTO, H. Economia subterranea: uma análise da economia peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987

DÓREA, Luiz Eduardo. **Os nomes das ruas contam histórias**. Salvador: Câmara de Vereadores, 1999.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: VERAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 65-103.

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno do CRH**, Salvador, v. 24, n.spe, 01, p. 35-54, 2011.

_____. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Precarização social do trabalho. In: IVO, Anete coord. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. S -381.

_____. Classes sociais ontem e hoje: algumas reflexões. In: AMORIM, H.; BATISTA, J. (Orgs). **Classes e lutas de classe:** novos questionamentos. São Paulo: Annablume, 2015, p. 107-140.

DURÃES, B. Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. 238f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **Camelôs globais ou de tecnologias:** novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

ELIAS, N.; SCOTEN, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 19-50.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O Conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, 2004.

FREITAG, Bárbara. Cidades globais em sociedades informacionais. Rio de Janeiro: Revista TB, local, n. 148, páginas, jan.-mar. 2002.

_____. Itinerâncias urbanas: capitais migrantes. In:_____.**Cidade dos homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, p. 225-239.

_____. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006.

FRANK, André Gunder. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Lisboa: edições 70, 1983. (Coleção Chaves da Economia)

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Estudos Latino-Americano)

GIBBS, Grabam. **Análise de dados qualitativos**. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 53-73, mar., 2000.

_____. Salvador metrópole: novas fronteiras e fluxos urbanos no século XIX. In: CARVALHO FILHO, M. J.; URIARTE, U. (Orgs.) **Panoramas urbanos**: usar, viver e construir Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 93-127.

GRUPPI, Luciano. A concepção do Estado em Marx e Engels. In: _____. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 8.ed. São Paulo: LBM editores, 1987, p. 7-45.

GUERRA, Alexandre et. al. **Trabalhadores urbanos**: ocupação e queda na renda. atlas da nova estratificação social no Brasil, v. 2. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 1. n. 2, 1987.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Caderno do CRH**, Salvador, v.24, n. spe 01, p. 87-101, 2011.

_____. Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas. Londrina. **Revista Mediações**, Londrina, v. 17 n. 2, p. 108-125, jul./dez., 2012.

_____. Maturidade e Experiência em atividades informais de Baixa renda. Caderno CRH, Salvador, v. 17, nº 42, 2004.

HARVEY, David. O Urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo. In: _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 167-243.

_____. A acumulação via espoliação. In: _____. O novo imperialismo. São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: _____. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Espaços e tempos individuais na vida social. In: _____. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola. 2007.

_____. **Espaços de esperança**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. O direito à cidade. In: _____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2005.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume/CRH/UFBA, 2008.

_____. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. Salvador: **Caderno do CRH**, v.23, n.58, p. 17-32, jan/abr 2010.

_____. Desenvolvimento e atores sociais. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume/CNPQ/FAPESB, 2013, p. 102-110.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil Documento de trabalho n.4)

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias; São Paulo: Morales, 1991.

_____. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 1968.

LIMA, Jacob Carlos. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRO, Vera. L.; PADILHA, Valquíria. (Orgs.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 37-59.

_____. Nova informalidade. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume/CNPQ/FAPESB, 2013, p. 330-335.

LOURAU, Julie. S. A. da Silva. **Comércio informal em tempos de festa**. São Paulo: 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2012

MACHADO DA SILVA, Luiz A. **Da informalidade à empregabilidade:** reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno do CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jan/dez, 2002.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Trabalho assalariado ou independente?(provocações, paradoxos e reflexões). In: _____. Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000, p. 113-163.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a dialética da dependência**, 1973. Disponível em: http://docslide.com.br/documents/ruy-mauro-marini-sobre-a-dialetica-da-dependencia-1973.html Acesso em 22/04/2015.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978**.**

MATTOS, Wilson Roberto**. Escravos, libertos e poder público**: trabalho e rebeldia nos processos de territorialização da cidade de Salvador **(**1871-1888) In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo. A urbanização de Salvador em três tempos – colônia, império e republica: textos críticos da história urbana. Salvador: IGHB, 2011.

MÉSZÁROS, Istaván. Marx, nosso contemporâneo e seu conceito de globalização. In: ANTUNES, R.(Orgs.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III.** São Paulo: Boitempo, 2014, p. 25-54.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: _____. **A imaginação sociológica**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MINAYO, Cecília de S. (Org.) **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 26ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUÑOZ e HERNANDEZ, In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.) **A urbanização de Salvador em três tempos: colônia, império e república**: textos críticos da história urbana. Salvador: IGHB, 2011.

NERY, Tiago. CEPAL - Noção de desenvolvimento. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume/CNPQ/FAPESB, 2013, p.44-52.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Há vias abertas para a América latina?, 2003. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca.> Acesso em: dia, mês ano.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A Condição 'provisória-permanente' dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. 2005. 237f. Dissertação (Mestrado), Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francés**: crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis: Insular, 2014.

PALACIOS, Maria das Graças L. de S. **A REFORMA DO PELOURINHO**: O PERÍODO PRÉ-1992. Dissertação de mestrado: UFMG, 2009.

PEREIRA, Gilberto Corso. Habitação e infra-estrutura urbana em Salvador e Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p.137 – 155. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-06.pdf>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p.117-133, jun., 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1986

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

QUEIROZ, Adriana Franco. **Informalidade e territórios de trabalho em Salvador**: uma breve análise da ocupação de espaços públicos de excessivo controle e concorrência por vendedores ambulantes. **Revista Agenda Social**, v. 8, n. 2, p. 140

– 151, 2015. Disponível em: <http://revistaagendasocial.com.br> Acesso em: 04/10/2015

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais 2005.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês 1835. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: **Revista da USP**, n. 18, 1993.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, 2000.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal. 2004. p. 271

RIVERO, Patrícia S. A trajetória do conceito de Setor informal e suas implicações. In: **Trabalho: opção ou necessidade?** Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SABADINI, Mauricio de Souza Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil ANO? Disponível em: http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF

SANCHEZ, Fábio Além da informalidade, aquém dos direitos: economia solidária e constituição de sujeitos de direitos. XVI SBS, Salvador, 2013

SANTOS, Carla Liane. **Sociabilidade itinerante dos trabalhadores ambulantes em Salvador**: um percurso de "desqualificação social". 2010. 303 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Janio. **A cidade poli (multi) nucleada**: A reestruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2013

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos; 7)

_____. **O centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos; 7)

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. A cidade global: recuperando o lugar e as práticas sociais. In: _____. Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 85-112.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: Sociedade e Política na Segunda Modernidade. Petrópolis: Vozes, 2006.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras:** mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Caderno Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOJA, Edward. A dialética sócio-espacial. In:_____. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 97-116.

SORJ, Bila. Vendedores ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. Rio de Janeiro: **Revista Tempo Presente**, Sergipe, n. 269, p. 41- 43,1993.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, p. 49-60, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: TELLES, V. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e produção de uma nova cultura do Trabalho. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 189-216.

TRINCHÃO, Glaúcia. Os ascensores de Salvador – os planos inclinados e o elevador Lacerda. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.) **A urbanização de Salvador em três tempos: colônia, império e república**: textos críticos da história urbana. Salvador: IGHB, 2011, 177-206.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de analise na era da flexibilização. In: VERA O. R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 191-227.

XAVIER Glauber Lopes. Ciência e método: o pensamento marxista de Henri Lefebvre. CSOnline. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 7, ed. 16, jun./set. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, Pablo (Org.) **Globalização excludente**: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 223-250.

WILLIAMS**,** Eric**. Capitalismo e escravidão.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

ANEXOS

Bahia – Ladeira de S. Ben

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIST
PESQUISA DE DOUTORADO SOBRE O TRABALHO INFORMAL EM SALVADOR
ADRIANA FRANCO DE QUEIROZ

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Local da pesquisa: _____ Data:_____

I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

1. Sexo: Feminino:( ) Masculino:( )
2. Idade_____
3. Naturalidade: Salvador: ( ) Outra cidade/Bahia_____Outro estado( )
4. Cor: Branco:( ) Preto: ( ) Amarelo: ( ) Pardo: ( ) não sabe: ( )
5. Situação Conjugal:

   Solteiro( ) Casado( ) Divorciado( ) Separado( ) Viúvo( ) Concubinato( )

6. Local de moradia (bairro)_____
7. Residência própria ou alugada? Própria: ( ) Alugada: ( ) Cedida: ( )
8. Há quanto tempo reside neste local?_____ E em Salvador?_____
9. Escolaridade: Fund. Completo ( ) incompleto( ) E. Médio: completo ( ) incompleto( )

   E. Superior completo ( ) E. Superior incompleto ( )

10. Você fez algum tipo de curso profissional? Sim ( ) Não ( ) Qual?_____
11. Você tem alguma religião? Sim ( ) não( ) Qual?_____
12. Qual a profissão dos seus pais?_____
13. Composição familiar:

    Quantos filhos?_____ Quantas pessoas moram em sua casa?_____

    Renda familiar?_____ Quantos trabalham?_____

II. ATIVIDADE PROFISSIONAL (QUANTO A OCUPAÇÃO DO LUGAR OU ESPAÇO DE TRABALHO)

14. Você escolheu trabalhar na rua? Sim ( ) Não( ) Pq?

15. Você tem ponto fixo de trabalho? Sim ( ) Não ( ) Qual?

16. Você tem mais de um ponto na cidade? a) Sim ( ) Quantos e aonde?

b) Não ( )

17. Desde quando você veio trabalhar aqui?_____

17. Por que você resolveu trabalhar aqui neste lugar (território de trabalho) **?**

_____

_____

19. Sua atividade tem algum tipo de registro? Sim ( ) Não ( ) Qual?
    a) inscrição/cadastro financeiro ( )
    b) pagamento de taxa/imposto ( )
    c) filiação a sindicato/associação ( )
    d) outro?_____

20. Você estar com o pagamento da licença em dias? Sim ( ) Não( )
    Pq?_____

21. Como você conseguiu a ocupação deste lugar?
    a) recebeu de alguém? ( )
    b) conseguiu ocupar sozinho ( )
    c) alguma ajuda? ( )

22. Teve dificuldade de conseguir o documento da licença? Sim( ) Não( ) Qual?

23. Quem define o espaço em que você realiza sua atividade?
    a) Prefeitura ( )
    b) Nós mesmos ( )
    c) associação ou sindicato ( )

24. Quais as vantagens de trabalhar neste lugar ?

_____

_____

25. Quais as dificuldades de trabalhar neste lugar?

_____

_____

26. Acontecem problemas com os agentes de fiscalização? Sim ( ) Não( ) Quais?

_____

_____

27. Como é o relacionamento com os outros vendedores do local? Há competição ou ajuda e solidariedade ? _____

III. QUANTO AO TIPO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

28. Qual a atividade que você realiza agora? O que faz? Como você chama (denomina) a sua atividade? _____

29. Há quanto tempo você está nesta atividade? _____

30. Você trabalha por conta própria? Ou p/alguém? _____

31. Você trabalha sozinho? Ou conta com ajudas? De quem?_____

32. Caso tenha ajudas, qual o tipo do contrato de trabalho?_____

33. Estes empregados ou ajudante recebem?

a) Salário ( )
b) % das vendas ( )
c) transporte ( )
d) outros( )_____

34. Quantos dias da semana você trabalho? E qual a carga horária diária?_____

_____

35. Descreva a sua rotina de trabalho: quando chega, todo dia, o que faz?

_____

_____

36. Você já sofreu violência ou perseguição no local de trabalho? Sim ( ) Não ( ) Que tipo?

_____

_____

37. Porque você escolheu vender este tipo de mercadoria ou realizar este serviço?

_____

_____

38. E quanto à aquisição da mercadoria? O capital p adquiri-la é seu, toma de empréstimo ou compra na condição de pagar depois?

_____

_____

39. E quanto aos equipamentos (tecnologias adaptas) de trabalho, são seus ou de outra pessoa? Como os adquiriu?

_____

_____

40. Qual sua renda mensal e semanal?_____

41. Você paga o INSS? a) Sim ( ) b) Não ( ) Porque?_____

42. Você já trabalhou com carteira assinada e outros direitos trabalhistas? Sim ( ) não ( ) Aonde?

_____

43. Gostaria de voltar a ter carteira de trabalho assinada? Sim ( ) Não( ) Pg?_____

_____

44. Você tem feito alguma coisa para melhorar seu trabalho? Tipo busca alguma inovação ou criatividade para atrair os clientes? O que?

_____

45. Você pensa em continuar nesta atividade por quanto tempo? Qual sua perspectiva de futuro?

_____

_____

Orientações Para Licenciamento

Para obter o licenciamento do seu comércio é preciso preencher o Formulário de Licenciamento e o Croqui de localização.

Além destes formulários preenchidos, é necessário documentos em anexo:
• Xerox de RG
• Xerox de CPF
• Comprovante de endereço (em nome do requerente ou se estiver em nome de outra pessoa, comprovar parentesco ou contrato de locação).
• Atestado de Saúde Ocupacional (para comercializar alimentos, bebidas, etc).
• Após deferida a solicitação providenciar 02 (duas) fotos 7X5 coloridas.

Obs. Atestado de Saúde Ocupacional é o atestado que define se o responsável pelo comércio está apto ou inapto para a realização de suas funções. Solicite a um médico.

Estes dois formulários são indispensáveis para iniciar o procedimento do licenciamento do seu negócio. O primeiro documento, Formulário de Licenciamento, requer os dados pessoais do responsável pelo comércio, o segundo, Croqui de Localização, requer informações sobre o local onde o comercio irá se estabelecer.

Após o preenchimento dos documentos siga as seguintes instruções:
1º. Este formulário deverá ser entregue na SEMOP, localizada na Rua 28 de setembro, s/n - Baixa dos Sapateiros, próximo a loja Casas Bahia, para que o procedimento seja iniciado.
2º. Pagamento da taxa PSE (Preço de Serviço de Expediente).

A taxa a ser paga é no valor de R$8,83. O boleto é gerado no momento da entrega dos documentos.

Use a lei a seu favor!

• Cumprindo todas ou boa parte das legislações torna-se mais fácil a liberação da licença (veja no menu Legislação o que é necessário para acelerar o processo).

• A fiscalização será agendada para a verificação do local indicado e dos materiais a serem utilizados no novo comércio.

Todos os formulários estão disponíveis no menu de Downloads.

Mantenha a sua licença em dias!

ESTE REQUERIMENTO É GRATUITO, VENDA PROIBIDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR/PMS

REQUERIMENTO: LICENÇA PARA AMBULANTE

A(o)
Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP
Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização – CLF
Setor de Licenciamento – SEALP
Nesta

Eu, _____ RG nº_____
emitida por _____ CPF nº_____ bairro_____
telefone_____ venho solicitar que V.S^{n}. Se digne conceder licença para comercializar os seguintes produtos: _____
utilizando o equipamento: _____, medida_____
a ser localizado no(a)_____
na forma do Dec. 12016/98, e para tanto anexa a documentação abaixo. Declara estar ciente de que a possível instalação pública mencionada do citado decreto; - havendo imóvel próximo ao local solicitado, deverá ser apresentada autorização escrita do ocupante, com firma reconhecida das assinaturas.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do requerente

DOCUMENTAÇÃO A SER ANEXADA

- Xerox de RG
- Xerox de CPF
- Comprovante de endereço (em nome do requerente ou se estiver em nome de outra pessoa, comprovar parentesco ou contrato de locação).
- Desenho (croqui) ou foto do local solicitado
- Atestado de Saúde Ocupacional (para comercializar alimentos, bebidas, etc).
- Pagamento da taxa PSE (Preço de Serviço de Expediente).
- Após deferida a solicitação providenciar 02 (duas) fotos 5X7 coloridas.

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SALVADOR 2013

DATA	DIA	EVENTO	LOCAL	CATEGORIA
01 de Janeiro	Terça	Procissão do Nosso Senhor dos Navegantes - Festa da Boa Viagem	Baía de Todos os Santos e Bairro da Boa Viagem	Data Fixa
01 de Janeiro	Terça	Pôr do Som Daniela Mercury	Largo do Farol da Barra	Data Fixa
06 de Janeiro	Domingo	Festa dos Reis	Largo da Lapinha	Data Fixa
17 de janeiro	Quinta	Lavagem do Bonfim	Conceição da Praia à Colina do Bonfim	Data Móvel*
20 de janeiro	Domingo	Festa do Senhor do Bonfim	Alto Colina do Bonfim	Data Móvel*
27 de janeiro	Quinta à Domingo	Festa de São Lázaro	Federação/São Lázaro	Data Móvel *
31 de janeiro	Quinta	Lavagem de Itapuã	Itapuã	Data Móvel *
02 de Fevereiro	Sábado	Festa de Yemanjá	Rio Vermelho	Data Fixa
07 a 12 de fevereiro	Quinta à Terça	Carnaval	**Osmar:** Campo Grande/Castro Alves **Dodô:** Barra/Ondina **Batatinha:** Centro Hist.	Data móvel *
08 de Março	Sexta	Presente de Yemanjá	Humaitá - Monte Serrat	Data Fixa
24 de março	Domingo	Procissão de Ramos	Centro Histórico	Data Móvel *
29 de março	Sexta	Sexta - Feira Santa	Local Variado	Data Móvel *
29 de Março	Sexta	Aniversário da Cidade	Centro da Cidade e Barra	Data Fixa
21 de Abril	Domingo	Tiradentes	Feriado Nacional	Data Fixa
09 Maio	Quinta	Festa do Divino Espírito Santo	Paróquia Santo Antônio Além do Carmo	Data Móvel*
10 de Maio	Sexta	Procissão de São Francisco Xavier- Padroeiro de Salvador	Centro Histórico	Data Fixa
19 de Maio	Domimgo	Corrida Stock Car	Centro Administrativo	Data móvel*
30 de Maio	Quinta	Procissão de Corpus Christi	Centro Histórico	Data Móvel *
13 de Junho	Quinta	Trezena de Santo Antônio	Centro Histórico e Barra	Data Fixa
24 de Junho	Segunda	Festa de São João	Local Variado	Data Fixa
02 de Julho	Terça	Festa da Independência da Bahia	Centro da Cidade e Barra	Data Fixa
16 de Agosto	Sexta	Festa de São Roque	São Lázaro (Federação)	Data Fixa
07 de Setembro	Sábado	Festa da Independência do Brasil	Centro da Cidade	Data Fixa
08 de Setembro	Domingo	Parada Gay	Campo Grande / Castro Alves	Data Móvel*
27 de Setembro	Sexta	Festa de São Cosme e São Damião	Liberdade e outros bairros	Data Fixa

20 de Novembro	Quarta	Dia da Consciência Negra	Centro Histórico e Outros	Data Fixa
24 de Novembro	Domingo	Dia de Oxum	Dique do Tororó	Data Fixa
25 de Novembro	Segunda	Dia da Baiana	Centro Histórico	Data Fixa
24 de Novembro	Domingo	Caminhada do Samba	Campo Grande / Castro Alves	Data Móvel*
02 de Dezembro	Domingo	Dia do Samba	Centro Histórico	Data Fixa
01de Dezembro	Domingo	Exposição de Carros Antigos	Campo Grande	Data Móvel
04 de Dezembro	Quarta	Festa de Santa Bárbara	Centro Histórico/Baixa dos. Sapateiros	Data Fixa
08 de Dezembro	Domingo	Festa de N.S. da Conceição	Conceição da Praia	Data Fixa
13 de Dezembro	Sexta	Festa de Santa Luzia	Rua do Pilar / Comércio	Data Fixa
13 de Dezembro	Sexta	Dia Nacional do Forró	Comemoração Nacional	Data Fixa
25 de Dezembro	Quarta	Natal	Salvador	Data Fixa
31 de Dezembro	Terça	Reveillon	Farol da Barra	Data Fixa

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Decreto nº 12.016

Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências .
Decreto nº 12.016 de 08 de Junho de 1998. bb

Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - A Autorização de Uso de logradouro público para exploração de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços, exercidas por Vendedores Ambulantes e Prestadores de Serviços, será outorgado à pessoa física, a título precário, em caráter pessoal e intransferível, em conformidade com as normas estabelecidas no presente Decreto, respeitadas as demais disposições incidentes.

Parágrafo único - No caso de morte do titular, poderá ser liberada nova Autorização para o herdeiro legalmente habilitado, ressalvado, em qualquer hipótese, o interesse publico para efeito da outorga.

Art. 2º -O pedido inicial de Autorização será feita através de requerimento próprio, dirigido à Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP, instruído com os seguintes elementos:

I. documento de identidade;

II. comprovante de residência;

III. carteira de saúde, para aqueles que pretendam comercializar produtos alimentícios;

IV. indicação da atividade a ser desenvolvida, produto ou serviço a ser comercializado, identificação do equipamento e indicação do trajeto ou ponto fixo de comércio;

V. 02 (duas) fotos 5x7.

1º - A Autorização será concedida observando-se a ordem cronológica de

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

entrada dos requerimentos, avaliação técnica do setor competente da SEMOP e comprovação de pagamento de taxa e preços públicos municipais.

2º - A instalação do equipamento somente será permitida após a expedição da competente Autorização de Uso e deverá ser efetivada dentro do prazo de 72 horas, contadas a partir da expedição do respectivo Alvará.

3º - A Autorização outorgada não habilita o titular para o exercício da atividade durante os períodos previstos no Calendário de Festas Populares do Município, que observarão normas específicas da SEMOP.

Art. 3º - A renovação da Autorização será feita anualmente, na época própria, dispensada a formalidade do requerimento, mediante apresentação do Documento de Arrecadação Municipal DAM, devidamente quitado.

Art. 4º - As hipóteses de isenção do pagamento de taxa estão estabelecidas no Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador e, por analogia, serão estendidas aos preços públicos.

Art. 5º - A exploração de atividades informais de comercio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos, em ponto fixo ou na modalidade circulante, serão permitidas, exclusivamente, à pessoa física, vedando-se a exploração de mas de um equipamento por uma mesma pessoa, ainda que em lugares distintos.

Art. 6º - As atividades informais referidas neste Decreto somente poderão ser exercidas com os seguintes equipamentos, facultado à SEMOP decidir pela adoção de modelos padronizados:

I. Banca desmontável com dimensões de até 1,05x0,80m;

II. Tabuleiro com dimensões de até 1,20x0,60m;

III. Equipamento móvel, sobre rodas, movido à tração humana ou tipo reboque, com dimensões máxima de 0,95x1,35m;

IV. Recipiente tipo mala com tampa, com dimensões máxima de 0,80x0,50m;

V. Isopor, com alça, com capacidade para 50 litros;

VI. Mostruário ou cruzela, com dimensões máximas de 0,80x1,20m;

VII. Cantimplora;

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

VIII. Cestos de vime e / ou garrafas térmicas;

IX. Pequenos recipientes, com capacidade para 30 litros;

X. Cadeira de engraxate;

XI. Máquina fotográfica tipo lambe-lambe;

XII. Máquina com esmeril tipo amolador de facas, tesouras, alicates,

Parágrafo único - A utilização de qualquer outro tipo de equipamento para exercício de atividade de comércio ambulante ou de prestação de serviços dependerá de expressa autorização da SEMOP.

Art. 7º - Portaria da SEMOP definirá os logradouros públicos onde se admitira a prática de atividade informais de comércio ambulante e de prestação de serviços, bem como numero máximo de equipamentos.

Parágrafo único - Na definição dos logradouros públicos, pela SEMOP, serão considerados os seguintes aspectos:

I. Fluxo de pessoas que favoreça o exercício da atividade;

II. Espaço livre para instalação do equipamento e mercadorias;

III. Livre circulação de pedestre e veículos.

Art. 8º - O exercício de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos poderão funcionar durante todos os dias da semana, dentro do horário fixado no Alvará de Autorização.

Art. 9º - É expressamente vedado o exercício de atividades informais de comércio ambulante e de prestações de serviços nos seguintes locais:

I. a mesmos de 10m(dez metros) de semáforos, dos pontos e terminais de transportes coletivos, rampas de acesso e descida de passarelas e viadutos.

II. Em frente a portões de entrada e saída de veículos;

III. Em áreas que possam perturbar a visão dos condutores de veículos;

IV. Em locais que comprometam a estética urbana, histórica, paisagística, a higiene, a preservação do meio ambiente, a tranqüilidade pública e a segurança da população;

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

V. a menos de 10m dos portões de acesso à estabelecimentos de ensino, bancário, repartições públicas e prédios residências, salvo quando expressamente autorizadas pelos diretores das respectivas entidades;

VI. A menos de 20m(vinte metros) de estabelecimentos que desenvolvam o mesmo tipo de atividade no campo formal.

Parágrafo único - A SEMOP poderá alterar, a qualquer momento, a localização dos vendedores ou prestadores de serviços, caso o funcionamento da atividade se torne prejudicial a circulação de pedestre, trânsito de veículos, à estética dos logradouros públicos ou por outros motivos considerados de interesse público, devidamente fundamentado.

Art. 10 - Em nenhuma hipótese será permitido o comércio ambulante e a prestação de serviços nas seguintes condições:

I. com mercadorias no chão, espalhadas sobre lonas, plásticos e papelões;

II. Penduradas em grades ou em cordas tipo varal;

III. Em carrinho de mão;

IV. Em barracas ou bancas com cobertura tipo sombreiro;

V. Em faixas de pedestres e em passarelas;

VI. Em interior de equipamentos de transporte coletivo.

Art. 11 - Não será permitida a comercialização, pelo Vendedor Ambulante, de:

I. Bebidas alcoólicas;

II. Armas, munição, facas e outros objetos considerados perigosos;

III. Inflamáveis, corrosivos e explosivos;

IV. Pássaros e outros animais, sendo vedada também a exploração de seus instintos e habilidades sob qualquer forma;

V. Alimento preparado no local exceto cachorro-quente, pipoca, algodão doce, milho e amendoim torrado e cozido;

VI. Quaisquer outros produtos que não os especificados na Autorização, ou que ofereçam perigo a saúde pública ou possa apresentar qualquer inconveniente, bem como aqueles vedados por lei.

Art. 12 - É proibido ao Vendedor Ambulante e ao Prestador de Serviços:

I. Utilizar qualquer outro tipo de equipamento que não o determinado neste Decreto

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

II. Colocar mesas e cadeiras em torno do equipamento, com exceção do assento do autorizado, quando for o caso;

III. Exceder os limites do equipamento para exposição dos produtos comercializados;

IV. Utilizar caixotes, tábuas, papelão, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou a área reservada a sua instalação;

V. Utilizar alto falante e /ou congêneres, bem como a exibição de cartazes ou outros meios de publicidade nos equipamentos sem a devida autorização;

VI. Alterar a localização do equipamento sem expressa autorização da SEMOP.

VII. Alterar as especificações técnicas e/ou as dimensões dos equipamentos;

VIII. Transferir, no todo ou em parte, o equipamento ou o Alvará.

Art. 13 Ficam o Vendedor Ambulante e o Prestador de Serviços obrigados a:

I. Manterem em dia o pagamento da taxa e preços públicos correspondentes ao exercício da atividade em logradouros públicos;

II. Comercializarem somente os produtos especificados no alvará de Autorização, dentro dos padrões estabelecidos, exercendo a atividade nos limites do local demarcado e dentro do horário estipulado;

III. Comercializarem produtos em perfeito estado de conservação;

IV. Manterem o equipamento e seu entorno em perfeito estado de conservação higiene e limpeza, recolhendo o lixo em recipiente próprio em local e horário determinado pela LIMPURB;

V. Manterem a higiene pessoal e do vestuário;

VI. Portarem, durante o horário de funcionamento da atividade, o Crachá de Identificação, bem como, quando solicitado pela fiscalização da SEMOP, exibirem o documento de identidade.

Art. 14 A Administração, quando entender conveniente, expedirá Notificação Preliminar, visando alertar ou esclarecer situações relativas a este Decreto, junto ao titular da Autorização.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Art. 15 - O não cumprimento dos dispositivos deste Decreto acarretará ao infrator as seguintes penalidades, que podem ser aplicadas em separado ou cumulativamente, pela mesma infração:

I. Advertência escrita quando da ocorrência da primeira irregularidade cometida, com fixação de prazo de até 3 dias úteis para regularização ou após expedição de Notificação Preliminar;

II. Aplicação de multa;

III. Suspensão da atividade por até 30(trinta) dias, quando da reincidência ou cometimento de outra falta, por ato do titular da CLF;

IV. Apreensão do equipamento e mercadoria;

V. Cassação da Autorização.

1º - São infrações puníveis com multa, aplicada de forma cumulativa, as seguintes:

I. Exercer a atividade sem devida autorização; 40 UFIR s

II. Comercializar produtos outros que não aqueles especificados na Autorização; 25 UFIR s

III. Alterar a localização do equipamento sem autorização da SEMOP;25 UFIR s

IV. Modificar o modelo padronizado e aprovado pela Prefeitura; 25 UFIR s

V. Fazer uso de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou área reservada a sua instalação; 25 UFIR s

VI. Utilizar serviços de alto-falante e/ou congêneres, bem como exibir cartazes ou outros meios de publicidade nos equipamentos sem prévia autorização da SEMOP; 15 UFRI s

VII. Deixar de apresentar-se portando o crachá estabelecido pela SEMOP; 15 UFIRS

VIII. Não manter o equipamento ou a área onde o mesmo está instalado em perfeito estado de limpeza; 20 UFIRS

IX. Quaisquer outras infrações que contrariem disposições deste Decreto ou demais normas e posturas municipais vigentes. 15 UFIR s

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

2º - A apreensão da mercadoria e/ou equipamento ocorrerá quando o Vendedor Ambulante ou Prestador de Serviços transgredir qualquer uma das disposições previstas nos Art. 10 e 11 deste Decreto.

3º - A cassação da Autorização ocorrerá nos seguintes casos:

I. Alteração das especificações técnicas e/ou dimensões do equipamento ou de sua localização;

II. Modificação da atividade comercial autorizada;

III. Não cumprimento, nos prazos estabelecidos, das normas previstas para o exercício legal da atividade;

IV. Cometimento de infrações puníveis com multas por mais de 02 (duas) vezes;

V. Ausentar-se do ponto de comercialização por um período superior a 30 (trinta) dias, em comprovação de motivo justo perante a CLF.

Art. 16 - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 17 - Para liberação do equipamento e da mercadoria apreendidos, o Vendedor Ambulante ou o Prestador de Serviços deverá pagar multa prevista para a infração cometida, bem como atender as exigências estabelecidas na legislação aplicável à matéria, além de cumprir a obrigação de retirar o equipamento no prazo legal.

Parágrafo único - Quando a apreensão recair sobre bens de natureza perecível, será aplicada a norma pertinente contida na Lei 2.455/73, que autoriza a sua doação, após decorrido o prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas.

Art. 18 - As penas de suspensão da atividade e de cassação da Autorização serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurado amplo direito de defesa.

Art. 19 - Das decisões que resultem aplicação de penalidade prevista no caput do Art. 15, cabe ao infrator defesa no prazo de 10 (dez) dias dirigida à CLF, contados do recebimento do ato.

Parágrafo único - As penalidades referidas no caput deste Artigo serão julgadas, em primeira instância, pelo titular da CLF, e, em grau de recurso, desde que apresentado no prazo de 10(dez) dias, contados a a partir da ciência da decisão, pelo Secretario de Ordem Pública.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Art. 20 - Os equipamentos mencionados no Art. 6º deverão ser identificados pela SEMOP, contendo numeração, e o código de atividade e o logradouro onde o mesmo se encontra instalado.

Art. 21 Compete ao titular da SEMOP baixar normas complementares às disposições do presente Decreto, além das relacionadas com modelos padronizados, quantidade de equipamentos e logradouros liberados para os fins deste Decreto, bem como decidir sobre os casos omissos.

Art. 22 As disposições deste Decreto deverão ser aplicadas sem prejuízo das normas contidas no Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24- Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 08 de junho de 1998.

ANTÔNIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal do Governo

RICARDO ANTONIO CAVALCANTI ARAÚJO
Secretário Municipal de Ordem Pública

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

- Legislação Municipal - Salvador

Portaria SEMOP Nº 173 DE 04/11/2015

Publicado no DOM em 10 nov 2015
Dispõe sobre o exercício de atividades do comércio informal em logradouros públicos, durante o Carnaval 2016 na cidade de Salvador, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Ordem Pública, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XI, Art. 11, do Regimento da SEMOP, aprovado pelo Decreto nº 23.824/2013 e as Leis nº 5.503/1999 e nº 5.504/1999, respectivamente;

Resolve:

Art. 1º A exploração de atividades de comércio informal em logradouros público, através de equipamentos do tipo barraca padronizada pela PMS, isopor, veículos especiais, baianas de acarajé e comércio ambulante em geral, durante o Carnaval 2016, dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP.

§ 1º A autorização referida no caput deste artigo será outorgada a título precário e intransferível, podendo ser cassada ou revogada a qualquer momento, a juízo exclusivo da Administração Municipal.

§ 2º A validade da autorização será restrita ao período do Carnaval 2016, encerrando seus efeitos no final do evento.

§ 3º A autorização será concedida à pessoa física, vedando-se o licenciamento de mais de 01 (um) equipamento por pessoa, ainda que para locais diversos, com exceção de carros de gelo e veículo destinados a compra de latinhas descartáveis.

§ 4º Os permissionários de bancas de chapa, localizadas no interior dos circuitos do Carnaval 2016, deverão obter autorização especial emitida pela SEMOP, para comercialização de bebida alcoólica.

§ 5º Os permissionários de boxes, que não possuem atividade de bar/restaurante, localizados em Mercados Municipais, que estão situados no interior dos circuitos do Carnaval 2016, deverão obter autorização especial emitida pela SEMOP, através do Setor de Administração de Mercados e Núcleos de Abastecimento - SEMER/CFM, para comercialização de bebida alcoólica.

§ 6º É terminantemente proibido a instalação de qualquer equipamento que não seja aquele licenciado, a exemplo de lonas, placas de qualquer tipo e material, barracas de camping, praia, tendas e outras, bem como mercadorias em via pública, sendo passível de apreensão imediata pela fiscalização

Art. 2º As inscrições para o exercício de atividades de comércio informal em logradouro público, durante o Carnaval 2016 será realizada em 03 (três) fases:

a) Primeira Fase - Cadastramento dos ambulantes, barraqueiros, baianas de acarajé, veículos especiais, carros de gelo e caminhão de recolhimento de latinhas que pretendem comercializar nos Circuitos Dodô, Osmar, Batatinha e bairros, que será realizado via internet, no endereço eletrônico. www.ambulante.salvador.ba.gov.br, no período compreendido entre 10 horas do dia 11.11.2015 e 23h59min do dia 15.11.2015.

§ 1º Para a efetivação do cadastramento, o ambulante deverá apresentar os documentos de identidade, CPF e comprovante de residência no dia do licenciamento;

§ 2º Os caminhões de compra de latinhas e carros de gelo, após o cadastramento, deverão comparecer na Avenida SAM MARTIM S/N, Sede da Guarda Municipal, entre os dias 09.12.2015 a 11.12.2015, no horário de 9:00 às 12:00h, para que o veículo seja medido e seja emitida uma ficha de controle, que

deverá ser entregue no setor de licenciamento para efetivação do mesmo.

§ 3º O preço público cobrado para os carros de gelo e caminhões de compra de latinha será calculado tendo por base o tamanho do veículo e os dias que ocupará o logradouro público;

b) Segunda Fase: Treinamento dos ambulantes, que será realizado em parceria com o SEBRAE, VISA e outras instituições. O local, dia e horário do treinamento estará impresso na ficha de cadastramento. Esse treinamento é indispensável para o licenciamento.

c) Terceira fase: Licenciamento - após o treinamento e de posse do certificado o ambulante, comparece no local e na data indicada na ficha de cadastramento, que obedecerá ao cronograma especificado no anexo I desta portaria, para a escolha do lote e pagamento do DAM (Documento de Arrecadação Municipal), que após pago receberá o carimbo de validação da autorização, caso contrário à autorização será cancelada e o lote disponibilizado para outro requerente. Nessa fase, o ambulante deverá apresentar os documentos relacionados abaixo:

I - Documento de Identidade;

II - CPF;

III - Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (para atividades que haverá manipulação de alimentos);

IV - Comprovante de Residência;

V - Cópia de laudo médico ou documento de comprovação de deficiência (para portadores de necessidades especiais);

VI - Ficha de cadastramento;

VII - CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do ano em exercício (para veículos);

VIII - Ficha de controle de veículos, emitida pela CSD (para carros de gelo e caminhões de recolhimento de latinha)

IX - Certificado do curso.

§ 1º Não haverá prorrogação dos prazos de pagamento do DAM, nem emissão de 2ª via.

Art. 3º Somente o próprio requerente que fez o cadastramento poderá comparecer no dia marcado para ser licenciado.

Art. 4º Somente as baianas de acarajé licenciadas pela SEMOP poderão obter autorização para o Carnaval 2016.

Art. 5º A instalação de qualquer equipamento somente será permitida após demarcação física das áreas e expedição da autorização, obedecidos aos locais determinados, datas estabelecidas no calendário constante do

Art. 6º e mediante comprovação de pagamento do preço público devido, definidos de acordo com os tipos e dimensões dos equipamentos e atividades, conforme constam no Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. Os encargos de instalações, montagem, desmontagem e manutenção, são de responsabilidade de cada autorizado, a exceção das barracas padronizadas dos circuitos Dodô e Osmar que poderão ser assumidos pela PMS/SEMOP.

Art. 6º Os equipamentos de comércio informal utilizados pelos ambulantes, durante o Carnaval 2016, somente poderão ser instalados a partir de 07:00 horas da terça-feira, dia 02.02.2016, e retirados na

quarta-feira de cinzas, dia 10.02.2016, até as 10:00 horas, o descumprimento acarretará na apreensão do equipamento e mercadorias.

Art. 7º É de responsabilidade exclusiva de cada autorizado, requerer à concessionária de energia elétrica o respectivo fornecimento, arcando com todos os custos decorrentes.

Parágrafo único. A utilização irregular de energia elétrica pelo autorizado implicará na imediata interdição do equipamento, independente das demais cominações legais que se apliquem a tais práticas irregulares.

Art. 8º O Permissionário de barraca fica obrigado ao pagamento da taxa anual do Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL, de acordo com a Lei Estadual nº 7753 , de 13 de dezembro de 2000, Anexo I , item 1.03.06.05.

Art. 9º Não será permitida a instalação de equipamentos fora dos locais demarcados e determinados pela SEMOP, cujas plantas ficarão disponíveis para consulta na Secretaria, durante o período de licenciamento.

Art. 10. Para o Carnaval 2016, o comércio ambulante em geral será permitido exclusivamente nos logradouros públicos, limitando-se às localizações definidas no Anexo III desta Portaria e quantidades determinadas pela SEMOP.

§ 1º O ambulante licenciado para um circuito não poderá em hipótese alguma comercializar em outro circuito.

§ 2º O ambulante licenciado deverá estar padronizado (uniforme e equipamento), com o Dam original e R.G, quando no circuito, caso contrário será passível de apreensão imediata pela apreensão.

Art. 11. O permissionário obriga-se a manter limpa a área ocupada pelo seu equipamento, acondicionando os detritos decorrentes do exercício da atividade em sacos plásticos, para a coleta da LIMPURB.

Art. 12. O autorizado obriga-se a manter os equipamentos utilizados em perfeito estado de uso e conservação, não sendo permitido reparo ou confecção durante os festejos.

Art. 13. Não será permitida, em hipótese alguma, a comercialização de produtos em carros de mão, nem bebidas pré-preparadas artesanalmente (licor, cravinho, príncipe maluco e outras), nem uso de embalagens reaproveitadas e/ou vasilhames de vidro, ficando passível de apreensão imediata pela fiscalização.

Art. 14. É vedada a utilização de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou a sua área de instalação.

Art. 15. As instalações, equipamentos e utensílios deverão ser apropriados para cada tipo de atividade e mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza.

Art. 16. As bebidas e alimentos deverão ser servidos em copos, pratos, talheres e canudos descartáveis, não sendo permitido o uso de louças, vidros e alumínio.

Parágrafo único. É vedada a reutilização de utensílios descartáveis.

Art. 17. Os comerciantes deverão manter-se devidamente trajados com avental ou guarda-pó e sapatos fechados, observando o asseio e higiene corporal, incluindo unhas e barbas aparadas, cabelos presos e protegidos por gorro, touca, rede ou boné.

Art. 18. É proibido o contato direto das mãos com o alimento, sendo obrigatório o uso de utensílios (garfos, pegador, colher) ou material específico, como guardanapo de papel.

Parágrafo único. O manipulador de alimentos não poderá manusear dinheiro.

Art. 19. Só será permitido o transporte de alimentos acondicionados em vasilhames de fácil higienização e limpeza, devidamente tampados e vedados, e em temperatura adequada.

§ 1º Fica proibido o transporte de alimentos juntamente com outros produtos, principalmente químicos (gás, gasolina, etc.) e de limpeza, que possam contaminá-los ou adulterá-los.

§ 2º A inobservância ao parágrafo anterior implicará na apreensão e destruição dos alimentos.

Art. 20. Fica proibida a preparação de alimentos em estruturas provisórias (barracas, balcões, áreas de recuo, etc.).

§ 1º Os alimentos a serem comercializados devem ser transportados para o local, devidamente preparados ou pré-preparados, e/ou tratados, acondicionados separadamente em embalagens, protegidos de poeiras, insetos ou contaminação e mantidos continuamente sob-refrigeração ou manutenção a quente (acima de 65ºC).

Art. 21. Fica proibida a exposição de alimentos sobre o solo ou jornais, papelão e sacos, bem como o transporte, acondicionamento e armazenamento em sacos de lixo ou sacos coloridos, jornais ou diretamente sobre caixa de papelão, ou outros que possam transferir para os alimentos substâncias contaminadas ou que alterem sua qualidade ou propriedade.

Art. 22. É terminantemente proibida a produção e comercialização de churrasco no espeto de qualquer material, sendo passível de apreensão imediata pela fiscalização.

Art. 23. Só será permitido o comércio de produtos industrializados devidamente rotulados, constando informações sobre o registro no órgão competente, data de fabricação, prazo de validade, lote, composição e demais informações exigidas por lei.

§ 1º Os produtos prontos para consumo, tipo lanche, devem estar embalados de forma individual, devidamente identificados com o nome, ingredientes e datas de preparo.

§ 2º Fica proibida a adição prévia de molhos ou acompanhamentos aos produtos preparados, devendo estes ser disponibilizados em doses individuais (saches).

Art. 24. Todo gelo deverá ser devidamente rotulado e produzido por empresa legalmente habilitada com Alvará Sanitário, ficando o uso do gelo em cubo para acondicionamento em drinks e o gelo escamas, exclusivamente para refrigeração. O gelo em barras não poderá ser comercializado.

Art. 25. Os molhos e salsichas de cachorro quente, prontos para o consumo, devem ser mantidos em aquecimento continuo (65ºC) até o seu consumo ou até o prazo de 6 horas após o preparo, quando então, devem ser descartados. As salsichas cruas devem estar refrigeradas e em sua embalagem original, conforme descrito no Art. 23º.

Art. 26. Fica terminantemente proibido o emprego de mão de obra infantil, bem como a presença de crianças acompanhando os pais ou parentes, nos locais de trabalho licenciados por esta SEMOP, em observância a lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

Art. 27. A inobservância às normas contidas nesta portaria implicará nas seguintes sanções abaixo, independentemente da aplicação de multas previstas no Art. 29º.

I - Apreensão do equipamento e/ou mercadorias;

II - Cassação da autorização;

III - Descarte sumário de alimentos impróprios ao consumo.

Art. 28. Os bens apreendidos durante o Carnaval 2016 serão conduzidos ao Setor de Guarda de Bens Apreendidos - SEGUB/CSD, devendo o interessado pela retirada proceder da seguinte forma:

a) Comparecer ao depósito munido de documento de identidade, auto de infração e lacre da apreensão;

b) Pagar as multas e despesas cabíveis.

§ 1º Os equipamentos e mercadorias apreendidos poderão ser retirados após o encerramento do Carnaval 2016, mediante o pagamento das despesas municipais com o transporte, armazenamento, volume e preço do serviço de expediente.

§ 2º A apreensão de mercadorias de natureza perecível, quando ocorrer, não reclamadas ou retiradas no dia 16.02.2016 (terça-feira) serão doadas às instituições de caridade, lavrando-se o termo de entrega, ou serão eliminadas do consumo, caso estejam em condições inapropriadas.

Art. 29. Constituem infrações puníveis com multa:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA (R$)
01	INSTALAR O EQUIPAMENTO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO.	136,81
02	INSTALAR O EQUIPAMENTO FORA DO LOCAL DEMARCADO.	136,81
03	UTILIZAR EQUIPAMENTO DIVERSO DO ESPECIFICADO NESTA PORTARIA.	136,81
04	EXCEDER OS LIMITES DA ÁREA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO.	102,60
05	NÃO ZELAR PELA LIMPEZA DO EQUIPAMENTO OU ÁREA DE TRABALHO.	68,40
06	UTILIZAR COPOS, PRATOS E TALHERES QUE NÃO SEJAM DESCARTÁVEIS.	68,40
07	ACONDICIONAR DE FORMA INADEQUADA OS ALIMENTOS POSTOS À VENDA.	68,40
08	DEIXAR DE PORTAR DOCUMENTO DE IDENTIDADE E DAM QUITADO.	68,40
09	COMERCIALIZAR PRODUTOS DIVERSOS DOS ESPECIFICADOS NA AUTORIZAÇÃO.	102,60
10	COMERCIALIZAR PRODUTOS EM EMBALAGENS DE VIDRO.	102,60

Art. 31. O horário de funcionamento do Setor de Autorização para o Exercício de Atividades em Logradouros Públicos - SEALP, para atendimentos diversos ao licenciamento do carnaval 2016, será de 13:00h as 17:00h

Art. 32. A contar do recebimento do auto de infração, o autuado poderá apresentar a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado revel, adotando-se o rito previsto no Art. 255 e seguintes da Lei 5.503/1999 (Código de Polícia Administrativa).

Art. 33. Compete a SEMOP e à Vigilância Sanitária/SMS fiscalizarem o cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria, nas suas respectivas atribuições.

Art. 34. Os casos omissos relativos ao licenciamento do comércio ambulante serão resolvidos em 1ª instância pelo Coordenador de Fiscalização, e em 2ª instância, pela Secretária Municipal de Ordem Pública, nas situações pertinentes a prescrições sanitárias serão resolvidos e em 1ª instância pelo titular da Vigilância Sanitária, e em 2ª instância ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 35. Os casos omissos a esta Portaria atenderão ao disposto no decreto municipal nº 20.505 de 28.12.2009 e na lei 5.5003/1999.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salvador,04 de novembro de 2015.

ROSEMMA BURLACCHINI MALUF

Secretário Municipal de Ordem Pública

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES ALVES

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I - CRONOGRAMA DE LICENCIAMENTO

	Período de Atendimento	Horário de Atendimento
Cadastramento	11.11.2015 até 15.11.2015	24 horas
Licenciamento	16.11.2015 a 14.12.2015 (todas atividades conforme agendamento gerado pelo sistema on line de cadastramento inclusive Carnaval de Bairros).	13:00h as 17:00h
	09.12.2015 a 11.12.2015 (Veículos Especiais, Carros de Gelo, Caminhão de recolhimento de latinha);	13:00h as 17:00h

ANEXO II - TRIBUTOS (PSE+TLP+PUB) - CARNAVAL 2016 (Circuito Dodô, Osmar e Batatinha).

TIPO DE EQUIPAMENTO	VALOR (R$)
BARRACA PADRONIZADA 4,0MX4,0M - JARDIM SUSPENSO	578,42
BARRACA PADRONIZADA 3,0MX3,0M - JARDIM SUSPENSO	325,36
AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (BANCA DE CHAPA: LANCHE, IMPRESSO, CHAVE, ETC.) COM BALCÃO SIMPLES	251,96
AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (BOXES DE MERCADOS MUNICIPAIS) COM BALCÃO SIMPLES	251,96
CAIXA DE ISOPOR GRANDE	124,04
CAIXA DE ISOPOR PEQUENA - VOLANTE	60,61
BAIANA DE ACARAJÉ	69,11
CARRINHOS DIVERSOS (PIPOCA, SORVETE, MINGAU E ÁGUA DE COCO)	124,04
VEÍCULOS ESPECIAIS	407,97
FOOD-TRUCK - TAMANHO (ATÉ 5M)	1.200,00
FOOD-TRUCK - TAMANHO (ATÉ 10M)	1.800,00
FOOD-TRUCK - TAMANHO (ACIMA DE 10M)	2.400,00

TRIBUTOS (PSE+TLP+PUB) - CARNAVAL 2016 (Carnaval de Bairros).

TIPO DE EQUIPAMENTO	VALOR (R$)
BARRACA PADRONIZADA 3,0X3,0M	325,36
CAIXA DE ISOPOR GRANDE (LOCAL FIXO)	65,76

BAIANA DE ACARAJÉ	41,82
CARRINHOS DIVERSOS (PIPOCA, SORVETE, MINGAU E ÁGUA DE COCO)	65,76
VEÍCULOS ESPECIAIS	276,18
TRAILER	276,18

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Decreto N° 11.725 de 09 de setembro de 1997.

Dispõe sobre a administração dos Mercados Municipais do Município, o funcionamento e fiscalização dos Mercados Particulares e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento nas disposições do Art. 7°, inciso XVII, da Lei Orgânica,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da Administração dos Mercados

Art. 1° - A Administração dos Mercados do Município e o funcionamento dos Mercados ficam subordinados às normas contidas no presente Decreto e a fiscalização da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP.

Parágrafo único – A SEMOP, mediante convênio, poderá permitir que a Administração dos Mercados Municipais seja realizada, total ou parcialmente, através de Associação de Permissionários de Mercados, regularmente constituída para tal fim.

Art. 2° - Os permissionários de boxes desenvolverão suas atividades na forma aqui estabelecida, obrigando-se a cumprir e a fazer cumprir o presente Decreto, além da Legislação Municipal, Estadual e Federal aplicáveis à espécie, na forma do Termo de Permissão de Uso.

CAPÍTULO II

Do Licenciamento

Art. 3° - O Termo de Permissão de Uso será obtido em decorrência de processo licitatório, na forma estabelecida em editais e nos termos da lei pertinente.

Parágrafo único – Na licitação é vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas que já sejam permissionários de bens públicos deste Município.

Art. 4° - A outorga do Termo de Permissão para exploração de boxes é de caráter pessoal, intransferível e a título precário.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Parágrafo único – No caso de morte do titular, após análise e conveniência da Administração, a SEMOP poderá autorizar a exploração pelo cônjuge, ou, na falta deste, por um dos herdeiros necessários, lavrando-se, nesta hipótese, novo Termo de Permissão.

Art. 5° - Não será outorgado, em nenhuma hipótese, mais de um Termo de Permissão para exploração de boxes nos mercados e a uma mesma pessoa, ainda que para atividade diferente e mercado distinto.

CAPÍTULO III

Das Áreas Comuns e Exclusivas

Art. 6° - São considerados partes de uso comum dos Mercados Municipais as áreas externas aos boxes, de circulação, depósitos e sanitários.

§ 1° - O depósito de uso coletivo destina-se à guarda de vasilhames, caixas de gêneros alimentícios e outros produtos autorizados pela administração do mercado.

§ 2° - Nas áreas de circulação e externas, bem como, nos estabelecimentos dos Mercados, fica proibido:

I. Instalar qualquer tipo de equipamento comercial;
II. Estender redes ou tarrafas, para secagem ou consertos;
III. Colocar cestos, balaios, caixotes e quaisquer outros objetos ou equipamentos;
IV. Lavar, consertar ou pintar equipamentos ou utensílios;
V. Escoar a água de lavagem interna dos boxes para as áreas comuns;
VI. Permitir que pessoas estranhas e desocupadas façam “ponto” no Mercado.

Art. 7° - São áreas de exclusivo de cada permissionário os respectivos boxes, com todas as suas instalações internas.

Parágrafo único – O escritório que houver em cada Mercado Municipal será de uso exclusivo da sua administração.

Art. 8° - A instalação de publicidade nas áreas dos mercados ficará condicionada ao atendimento dos requisitos legais, na forma da legislação municipal em vigor.

Art. 9° - A instalação e utilização, pelos permissionários, de equipamentos de comunicação nos mercados, deverão ter a autorização da SEMOP, após deferimento junto aos órgãos competentes, quando for o caso.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

Art. 10 - Não será permitida a presença de vendedores ambulantes nas áreas de circulação interna do Mercado, bem como nas externas.

Art. 11 – Fica vedada aos permissionários a utilização de áreas externas aos respectivos boxes, bem como das áreas comuns, para fins de ampliação da atividade comercial ou autorização de uso por terceiros.

CAPÍTULO IV

Do Preço Público

Art. 12 – O uso de boxes e de áreas integrantes dos Mercados Municipais será remunerado através da cobrança do preço público previsto na legislação municipal.

§ 1° - O valor inicial do preço público, nos casos de Permissão de Uso de boxes e áreas constitutivas do Mercado Público, em decorrência de processo licitatório, será obtido através da melhor oferta de preço e será corrigido de acordo com os índices adotados pela Prefeitura.

§ 2° - O permissionário compromete-se a pagar pontualmente o preço previsto na legislação em vigor, conforme a situação em que se encontra regularmente instalado.

§ 3° - A falta de pagamento do preço público e/ou da cota de despesas comuns previstos neste Decreto, por um período de 03 (três) meses, consecutivos ou não, no mesmo exercício fiscal, importa na cassação do Termo de permissão de Uso por inadimplência.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e Obrigações dos Permissionários

Art. 13 – Constituem direitos dos permissionários:

I. Explorar comercialmente o boxe na atividade prevista no Termo de Permissão;
II. Manter em seu poder a chave de ingresso ao boxe;
III. Examinar, a qualquer tempo, os livros e registros da Administração do Mercado e pedir os esclarecimentos que forem necessários.

Art. 14 – Constituem obrigações dos permissionários:

I. Limitar o exercício da atividade comercial ao expressamente autorizado no Termo de Permissão;

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

II. Zelar pela conservação, manutenção, asseio e higiene do boxe, assumindo total responsabilidade pela limpeza do mesmo;
III. Zelar pela observância das medidas de higiene e saúde pública, principalmente no que tange a:

a) qualidade e estado de maturação das mercadorias expostas à venda;
b) materiais e processos utilizados para embrulhos e embalagens.

I. Manter na área interna do boxe recipiente especificado pela LIMPURB, para acondicionamento do lixo produzido no exercício da atividade;
II. Manter estritamente nos limites do boxe todos os produtos e objetos de sua propriedade, respeitando o funcionamento dos demais boxes regularmente instalados;
III. Manter fixada em lugar visível a tabela de preços, exigida nos termos da Lei;
IV. Observar o horário estabelecido para funcionamento do Mercado, bem como os fixados para carga e descarga de mercadorias;
V. Usar guarda pó, no modelo padrão tradicional, e fazer com que seus empregados e/ou ajudantes também assim procedam, quando no desempenho de suas atividades.

§ 1° - O permissionário de cada boxe compromete-se, ainda, a pagar as despesas comuns e mensais, proporcionalmente à área ocupada, relativas aos seguintes serviços:

I. Água consumida no Mercado;
II. Energia elétrica consumida nos boxes e em áreas de circulação externa, depósitos, salas de medição, escritório de administração e demais instalações de uso comum;
III. Material de limpeza e conservação;
IV. Material de expediente administrativo;
V. Serviços de segurança, higiene, vigilância e qualquer outro necessário à manutenção e proteção do Mercado;
VI. Manutenção de luminárias localizadas nas áreas externas e de circulação dos Mercados;
VII. Serviços eventuais aprovados em assembleia de permissionários.

§ 2° - É expressamente proibida a locação, cessão, empréstimo ou transferência a terceiros do boxe, sem autorização prévia e expressa da SEMOP, sob pena de cassação do Termo e retomada imediata do boxe.

§ 3° - Fica expressamente proibida a mudança de atividade prevista no Termo de Permissão de Uso, bem como qualquer modificação de ordem estrutural do boxe, sob pena de suspensão da atividade, na forma do Art. 20, II deste Decreto e subsequente cassação do Termo.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

§ 4° - Fica terminantemente proibido o uso do boxe como moradia, ainda que temporária ou provisória, sob pena de imediata cassação do Termo de Permissão.

§ 5° - É de responsabilidade do Permissionário reparar quaisquer danos ocasionados no prédio ou instalações, mesmo os provenientes do uso regular do boxe.

Art. 15 – Os bares e restaurantes deverão obedecer aos seguintes requisitos e exigências:

I. Somente colocar em áreas externas mesas e cadeiras que obedecem ao critério de padronização aprovado pela administração do Mercado e previamente autorizado pela SEMOP, após o pagamento dos preços correspondentes;
II. As mesas e cadeiras somente poderão ocupar a testada de cada boxe, sendo vedada a ocupação dos espaços vizinhos e comuns;
III. Não será permitido a colocação de engradados, caixotes, e outros objetos nas áreas externas dos boxes.

Art. 16 – Os vendedores de peixes, mariscos, aves e açougues deverão obedecer aos seguintes requisitos e exigências:

I. Observar e fazer cumprir as orientações e posturas estabelecidas pelos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, relativas à comercialização, exposição e estocagem de gêneros da espécie;
II. Não tratar peixes fora do local apropriado;
III. Acondicionar as escamas e vísceras em recipiente próprio, em saco de lixo;
IV. Colocar os peixes, mariscos e aves expostos no balcão dentro de recipientes, de modo a garantir asseio do boxe e a higiene do produto;
V. Não lavar equipamentos e utensílios na área de circulação do público;
VI. Não deixar que a água de lavagem interna dos boxes escorra para as áreas externas.

Art. 17 – O comércio de flores deverá obedecer aos seguintes requisitos e exigências:

I. Não expor as flores fora do local apropriado;
II. Acondicionar as partes inservíveis em recipiente próprio, com saco de lixo, garantindo o asseio e a higiene do boxe;
III. Substituir frequentemente a água usada na conservação das flores, desfazendo-se da utilizada em local apropriado.

Art. 18 – As demais atividades permitidas nos Mercados Públicos Municipais

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

deverão observar, no que couber, as normas contidas neste Decreto, sob pena de constituir infração sujeita à respectiva sanção.

Art. 19 – Os permissionários deverão obedecer ainda às seguintes exigências:

I. Zelar pelo asseio, higiene conservação das áreas internas e externas dos boxes, bem como pela manutenção da ordem e do respeito no Mercado;
II. Não permitir animais no interior dos Mercados;
III. Não permitir jogos de baralho, dominó, dama e outros nas áreas internas e externas dos boxes;
IV. Não permitir exposição de objetos nas áreas internas e externas dos boxes, que caracterizam atentado ao poder;
V. Respeitar a Lei Municipal do Silêncio e demais posturas pertinentes ;
VI. Assegurar o ingresso nos boxes de pessoas credenciadas pela Prefeitura ou pela Administração do Mercado;
VII. Não fazer uso e nem permitir que prepostos o façam de bebidas alcoólicas no local de trabalho;
VIII. Não permitir a exposição de gêneros alimentícios em contato direto com o piso, sem a proteção adequada.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e Penalidades

Art. 20 – O não cumprimento dos dispositivos deste Decreto acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

I. Advertência por escrito, quando da ocorrência da primeira falta cometida;
II. Suspensão da atividade por até 30 (trinta) dias, quando da reincidência ou cometimento de outra falta, por ato do titular da Coordenação de Feiras e Mercados – COFEM;
III. Cassação do Termo de Permissão de Uso na hipótese da prática de qualquer outra falta, após aplicação das penalidades anteriores, por ato da autoridade competente.

Art. 21 – O permissionário que permanecer com o boxe fechado por um período superior a 30 (trinta) dias, sem justificativa legalmente comprovada, terá a Permissão de Uso cassada pela autoridade competente.

Art. 22 – As penas de cassação do Termo de Permissão de Uso e de suspensão da atividade serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurado amplo direito de defesa.

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.

Diário Oficial do Município
Praça Municipal Elevador Lacerda – Térreo – Fone: 324-6000 / 324-6265

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 23 – O Termo de Permissão de Uso firmado entre a SEMOP e o Permissionário poderá, por motivo de conveniência e interesse público, devidamente justificado, ser revogado mediante aviso escrito com antecedência de 90 (noventa) dias, não cabendo ao permissionário qualquer indenização.

Art. 24 – No cumprimento das disposições relativas ao presente Decreto ou qualquer outra norma inerente aos Mercados Públicos, a autoridade competente municipal poderá adotar as medidas cabíveis visando manter a segurança, a higiene e o bem estar da população em geral, dentre as quais a interdição de parte ou de todo o Mercado.

Art. 25 – Os permissionários de boxe de cada Mercado Municipal poderão constituir Associação de Permissionários para administração dos mercados, observadas as formalidades legais pertinentes.

Art. 26 – Compete ao titular da SEMOP baixar normas complementares às disposições do presente Decreto.
Art. 27 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 09 de setembro de 1997.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal do Governo

RICARDO ANTÔNIO CAVALCANTI ARAÚJO
Secretário Municipal de Ordem Pública

NORMAS PARA TEXTOS DE ORIGINAIS

Este gabarito deve ser usado para datilografar texto que será publicado no Diário Oficial do Município.
As normas abaixo precisam ser cumpridas para garantir uma impressão correta, pois o original datilografado neste gabarito será reproduzido com redução.

- Use espaço um (1) entre as linhas e datilografe com clareza, em fita preta e com os tipos de máquina limpos;
- Para separar os títulos, use espaço dois (2);
- O início e o final das linhas devem ficar rente às margens azuis, sem ultra-passá-las;
- Devem ser evitados os erros de datilografia, rasuras e anotações;
- Datilografe os títulos sempre em letras maiúsculas;
- Se o seu texto exigir, utilize tantos gabaritos quantos forem necessários;
- Para efeito de cobrança, observe a numeração em centímetros na margem esquerda;
- O Diário Oficial do Município não se responsabiliza pelos erros que resultarem do não cumprimento das normas acima.